

ANO IV

Outubro de 1944

N. 11

13.993-9



# REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

*"Esta a glória que fica, eleva, honra e consola"*

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

# SUMÁRIO

	<i>Págs.</i>
1 — Anatole France contraditório e contraditor .....	3
2 — Swift e Ruy .....	13
3 — “A Moreninha” Centenária .....	29
4 — Macedo, orador da turma .....	38
5 — O ciclo pombalino na Amazônia .	47
6 — A verdade e a biografia .....	57
7 — Evocação de S. Antero .....	73
8 — Ansia inútil, Poema votivo, A meus irmãos os homens .....	79
9 — Evolução de Manuel Bandeira até “Libertinagem” .....	81
10 — Letras portuguesas e americanas.	87
11 — Vida literária .....	97
12 — Estudos de folclore .....	104
13 — Os três livros brasileiros de Ber- nanos .....	116
14 — “Os Sertões” .....	125
15 — O caúcheiro .....	141
16 — Variações em torno do conto ....	155
17 — Linguagem familiar .....	170
18 — A linguagem de Machado de Assis	186
19 — Um retrato impressionista .....	193
20 — Notícias: <i>Informações literárias,</i> P. J., 220; <i>Revista Brasileira,</i> 223; <i>Revista das Revistas,</i> O. M. B. O., 226; <i>Academia Bra- sileira de Letras,</i> 229.	

ANO IV

Outubro de 1944

N. 11



# REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

*"Esta a glória que fica, eleva, honra e consola"*

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

# REVISTA BRASILEIRA

Publicada pela Academia Brasileira de Letras

Sede — AVENIDA PRESIDENTE WILSON n.º 203,  
Rio de Janeiro

Aparece em Janeiro, Abril, Julho e Outubro

Comissão Diretora: ALCEU AMOROSO LIMA, ROQUETTE-PINTO,  
MIGUEL OSORIO DE ALMEIDA, OLEGARIO MARIANO e  
LEVI CARNEIRO (diretor responsável) — membros efetivos da  
Academia.

---

— A Academia e os Diretores da Revista não se responsabilizam pelos conceitos emitidos nos artigos publicados.

— A Revista publica somente trabalhos inéditos de escritores brasileiros.

— A Revista é impressa na ortografia adotada pela Academia, com a devida vênua dos autores de artigos, que pessoalmente a não observam.

— Será publicado na Revista, mediante a remuneração estipulada, desde que aprovado pela Comissão Diretora, qualquer trabalho literário inédito, remetido ao Diretor responsável, com a prova de identidade do autor.

— Será suspensa a remessa da revista às instituições e outras publicações que não acusarem o recebimento dos exemplares enviados.

---

Preço de venda avulsa:

No Rio — Cr\$ 5,00

Nos Estados — Cr\$ 6,00

Vendem-se na Academia exemplares avulsos dos números  
atrasados a Cr\$ 6,00



## ANATOLE FRANCE CONTRADITÓRIO E CONTRADITOR

*(Tentativa de retrato)*

POVINA CAVALCANTI. <sup>0</sup>

A criação literária é infinitamente mais atraente do que a própria criação da natureza. No mundo imaginário de um escritor a sua obra oferece reações tão surpreendentes, que não raro a gente recebe, a cada incursão nova pelos seus domínios, uma impressão perturbadora. Visto de conjunto, ou analisado em detalhes, o monumento arquitetônico de uma obra literária é um convite perene à curiosidade da inteligência. Um espetáculo da natureza varia conforme as condições do tempo; as paisagens literárias, sendo imutáveis, são, no entanto, tão diversas! Não variam só de leitor para leitor; variam para uma mesma pessoa por efeitos de reações subjetivas, de estados d'alma e até de condições físicas.

Explica-se assim a flutuação do espírito crítico. A menos que se trate de um escolástico, a opinião está sempre sujeita a imprevistas influências. Ou então, por força de contágio mental, automatiza-se a repetição dos conceitos, que acabam por se definir como a própria voz da notoriedade.

Desejo justificar com estas proposições o estranho fenómeno intelectual com que retomo o domínio de mim mesmo, depois de uma nova e breve viagem pelo universo da obra, sem dúvida, contraditória e empolgante, desse maravilhoso supervisor de histórias, que se chamou Anatole France.

À maneira de um Pierre Abraham (1) antes de procurar resumir meu modesto conceito crítico, ponho os olhos sobre o retrato que de M. Bergeret traçou, num exímio flagrante literário, o escritor português Aquilino Ribeiro. Há neste instantâneo uma fonte de sugestões para o estudo. Fixêmo-lo.

“À distância pus-me a observá-lo: de estatura acima da mediana, envergava sobretudo de corte desataviado, franco e na cabeça trazia chapéu mole, ruço, de aba larga, meio de *marchante*, meio de pintor de Montparnasse. As suas botas não eram de elástico, como as do senhor Gago Coutinho, mas estas botas, fora de modas e pouco severas, no polimento, do *petit bourgeois* de Paris. Via-lhe as costas levemente abaúladas de homem de estudos, perfil judaico, com frente que devia ser suntuosa, nariz um tudo-nada de cavalete, no queixo barbicha de fauno. A expressão do rosto, em repouso, era de bondade, duma bondade quasi paternal. Mas, quando olhava, de olhos grandes e pretos, de mobilidade assombrosa, quebravam a placidez primeira para quedar o Ariel que passou pelos ideais e os deuses o espéculo, ora racional, ora maligno, da curiosidade”. (2)

Este retrato de Anatole France é fiel também na sua interpretação. Há na figura do *bon Maître*, uma confluência de vários tipos: Ariel inspira, sem dúvida, as lições da arte, mas há ali uma presença constante e contraditória de Caliban: um sorriso indecifrável e voltaireano; uma advertência cinica de Rabelais; qualquer coisa de Luciano de Samosata de incrível mistura com Fénélon.

Aquela indumentária de *petit bourgeois* de Paris era um sinal exterior da ironia do criador de Crainquebille, esta encarnação do repassado sentimento de humanidade. Nas suas botas fóra de moda, no chapéu de abas largas, ruço, não estaria a definição desta passagem do *Jardin de Epicure*? — “Quanto mais dou de cismar sobre a vida humana, mais me convenço de que é preciso dar-lhe por testemunhas e juizes a Ironia e a Piedade, à semelhança dos egípcios, que enco-

(1) Pierre Abraham — “Figures” (Recherches sur la création intellectuelle).

(2) Aquilino Ribeiro — “Por obra e graça”, pags. 128-129.

mendavam os mortos à deusa Isis e à deusa Naftes. A Ironia e a Piedade são duas excelentes padroeiras: uma, sorrindo, faz-nos amena a vida; a outra, chorando, torna-nos a vida venerável”.

Quando encontrou no seu caminho Madame de Caillaudet, o que parece uma surpresa é mais uma contradição do seu miraculoso espírito.

A presença desta mulher na vida de Anatole France resolveu por assim dizer o seu destino: deu ordem ao seu trabalho; projetou-o à distância na própria posteridade. Todos os seus biógrafos consignam essa extraordinária influência. Mas, no fundo, o cético, o ironista, o filósofo continuaram a existir, desafiando a inteligência e a credulidade dos homens.

Sob a capa de *petit bourgeois*, a fulguração interior de sua sensibilidade ardeu a vida inteira. Mesmo no salão de Madame Arman, quando Anatole France já estava consagrado literariamente como *chef de file*, entre a sua pessoa e a sua obra cavava-se um abismo.

Teria sido mesmo um simples contemplativo, um esteta indiferente às dores do mundo esse pioneiro das letras antigas, que não usava as armas do sarcasmo sem antes lhes dar um polimento quasi poético?

Anatole France teria sido, então, simplesmente um epicurista; nunca um criador.

A verdade é outra. Há uma construção no aparente negativismo da obra anatoleana. Este escritor é um paradoxo vivo. Como de todas as naturezas contraditórias não é possível traçar-se geometricamente a dimensão de sua obra. Esta foge às medidas comuns. Na sua massa arquitetônica, não são os acabamentos, que contam; é a própria ossatura, que se ergue sobre bases humanísticas. É bem verdade que o seu humanismo não é o humanismo integral de Jacques Maritain. Falta-lhe a essência pura do cristianismo, fonte insuperável. Também não é anti-cristão. Talvez seja especificamente literário.

Foi com certeza por isto que Albert Thibaudet considerou: “*Le bon maître, qui n'était pas si bon, a eu une mort*

à la Chateaubriand: son communisme consistait surtout, comme le carlisme du Vicomte, dans un "Crève donc, société" où était compris un "Crève donc, littérature" (3)

O símbolo de Crainquebille dispensa qualquer legenda.

\*

\* \*

A fama de Anatole France, para não dizer a sua glória, caiu muito após a sua morte. Thibaudet alude mesmo ao seu "descrédito atual", amenizando a anotação com a escusa de um "fenômeno necessário". (4)

Na França é, de fato, muito comum esta flutuação da fama. De vez em quando se agita um novo processo de revisão literária. Edmond Rostand, por exemplo, caiu dos cielos de uma consagração quasi inédita na crônica do espírito literário francês na planície rasa dos mediocres.

O fenômeno necessário referido por Thibaudet, como acontecendo sempre "no seio da geração, que sucede a morte de um grande escritor", é também, algumas vezes, fruto do esnobismo.

Com relação a Anatole France, entre as causas conhecidas, avulta a de ter sido o romancista de *Le lys rouge* um artista literário mais preocupado com a sua arte do que com o resto do mundo, a despeito do comichão socialista de certa fase de sua vida. Teria êle falhado politicamente. E morreu precisamente numa hora em que só se debatia política, só se respirava política, só se comia política. A política era o *leit motiv* de todas as classes.

Se tivesse morrido por ocasião do caso Dreyfus, o destino de sua glória seria outro. Mas agora que a intoxicação política do Velho Mundo vai sendo, felizmente, debelada, o espírito desafoga-se, e de novo se podem ajustar as consciências humanas.

(3) Albert Thibaudet — "Histoire de la littérature Française", 2.º vol., pag. 175.

(4) Idem, idem, pag. 174.



Anatole France voltará o ser o centro da linha Zola-France-Rolland, invocada pelo autor da *Physiologie de la Critique*.

Esta observação vem comprovar a injustiça do olvido a que foi atirado o sutil M. Bergeret, ao mesmo tempo em que ressalta aquele aspecto já salientado de que a sua obra não é puramente negativista.

Se não o anima o sopro da filosofia cristã, também Anatole France desconhece sistemas.

Um discípulo de Aristóteles não levantaria uma cidade no deserto, se previamente não soubesse que ela seria útil aos homens; M. Bergeret construiria cidades aos milhares só para sentir o gosto de tê-las construído.

Esse fundo de humanidade cristão, que tantas vezes paradoxalmente transparece na obra de France, como um tênue resquício luminoso, não chegou a definir-se nem na irresistível criação de Crainquebille.

Na filosofia um tanto arbitrária, de puro sentido intelectualista, que Anatole France cultivou, o que mais se salienta é o seu espírito de dúvida. Entretanto, Aquilino Ribeiro naquêlê ensaio de *Por obra e graça*, onde o retratou, alude a uma passagem do Mestre, que ouvira de sua própria bôca em Paris, no Monte Latino, usando à cabeça “aquele solideu de veludo vermelho, incendiário, que lhe dava ares, quando visto na intimidade, de Mefistófeles ameno ou de benfazejo cardial-diabo”.

“Meus caros camaradas, assim falava Anatole France, não tenham medo de passar por utopistas, de construir nas nuvens, de arquitetar repúblicas imaginárias como Platão, Thomas Morus, Campanella, Fenelon. Utopistas é a injúria ordinária, que os espíritos estreitos jogam aos grandes espíritos e na qual os políticos se escudam para conhecer os pensamentos elevados. A utopia é o principio de todo e qualquer progresso; sem os utopistas de outrora, viveríamos ainda miseráveis e nus nas cavernas. Fôram os utopistas que pisaram as linhas do primeiro burgo. Devaneiem, meus camaradas. Trabalhem e devaneiem — e mormente, não se preocupem com ser sensatos! Não se preocupem com

ser prudentes! A prudência é a mais vil de todas as virtudes. Devaneiem, e devaneando, edifiquem.” (5)

O demônio da contradição, vestindo a farpela de um Bernard Shaw, insinuou-se nesse trecho do incorrigível *jouisseur* do pensamento e da ação, que foi um estilista de tantos primores. Para traz com o bom senso! Entretanto, quando lhe pediram um prefácio para certo romance de Marcel Proust, êle vociferou: “Dizem que isto é escola nova! Pior ainda. Já estou velho para voltar às aulas”.

É que a base da construção anatoleana é humanística. A sua dúvida, o seu ceticismo são flores de cultura. A sua ironia desfolhava-se em sorrisos, mas quando era preciso fixar a sério os problemas da vida, ele imprimia ao seu pensamento uma energia neutralizadora dos sarcasmos estéreis, dos epigramas corrosivos, das dúvidas nocivas.

“Os cétricos? Mas não há sêres mais idealistas!” exclama Mestre France. Eis aí uma legenda, que não ficaria mal aposta à obra autobiográfica de Jérôme Coignard.

Na revisão do processo literário, que já se está fazendo em torno de Anatole France, vai respigar-se o sentido de suas contradições, o que determinará a configuração do esteta, fascinado pelos efeitos decorativos do estilo; do resuscitador de temas alegóricos, de coisas do passado, que a crítica confundiu com o de um simples *pasticheur* ou de um frio plagiário. Mas, à margem desta figura, ressaltará a do censor que se valia das contradições como um meio de crítica persuasivo, de um censor de estilo próprio, que recolhía das lições dos moralistas antigos a graça ondulante e maliciosa.

Numa passagem de *La Rôtisserie de la Reine Pédauque*, o filósofo dá uma explicação tipicamente anatoleana ao irmão capuchinho: “Sabeis que o velho Adversário, que o grande Contraditor conserva no mundo espiritual um poder tal, que o próprio Deus conta com ele. Direi mais: Deus, que o receiava, fê-lo seu homem de negócios”.

O Maligno aqui — o grande Contraditor — é o próprio

---

(5) Aquilino Ribeiro — op. cit. pag. 133.

France, Mefistófeles sardônico, mas aliado às forças do Bem, pelas quais combate, não com as palavras do Evangelho mas com os arremessos inglórios da dúvida.

Se êle voltasse hoje à vida, não estranharia o descrédito, em que caiu após a sua morte e a sua glorificação. Pela boca do abade Coignard, France já se tinha premunido contra o que êle chamou “a injúria do tempo ou a malícia do homem”. (6)

\*  
\* \*

Albert Thibaudet (7), observando que a maioria dos livros de Anatole France é de ficção e narrativas, pergunta: É êle um romancista? E não chega a classificá-lo como tal, sem restrição. Num confronto com Maupassant, o critico e historiador da moderna literatura francesa inclina-se em favor deste, mesmo em face do *Le lys rouge*, prejudicado pelo seu “estetismo oratório”.

De certo, Mestre France não é um romancista típico, como Balzac, por exemplo, nem como Sthendal. Na linha dos ficcionistas desse gênero, que as letras contemporâneas tanto alteraram, por influências como a de Joyce ou a de Proust, Anatole France ocupa o seu lugar à parte.

Na galeria de suas personagens, que são hoje universalmente conhecidas, M. Bergeret, Pierre Nozière, Sylvestre Bonnard não se comparam com os tipos da galeria balzaqueana, sejam Marsay ou Colin, por exemplo.

Não importa a classificação. O prodigioso ficcionista da *Revolte des Anges* e de *Les Dieux ont soif*, obras primas da literatura universal, pode ter os nomes que bem quiser. (Thibaudet acredita que só estas duas obras restituir-lhe-ão o favor público, quando passar a crise de indiferença pela sua glória. O centenário de seu nascimento comemorado neste ano da graça de mil novecentos e quarenta e quatro reabriu o debate em torno do maravilhoso escritor).

---

(6) Anatole France — “La Rôtisserie de la Reine Pédauque”, pag. 52.

(7) Albert Thibaudet — op. cit., pag. 170.

O mais curioso na obra de ficção de Anatole France é o academicismo de sua construção. Na *Comédia Humana*, por exemplo, Honoré de Balzac só vê o instinto. O Bem e o Mal tem origens comuns. Os homens são tidos como inconscientes e, como ainda observa Georges Péliissier, Balzac não crê na liberdade moral. (8)

Em Anatole France tudo isso é admitido, mas como debate. Sua obra é um longo, cintilante *entrétien*, onde as opiniões se expandem num clima de constante e inquieto debate.

Quando estará falando a Verdade? Quando é a Mentira que fala?

O *Banquete* de Anatole France eis aí um título justo para um bibliógrafo, que tivesse o capricho de batizar a obra do mestre da *Histoire Comique* e de *L'île des Pingouins*.

Por isso mesmo, é perigoso defini-lo sob qualquer dos aspectos literários em que seja fixado. O espírito de sua obra é multifacetado, é onímodo, impossível de ser caracterizado. O logar comum de seu ceticismo e da sua ironia aparece às vezes como uma simples atitude.

Vejam os este pequeno discurso de *monsieur l'abbé* ao seu Mecenaz, o filósofo: "Aceito cordialmente vossos generosos oferecimentos. Sois um magnífico mortal; honro-me, Senhor, de pertencer-vos. Dois móveis tenho em alta estima: a cama e a mesa. A mesa, que ora cheia de livros doutos, ora de suculentos manjares, serve à nutrição do corpo e à do espírito; a cama, propicia ao doce repouso como ao cruel amor. É com certeza um homem divino quem dá aos filhos do Deucalião a cama e a mesa. Se eu vou encontrar em vossa casa, Senhor, êsses dois preciosos móveis, correrei atraz do vosso nome como o de meu benfeitor e vos celebrarei com um louvor imortal em versos gregos e latinos de metros variados". (9)

---

(8) Georges Pelissier — Le Mouvement Littéraire au XIX Siècle. Obra coroada pela Academia Francesa, pag. 252.

(9) Anatole France — op. cit. pag. 61.



Esta passagem é típica. Ao espirito de Mestre France não escapa a finalidade das coisas. Se é a mesa — tanto ela serve para acionar a vida fisiológica, como a espiritual; se é a cama, êle associa ao repouso a idéia do prazer — não sem imprimir o seu *cachet* indefectível. O amor, *tout court*, não basta. Para ser de Anatole France, o amor só seria mesmo amor com este adjetivo insuperável: o “cruel” amor...

\*

\* \*

É do nosso Afrânio Peixoto a seguinte observação: “Lendo e relendo a obra corrutora e deliciosa de France, como um veneno que extasia e mata, quantas vezes, sem conhecer ainda a contradição dos homens, não parei sem compreender diante de papeis vermelhos, colados às paredes dos subúrbios populares de Paris, em que eram convidados os camaradas para reuniões ou “meetings” socialistas, sem esquecer a declaração — “será presidida pelo *citoyen* Anatole France, de *l'Académie Française*. Ridículo, embora expressivo... A Academia Francesa era a tradição, a honra, o passado, a condecoração, a sua obra de pensador e, portanto, de aristocrata; o cidadão nivela essa altura ao povo, aos camaradas e dava ao artista a ilusão de um condutor de homens, um diretor de consciências, um “meneur” de multidões. France comparecia, ouvia impropérios e solecismos, e ria-se por dentro, recolhendo-se à sua mansão de paz, de conforto, de elegância e de arte, na Vila Said, em Neuilly, tão preciosa como um museu, para desinfetar-se dos contatos violentos e de idéias tortas, na ternura compassiva das companhias amenas e na delícia sibarita das obras-primas acolhedoras, espantando contudo aos ingênuos e sincéros, que não poderiam da notícia dos jornais, compreender como Nícias, o filósofo de Alexandria, o abade *Coignard*, da *Rôtisserie* ou mesmo *Monsieur Bergeret*, se tivesse feito, na véspera, um energúmeno”.

Ao polígrafo patricio escapou o outro lado de France, como tem escapado a toda gente. Ele só viu o Mestre con-

traidório. Mas Anatole France, como o Maligno, o "Velho Adversário", é principalmente o provocante e irresistível Contraditor.

O seu caso é, *mutatis mutandi*, o do epílogo da *Revolte des Anges*: "Deus vencido se tornará Satan; Satan vitorioso será Deus".

France, em pleno território do pensamento criador, parou numa encruzilhada, sem direção aparente. Noutra passagem, êle tinha escrito que Deus se servia do demônio como seu homem de negócios.

Também cumprindo o seu destino no mundo, êle fôra o Maligno das letras, o seu "*Homme d'affaires*", a descoroçoar a alma tréfega das multidões.

## SWIFT E RUY

0

EUGÊNIO GOMES.

A trágica figura de Jonathan Swift é daquelas que teem provocado maior excitação entre os críticos. Possuidos de um exquesito frenesí de curiosidade, alguns interpretadores de sua obra tentaram aprofundar-lhe a vida, em todas as direções, no afan de proferir a última palavra sôbre os seus mistérios. Entretanto, o caráter dêsse grande homem, que encheu o seu século com os brados de colérica indignação moral contra a opressão e a injustiça, ainda não foi suficientemente estudado. Sua obra já passou pelo cadinho de uma crítica esmiuçadora, por vezes violenta, naturalmente pela impossibilidade de compreender-lhe certos aspectos subterrâneos. Mas a personalidade moral do escritor, com as suas contradições, as suas incongruências e o seu lado excêntrico e secreto, subsiste, projetada em seus escritos, como uma Esfinge, cujo rictus sibilino e maligno já atraiu e perdeu inumeráveis investigadores.

O espetáculo da crítica universal desorientada por essa figura que, sendo a de um terrível controversionalista, constitui, ela própria, uma insólita provocação à controversia, levaria Rui Barbosa a escrever o seu famoso estudo sôbre Swift. Fôï, esse, até então, de certo, o primeiro trabalho estrangeiro deliberadamente consagrado a rehabilitar Swift do juizo severo e desapiedade de alguns escritores e críticos, como Taine, Paul de Saint Victor, Heine, Dr. Johnson, Thackeray e outros, que dêle fizeram uma pintura ou uma caricatura indesejavel.

O espírito liberal de Ruy, seduzido por êsse outro campeão da justiça, como êle naturalmente incompreendido e

mal julgado por seus contemporâneos, empregou-se a fundo na tarefa titânica de desfazer totalmente essa pintura e restituir um Swift humanizado e autêntico à sua posteridade prevenida e esquiva. Agiu Ruy, nessa tentativa, como um grande causídico, elaborando a respeito um arrasado crítico que evidencia: de um lado, perfeito conhecimento de tudo o que até então havia sido articulado pelas maiores autoridades da crítica e da literatura pró e contra Swift; e do outro, um fervor apaixonado pela causa que tomara espontaneamente a si. Mais de advogado, que de crítico ou juiz, o estudo de Ruy, se não alcança o resultado previsto ou visado de reabilitação cabal, teve, entretanto, o mérito, já assinalado, de haver levado o autor a rever-se, orgulhosamente, naquele sarcástico homem público que, como êle Rui, passou a existência a lutar espesinhado pelo contraste "entre as suas aspirações e a realidade que o cercava". Investindo, com o ardor que punha invariavelmente em todas as suas causas ou campanhas de reivindicação política, contra os que julgaram severamente a Swift ou procuraram liquidá-lo a traços ferozes de caricatura demolidora, Ruy teria que acabar inevitavelmente caindo no inconveniente oposto. O seu retrato de Swift deixa transparecer certo processo de idealização moral que é uma evidência do compromisso tácito de Ruy com êsse modelo de homem de estado, cuja magnitude o empolgava. Posteriormente, a obra de Swift acresceu-se de novos elementos esclarecedores com a publicação de uma grande massa inédita de correspondência e surgiram, a espaços, outros trabalhos de crítica e exegese que, de um modo ou doutro, estavam a exigir um reexame geral dessa obra. Foi o que fez recentemente o Professor W. D. Taylor.

Conforme êle explica na introdução ao seu estudo (1), três razões o levaram a realizar êsse trabalho. A primeira é que existem tantos Swifts na galeria dos seus críticos que se necessita imaginar um Swift por si mesmo. A segunda é que Swift constitui uma Esfinge atravancada no caminho

---

(1) "Jonathan Swift — A Critical Essay" — Ed. Peter Davies, Londres.



da crítica) A terceira e última razão é que, após o estudo de Churton Collins, publicado em 1893, nenhum retrato completo se fizera ainda do caráter e da obra de Swift. E, nesses últimos quarenta anos, a grande correspondência de Swift editada por F. Elrington Ball; a edição da obra em prosa por Temple Scott e dos poemas por W. E. Browning; a edição modelar de "A Tale of a Tub" por A. C. Guthkelch e D. Nichol Smith; as notas e os artigos de Sir Charles Firth; as penetrantes investigações de Harold Williams e outros trabalhos igualmente importantes "acumularam muitas pedras novas para êsse "whimsical and singular" edifício que é Jonatham Swift."

Com êsse material à sua disposição, o Prof. Taylor diligenciou revelar um novo ângulo do edifício Swift. Mas não se limitou a aproveitar as pedras que outros juntaram antes dele. Tratou de preparar o terreno por si mesmo e basear o seu estudo sôbre um longo exame da fase inicial do escritor, dos panfletos contemporâneos, das "fontes" e das edições originais. Concluindo as suas explicações, afirma o crítico que vem trazer novos ontos de vista sôbre Swift e apresentar o "whimsical and singular" edifício swiftiano com alguma aparência de novidade. A pretensão do Prof. W. D. Taylor é, pelo visto, enorme.

Mas teria êle decifrado de algum modo o enigma que envolve a figura e a obra de Swift? É fóra de dúvida que não. O mistério, no caso, tinha as suas raízes inextirpáveis na alma do escritor e se já afirmava Shakespeare que não existe arte capaz de apreender a estrutura da alma através da face humana, como é possível que ela venha a se desnudar completamente através daquilo que o homem deixa cair refletidamente de sua pena? E hoje o que resta de Swift, para o explicar, é o que êle deixou escrito. Por aí e pelo que já foi escrito a seu respeito é que a crítica pode julgá-lo e, portanto, desafiar a Esfinge. Como quer que seja, o estudo do Prof. Taylor impõe-se como uma apreciável revisão crítica através da qual o criador de Gulliver aparece sem quaisquer deformações intencionais, mas também sem nenhum traço de mera benevolência. Não há dú-

vida que esse estudo insere alguns novos pontos de vista sobre o debatido tema da personalidade e da obra de Swift, embora filtrados de inumeráveis outros com os quais a crítica já havia concorrido para acirrar as controvérsias. Trataremos de examinar, a seguir, à luz desse estudo, os principais pontos de vista com que Ruy defendeu Swift levado pelo propósito deliberado de rehabilitá-lo definitivamente.

Um dos críticos mais visados pelo grande brasileiro, no seu estudo, foi Hyppolyte Taine, a respeito de cuja história de literatura inglesa, tão brilhante quanto defeituosa, preferiu um julgamento que, embora sumário e accidental, é absolutamente certo. Ruy atirou-se contra Taine com o ímpeto de um combatente que está seguro de poder liquidar o adversário à primeira investida. Sua contradita inicial é de natureza categórica no sentido de excluir, por inverídico, o episódio acadêmico de que se ocupa o preâmbulo do ensaio de Taine. Em pouco mais de meia página, o crítico francês descreve, nesse preâmbulo, com um colorido sem dúvida excessivo, a cena verificada numa sala da universidade em que Swift se apresenta, pela segunda vez, a um exame de lógica, sem prévio estudo, por simples obstinação, dessa disciplina. Quando lhe indagaram como poderia argumentar ou raciocinar sem as regras, uma vez que se recusára a consultar os compêndios, Swift teria declarado perante os seus examinadores que se sentia capaz de argumentar sem as regras. E Taine conclui: "Cet excès de sottise fit scandale; on le reçut pourtant, mais à grand'peine, "speciali gratia", dit le registre, et les professeurs s'en allèrent, sans doute avec des risées de pitié, plaignant le cerveau débile de Jonathan Swift". Tomado de indignação, comenta Ruy: "No livro do implacável demolidor a primeira cena da vida "desse gênio pujante e doloroso", "o maior da idade clássica, o mais infeliz da história", desenha-se em um escândalo cômico na sala da universidade de Dublin, onde um aluno relapso, "blokhead" impenetrável às regras da lógica, obtem "speciali gratia" o grau de bacharel, entre as guinadas de riso dos catedráticos. O leitor a cujos ouvidos cascalha a zombaria dessas casquinadas, etc." Por fim, Ruy

desfecha o seu primeiro golpe contra Taine afirmando de maneira imperativa: "O episódio acadêmico que preambula o ensaio de Taine é inverídico". Quem atentar para o texto do preâmbulo verá que aí não se exhibe, de modo algum, o aluno Swift sob "as guinadas de risos dos catedráticos". Que é que diz o crítico francês, a êsse respeito? "... et les professeurs s'en allèrent, sans doute avec des risées de pitié, plaignant le cerveau débile de Jonathan Swift". Êsse o trecho pelo qual se poderá ver que Ruy excedeu-se em seus comentários. A índole romântica de Taine, tantas vezes desviado da legítima função de crítico por suas tendências à subjetividade, permitiu-se esboçar o que aí está dito, mas arrimado a um "sans doute". Entretanto, Ruy transpôs essa condicional dando um colorido à cena dita inverídica que, na verdade, já não seria lícito atribuir a Taine. Em princípio, estava Ruy do melhor lado proclamando a inveracidade do episódio acadêmico, mas excede-se quando procura caracterizar por aí o espírito fantasista do crítico francês. Taine não inventou o episódio nem o coloriu de natureza a alterar os lineamentos do caso, tal como o encontrou relatado em fontes inglêsas. Não resta dúvida que a passagem de Swift pela universidade foi antes assinalada por punições e reprovações do que por qualquer revelação extraordinária de talento ou simples brilhantismo intelectual. É o que o Prof. W. D. Taylor assinala, em derradeira análise, não obstante admitir que, embora o bacharelato houvesse sido concedido a Swift por uma condescendência especial ("speciali gratia"), as autoridades universitárias desprezaram as exigências regulamentares de modo a reconhecer-lhe o mérito. O fato de haver sido agraciado dêsse jeito constituiu, porém, uma humilhação para Swift de que êle nunca pode se libertar. Swift nunca perdoou êsse humilhante beneplácito às autoridades universitárias e, já qualificado como um dos maiores espíritos do seu tempo, não perdia a oportunidade de repetir: "Contemplai em mim a estupidez e a incapacidade que o Colégio de Trinity reprovou!"

Como já havia sido assinalado pelo crítico Richard Gar-

nett, cuja autoridade é invocada mais de uma vez pelo nosso Ruy, a escola foi uma péssima madrasta para Swift e as humilhações que aí sofreu o envenenaram talvez pelo resto da vida.

Procurando fixar um traço de sociabilidade intelectual que bastaria para redimir facilmente Swift da pécha de misântropo e egoísta intratável, pondera Ruy que no seio de todos os partidos êle adquiriu e conservou amigos, contraindo as mais íntimas relações com as maiores individualidades do seu tempo: Steele, Halifax, Pope, Congreve, Prior, Arbuthnot. "Poucos homens — assegura — lograram inspirar amizades mais profundas e duradouras". Êsse capítulo das amizades intellectuais de Swift não é tão simples, e não podia sê-lo em se tratando de uma personalidade tão complexa. Antes de qualquer reflexão, é preciso ter-se em mente que a capacidade de fazer amigos em Swift não pode ser convertida em argumento decisivo, como deixa transparecer Ruy, contra as acusações à sua brutal misantropia. Tais sentimentos antagônicos em relação à humanidade se conciliavam perfeitamente nêle e disto se adquire uma idéia bem nítida através do expressivo trecho da carta a Pope, em que Swift definiu a sua própria misantropia: "I have ever hated all nations, professions, and communities, and all my love is towards individuals: for instance, I hate the tribe of lawyers, but I love Counsellor, Such-a-one and Judge Such-a-one: so with physicians — I will not speak of my own trade, soldiers, English, Scotch, French, and the rest. But principally I hate and detest that animal called man, although I heartily love John, Peter, Thomas, and so forth".

Outro exemplo dessa disposição de espirito de Swift está naquela passagem, citada no estudo de Ruy, sobre a morte de uma filha do Duque d'Ormond: "Abomino a vida, quando a imagino exposta a accidentes tais; e, ao ver milhares de miseráveis pesando sobre a terra, enquanto desaparecem criaturas como esta, chego a conjecturar que Deus não nos quis dar na vida um benefício". Depara Ruy nesse desabafo uma expressão de humanidade profunda. Mas quem não verá também por aí que Swift tinha excessivamente re-



duzido o círculo de indivíduos ou pessoas sôbre que projetava a sua escassíssima generosidade de sentimentos em relação à existência humana? Swift podia enfim conciliar o seu desvêlo excepcional por alguns entes que o cercavam com a sua invencível repugnância pela humanidade. Todavia, como faz ver o Prof. W. D. Taylor, as relações entre Swift e os seus amigos motivaram alguns dos mais severos ataques ao seu caráter, não sendo assim de todo injustificada a declaração de Thackeray no sentido de que não teria querido ser amigo do Deão. Ruy detém-se a historiar o aspecto amável e edificante de tais relações, com o propósito manifesto de eliminar a idéia generalizada de que Swift era um egoísta violento e abominável. É preciso ter-se em vista que as divergências políticas interromperam ou esfriaram algumas das suas relações levando-o, a contra-gosto, a separar-se gradativamente de Addison e Steele. A dedicatória que Ruy transcreve, do primeiro, no qual Swift é designado como: “o mais aprazível companheiro, o mais fiel amigo, o maior gênio de seu tempo”, não corresponderia seguramente aos sentimentos do autôr algum tempo depois quando a política já os separava. Addison e Steele nem só se retrairam dêle como também o atacaram desde que Swift se passou para o lado dos Tories e era considerado um trânsfuga pelos seus antigos correligionários.

Pelo visto, alguns dos testemunhos arrolados pelo nosso Ruy para confundir os críticos que se ocuparam mais enfaticamente da intratabilidade moral ou social do Deão poderiam talvez ser contraditados até mesmo por alguns desses próprios testemunhos. Com efeito, alguns anos após a sua dedicatória, Addison já não poderia chamar “o mais fiel amigo” àquele sôbre cuja individualidade pesava a acusação de haver injuriado os homens que tinha cortejado e lisonjeado enquanto lutava por adquirir renome e fama. De qualquer modo, Ruy confere, no particular, uma dimensão a Swift que refoge às proporções assumidas por êle perante a sociedade e os amigos em diferentes períodos de sua tumultuária e atribulada existência de homem público. O Swift do seu estudo é, em suma, um monumento de ló-

gica e consistência, e como já fez ver Samuel Butler “a lógica e a consistência constituem um luxo só para os deuses e os animais inferiores” ou para citar um autôr moderno, Aldous Huxley, no seu ensaio sôbre Pascal, “the only completely consistent people are the dead; the living are never anything but diverse”.

O Prof. W. D. Taylor parece colocar a questão em seus justos termos quando, a propósito das relações de Swift, e esse é um dos caminhos que conduzem à interpretação do seu caráter, lança as suas vistas para os dois campos opostos sem a idéia preconcebida de eliminar o partido pró ou o partido contra Swift. Como esclarece o crítico, muitos fatos autorizariam acusações desenganadas como as que emitiu Thackeray, tão combatido, seja dito, até certo ponto, não sem razão, pelo escritor brasileiro. Sob o ângulo de uma critica objetiva e desapaixonada, o Prof. W. D. Taylor explica, entretanto, que, “considerando-se as histórias em que se baseiam tais acusações, é necessário fazer-se uma distinção entre o Swift da primeira fase, o do meio e o do fim da vida. Isto feito, ver-se-á que os que o mostram como deshumano e cruel e os que apresentam alguma justificativa real para as caricaturas de Thackeray, no “Henry Esmond” e em “The English Humourists”, referem-se aos seus últimos anos de vida.” Depois de 1730 (Swift morreu em 1745), tornara-se êle um tirano e, diz o crítico, “novos afeiçoados o cercavam, muitos dêles sendo uns meros bajuladores ansiosos por gozar um pouco do sol de sua popularidade”.

Na história dos amores ou das amizades amorosas de Swift também encontrou Ruy um manancial de provas nem só da “irresistível sedução que (o Deão) exerceu sôbre os seus semelhantes” como de sua delicadeza de sentimentos e capacidade natural de ternura e afêto. A convicção de Ruy neste sentido baseia-se em trechos do “Diário de Stela” e em outras manifestações íntimas mais ou menos esporádicas de Swift, o que o leva a não admitir qualquer gesto ou atitude de crueldade ou simples asperidade dêste com as suas amantes. Mas o fato de Ruy reconhecer que Swift não

as amou já deixa entrever que existia algo de cruel em suas relações com as mulheres que o amavam.

Não resta dúvida que a melhor interpretação do pendor feminino para Swift é ainda a de Richard Garnett, quando disse a respeito da correspondência de Vanessa: "Suas cartas revelam um espirito cheio de ardôr e entusiasmo, dominado por aquela perversa inclinação que leva tantas mulheres a preferirem um tirano a um companheiro". Esse crítico proclama a sêde de dominação imperiosa como tendo sido o mais forte dos instintos de Swift. Embora essa autoridade da critica britânica não seja mencionada no seu livro, o Prof. W. D. Taylor chega às mesmas conclusões, como se vai ver, através do seguinte trecho: "Em Swift havia um egoísmo aterrador e uma obstinada determinação de ser correto a todo o custo. Em cada um dos seus três casos sentimentais êle tratou as mulheres que encorajara a amá-lo com um refinamento de crueldade... Estava sempre pronto a fulminar com uma palavra ou com um olhar a mulher ou o homem que infringia o círculo sagrado de sua vida". Mas o medo ou a intimidação produzido por Swift — assinala o crítico — convertia-se em angústia para êle próprio e, dêsse jeito, conseqüentemente, as suas desesperanças e a sua desolação perante a vida o acabaram empurrando gradativamente para o antro da loucura.

Ruy que estava crente de que havia uma "candidez ideal" nos sentimentos afetivos de Swift não podia deixar de insurgir-se, como o fez, indignadamente, contra a expressão "grotescos amores de eunuco", empregada por Paul de Saint Victor numa de suas explosões de intumescência metafórica e maligna sôbre o Deão de St. Patrick's. A expressão é sem dúvida cruel, mas não se dirá que seja descabida, dada a singularidade das relações de Swift com as mulheres que dêle se aproximaram. Para citar o próprio Ruy: "O problema da singularidade dessas relações, dessa afeição com todas as mais mimosas ternuras do amor, mas absolutamente incorpórea e insexual, resolvem-no alguns pela hipótese provável de um vício constitucional em Swift." Não exagerava Saint Victor. Sua expressão queima como braza,

mas não haveria outra para caracterizar com maior propriedade os amôres realmente grotescos de Swift.

A vida pública de Swift ou melhor dito a sua singularíssima situação de homem público, genial e incompreendido, irremediavelmente golpeado no seu orgulho pelo "contraste entre o seu merecimento e a sua situação, entre a sua consciência e a ordem exterior do mundo, entre as suas aspirações e a realidade que o cercava" (2), constituia, como é fácil avaliar, um excelente e substancioso tema para aquêle que, sendo no consenso dos seus contemporâneos, um dos maiores espíritos do seu país, sofreu, por isso mesmo, a consequência natural de possuir asas maiores do que o ninho. Nenhum escritor ou homem público brasileiro, estava, portanto, melhor aparelhado do que êle para compreender o papel e a situação de Swift como político. Sua idealização moral do Deão é produto do entusiasmo com que êle se revia nesse grande modêlo, esmagado no seu egoísmo e no seu orgulho pela "impotência incurável da sua vocação para o govêrno". Esse entusiasmo pode ser aferido em seu mais alto gráu por aquela passagem do estudo, em que Ruy, referindo-se à ação panfletária de Swift no campo da política e apoiado no depoimento a respeito de Lecky, afirma: "Tão assombroso resultado, operou-o o gênio de um só homem, em quinze mêses de esforços, propugnando êle só o seu partido contra as discórdias do gabinete, os dissídios intestinos, as combinações oposicionistas, e opondo o raciocínio, o espirito, o bom senso à invisceração pertinaz dos preconceitos populares. Elevára-se assim Swift à eminência de "um poder no Estado"; resumira em suas mãos toda a força da imprensa britânica, e tornara pendente de sua pena a opinião do país. Mas essa influência foi benfazeja, patriótica, civilizadora; porque represou uma inundação de sangue humano, e assinala, na história de sua pátria e no regime das instituições modernas, uma era nova: a entronização da imprensa, o govêrno do país pela publicidade".

---

(2) Ruy, *in* "Swift".



Ruy escreveu tais palavras numa época em que o Segundo Reinado brasileiro estava a se esboroar sob o peso de sua poderosa clava jornalística. Também êle podia gabar-se de estar realizando, no Brasil, “a entronização da imprensa, o govêrno do país pela publicidade”. E tanto é crível que o móvel do seu estudo foi o Swift político, talhado em grandeza e superioridade para realçar a honra do símile, que Ruy nega à crítica literária o direito de julgar Swift pelas regras comuns ou para citar as suas próprias palavras: “O homem a quem foi dado modificar assim o curso da história, encaminhando-o no sentido de suas convicções individuais, o homem, que, na frase de Johnson, “ditou as opiniões políticas da nação inglêsa”, e soube ditá-las com essa alta sabedoria na direção do futuro, era por seguro um estadista de marca extraordinária: não pode ser julgado consoante a bitola abstrata dos críticos de arte, em tribunais puramente literários, nem estudado no seu fôro íntimo e nos seus atos pelas sugestões de uma psicologia vulgar”. Assinale-se que Ruy caminha sempre acompanhado por alguma autoridade em seu estudo sôbre Swift. Sua preocupação dominante (não fôsse êle um grande advogado), de fazer-se convincente o leva, em todos os casos, a mencionar as autoridades em que se baseiam as suas opiniões e afirmativas. Walter Scott, citado por êle neste passo, afirmára que os sentimentos de Swift eram de um homem de estado, e não de escritor. Empenhado em fixar a ascendência superior do estadista, Ruy louva-se em Scott quando afirma: “Sua indiferença à reputação de literato era absoluta. Seus livros são golpes desfechados na luta; hão de avaliar-se pelos efeitos. “Apreciá-los segundo um padrão meramente literário seria o mesmo que julgar um mestre de esgrima pela graça de suas atitudes”. Nêles, aos olhos do autôr, tudo era accessório, insignificante, desprezível, salvo o fim prático, a que se destinávam. Cada uma de suas produções representava um mecanismo dinâmico, calculado para a realização atual de grandes cometimentos: a remoção de um abuso, a destruição de um partido, a deslocação de um preconceito, a derivação de uma corrente política, a debelação de uma



guerra sanguinosa. Quais os seus livros, tal o seu caráter. Errareis, se o não considerardes, acima de tudo, como homem de ação e homem de governo. Na balança, onde houverdes de pesá-lo, os elementos de julgar são, ao lado de seu gênio, os característicos do meio e do tempo, os motivos, os intuitos, os resultados.”

Está visto que o conceito de crítica ainda estava, no tempo em que Ruy escreveu o seu ensaio, comprometido por uma série de truismos que tinham as suas raízes ou na pedanteria pedagógica ou no impressionismo romântico. O crítico podia então liquidar a sua tarefa, às vezes, com uma metáfora e, na verdade, o que se procurava surpreender acima de tudo nos esgrimistas da literatura era quase unicamente “a graça de suas atitudes”.

Ruy revia-se ainda em Swift quando procurava separar neste o político do homem de letras. Trinta anos depois, no seu discurso por ocasião do jubileu, na Biblioteca Nacional, em 1918, Ruy, viria a proclamar de maneira extraordinariamente significativa que, “ainda quando se trate, realmente, de gigantes das letras, o lustre delas não basta para levantar nações e determinar asserções de solidariedade coletiva tão amplas, tão calorosas e tão sincronizadas como as desta natureza”. O que Ruy não quisera para Swift também recusára para si mesmo: o ser julgado pela “bitóla abstrata da crítica de arte”. Por isso, deu-se êle pressa em caracterizar a sua indiferença à reputação de literato, contrariando, aliás, o sentido que se quiz dar inicialmente às festas do seu jubileu, frisando incisivamente em certa altura daquêle discurso: “Mas qual é, na minha existência, o ato da sua consagração essencial às letras? Onde o trabalho, que assegure à minha vida o caráter de predominante ou eminentemente literária? Não conheço. Traços literários lhe não mingam, mas em produtos ligeiros e acidentais, como o “Elogio do Poeta”, a respeito de Castro Alves; a oração do centenário do Marquez de Pombal; o ensaio acêrca de Swift; a crítica do livro de Balfour; o discurso do Liceu de Artes e Ofícios, sobre o desenho aplicado à arte industrial; o discurso do Colégio Anchieta; o discurso do Instituto dos Advogados; o pa-

recer e a réplica ácerca do Código Civil; umas duas tentativas de versão homométrica da poesia inimitável de Leopardi; a adaptação do livro de Calkins, e alguns artigos esparsos de jornais, literários pelo feitio ou pelo assunto. Que mais? Não sei, ou de pronto me não lembra. Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões religiosas, questões sociais, projéto, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que êsses cincoenta anos me não correram na contemplação do belo, nos laboratórios de arte, no culto das letras pelas letras.”

Mas, seria devéras Swift indiferente à sua reputação literária? O fato de haver lançado obras acobertado por diferentes pseudônimos não autorizaria por si só essa afirmação. O Prof. W. D. Taylor mostra, por outro lado, que nenhum escritor inglês realmente grande jamais revelou tamanho cuidado com os seus escritos quanto Swift. “Êle punha cada palavra com toda a segurança em seu próprio lugar e experimentava cada fio de sua cóta de malha. Não era, talvez, um escritor vagaroso — prossegue o critico —; êle captava uma idéia tão ligeiro como esta lhe surgia, mas, pelo menos no que se refere a trabalhos puramente literários, durante anos levava a fazer adições e correções.” Assim, na composição de uma pequena obra como “Gulliver’s Travels” consumiu nada menos de dez anos. Custaram-lhe quatro anos de trabalho “A Tale of a Tub” e “The Battle of the Books”. Se êsse extremado zelo de Swift por suas obras não constitui uma evidência insofismável de seu interêsse em desfrutar de uma boa reputação literária impondo-se à sua posteridade por êsse traço assegurado da immortalidade do espirito, então, existia também nesse zelo qualquer coisa de mórbido. A posteridade soube aliás premiar-lhe o esforço beneditino de perfeição literária, atingida em grau ainda inegualado na literatura inglesa, como se pôde inferir da seguinte confissão extraída de um livro de memórias do escritor Somerset Maugham, cuja qualidade de fino estilista é conhecida: “The prose of Swift enchanted me. I made up my mind that this was the perfect way to write and I started to work on him in the same way as I had done with Jeremy

Taylor. I chose *The Tale of a Tub*. It is said that when the Dean re-read it in his old age he cried: "What genius I had then!" To my mind his genius was better shown in other works. It is a tiresome allegory and the irony is facile. But the style is admirable. I cannot imagine that English can be better written" (3).

Ruy estava certo de que Swift foi também um escritor genial, mas não abriu mão de seu ponto de vista pelo qual é levado enfim a declarar sumariamente: "Diz-se que suas obras literárias são indestrutíveis: não o é menos a sua obra social". Indiretamente, pelo visto, já na época do seu estudo que remonta a 1887, justifica-se Ruy, através de Swift, da preferência que a sua formidável vocação política lhe impunha e mercê da qual o Brasil teve encarnada nêle a sua mais lídima consciência liberal de todos os tempos.

Era-natural que Ruy não reconhecesse a eiva de egoísmo, e egoísmo violento, que estava no fundo do patriotismo de Swift. Daí perguntar, em certa altura do seu ensaio: "Esta identidade de sentimentos e simultaneidade de ação nos dois continentes, nas duas Inglaterra, não estará mostrando a ausência de sentimentos egoísticos, o alto patriotismo, a inspiração superior a que obedecia a agitação suscitada e dirigida por Swift?". Entretanto, conforme a observação de Richard Garnett, se metade do patriotismo de Swift dimanava de um ódio instintivo da opressão, a outra metade era uma resultante de egoísmo contrariado. "Faltava-lhe completamente — diz aquêle crítico — a aspiração ideal que um patriota deve necessariamente possuir; e o seu ódio à vilania era muito mais intenso que o seu amôr da virtude". Essa observação se coaduna com a do Prof. W. D. Taylor, segundo a qual o defeito dos panfletos de Swift consiste em que, impellido por seu egoísmo desapossado, estava êle sempre pronto a condenar intempestivamente qualquer projéto de reforma política que não fôsse de sua autoria. "Êle foi um chefe de rebelião — diz o crítico — que colocou os seus próprios e violentos preconceitos e animosi-

---

(3) "Summing Up" — Ed. William Heineman Ltd. — Londres.

dades acima de tudo. Não foi levado por um puro amor do seu torrão nativo que êle empunhou a bandeira da revolta e despertou até à febricidade o ânimo do povo irlandês. Todavia, entre o sedimento de preconceitos e animosidades ardia uma impetuosa e crescente indignação contra as injustiças que a Irlanda sofreu”.

Tendo consagrado quase metade do seu estudo à personalidade do homem de estado e do escritor político, Ruy procurou explicar o homem de letras um tanto às pressas se tivermos em mente que esse estudo fôra elaborado expressamente para servir de introdução a uma adaptação brasileira das “Viagens de Gulliver” destinada à infância e, por isso, extreme de quaisquer pormenores inconvenientes do original. “A infância e o povo — assevera Ruy, salientando as excelências da obra — ainda não encontraram leitura mais ao seu sabôr. A fábula engenhosa, que os teóricos políticos circunspectamente inscrevem na classe das Utopias de organização social (segundo Cornewal Lewis, citado abaixo), é, ao mesmo tempo, excetuados certos lances, o livro mais aprazível, que já se escreveu para crianças (conforme L. Stephen, também citado abaixo).” Citando mais adiante o crítico Richard Garnett faz ver Ruy que “raros livros teem contribuido tanto para a inocente deleitação do gênero humano, como os dois iniciais das “Viagens de Gulliver”. Pois bem, apesar do expurgo a que essa obra foi submetida na sua adaptação para a leitura infantil, achava Kipling que pô-la ao alcance das crianças “é como projetar o resplendor de um vulcão para alumiar o leito de uma criança”. Não admite Ruy que se infira das exagerações das “Viagens de Gulliver” contra a índole moral de Swift e, nisto, é secundado pelo Prof. W. D. Taylor, para quem, a certos aspectos, essa obra satírica foi o melhor sermão que o Deão de St. Patrick’s pregou. Mas, com uma ressalva, a de que êsse sermão só é cristão pela metade, por não haver nêle nenhum vislumbre de salvação, salvo pelo “humour”.

Apoiando-se ainda uma vez em Leckly, afirma Ruy de maneira a isentar Swift da eiva, que lhe atribuíram, tão merecidamente, de escritor impuro e escatológico, que “diver-



samente de Sterne, de Byron e do naturalismo contemporâneo, os seus escritos “não despertam nunca uma curiosidade impura, não dotam o crime de seduções e amávios, e pode-se dizer que ainda ninguém foi induzido por essa leitura a práticas viciosas”. Entretanto, o “humour” de Swift está saturado de um realismo grosseiro, por vezes escatológico e que, como procede o Prof. Taylor, uma vez comparado com o de Rabelais, revela um fundo meramente vicioso e mórbido. “Ele foi obsessionado — diz o crítico — por uma fantasia corruta (“a vicious fancy”) segundo a qual todas as funções do corpo são degradantes”. Alguns dos seus poemas, para já não citar a sua obra em prosa, especialmente as “Viagens”, não deixam dúvidas sobre a existência em Swift daquela curiosa obsessão que Aldous Huxley denomina de “the hatred of bowels”, em razão da qual Swift “deve ter odiado a palavra “intestinos” até o extremo da insanidade”. O magnífico ensaio em que Huxley desenvolve as suas idéias a esse respeito procurando fixar as reações de Swift perante o infra-humano constitui, aliás, uma incisiva réplica da crítica moderna, abastecida pelo espírito científico, às tendências liberais de que Ruy foi um alto e destemido representante na apreciação da complexa figura do misântropo de “A Tale of a Tub”.

Já tendo sido submetido às experiências da crítica de Taine, dita científica, “para os estudiosos de zoologia moral e os naturalistas do espírito”, Swift veio por fim a ser julgado por um estudioso de biologia moral. Não obstante, a Esfinge de St. Patrick’s continua a desafiar os críticos que cruzam por seu caminho solitário e hostil.



## A MORENINHA CENTENÁRIA

MARIO CAMARINHA DA SILVA.

Num belo dia de 1844, neste Rio de Janeiro, então vivendo assoberbado pelo peso da glória de João Caetano, Cavaleiro da Ordem de Cristo, capaz de emocionar toda a cidade com os dramas que representava, neste Rio de Janeiro então românticamente condoído do sofrimento musical dos pobres heróis dos melodramas italianos, então poéticamente ususpiroso e saudável dos bons tempos em que havia “mais respeito, mais amor, mais religião”, num belo dia de 1844 houve um “acontecimento literário”: apareceu nas livrarias um *romance* brasileiro da atualidade sob o título de *A Moreninha*, por Joaquim Manuel de Macedo, com uma estampa e a música da balada que canta a heroína. E tinha 255 páginas. Duzentas e cinqüenta e cinco páginas!

Foi uma bomba! O romance era, como o autor, jovial, brincalhão, cheio de graça e de vida. A ação passava-se entre gente moça, em ambiente festivo, numa ilha romântica, com muitos estudantes, muitas donzelas, com dansas, jogos de prendas, partidas de toda sorte. Ninguém morria, o par amoroso não se desfazia, não havia casamento por interesse e os heróis não deixavam de ser felizes senão nos breves momentos em que isso podia realçar o sabôr da história. E além de tudo isto... algumas cenas irreverentes relativas aos processos usados pelas donzelas casadouras na caça aos maridos, e mesmo algumas descrições femininas tentadoras, com um pouco de sal aqui e ali: vontades de dar dentadas em pés femininos, doces contátos de mãos, roçar de seios... Enfim, uma bomba!

Causou estrondo na Còrte, neste Rio de Janeiro de 1844. Onde se vira isto! Pòr assim a descoberto, em letra de fôrma, personagens que poderiam ser apontadas a dedo na Rua do Ouvidor! Em que autor se poderia encontrar esta forma desabusada de narrar as suas elocubrações em tórno da vida de uma cidade que ainda era iluminada por escasas lâmpadas de azeite de peixe, que tinha pouquíssimos carros, que dormia com o toque das dez!...

A narrativa com caráter novelístico fizêra a sua aparição havia apenas cinco anos. No século XVIII houvéra duas tentativas didáticas de valôr, então já bastante esquecidas: o *Peregrino da América*, “mais narração, dialogada, de viagem, ou suposta viagem, entremeada de peripécias românticas, e escritas com intuito religioso-moral, do que vero romance” (1), e as *Aventuras de Diófanes*, que não passam de “um romance de aventuras, com intuito pedagógico, tal como o seu modelo — o *Telêmaco* (2). De fins do século XVIII e começos do XIX havia em abundância pequenas narrativas anônimas, noveletas de cordel, nos gêneros da *Princesa Magalona*, do *De cozinheiro a comendador*, envolvendo freqüentemente ataques pessoais, com capa de fantasia, a ricos e potentados da época. No mais, romances estrangeiros, franceses sobretudo, e portuguezes. Romances que, românticamente, voltavam-se para a tradição, para a história.

Assim que tivemos o estímulo material do meio (3), isto é: a fundação de várias instituições de cultura, entre as quais o Instituto Histórico, em 1838, e a imprensa literária, mesmo nos jornais comerciais ou políticos, que tanto iria contribuir para o desenvolvimento da literatura imperial, — assim que houve uma leve aragem de acolhimento em redor das produções literárias, não tardou o aparecimento dos nossos romances históricos, que, no caso, eram as “crônicas dos tempos coloniais” ou as “do tempo do rei”.

Em 1839 dá-se o surto novelístico romântico, e terá tal vigor que em menos de um lustro o romance brasileiro adquirirá vitalidade. Nesse ano lança Pereira da Silva dois ensaios de narrativas históricas “que nem sequer chegam a

ser novelas...” Tanto o *Aniversário de D. Miguel em 1828*, com suas 33 páginas, como *Religião, Amor e Pátria*, de 47 páginas, são tentativas falhadas, desprovidas de qualquer mérito, exceção feita do fato de serem das primeiras tentativas de um gênero balbuciante. E das poucas páginas em que se desenrolam... (4). No ano seguinte volta Pereira da Silva a tentar o romance, com a publicação, no “Jornal do Comércio”, de *Jerônimo Côrte-Real*, crônica do século XVI, que, embora revele um bom avanço sobre a sua técnica anterior, não passa de uma fraca tentativa, que tem contra si, além da fraqueza do autôr, a do gênero que pretende conciliar duas coisas que não se casam: história e invenção, como dizia Manzoni, ou evocação e criação, como diz o Sr. João Gaspar Simões. (5). Nesse mesmo ano, querendo, segundo Inocêncio, “fazer chegar ao conhecimento do público a interessante carta de Pero Vaz de Caminha”, que descobrira na Torre do Tombo, Varnhagen “prefere a forma de romance por ser este o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país”, e publica, no “Panorama”, famoso jornal literário português, a *Crônica do Descobrimento do Brasil*, que logo apresenta, refundida, com o título de *O Descobrimento do Brasil*, aqui no Rio. Tinha o historiador sorocabano vinte e quatro anos e deixou-se levar pela voga que tinha o gênero em Portugal, mas nunca mais tentou ensinar história através de romances, desviando-se do seu caminho (6). Outro que também neste mesmíssimo 1840, segundo Artur Mota, “desviou-se da sua tendência natural e espontânea” para ensaiar o romance histórico foi Martins Pena, com *Duguay Trouin* (7).

Em 1841 passamos da *crônica* ao *romance*, que isto diz ser Joaquim Norberto de Sousa e Silva *As Duas Órfãs*, narrativa de trinta e cinco páginas que publica sob a epígrafe muito apropriada de “O horrible! horrible! most horrible!” Caímos dentro do gênero romântico da pior espécie, no romance bastante complicado, “demorado nas trivialidades de um enredo cheio de incidentes para retardar o desenlace da ação principal”, conforme quer o mesmo Joaquim Norberto ao falar de Teixeira e Sousa, que o seguiu em 1843, com

“*O Filho do Pescador*, romance original brasileiro”, todo choroso, de um romantismo açucarado, lembrando um tanto *Paulo e Virginia*, que lhe é, sob todos os aspectos, incomparavelmente superior (8). *O Filho do Pescador* está muito acima das obras anteriores, apesar de se perder em descrições convencionais, que lhe retiram quase todo o valor, mas que o autôr considerava da máxima importância: “A descrição das cenas da natureza é a pedra de toque do escritor!” — exclama na epigrafe do primeiro capítulo do livro. Ademais, na “Carta que serve como de Proêmio”, dirigida a uma senhora, diz: “Agora exigis de mim um romance em prosa; a tarefa é-me difícil, não pela obra em si própria, mas pelas pessoas a quem êle se-deve dirigir; porque medizeis que desejais um romance para vós, vosso marido, vosso filho e vossa filha! Que tarefa! Um romance para uma senhora casada e mãe; para um marido e pai, e enfim para dous jovens!...”

Era desta ordem o romance que existia até 1844. Não se sabia ao certo o que era romance e o que não era. Vemos serem chamadas de “romance” várias narrativas que difficilmente se podem aceitar como contos, vemos o próprio Teixeira e Sousa ficar indeciso na classificação de uma narrativa em verso e preocupado mais com os leitores do que com a obra. Enfim, sente-se, por todos os lados, a insegurança de quem pisa terrenos virgens.

Macedo mesmo, ao publicar *A Moreninha*, mostra-se bastante indeciso sobre o que sejam aquelas páginas escritas às quais se atreveu a dar o nome de *Romance*; confessa que “garatujou” o livro em trinta noites, durante as férias de 1843, no “belo Itaboraí”. “Longe do bulício da corte e quase em ócio, a minha imaginação assentou lá consigo que bom ensêjo era êsse de fazer travessuras e em resultado delas saiu — *A Moreninha*”, diz textualmente nas “Duas Palavras” preliminares. E assegura ter tido primeiramente a intenção de “corrigir as imperfeições” da obra, que lhe parece “uma composição balda de merecimento e cheia de irregularidades”; chega a pedir que não passem por alto os defeitos que se fizerem notar na obra, que acusem tais de-



feitos em *A Moreninha*, porque dessas acusações saberá tirar proveito nos três livros já prontos. Depreende-se de tudo isto que esperava severas censuras à filha, julgada impertinente, travêssa, traquinas.

Mas a crítica, que não se fez esperar na voz de Dutra e Melo, poeta e professor de vinte e um anos de grande nomeada, rasgou os mais altos elogios ao livro, enquadrando-o no protótipo do romance romântico: poético, sentimental e moralizador. Passou por cima de tudo o quanto *A Moreninha* tinha de escandaloso para a época, e fixou o que ela valia como realização, sem deixar de situá-la rapidamente em relação às “belas páginas” que tinham produzido anteriormente “autores de merecimento, poetas distintos” no campo da ficção (9).

“Do ponto de vista literário, era, sem dúvida, um grande progresso: até hoje pode-se lêr, e se lê ainda muito *A Moreninha*, que não perdeu de todo o seu poder de fascinação sôbre a alma brasileira”, afirma o Sr. Pedro Dantas no mais penetrante ensaio que já se escreveu sôbre *O Romance Brasileiro*.” E diz mais: “a repercussão desse livro foi enorme. Pela primeira vez o público se apaixonou por uma personagem brasileira, que tinha a virtude de encarnar com rara felicidade as suas aspirações” (10). E o público, apaixonado, pronto se esqueceu do brejeiro, do malicioso, do divertido que tinha a história, para impressionar-se com o romântico amor de D. Carolina e Augusto e logo identificou a ilha de...: Paquetá! E começou a romaria lírica à Pedra da Moreninha, à Gruta da Moreninha, à Chácara da Moreninha, que tem os troncos das suas árvores rendados de corações flechados, nomes acasalados, iniciais entrelaçadas que sucessivas gerações de amantes e noivos foram neles gravando.

As edições vieram, umas atrás das outras, indefinidamente. Macedo escreveu numerosos outros romances, mas ficou para sempre conhecido como “o Macedo da Moreninha”. Macedo morreu, e um a um foram sendo esquecidos os livros, romances, poemas, dramas e comédias, daquele que por trinta anos seguidos, de 1844 a 1873, fez rir a êste



Rio de Janeiro, “que tão depressa se deslembrou do outróra mais lido, mais espalhado de todos os escritores nacionais”, dizem melancolicamente, em 1906, Silvio Romero e João Ribeiro (11); todos, menos *A Moreninha*, que, em 1915, José Veríssimo proclama ser “talvez o [romance] que maior número de edições e republicações tem tido no Brasil” (12) e de quem, em 1940, o Sr. Manuel Bandeira diz o mesmo, sem o “talvez”: “nenhum romance brasileiro tem tido tão numerosas edições” (13).

Tão grande foi a aceitação da obra, mesmo nos primeiros tempos, que Macedo perde aquela indecisão das “Duas Palavras”, e se atira a fabricar romances e mais romances do mesmo còrte. Procedia de forma bastante simplista: armava umas tantas personagens características — estudantes de magra mesada e farta conversa, moças namoradeiras ou apaixonadas, velhas gaiteiras, comendadores ridículos, vilões apomadados, e novamente moças, moças de tóda sorte e em todos os trajés — e jogava-as em cenas ora cómicas, ora sentimentais, raramente trágicas. Esta técnica, transposta para o teatro, valeu-lhe a sucessão legitima a Martins Pena no reino da comédia; no romance, deu-lhe grande sucesso immediato, mas foi a causa da perdição da sua obra, salva *A Moreninha* pela originalidade. Esta mesmo, agora desintegrada e disposta em cena pelo Sr. Miroel Silveira, quase sem perda, demonstra a teatralidade do processo macediano.

Passarão os anos, e Macedo continuará do mesmo jeito em matéria de romance; virá José de Alencar com seus sucessos retumbantes e Macedo não se alterará; virá Machado de Assis, o romântico de *A Ressurreição* e de *A Mão e a Luva*, e, então, em Macedo, segundo o Sr. Astrojildo Pereira, talvez “podéramos vislumbrar um ou outro reflexo do jeito e da intenção” do mestre (14...).

Mas, se Macedo continuará sempre dentro da mesma técnica, embora respeitando rigorosamente os costumes das épocas que vai retratando, como se depreende da pesquisa que é, nesse sentido, o artigo do Sr. Astrojildo Pereira, e se isso lhe matará a obra, uma vantagem e uma glória lhe dará

o processo que iniciou com *A Moreninha*, "romance de donzelas, para donzelas": a de ter ensinado Alencar "a pôr Ceci a correr, nas margens do Paquequer; a fazer Diva andar nas proximidades do Rio Comprido; a passear Carolina, nos jardins de Santa Teresa; a ajudar Luciola a subir as escadas que vão dar à igreja da Glória...", conforme apontou o Sr. Rosário Fusco ao tempo em que o Sr. Astrojildo Pereira negava a opinião de Silvio Romero de que d'*A Moreninha* não seria difícil encontrar algum reflexo "nos dois citados romances de Machado" (15).

Glória maior do que essa, só esta, centenária, do favor público.

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

A título de informação histórica e crítica, indico aqui as fontes que podem servir ao estudo do desenvolvimento inicial do romance brasileiro e que forneceram a parte documentária do artigo.

(1) J. Leite de Vasconcelos, "*O Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, como fonte de investigação etnográfica", reproduzido da revista *Biblos* na ed. do *Peregrino da América* da Academia Brasileira, Rio, 1939, Parte II, vol. II, p. 4 (6.<sup>a</sup> ed., completada com a 2.<sup>a</sup> parte, inédita). Eis o título da edição princeps: "*Compêndio Narrativo do PEREGRINO DA AMÉRICA em que se tratam varios discursos Espirituais, e moraes, com muitas advertencias, e documentos contra os abusos, que se achão introduzidos pela malicia diabolica no Estado do Brasil*. Dedicado à Virgem da Vitoria, Emperatriz do Ceo, Rainha do Mundo, e Senhora da Piedade, Mãe de Deos. Autor Nuno Marques Pereira — Lisboa Occidental — Na Officina de Manoel Fernandes da Costa. Impressor do Santo Officio — Anno de M.DCC.XXVIII. — Com todas as Licenças necessarias."...

(2) Mario Camarinha da Silva, *Introdução ao Estudo das Origens do Romance Brasileiro*, Rio, 1941, p. 58. Outro título significativo: "*MAXIMAS DE VIRTUDE E FORMOSURA com que Diófanes, Clymenea, e Hemirena, Principes de Thebas, vencerão os mais apertados lances da desgraça* — Oferecido à Princesa D. Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana — Por Dorothea Engrassia Tavareda Dalmira — Lisboa, — Na Officina de Miguel Menescal da Costa, — Impressor do Santo Officio — Anno M.DCC.LII — Com todas as licenças necessarias."

Estas *Aventuras* de vida aventureosa têm, além dessa edição de 1752, mais três: a de 1777, a de 1790 e a de 1818; o Sr. Ernesto Bizarro Ennes noticiou a existência de três em Portugal: falta a de 1790, que é justamente a que

existe em maior número no Brasil (a Biblioteca Municipal tem um exemplar, noticiado pelo Sr. Rui Bloem, especialista no assunto, e a Biblioteca Nacional tem dois, além de um da edição de 1818, que é uma mutilação da obra original). Nessa edição de 1790 é que a obra foi pelo editor atribuída a Alexandre de Gusmão — contra que se levantou a crítica moderna, em favor da autoria de Dona Thereza Margarida da Silva e Orta (Thereza com z, conforme assinatura autógrafa divulgada pelo Sr. Ennes, o que torna ligeiramente imperfeito o anagrama com que se escondeu a irmã de Matias Aires). Outra particularidade interessante referente à edição de 1790 é a de que os dois exemplares da Biblioteca Nacional não são iguais: um deles, além de saltado de duas páginas (165 e 166), começa o Livro V — na pág. 181 — com vinheta diferente, bem como finaliza o Livro IV com ornamentação que o outro não possui, aparte pequenas outras diferenças...

(3) Pedro Dantas, em *O Romance Brasileiro*, ensaio publicado pelo Serviço de Cooperação Intelectual, para distribuição no Exterior, e republicado na *Revista Acadêmica*, ns. 48-51, 1940, acentua êste ponto, até então despresado.

(4) *O Aniversário de D. Miguel em 1828*. — Rio de Janeiro, 1839. *Religião, Amor e Pátria*. — Rio de Janeiro, 1839.

(5) Cfr. Alessandro Manzoni, *Del Romanzo Storico e, in genere, de' Componimenti Misti di Storia e d'Invenzione*, ensaio inserto na ed. Lesca de *Tutte le Opere* de M., Firenze, 1923, e João Gaspar Simões, "O Romance e seus Problemas", ensaio dos *Novos Temas*, Lisboa,....

(6) Francisco Adolfo Varnhagen, *O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do décimo-quinto século — 2.ª edição autêntica — Revista correta e acrescentada pelo autor — Rio de Janeiro, 1840*. Vd. também "O Descobrimento do Brasil", no vol. IX, p. 4117, da Biblioteca Internacional de Obras Célebres.

(7) Únicas referências sobre o *Duguai-Trouin*: Artur Mota, *José de Alencar, o escritor e o político*, Rio, 1926, dá-o como tendo sido publicado na "Sentinela da Monarquia" ou no "Correio" de 1840 em diante; Haroldo Paranhos, *História do Romantismo no Brasil*, São Paulo, s.d., p. 249 cita-o como publicado, em folhetins, no *Jornal do Comércio*, mas não indica a época.

(8) *O Filho do Pescador*, Rio, 1843 (Tipografia de Paula Brito).

Em 1859 estava na quarta edição, o que prova um sucesso relativo inicial, que não foi mantido nos romances seguintes. Sobre Teixeira e Sousa convém consultar o artigo do Sr. Aurélio Buarque de Holanda no número que a *Revista do Brasil* dedicou ao estudo do Romance Brasileiro (N.º 35 da 3.ª fase, Maio de 1941).

(9) Cfr. "A Moreninha", na *Minerva Brasiliense*, n.º 24, 1844, pág. 747, artigo êsse que iria servir de prefácio à 5.ª edição do romance de Macedo.

(10) Acho que nestas palavras se encontram a melhor defesa para a acusação feita pelo Sr. Olívio Montenegro, em *O Romance Brasileiro*, Rio, 1838, p. 30, à "ideologia sentimental" de Macedo, excluído do estudo um tanto arbitrariamente. Se a ideologia de Macedo era essa, também era essa a da sua época. E êle foi um *retratista* desta, nada mais.

(11) Cfr. Sílvio Roméro e João Ribeiro, *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, 2.<sup>a</sup> edição refundida, Rio 1909, p. 262.

(12) Cfr. José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.<sup>o</sup> milheiro, Rio, 1929, p. 235.

(13) Cfr. Manuel Bandeira, *Noções de História das Literaturas*, São Paulo, 1940, p. 305.

(14) Cfr. Astrojildo Pereira, "Romancistas da cidade: Macedo, Manoel Antônio e Lima Barreto"; no referido número da *Revista do Brasil* (Maio de 1941), em que há dados curiosíssimos a respeito dos romances de Macedo e das suas donzelas.

(15) Cfr. Rosário Fusco, "Posição de José de Alencar", nesta *Revista Brasileira*, n.<sup>o</sup> 1 (junho de 1941), notável revisão crítica do assunto.

## MACEDO — ORADOR DA TURMA

CIRO VIEIRA DA CUNHA.

Houve um tempo em que os moços, muito mais que uma necessidade, julgavam uma obrigação a conquista do título de doutor. Assim, buscavam as Escolas Superiores os que tinham inclinações para as profissões liberais, os que desejavam continuar as tradições doutorais da família e, também, os que não possuíam inclinação a obedecer nem tradições a seguir. A todos, atraíam as Faculdades. E, nelas ingressando, se, dentre os dois últimos grupos, ficavam muitos em meio do caminho — como aconteceu a Bilac, Pardal Mallet, Ney, Alcindo Guanabara... — iam outros até o fim do curso, sem que, entretanto, se viessem a valer do diploma, como sucedeu a José do Patrocínio que, entre dar nome a uma farmácia e fazer-se professor, preferiu o mistér de mestre-escola que haveria de levá-lo ao casamento, presa que se fez da bondade e simpatia de uma das alunas. Em todo caso, o campeão abolicionista chegou a lembrar-se do título que lhe dava o direito de assumir a responsabilidade dos trabalhos de um boticário qualquer... Com Joaquim Manoel de Macedo, nem isso se deu. Saído da Faculdade de Medicina, após defêsa de tése e solene colação de gráu, nunca se dedicou à clínica. Conta-se mesmo que, de uma feita, aflito, altas horas da noite, saiu Macedo de casa, em busca de um médico, afim de obter um atestado de óbito, havendo pôsto a alma aos pés quando um amigo lhe lembrou sua situação de doutor pela Faculdade da Côrte... Havia esquecido que era médico. E porque êle próprio esqueceu, através dos tempos — longos tempos, que morreu com trinta e



oito anos de formado — que era médico, tanto se deixou absorver por sua legítima inclinação de escritor, de sua passagem pela Faculdade de Medicina, bem pouco têm falado seus biógrafos e críticos, como um involuntário respeito ao romancista que não cultivava a lembrança de sua qualidade de “doutor de curar”... Foi por isso que, nêstes dias de comemoração do centenário de *A Moreninha*, buscamos recordar um episódio da vida de Joaquim Manoel de Macedo — o Macedinho — no velho casarão da rua da Misericórdia, por onde, no correr dos anos, iriam passar, em busca do título abandonado, Lopes Trovão — o ainda estudante e já signatário do Manifesto de 70 que, vendo rejeitada sua tese pela Congregação, escreveu outra com perversa dedicatória aos professores, e Constâncio Alves — homem que viveu entre livros, só publicou um livro e morreu com um livro na mão...

Ainda estudante, já se entregava Macedo à literatura. Era figura de realce nas fôlhas do tempo. Publicára *A Moreninha*, que a crítica recebera com aplausos e o povo lêra com agrado. Era um nome querido naquêle Rio de poucos habitantes e pouca higiene, ainda servido pelos célebres ônibus, que as gôndolas só seriam inauguradas em 1846, quando, também, surgiriam as barcas para Botafogo cobrando 240 réis de passagem às pessoas calçadas e 80 réis às descalças... Nesse Rio é que Macedo via escoar-se a fase de sua vida de estudante, assistindo, em 43, ao lançamento do *Espelho Fluminense* — “o melhor jornal de modas do Brasil”, na frase de Gondin da Fonseca — entediando-se, nos saráus familiares, com as enjoativas quadrilhas, que a polca só viria a aparecer em 1845, um ano antes do primeiro baile de máscaras, e sofrendo a amargura dos candieiros de azeite, pois, só em 1854, seria introduzida a iluminação a gás, não obstante a opinião de um desembargador que afirmava “não poder haver luz sem torcida”, à qual, entretanto, se sobrepôs, vitoriosa, a mentalidade progressista de Mauá... Nêsse ambiente, é que Macedo alcançava o último ano de Faculdade. Se não conseguira brilhar, aos olhos dos professores, numa afirmação luminosa de raro tino clínico,

firmára-se, entretanto, como expressão intelectual, aparecendo nas colunas das fôlhas e falando à alma romântica da cidade com as páginas ingênuas de *A Moreninha*. Isto haveria de fazê-lo, entre os companheiros de estudo, o “naturalmente indicado” para orador da turma. E foi o que aconteceu. Coube-lhe “interpretar os sentimentos” dos moços que terminavam o curso, já saudosos dos bancos escolares e cheios de medrosa esperança na Arte que iria, por Anatole, ser chamada de “loja de mentiras”, para Miguel Couto acrescentar, com grandeza de alma, aquêlê famoso “sim, de abençoadas mentiras”... Nascido para as letras, buscando, na Faculdade, mais que a arte de ser médico a obrigação de ser doutor, é de sentir que, ao fim do curso, não fôsse Macedo possuidor de largos e profundos conhecimentos de clínica ou cirurgia, mas se mostrasse dono de bôa cultura literária. E era isto apenas o que buscavam os doutorandos, ao ser feita a escôlha do orador da turma. Não desejavam uma figura capaz de, num discurso, desdobrar as teorias modernas à época ou os recursos terapêuticos trazidos pelas malas da Europa. O que êles queriam era uma inteligência em condições de eloqüente afirmação de palavras sonóras aos ouvidos do Imperador que, segundo hábito sempre mantido, presidiria à solenidade: um discurso de imagens retumbantes, ao invés de uma página de cultura médica. E como se houve Macedo da emprêsa que lhe entregaram os colegas? Dada a sua evidencia como escritor, é de crêr que muita gente acorrêsse à cerimônia, antessentindo o prazer de um belo trabalho, o qual ficasse, literariamente, a marcar uma época, à maneira do que viria suceder, muito tempo depois, com a oração de Francisco de Castro, já como professor, ao paraninfar uma turma, discurso que iria provocar elogios da pena de Ruy Barbosa, em artigo já agora transformado em prefácio da notavel alocução do grande mestre que fórma, com Torres-Homem e Miguel Couto, a trindade imortal da Medicina Brasileira. Macedo, entretanto, não era dado às frases-girândolas, das que eram moda entre os oradores afamados do tempo. A êle, o que seduzia era a linguagem simples em espêlho do cotidiano.

Apesar disso, contrariando a simplicidade descuidada de seu estilo, traçou seu discurso dentro das linhas clássicas — marcando o exórdio e assinalando a peroração — sem, entretanto, apesar de se lhe sentir o rebuscamento de algumas frases, alcançar fugir de todo à feição que era tanto de seu agrado... Bem compreendendo que o eleito não fôra o estudante sem altos vãos nas provas, mas o literato que publicára *A Moreninha*, não se largou Macedo a citações pedantes, em refléxo de fácil, mas falsa, erudição, deixando-se longe de preocupações científicas, tal qual já o havia feito na tésede de doutoramento, na qual se entregára ao *Estudo clínico da nostalgia*...

Vale a pênna — neste esquecido centenário de formatura do médico — acompanhar, passo a passo, a despedida do estudante à Escola que lhe entregava um título do qual não iria valer-se nem mesmo lembrar-se, numa hora aflitiva, para a assinatura de um atestado de óbito... E aqui está o Macedinho, frente ao “seléto auditório”, laudas à mão, tranquilo no ambiente de simpatia que lhe haviam criado as páginas do romance que iria, através dos tempos, ser o encantamento das almas adolescentes e dos corações batidos pelo lirismo das noites de luar... E o doutorando principia: “Senhor! Assim como as nações, os homens contam também dias memoráveis, que marcam épocas importantes no calendário de sua vida: dóra avante vinte e dous filhos dessa família imensa, de que V. M. I. é o extremoso Pai, terão seu dia de belas recordações neste, que hoje vai correndo, em que se passa para êles um ato, que, em si mesmo já solene e grandioso, se tornará lisonjeiramente indelével pela lembrança, de que mereceu ser Honrado com a Presença Augusta de V. M. I. . . .” Para terminar o exórdio, em cansada imagem, com altos louvôres ao Imperador, atento, por certo, às palavras do jovem médico, a quem veria, mais tarde, ingressar numa lista senatorial: “. . . sempre zeloso Protetor das Letras, onde quer que elas se cultivem, aparece e brilha para animar os que as procuram, como um genio de nobres inspirações; para tornar menos espinhosa e mais fácil a estrada que os deve levar a elas, semelhante à divina

estrêla guiando os passos dos Magos do Oriente!” Vai, agora, o orador, “no momento em que se nos abre a difficil porta de uma vida”, “na hora em que nós estamos entre um passado de fáceis cuidados e um futuro de sérios deveres”, pedir permissão para, “antes de mandar uma saudação ao futuro, deixar uma grande saudade ao passado”. Não fôge Macedo aos moldes do tempo, os quaes, cem anos decorridos, ainda por aí se vêm obedecidos em discursos escolares de fim de ano, com as inefaveis tiradas do “momento de alegria porque vamos rever nossos pais” e do “instante de tristeza porque vamos deixar nossos queridos mestres”... E diz o autor de *A Moreninha*, em palavras de despedida a professores e companheiros: “Se no instante, em que alcançamos uma posição honrosa na sociedade, e somos chamados a fazer parte de uma classe respeitavel e modesta, que tem sabido sempre servir, e nunca pesar às nações; se no dia, em que mais ternamente que nunca se ergue sôbre nossas cabeças as mãos de nossos Pais para abençoar-nos, e em derredor de nós, e a poucos passos talvez se abrem os braços de nossos parentes e amigos para apertar-nos contra o coração; se neste ato solene, em que o mesmo ar que respiramos, vem embalsamado com o perfume da ventura e da alegria, póde contudo aparecer por vezes um traço melancólico em nossos semblantes, e romper algum suspiro de nossos peitos; não são êles um insulto à nossa boa fortuna; filhos são ambos da saudade do passado. E justa é ela! justa, como a pérola de ternura, que cai dos olhos da donzela extremosa, quando, aos pés do altar, ao estreitar-se em doce prisão com o mancebo de seus anhelos, arranca, por um momento, as vistas do esposo, a quem se prende, para embebê-las no Pai, de quem se separa; ou como êsse soluçar pungente do menino, que criado longe do seio materno, mistura o prazer de voltar para aquela, que lhe deu a vida; porque se não deixa sem vaidades essa de moço vida descuidosa, da qual, como já disse alguem, por se não ter sofrido tempestades no presente, não se comprehende o que seja uma borrasca no porvir; justa; porque nós nos separamos de nossos Mestres, que durante seis anos de trato obsequiador e amigo, com eloquência e profun-



deza arrasaram, a nossos olhos, os segredos das Ciências, e com eruditas lições e prudentes conselhos nos deram fôrças para ganhar os passos difíceis que vencemos: justa enfim; porque nós vamos deixar Companheiros, em quem viamos, lutando em bela emulação, virtude, talento, e urbanidade; porque nós não sentiremos mais naqueles bancos entre essa juventude rica de inspirações, cheia de futuro e de glória. Releve-se pois, que tributemos a nossos illustres Mestres protestos de gratidão, respeito e amizade; a nossos amados Companheiros votos de eterna lembrança e cordial estima; protestos e votos, cuja veracidade nós estamos demonstrando nesta, que sentimos — saudade do passado.” Entra na saudação ao futuro. E é com altie loquência que principia: “E o futuro? o futuro saudamos nós com todo êsse fogo da esperança que sempre flameja no coração da mocidade. Não que menor se nos afigure a importância e magnitude de nossa missão; não que impotente vaidade nos encha de sobeja ardileza para desafiarmos trabalhos e tormentas; mas porque um gênio lisonjeiro, que no dia de hoje nos embala e para nós sorri, abrindo o livro da vida do Médico, talvez só dêle nos mostra a página de ouro, a bela página, que faz sempre a ventura e o encanto dos cultivadores da Medicina. Sim! nós saudamos o futuro com todo o ardor da esperança!... Nós almejamos representar o papel, que nos deverá competir, nessas cenas eloquentes em que hoje uma família inteira, que rodeia o leito de um moribundo, anelante corre a receber o Médico, que entra; silenciosa... suspense entre a dúvida e a esperança embebe nele os olhos, como num ser mais sublime natureza; ansiosa acompanha a pena, que formúla; trêmula recebe êsse papel, que lhe é como uma sentença de vida ou de morte; opressa vê partir êsse homem, que lhe parece o juiz de seu presente e de seu porvir, da vida do moribundo, e da fortuna dessa casa; e amanhã?... o Médico chega, e a família outra vez o rodeia... o pai, o esposo está salvo!... e os filhos e a espôsa caem nos braços do salvador e exclamam: — És o nosso anjo! Tu salvaste meu Pai! — Tu me conservaste meu Esposo! — Nós desejamos mostrar bem depressa a nossos Mes-



tres, que as lições que recebemos, não foram soltas e perdidas, como os perfumes, que as flôres exalam, e que as brisas levam; que antes ficaram impressas em nossas almas, como essas doces recordações do tempo da infância, que duram sempre, e que se ruminam ainda na cabeça do ancião... lá no invernar da existência. Nós ardemos por mostrar, que sabemos perdoar as impertinências do menino, sofrer os caprichos do velho, e respeitar o pudor da donzela; que compreendendo devidamente a honra e o dever do Médico, nossas almas sabem ser um túmulo para os segrêdos das famílias; e em nossos corações sôa tão fortemente o gemido exigente do rico, como o ai abafado do pobre. Tal é nossa saudação ao futuro." E chega Macedo à peroração, resumida num agradecimento à presença do Imperador: "E agora, permita V. M. I., que nós rendamos os mais ferventes agradecimentos a V. M. pela graça, que se dignou fazer-nos, honrando com sua augusta Presença o ato de nosso doutoramento. Senhor, o Monarca de uma nação livre, que ama e protege as letras, é o representante das belas idéias do século, e, ainda mais, era a necessidade palpitante de nosso país. Oh! não será infrutífero o sagrado esforço, com que V. M. I. trabalha por espancar de todo as trevas, e fazer em um céu alvo e sereno brilhar para todo o Brasil o sol da civilização em seu mais vivo esplendor; imenso... fértil... rico... tão rico, que a própria ambição ainda não achou sonda, que tocasse o fundo de seu vasto mar de riquezas, o Brasil terá não tarde, de representar o nobre papel, que lhe cabe entre as nações. Se fracos e desalentados somos nós para servir em tão grande obra, ao menos, Senhor, nós vemos com entusiasmo essa cabeça loira de uma juventude esperançosa, que se ergue para responder ao forte empenho de V. M. I.; nós sentimos ferver nessa cabeça uma imaginação ardente, como o sol de nossa pátria; seu pensamento livre, como o favonio matinal de nossas campinas, animado pela alta proteção de V. M. I., vai arrojar vôos de gênio: é o futuro, Senhor, que se quer vingar do passado!... é uma brilhante cruzada, que se levanta à voz de V. M. I.! é uma coôrte inspirada e briosa!... a ela a vitó-

ria; pois que sua bandeira é sagrada!... a ela os triunfos; pois que sua divisa é essa palavra abrasadora, que faz sempre o delírio do poeta e do herói, que exprime essa imagem flamante, que está sempre diante dos olhos do gênio em toda a vida... até o túmulo... e a quem êle deixa, além do túmulo, o cuidado de eternizá-lo!... a elas os triunfos; pois que seu único interêsse, seu grito de guerra, e seu alvo, é êsse mote de fogo, que, terminando aqui, Senhor, repetiremos com efusão de nossas almas: — à Glória! à Glória!!” É difficil dizer que valor iria Macedo, através dos tempos, entre lutas políticas e triunfos literários, dar a essa página com que, tão cheio de entusiasmo, marcou sua entrada na prática da Medicina. No momento, entretanto, naturalmente envaidecido com a escôlha dos colégas, a ela procurou dar vida mais longa sem que tal houvesse alcançado, tanto que, recordando agora o autor de *A Moreninha*, não aparece a menor referência à oração do doutorando... Mas êle entendeu de passar às mãos do futuro o discurso de despedida à fase de estudante. E foi assim que o fez imprimir em folhêto na *Tip. Imparcial de Francisco de Paula Brito*. Na capa, em respeito aos hábitos da época, fez escrever:

## “DISCURSO

QUE NA AUGUSTA PRESENÇA

DE S. M. IMPERIAL

NA OCASIÃO DE TOMAR O GRÃO DE DOUTOR EM MEDICINA

RECITOU

O DOUTOR JOAQUIM MANOEL DE MACEDO

*“Em nome de todos os doutorandos, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de Dezembro de 1844, em que teve lugar a cerimonia do Doutoramento.”*

E, a 21 de Dezembro de 1844, canudo debaixo do braço, estava o doutor Joaquim Manoel de Macedo em condições de iniciar sua carreira de médico. Se não trazia, dos

seis anos de curso, farta mésse de conhecimentos médicos — dêles não nos dá notícia, nem mesmo longinqua, em nenhum dos seus livros — podia, entretanto, mostrar um discurso escrito ao sabor do tempo, uma tésse àcêrca da Nostalgia — na qual aventava processos terapêuticos hoje em plena vóga — e um romance, resultante de uma aposta, que lhe iria trazer o nome, respeitado e querido, até os nossos dias...

## O CICLO POMBALINO NA AMAZÔNIA

ARTHUR CESAR FERREIRA REIS.

O SÉCULO XVIII foi um “intenso período de luta, de agitação, de descontentamento geral: científico, religioso, político e social”. Período de transição. Toda a Europa lhe sentiu os efeitos. A paisagem social, econômica, intelectual, com Rousseau, Voltaire, Montesquieu, a Enciclopédia, o liberalismo, as novidades democráticas e, por fim, a Revolução, a Grande Revolução, como se lhe chamou, modificou-se sensivelmente. O ar da vida tomou outra direção. O experimentalismo ocupou o lugar do verbalismo, que vinha de longe e parecia de raízes profundas, ligadas à terra pela eternidade. Tudo se fez, porém, ao entrechoque violento de duas mentalidades.

Na América, o éco desse drama espiritual, se não gerou insatisfação, abriu perspectivas melhores criando dúvidas que apresaram o desfecho da autonomia norte e sul americanas.

Século de crise, portanto, esse século XVIII.

No decorrer dêle, Portugal voltou a tomar contato com as idéias que alteravam a fisionomia do mundo. Portugal era Europa, mas como que estivera fóra das cogitações que, no século XVII, tinham animado a vida mental do Velho Continente. Distanciara-se, esquecera-se de que integrava aquela porção do planeta a que déra novas terras, novos conhecimentos, novas possibilidades, novos tipos humanos. Esse contato valia como um regresso do Reino ao seio da intelligencia européia. Três monarcas, cada um a seu modo e por processos os mais diversos, trabalharam nesse sentido: D. João V, D. José I e D. Maria I. Mafra, Queluz, a Academia das Ciências definiram o processo de cada um dêles.

Até então Portugal, no tocante a seu sistema político interno, pautara sua evolução dentro dos princípios de um absolutismo que nada tinha de radicalista. No absolutismo lusitano, o poder real conhecia limitações. Não significava, como bem escreve um historiador atual, capricho, arbitrariedade. Com o século XVIII, de certo modo alterou-se, porém, essa orgânica, essa peculiaridade. Portugal,

integrando novamente a família européia, aceitou o absolutismo com as côres por que êle se apresentava. Chamaram-lhe "despotismo esclarecido". Com D. José e Sebastião de Carvalho e Melo, êsse despotismo instalou-se com ares definitivos. Dêle resultou o ciclo de reformas, de criações espetaculosas, de conquistas que cercaram a nação de um ruído singular. Sebastião José, trazendo para sua pátria pruridos inovadores, deu-lhe vinte e sete anos de agitação, de revolução consecutiva em todos os setores do organismo nacional. Vinte e sete anos de realizações materiais e culturais? Vinte e sete anos de esplendor, de intensidade na criação de novas energias a uma seiva que estava fugindo?

Oeiras ou Pombal, como lhe quizeram chamar, ou ainda simplesmente Sebastião José, foi para uns o gênio a que Portugal ficou devendo uma de suas grandes etapas de progresso. Outros lhe negam tudo. À sua administração teria faltado, inicialmente um plano de ação, caracterizando-a verdadeira aventura, de experiências diárias, começadas, louvadas, criticadas e, por fim abandonada, sem que se chegasse a verificar os seus resultados integrais". Lido nos pensadores iluminados, em luta com a nobreza, com o povo, com a Companhia de Jesús, Pombal não soube, na realidade, agir com habilidade. Seus métodos eram violentos. Faltou-lhe acuidade bastante para contemporizar, para ladear, para ceder quando era preciso contemporizar, ladear e ceder. Faltou-lhe a percepção, necessária num estadista, para conduzir a Nação, fazendo-a sentir o imperativo de que tudo se fazia, levando-a a compreender que aquêle movimento de reformas era promovido em seu único e exclusivo benefício: as provações, em consequência, deviam ser recebidas como horas preliminares da felicidade que vinha. O resultado?

A POLÍTICA DE PORTUGAL NO VALE AMAZÔNICO não foi, já o dissemos, até 1730, uma política que obedecesse a um plano préestabelecido para a valôrização da terra e do homem. Mas uma política que se orientou pelas contingencias, pelas necessidades, pelas realidades de momento, numa flutuação um tanto perigosa e a refletir o desajustamento que ia na direção das coisas ultramarinas do Reino. Com o advento de Alexandre de Gusmão, principiara a tomar outra feição êsse agir colonial. Seria já um plano? Seria já um programa, consequente ao conhecimento que o contato e o trabalho de um século permitiam? Ainda não era bem um plano, com todas as características de um plano, riscado com segurança. Mas já indicava orientação mais meditada e não experiência apressada.

Sob Pombal esse plano teria vindo? Executado? Já escrevemos também que sob Pombal houve plano de valorização da Amazônia, envolvendo o desenvolvimento de todas as energias do solo, a explo-



ração racional da produção espontânea, a fixação definitiva do colono, com a propriedade e o lar, de par com outras várias medidas, decretadas com absoluta segurança.

Para Antônio Ferrão, ao invés de plano ou programa pombalino, levado ao poder para integral realização, será preferível falarmos em sistema pombalino. O Marquês seria mais um executor de medidas ditadas pelas circunstâncias, medidas sempre com o sinete de sua maneira de vêr e solucionar as questões. João Lúcio de Azevedo, de seu lado, entende que no ciclo pombalino houve antes fins a alcançar no concernente ao Brasil: "defesa do território, expansão econômica, fortalecimento do poder regente".

O exame que vimos fazendo da ação de Pombal na Amazônia, ou melhor, com relação à Amazônia, não nos ditou ainda a mudança de opinião. O Marquês, no concernente ao extremo norte da América Lusitana, teve um programa que fêz executar. Programa de valorização, que começou e teve continuidade enquanto governou. Bom? De resultados louváveis?

**OS EXECUTORES DA VONTADE E DA AÇÃO** de Sebastião José nas terras molhadas do vale foram: seu irmão Frañcisco Xavier de Mendonça Furtado, Frei Miguel de Bulhões e Sousa, Manoel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e João Pereira Caldas. Executores de maior vulto, porque houve outros menores, com Joaquim de Melo e Povoas, o Desembargador Feliciano Ramos Mourão, o Intendente João da Cruz Diniz Pinheiro, o Ouvidor Paschoal Madeira Abranches, os militares Ataíde Verona, Valerio Corrêa Botelho, Gabriel de Sousa Filgueiras.

Bitolaram-se esses agentes pelas ordens, instruções, idéias emanadas de Lisbôa, isto é, do gabinete de Oeiras. Não deram, grosso modo, um passo que fôsse de acôrdo com o espírito ministerial, sem que essa atitude autorise a acusarmo-los de subservientes, medrosos, incapazes de um pensamento proprio, de um gesto que expressasse de algum modo deserção do pensamento oficial. Mesmo porque aqui e ali criticaram, dicordaram, interpretaram com autonomia, levando o próprio Pombal a novas experiências. Cumpriram seus deveres com retidão, entendida essa retidão como obediência às determinações superiores e demontrações bem visíveis de amor à pátria. Façamos-lhe justiça: na verdade, trabalharam sem cessar, elevando o nome lusitano.

Para começar, havia as ordenanças de 1751, que continham as linhas mestras do que se devia fazer:

cultura da terra com espécies indígenas e alienígenas;  
povoamento intensivo, colonização metodizada;

- exploração das riquezas naturais;
- organização da defesa do Estado contra as aspirações imperialistas dos francêses e espanhóis;
- verificação das vantagens ou não do tratado de limites firmado em Madrí, com a Espanha;
- atenção especial para com as rendas públicas, evitando contrabando;
- organização do trabalho do nativo, que não devia ser utilizado como escravo, e sim, aproveitado como assalariado;
- atenção especial para com as Ordens Religiosas, Jesuitas em particular, as quais deviam colaborar com o Estado, deixando de atribuir-se o poder temporal que cabia àquele;

A essa ordenança, uma série de leis, regulamentos, instruções menores, cartas régias, alvarás e decisões do Conselho Ultramarino tinham vindo esclarecer, ampliar e completar o programa de valorização da colônia: toda uma legislação de fundo fomentista, atendendo às mil e uma necessidades que se foram verificando e aos problemas que se foram propondo à visão dos governantes.

A Amazônia, até 1751, constituira parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com séde oficial em São Luiz, embóra de quando em vez fosse, de fato, na cidade de Belém. No período da conquista da hinterlândia, concedera-se donataria em vários sítios do litoral e do sertão. Criára-se, para o rei, a Capitania de Gurupá, administrada por um capitão mór, a que fôra expedido um regimento especial.

NA ORDEM ADMINISTRATIVA, para executar o programa que imaginára e aos poucos tomou corpo e amplitude, Pombal começou alterando o nome do antigo Estado, que passou a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Transferiu, em consequência, a capital para Belém. O Governador do Maranhão ficava subordinado ao Capitão-General do Pará. Todas as Donatárias, adquiridas aos descendentes dos Donatários, regressaram ao domínio real.

Em 1757, o território do Grão-Pará sofreu retalhação, criando-se a Capitania de São José do Rio Negro, com capital na vila de Barcelos, antiga aldeia de Mariuá, no vale do Rio Negro. Em 1760, a retalhação alcançou o campo de jurisdição do Ouvidor Geral, com a nomeação de um Ouvidor autônomo para o Rio Negro. Em 30 de Maio de 1766, teve lugar a criação da Intendência Geral do Comercio, Agricultura e Manufaturas do Estado. Em 5 de Maio de 1753, a do Juizado de Fóra de Belém. Em 1773, uma Junta de Fazenda, que substituiu a Provedoria dos Contos, de alçada e competência contenciosa decretada em 1760.

Seria o bastante? A máquina administrativa nunca se mexeu com agilidade ou regularidade. De quando em quando a engrenagem emperrava. Eram os incidentes entre as várias partes que a compunham e nem sempre sabiam respeitar as respectivas jurisdições provocando questiunculas que perturbavam tudo. Nesse particular, o ciclo pombalino foi fértil. Mendonça Furtado, que o inaugurou, entestou com o Ouvidor Abranches; Manoel Bernardo quisilhou com o Bispo Frei João de São José. O Governador Tinoco Valente, do Rio Negro, andou às turras com os Ouvidores Pereira da Costa e Pestana da Silva. Os casos contaram-se às dúzias entre as autoridades menores e as maiores. Conseqüência, o emperramento da maquinaria, como dissemos.

A SITUAÇÃO DO GENTIO preocupava Pombal. Entre os colonos e as Ordens Religiosas que mantinham missionários na região, ha mais de século, se travava tremendo choque, que comunicava ao assunto um ar de gravidade sensível. Todas as soluções advindas não consultavam senão o momento em que elas tinham sido decretadas. Ora serviam ao interêsse do colono, ora do Missionário. Este queria o bugre sem sujeição material ao colono, que de sua vez não podia compreender essa liberdade, pleiteada tão ardentemente, visto que prejudicava profundamente a economia privada. E os prejuizos à economia privada, no fim de contas, não acarretavam tambem prejuizos espetaculares à economia pública? Em torno do braço do gentio, peticionara-se, requerera-se, suplicara-se perante o Conselho Ultramarino, perante S. Magestade. Procuradores dos moradores e dos Religiosos argumentavam sem cessar na Côrte, conseguindo vitórias que depressa se transformavam em derrotas. Os Jesuítas tinham a palma no grande pleito. Combatentes por vocação, ânimo, sentimento e disciplina, acusavam o colonio de escravizador impenitente, bárbaro. Durante quasi um século a acusação impressionou. Mas, ao cabo, os colonos entraram a transferir a acusação aos Jesuítas, que defenderiam a liberdade do índio para tê-los nas aldeias de catequese, onde a preocupação mercantil animava toda a atividade dos Religiosos, assim esquecidos do que tinham condenado.

Pombal, trabalhando pelas novidades liberais, queria que o gentio tivesse garantida a existência, fosse respeitado como cidadão, melhor, como súdito de D. José. O decreto de 5 de junho de 1755 deu situação nova ao nativo extraído da selva. Restituia-lhe, com as reservas necessárias, a liberdade. Retirava ao catequista o poder temporal de que tanto se valia para dominar as tribus, mas não concedia aos colonos as vantagens que eles desejavam. Porque o gentio só poderia ser utilizado no trato da terra, nas manufacturas, nos serviços domésticos, em todos os mistéres de que era o nervo, a energia, a móla, mediante salario. Nada, portanto, de exploração,

a larga, do suor do nativo, como se imaginava que seria com o golpe no poder dos Missionarios.

Delegado immediato de Pombal, na época da novidade, era o irmão. Querendo que a lei alforriatória pudesse ser a realidade que o Ministro idealizara, formulou um estatuto para os núcleos indígenas, o "Regimento do Diretório", que reproduziu, em grande parte, o Regimento das Missões, obra valiosa que regulára, durante várias décadas, o contato entre a cultura do Ocidente e a cultura dos primitivos do Novo Mundo Luzitano. O "Diretório", aprovado por D. José, produziu os resultados almejados. Apesar das mais espetaculares providências, os diretores dos povoados, geralmente gente incapaz para o serviço, falharam redondamente. Os descimentos realizados custaram caro: vidas e verbas gordas. O gentio maltratado, não se deixou ficar nos nucleos urbanos. Fugiu para os matos, internou-se, regressou em muitos casos ao viver primitivo. O Ouvidor Pestana da Silva, em longa exposição, circunstanciava a situação, expondo ao vivo o grau de degenerescencia a que chegára o nativo ao contato de todos os vícios e misérias do colono mercantilizado e vorás. O fracasso da experiência iluminada comprometia o empreendimento do Marquês e do mano Francisco. Só não mudára a utilização criminosa do índio. Porque a lei liberal era burlada a toda hora.

AS ORDENS RELIGIOSAS, embóra desprestigiadas, tendo perdido sua finalidade maior, que era a catequese da gente da selva, receberam a regulamentação sem as esperadas reservas. Sómente os Jesuítas apresentaram razões, procurando excusar-se. Uma Junta, reunida no palacio governamental, por convocação do Bispo Miguel de Bulhões, assentou que nos antigos aldeamentos todos os membros do clero regular ficariam como párocos, sujeitos definitivamente à jurisdição do chefe da Diocese. O Visitador Geral e Vice-Provincial da Companhia na Província do Maranhão e Pará declarou que seus milicianos não se sujeitariam a essa jurisdição nem ficariam como coadjutores. E, segundo as informações de Mendonça Furtado para o Reino, á medida que deixavam as missões, cometiam o excesso de desparamentar as igrejas, carregando todas as alfaias.

Já então entre a Companhia e Pombal e seus agentes estava em progresso uma luta de vida ou morte. Os Inacianos eram apontados como fomentadores de desordens, elementos perigosos à ordem e altos interêsses da Velha Lusitânia. Sucessos graves verificados no sul do Brasil, ocorrências, registradas ou não, na Amazônia, outros episódios que tiveram lugar na própria Europa Portuguesa, encheram o copo. Um atentado contra a vida de D. José o fez transbordar. Já vários Jesuítas tinham sido postos fóra do



Estado. Tudo quanto sucedia, embaraçando, prejudicando, impedindo de qualquer modo a realização dos projetos de Pombal, de logo passava a ser atribuído aos manejos da Companhia, que, verdade seja dita, não soube conduzir-se com a habilidade precisa. Habituada a triunfar sem ceder um passo, tentou ela, mais uma vez, derrubar o inimigo. Este, porém, era mais forte. Dispunha da vontade real. E a Companhia saiu vencida.

As outras Ordens, conquanto não opusessem dificuldades, aos poucos se foram anulando também. Antes de findar o século, mantinham-se no Estado apenas, e em obrigações não catequistas, os Carmelitas e os Franciscanos da Província de Santo Antonio. As demais haviam deixado a região.

**FREI MIGUEL DE BULHÕES**, terceiro bispo do Pará, encarregara-se, porém, de organizar a igreja no vale. Com os elementos que lhe prestaram obediência e os sacerdotes, que conseguiu lhe viessem de Lisbôa, criou e proveu as paróquias, instaladas nas vilas, antigos aldeamentos dos missionários. Para o alto sertão, estabeleceu a Vigararia Geral do Rio Negro, escolhendo para administrá-la o dr. José Monteiro de Noronha, um sacerdote culto, que realizou tarefa apreciável de todos os pontos de vista.

Essa organização da Diocese encontraria obstáculos maiores na falta de padres. O Estado era pobre, donde as congruas e os outros elementos de vida não satisfizerem as necessidades dos vigários. Bulhões e seus sucessores sentiram, em consequência, padeceram o entrave, que nunca puderam remediar.

Nessa mesma fase é de assinalar-se o começo de jansenização que produziria os frutos mais grosseiros no século XIX. Bulhões todo apressado em adotar as idéias de Pombal na Diocese, mandou ensinar a doutrina cristã pelo "Catecismo de Montpellier", peça herética, que passou a substituir o "Catecismo Romano". A essa providência de Bulhões viria depois completar o alvará de 30 de Setembro de 1770, que adotou oficialmente citado compendio, que outros Bispos tinham recusado em suas Dioceses por conter doutrina contrária à verdade evangelica.

**NO SETOR ADMINISTRATIVO**, um dos aspectos interessantes da organização pombalina foi a criação de dezenas de vilas e de povoados. Até 1751 havia no Estado apenas as vilas de Vigia, Cameté e Gurupá. Mendonça Furtado instalou a de Macapá em 1752 e a de Borba em 1756. No ano de 1758, as de Oeiras, Malgaço, Portel, Arraiolos, Esposende, Alherim, Monte-Alegre, Alter do Chão, Boim, Pinhel, Santarém, Vila Franca, Óbidos, Barcelos, Tomar e Moura, a que se seguiram outras, como as do rio Solimões (Tefé, São Paulo de Olivença, São José do Javari) e as



de Serpa e Silves, na Capitania de São José do Rio Negro, mais Acará, Chaves, Vila Nova del Rei, Faro, Cintra, Mazagão, Ourem, Porto de Móz, São Caetano de Odivelas, Soure.

Os vereadores eram os mesmos índios que, fazia pouco tempo, tinham saído da mata para as missões dos catequistas. Promovidos a cidadãos e funcionarios civís, sem saber lêr, sem ter grandes noções do que na realidade constituia a vida a que o traziam, não produziram como imaginára Pombal e o mano governador. Entregaram-se às cachaçadas. Nas sessões das câmaras, na generalidade, assinavam de cruz, dizendo amen a quanto queriam as autoridades que enxergavam um palmo diante do nariz. Não houve câmara que fizesse exceção. Quanto aos povoados, já vimos que também não alcançaram progresso. Tanto assim que, em 1762, Manoel Bernardo de Melo e Castro fazia exposição do que ocorria, recebendo ordem para proceder contra os que desmoralizavam o processo por que Pombal tentava elevar o nível do gentio.

O ENSINO PRIMÁRIO estivera a cargo das Ordens Religiosas que operavam na região. Mercedarios e Carmelitas, desde a instalação no vale, tinham trabalhado em favor da intelligencia das crianças, filhas dos colonos e dos bugres. Depois, os Jesuítas. Nas aldeias, funcionavam cursos de artes e officios. Os Carmelitas ensinavam cantochoão no Convento de Belém. No Solimões e no Rio Negro (Tefé e Mariuá) mantinham aulas de música, em que adestravam os nativos, com eles constituindo bandas de música e coros de igreja. Mendonça Furtado, em Barcelos, espantara-se com o côro da matriz local e o discurso que um dos alunos dos Carmelitas lhe disséra à chegada e desembarque no povoado.

Com a retirada dos Religiosos ou cotrôle sobre suas atividades, o Estado, que lhes attribuiria a direção espiritual da meninada, como lhes attribuiria outro encargos, tomou a si a penosa tarefa. Sob Manoel Bernardo, criaram-se escolas, nas vilas e povoados, pondo em execução o que o "Diretório" impunha nesse particular. Em Belém foi posta a funcionar uma aula de latinidade e outra de filosofia e retórica, além dos cursos de primeiras letras. Em Cametá, também se abriu, por ordem do Capitão-General, curso de latinidade. Não era muito. Para a época, de tão escuras idéias, não se podia exigir mais. O Seminário, que Gabriel de Malagrida abrira em Belém, continuou existindo. O ensino do idioma português foi ordenado, chocando-se com a resistencia que lhe ofereciam as falas gentílicas usadas pelos nativos e mesmo pelo colono de além mar.

A FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS criára, de longa data, um problema muito sério para Portugal e Espanha. Em 1750 e 1777,

pelos Tratados de Madri e S. Ildefonso, as duas nações entenderam-se para ajustar as diferenças que as separavam, definindo os respectivos extremos nas Américas. Para a execução de ambos os tratados, Portugal mandou pessoal habil. No período pombalino, o tratado de Madri é que teve as maiores honras.

Mendonça Furtado, com engenheiros, astrônomos, cartógrafos, esperou os demarcadores espanhóis. Estudou a região norte das operações, levantou mapas, coordenadas, fez observações astronômicas. Sob Manoel Bernardo, os delegados espanhóis surgiram no alto Rio Negro, procurando entendimento. O substituto de Mendonça, Folim de Moura, Governador de Mato Grosso, precisava pares de meses para vir. As demarcações, retardadas por incidentes que se haviam atribuído à insídia dos Jesuítas, não se realizaram. Mas os castelhanos queriam tomar conta do trecho norte nos vales do alto Rio Negro e Rio Branco. Foi necessário empregar força, combatendo-os e fundando fortificações — São Gabriel da Caixoeira, Marabitanas e São Joaquim. No Solimões, para evitar maiores dissabores, levantou-se a casa forte de Tabatinga. Completando a obra defensiva, o Ouvidor do Rio Negro, Xavier de Sampaio, levantou precioso documentário numa devassa sensacional, acerca da posse e do domínio lusitano naquelas partes.

Com os francêses, nesse tempo, nada de maior ocorreu. As relações com a Guiana processaram-se em tom ordeiro, quasi sempre a proposito de escravos que de lá fugiam para cá, procurando livrar-se do regimen violento dos franceses. Em todo o caso, tanto com a Guiana como com relação aos domínios espanhóis, houve sempre vigilância rigorosa, expedindo-se constantemente, para as fronteiras, destacamentos bem comandados e bem aparelhados.

NO SETOR ECONOMICO, o céu pombalino assinalou-se por um trabalho continuado de aproveitamento de tudo da terra amazônica. Explorou-se a produção espontânea, a chamada "droga do sertão". Fez-se intensa lavoura do cacáu, do algodão, do café, de outras espécies comerciáveis, abrindo-se perspectivas magníficas á agricultura e ao futuro da Província. Premios, ajudas materiais, foram concedidas continuamente para aumentar a produção, animando o colono. Este recebia, além da sesmaria, garantia de não servir na tropa e o direito de isenção de impostos para os primeiros anos de sua lavoura.

As manufaturas também se adiantaram. Fundaram-se, alentadas pelos favores e incentivos estatais, estabelecimentos: para o fabrico de panos de algodão, necessários à fardamenta da guarnição e à vestimenta de colonos e escravos; preparo de anil, preparo de madeiras, constantemente solicitadas de Portugal para construções particulares e edificações officiais, como o Palácio de

Quelúz, cujas portas e janelas foram todas feitas com material exportado especialmente da Província.

Nos estaleiros nacionais, montados em Belém, contruíram-se, então, embarcações de vario tipo, inclusive náus de guerra para a marinha lusitana e charrúas para a frota mercante. Para todos esses serviços e para a conquista e domínio certo e seguro da terra, milhares de povoadores, tirados das prisões do Reino ou colhidos na ilha dos Açôres, onde tremores de terra dificultavam a vida, como levas de estrangeiros e partidas grandes de negros escravos vieram para a Amazônia. Com essa gente criaram-se vilas como Bragança, Vila Viçosa da Madre de Deus e Macapá, além de nucleos outros que puzeram à prova as intenções colonizadoras de Pombal. Até no alto Madeira se levou a cabo iniciativa desse porte, abrindo-se clareiras na mata, no distrito das cachoeiras, para a instalação de um centro de povoamento. A imigração não sendo bastante, adotára-se então o processo da miscegenação. Legislação especial, cominou amplas benemerências a quem se ligasse à mulher da terra, o que legalizou situações e solidificou em grandes bases a família amazônica.

Essa riqueza, pelo sistema comum a todas as nações colonizadas da época, era monopólio do Estado, que não admitia o comércio senão com os nacionais de Lisbôa e outras cidades do Reino. Procurando assegurá-lo e alentá-lo, Pombal deu sêr à Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, com capital da Metrópole e das duas Capitánias. Essa Companhia devia trazer colonos, escravos, secos e molhados, e levar a produção do Estado, facilitando capital para que ela crescesse. Como as outras organizações similares, fálhou em grande parte. Colonos e governantes, inclusive os homens de Sebastião José, condenaram-na por faltas no cumprimento integral de suas obrigações contratuais.

As finanças amazônicas, apesar de todo o esforço para que elas se apresentassem alentadas, não se mostraram desafogadas. De uma feita houve necessidade de tomar emprestado á Companhia do Comércio a soma de 40.000 cruzados para pagar seis meses de soldo atrasado à tropa. Depois, para pagar os Ministros da Sé. Para transportar os Jesuítas expulsos, tomou-se á Companhia, empréstimo de Cr\$4.518,51. Para custear a charrúa São José, Cr\$ 568,00. Quando Pereira Caldas assumiu a direção do Estado, encontrou uma dívida de Cr\$ 116.000,00. O Estado, confessava o Capitão-General, fizêra "uma despeza muito superior ao seu rendimento".

O ciclo pombalino na Amazônia teve, assim, altos e baixos bem visíveis. Apresentou saldo? Deficit?

## A VERDADE E A BIOGRAFIA

LUIZ VIANA FILHO.

Dizia Sainte-Beuve que “a verdade sôbre os homens como sôbre as cousas é difficil de encontrar, e uma vez encontrada não menos difficil de conservar”. (1) Naturalmente, referia-se à verdade que não está sujeita a uma prova de natureza objetiva, e também a essa é que nos reportaremos. Mas, se isso, de modo geral, é exato, na biografia constitúe o tormento de todos os autores, que nem por isso deixarão de correr infatigavelmente atrás da miragem. O próprio Sainte-Beuve, o Plutarco francês, segundo a opinião de Merlet, não se negou a confessar as insuperáveis dificuldades com que se defrontam os nossos julgamentos: “Para mim, escreveu êle, a última palavra sôbre um espirito, mesmo quando eu tivesse conseguido reunir e esgotar todas as informações biográficas de raça, de familia, de educação, de desenvolvimento, essa última palavra eu a procuraria ainda, eu a deixaria para ser adivinhada, antes de me decidir a escrevê-la. É quase usurpar o poder divino dizer dum ser semelhante a nós: êle é isto, êle devia ser isto, nem mais nem menos”. (2)

Mas, se a observação fixa nitidamente os percalços, que terá de encontrar o biógrafo, nem por isso deixa de ser o primeiro dos seus deveres aproximar-se o mais possível da verdade total. Sobretudo hoje, quando já não lhe pedimos apenas a verdade parcial, mas toda a verdade, seja qual fôr a conclusão a que ela nos leve. Por vezes, no entanto, o bió-

---

(1) Sainte-Beuve, “Profils et Jugements”, séc. XVIII, p. 86.

(2) Merlet, “Hommes et Livres”, p. 331.



grafo antigo considerou do seu officio embelezar o biografado, fôsse omitindo o que lhe parecia contrariar a legenda, fosse deturpando os próprios fatos capazes de nimbarem a glória da personalidade em causa. Por isso, falando a Traubel, seu futuro biógrafo, Whitman o advertia: "Um dia escrevereis sôbre mim; tomaí cuidado em escrever honestamente; e de qualquer fórma não me embelezeis. Colocai todas as minhas blasfêmias, meus defeitos, e minhas penas. Muito detestei a biografia em literatura porque ela não é verdadeira... Vêde nossos vultos nacionais: como são corrompidos por mentirosos, que crêem poder embelezar o trabalho de Deus todo-poderoso, e põem pequena nota suplementar aqui, outra ali, mais outra aqui, depois uma nova acolá, até que o homem verdadeiro se torne irreconhecível." (3) E George Sand, ao escrever a história da sua vida, teve de censurar os biógrafos, que a haviam agraciado com uma origem ilustre, esquecidos "duma mancha bem visível" no seu braço. (4)

Preconceitos, aliás, que óra se tornam contraproducentes, afeiando o biografado, ora inúteis. Está naquele caso o Napoleão, que o príncipe Napoleão opusera ao de Taine, e que, afinal, suscitaria esta opinião de Lemaitre: "Napoleão é muito maior no livro do seu detrator do que no do seu apologista". (5) E, sôbre a última hipótese, caberia lembrar um juízo de Merlet a propósito de Maria Antonieta, cujo julgamento oscila entre os favores de Hallam e Labanoff e a má vontade de Lingard e Mignet: "Para seduzir a posteridade, Maria Antonieta não precisa ser transfigurada pelas prevenções complacentes. A verdade sômente lhe basta, e lhe vale mais do que o tom sentimental ou convencional duma oração fúnebre". (6) É que, em última análise, "aos grandes homens não se deve senão a verdade". (7)

Animado por essas idéias, certo de que sômente a in-

(3) Maurois, obr. cit., p. 41.

(4) G. Sand, "Histoire de ma vie", I, p. 48.

(5) Lemaitre, "Les contemporains", IV, p. 196.

(6) Merlet, obr. cit., p. 49.

(7) Hermes Lima, "Tobias Barreto", p.



investigação incessante da verdade poderá aproximá-lo do conhecimento de qualquer personalidade, o biógrafo moderno fez então tábula rasa do que alguns talvez considerassem o campo proibido. Não que isso seja privilégio dos nossos dias, pois bastaria lembrar as discussões travadas em torno das relações entre Sainte-Beuve e Mme. Vitor Hugo, e das quais participaram Alfonse Karr, Guimbaud, Seché, Faguet, Lemaitre, Michaud, Barthou, e Benoit-Lecy, ou as investigações provocadas pelos amores de Musset e George Sand. Mas, em regra, muito mais do que o biógrafo antigo, o de hoje realiza as suas pesquisas, não para conhecer um episódio, mas para tirar delas alguma cousa, que lhe permita penetrar nesse emaranhado de contradições, de complexos, e do qual emerge a verdadeira alma de um homem.

Nada disso, no entanto, por maior que seja o esforço na procura da verdade, tornará o biógrafo insusceptível de censura. Por mais que êle se coloque naquela posição de absoluta imparcialidade conseguida por Faguet, que ao mesmo tempo em que era tido pelos voltaireanos como um panfletário via os seus livros proibidos pelos jesuitas (8), jamais conseguirá pôr-se a salvo das acusações de haver falseado a própria verdade. Até porque, pela natureza do seu trabalho, êle estará sempre a braço com dois inesgotáveis motivos de dúvidas e recriminações: a necessidade de lançar mão do conjectural e a complexidade da alma humana. Contingências inevitáveis a quem tenta a biografia, pois se o primeiro é um dos meios de que dispõe o biógrafo para decifrar a esfinge, que é para êle o biografado, o segundo é a própria esfinge que lhe cabe decifrar.

Para o historiador, valer-se do conjectural, que não é outra cousa senão aquela "intuição toda racional e objetiva" lembrada pelo Snr. Álvaro Lins e à qual já nos referimos, representa elemento perfeitamente normal e legítimo de trabalho. Poder-se-á mesmo dizer que desempenha, na história, papel semelhante ao que tem, na ciência, a hipótese. Apenas com uma diferença: enquanto esta fica sem-

---

(8) R. Doumie, ob. cit., p. 213.

pre sujeita a verificação, com aquele não ocorre o mesmo. "Acontece freqüentemente na história, escreve Xenopol, aliás partidário da história-ciência, não se conhecerem os fatos e haver necessidade de determiná-los mediante uma operação lógica. Dispomos de certos fatos de que dão fé os monumentos ou os documentos e é preciso com a sua ajuda descobrir outros fatos ignorados. Qual operação lógica de que se vale o espírito para reconstituir os fatos desconhecidos por meio dos que conhece? Indução e dedução." (9)

O certo é haverem os historiadores, em regra, usado largamente o conjectural na composição dos seus trabalhos, inclusive os mais ciosos dos documentos, como é o caso de Fustel de Coulanges. (10) Naturalmente, isso dará margem a êrros, êrros inevitáveis, e que permitiram a Lemaitre formular êste juízo: "Ousemos dizer, essas inexatidões, essas habilidades de interpretação meio voluntárias, as encontrareis em todo o historiador digno dêsse nome, seja artista, filósofo, ou político. Só o erudito pode dispensá-las (e isso mesmo nem sempre). Mas, elas se tornam inevitáveis desde que o historiador ensaie interpretar a história, e "construí-la", dentro de qualquer espírito que seja." (11) E Spengler nos fala da relatividade histórica.

Se tal ocorre na história, onde o conjectural se apresenta com as honras da legitimidade, na biografia vai muito além, pois, não é demais dizer-se que, aí, êle se torna imprescindível. Sob pena de realizar o biógrafo simples cronologia. De fáto, somente com o auxilio daquela "intuição toda racional e objetiva, aquela que vai tateando de grau em grau", conseguirá o biógrafo preencher, em parte, as imensas lacunas com que ao nosso conhecimento se apresenta qualquer vida. Evidentemente, isso não significa inventar, nem confiar livremente à imaginação a reconstituição duma existência, mas, apenas, admitir que, considerados determinados elementos conhecidos, é possível ter como provável que certas ocorrências se tenham passado de tal ou qual modo.

---

(9) A. D. Xenopol, "Teoria de la historia", p. 351.

(11) H. Sée, "Hist. et Phil. de l'histoire", p. 156.

(11) Lemaitre, obr. cit., p. 188.

Quem acusaria de “invenção” o paleontólogo, que, à vista duma porção de ossos fósseis reconstitue o dinosauro- Entretanto, embóra nada mais conheça do dinosauro além dum punhado de ossos fósseis, êle recompõe todo um esqueleto, cobre-o de massa, dá-lhe côr, dentes, olhos, e entrega-o à curiosidade dos visitantes dos museus. Por que não seria dado ao biógrafo, a-fim-de compôr a sua narrativa, e dar-lhe seqüência, movimento, e colorido, estribar-se em certos conhecimentos e aventar conjeturas, que decorrem, ou acredita decorrerem, dos elementos que tem ao alcance?

Caso típico de uso do conjetural como elemento necessário para imprimir cunho de “vida”, de realidade, à biografia, é o de Carlyle em “Oliver Cromwell”. Ninguém ignora o escrúpulo com que, anos a fio, Carlyle procurou a verdade sôbre o Protetor. Por fim, um tanto desalentado, acabaria dando ao seu trabalho a fórmula de simples publicação de “Cartas e Discursos”, donde acreditava que o mundo pudesse “tirar algum fugitivo esbôço do verdadeiro Cromwell”. Entretanto, ao compor o trabalho, Carlyle, para não se ombrear com aquele Dryasdust no qual Walter Scott personificara a erudição pedante, não se pode eximir de nos descrever a voz de Cromwell, a sua fisionomia, e os seus gestos em determinados episódios da sua carreira. Como era natural, Carlyle não possuía qualquer documento capaz de o informar sôbre o tom da voz de Cromwell ao fazer certo discurso ante o Parlamento, ou de lhe assegurar que franzira o rosto ao pronunciar tal frase. Isso, aliás, faria de Firth, acusando Carlyle de haver dado largas à imaginação, e considerado não científico o seu método, levasse à bulha o autor d’“Os heróis”, a quem atacaria em trechos como êstes:

“Êle pode dizer-vos exatamente que fisionomia tinha Cromwell ao pronunciar as palavras. Às vezes seu rosto tem um ar de alegria jovial; em outro momento Sua Alteza franze o sobrolho; sua figura toma um aspecto de ironia, de motejo cruel. O assunto vai do superficial ao sério, e a expressão do orador muda com êle. Vemos passar alguma coisa de terrível sôbre a face de Sua Alteza. Quando o Pro-

tetor diz ao seu Parlamento que, em vez de consentir livremente em abandonar essa maneira de governar, *eu preferiria descer à sepultura*, Carlyle pinta o aspecto dessa face de leão, com os seus olhos mortiços agora iluminados, e irradiando um terrível e doloroso desafio”.

Assim, em nome da seriedade da história, da dignidade da história, Carlyle seria levado ao pelourinho das objurgatórias. Como observa Barthélémy, era a proibição “de pôr vida na história, de aí introduzir a vida que aí existe”! (12) A verdade, porém, é que Carlyle não inventara nem criara fantasia inteiramente destituída de apóio nos fatos. Longe disso, conforme escrevia Taine, numa carta a Poictevin, os comentários de Carlyle assentavam “sob fatos, que ocorreram, sôbre palavras que foram pronunciadas”. Éle nada mais fizera do que emprestar vibração à narrativa, imprimir uma nota de realidade, sem a qual a descrição se transformaria em soturno repositório de frases difíceis de serem lidas até ao fim. E foi justamente para lograr aquele efeito que teve de se valer do conjectural, admitindo, de acôrdo com as circunstâncias conhecidas, que Cromwell, em certo momento, alteara a voz, ou que “a desgraçosa face de Lord Whitelocke, em resposta, dissimula um sorriso”. Mas porventura, deixará por isso de ser verdadeiro o trabalho de Carlyle, ou perderá a honra de haver fixado “definitivamente o juízo, a admiração e o reconhecimento dos ingleses em relação ao grande Protetor?” (13)

Ainda um exemplo. Éste é de Voltaire. Para dar ao seu “Carlos XII” aquele tom de clareza, de simplicidade à narrativa, onde “a frase é curta, sem nenhum empeço que faça suspeitar o trabalho considerável do escritor”, éle também teria de lançar mão do conjectural e aceitar como verdadeiros vários pormenores, que, se os documentos não abonam com absoluta precisão, tornam perfeitamente críveis. E isso, se não inquina de falsa a biografia ao rei da Suécia, serviu,

---

(12) T. Carlyle, “Olivier Cromwell”, trad. e pref. de Ed. Barthelemy, pag. 24.

(13) R. Barbosa, “Cartas de Inglaterra”, p. 216.



no entanto, para facilitar as críticas de La Montraye e Nordberg, pois o estilo límpido e fácil do biógrafo, nota Legrand, “pareceu agradável como ficção”. (14). Quem, no entanto, desconhecerá o cuidado posto por Voltaire ao colher o material necessário à confecção da vida de Carlos XII? Contudo, diante do dilema posto ante todos os biógrafos, que, ou se atêm apenas aos textos dos documentos, e nessa hipótese não realizam mais do que enfadonhas cronologias, (“autópsias”, chamou-as Anatole France), ou buscar no conjectural, honestamente, os elementos de que precisam para concluir aquilo que se infere dos documentos. Voltaire, sem sacrificar a verdade, preferiu a última fórmula. Deveremos censurá-lo por isso?

Naturalmente, essa necessidade de lançar mão do conjectural, não justificaria a fantasia, pois entre esta, simples fruto da imaginação, e a hipótese, que se firma em fatos perfeitamente comprovados, existe enorme distância. Aque-la deturpa. Esta apenas completa, ou procura explicar determinado acontecimento. Heródoto, por exemplo, ao recompor a famosa entrevista entre Temistocles e Aristides, coloca na boca de um e outro todo um diálogo, cuja autenticidade é geralmente negada. Tucídides, inspirado em Heródoto, também tem o hábito de atribuir às suas personagens discursos imaginários. E Tácito, que Racine tinha como o maior pintor do mundo, empresta a Cláudio um discurso, cujo texto exáto, mais tarde encontrado em Lion, mostra a inverdade dêsse trecho dos “Anais”. Certo, dentro dos fundamentos básicos da história, não se poderia aceitar qualquer dessas passagens, que ultrapassam o conjectural.

Será, porém, que ocorre o mesmo quando Plutarco, na vida de Licurgo, nos diz que Pedareto, “não tendo sido eleito um dos trezentos que compunham o conselho, volta da assembléia cheio de satisfação e de alegria por ver que Esparta possuía trezentos cidadãos melhores do que êle?” Ou quando Suetônio escreve que Cesar, de todos os privilégios, que lhe foram concedidos pelo senado e pelo povo, colocava em

---

(14) Voltaire, “Histoire de Charles XII”, pref. de H. Legrand, p. 9.

primeiro plano o direito de usar permanentemente uma corôa de louros? Ou quando Strachey afirma que a morte do príncipe Alberto fôra não só um terrível golpe para a Rainha Vitória, mas um acontecimento da maior importância para a Inglaterra e para toda a Europa? Ou quando Ludwig explica o aprêço e amizade de Bismarck por Motley, dizendo que êste "era calmo, varonil, estava contente com o mundo, de uma distinção toda natural, e consagrava-lhe cordial afeto sem nada exigir dêle, possuindo, como nenhum outro homem, o sentimento da independência"? Certamente, não.

É que nenhum deles, Plutarco, Suetônio, Strachey e Ludwig, chegou arbitrariamente àquelas conclusões inteiramente conjecturais. Valeram-se, sim, de um método, pois o conjectural é sempre a consequência duma dedução, ou duma indução, que pressupõem o conhecimento de fatos determinados. Assim, embôra não pudesse ter qualquer prova da alegria de Pedareto naquele instante, Plutarco conhece o caráter espartano, conhece Pedareto, conhece as suas ações, e não lhe custa admitir que êste possuísse sentimento tão nobre ao ser excluído do conselho dos trezentos. Também Suetônio conhece Cesar, sabe do aborrecimento que lhe infunde a calva, motivo de mofa para os seus adversários, está ao par do hábito que êle tem de puxar os cabelos para frente, e pôde concluir pelo prazer extraordinário que deveria causar ao conquistador da Gália uma corôa de louros com a qual esconde aquele motivo de desgosto. Também Strachey e Ludwig possuem certos elementos de informação, abonando aquelas conclusões sôbre as quais, no entanto, não poderiam apresentar qualquer documento dirêto de comprovação.

Assim, a-pesar-de devermos repelir da biografia a fantasia peculiar ao romance, cabe distinguir entre o que é, de fato, simples produto da imaginação daquilo que é conjectural e repousa em determinados elementos conhecidos. Como observa Francis Hackett, "saber servir-se da imaginação e da intuição, tornar a criar a vida, tal é a tarefa do psico-historiador. Mas a vivacidade da representação não

póde desculpar a infidelidade". (15) Contudo, deve acentuar-se, esse conjetural de que lança mão o biógrafo para interpretar e recompôr uma vida, constituirá sempre para êle ponto vulnerável. Espécie de calcanhar de Aquiles inerente a quantos necessitam procurar a verdade dentro da complexidade e do mistério da alma dos homens.

Mas, para o biógrafo, tão grave quanto o conjetural é o problema da complexidade da natureza humana. Da maneira por que decifre essa esfinge penderá o êxito ou o malôgro. Aproximará da realidade, ou levará ao êrro. E, no entanto, por mais estrênuo que haja sido o trabalho do biógrafo, nunca poderá ter a certeza de haver encontrado a verdade sobre os motivos íntimos, profundos, da alma de qualquer ser humano.

De fato, poderemos conhecer todos os átos principais da vida de Cromwell. Mas, teremos elementos definitivos para optar entre os juizos de James Heath, Edward Hyde, e Carlyle sôbre o Protetor? Ou deveremos ficar com a opinião céctica de Drinkwater, ao afirmar que "jamais saberemos exatamente que homem era Cromwell"? (16)

Aliás, falando de Rousseau, lembra Renard que se diante do Rousseau, que sofre duma doença imaginária e chora a cada instante, poderíamos repetir a frase do Marquez de Mirabeau, que dêle dizia ter "a alma esfolada" —, em face de algumas máximas escritas pelo autor das "Confissões" talvez fôssemos levados a exclamar: "Que romano! que herói!" (17) Assim, seja por que se esconde à nossa percepção, seja por mudar muito mais do que imaginamos, dificilmente conseguiremos ter a convicção de haver surpreendido integralmente a alma de alguém.

Portanto, por mais que se esforce na procura da verdade, por mais que tenha presente, como Sainte-Beuve, ou por isso mesmo, que os homens "têm todos um avêso e um

---

(15) F. Hackett, "Henrique VIII", p. 7.

(16) J. Drinkwater, "La vie de Cromwell", trad. de R. Gaucheron, p. 11.

(17) G. Renard, "La Méthode Scientifique de la Histoire Litteraire", página 65.

direito" (18), e saiba, como Lucien Febvre, que "nada do que toca ao homem é simples (19), o biógrafo jamais conseguirá sair do seu trabalho com a satisfação dum matematico, que acaba de resolver uma equação e está seguro da exatidão dos resultados. Para êle restará sempre margem de êrro e de dúvida, conseqüência da nossa incapacidade de discernir e destrinçar o que há de complexo em qualquer existência.

É que a vida de qualquer pessoa, trate-se, ou não, duma dessas figuras incorporadas à história, será sempre marcada por soma tal de conflitos íntimos, de ambições, de esperanças e desenganos, que não conseguiremos, no estado atual do conhecimento humano, descobrir com precisão os meandros em que ora se terá refugiado inconscientemente, ora se terá propositadamente escondido, para, afinal, se afirmar tal qual a vemos através de dados parciais, e êsses mesmos nem sempre exatos. Contudo, não é apenas em relação a êsses motivos íntimos e profundos, e frequentemente ignorados do próprio biografado, que ressalta aquela complexidade, mas também em face das mutações verificadas na existência dum mesmo homem. Dia a dia mudamos muito mais do que imaginamos. "Não lemos duas vezes um livro com os mesmos olhos", escreve Doumic. (20) Ora somos bons, ora somos maus. Ora podemos ser heróicos, ora podemos ser mesquinhos. E, ao cabo da existência, teremos sido uma resultante de grandezas e misérias, ou, pelo menos, a soma de imensas variações, que terão dado ao ritmo da nossa vida. Por isso, ao encerrar o seu estudo sobre Swift, Rui Barbosa teve o cuidado de deixar cair essa oportuna afirmação de Renan: "não esqueçamos que os grandes homens se constituem tanto dos seus defeitos quanto das suas virtudes". Assim, o que mostra a realidade é não serem as vidas uniformes, lógicas, inteiramente boas, ou inteiramente más, mas cheias de variações, de intermitências, e, muitas vezes, surpreendentes. Longe de ter a imobilida-

---

(18) Scherar, "La littérature contemporaine", IV, p. 11.

(19) L. Febvre, "Hommes d'Etat", III, p. 711.

(20) R. Doumic, obr. cit., p. 114.



de e a uniformidade dum quadrilátero de granito, de faces polidas, e que pudéssemos ver e compreender de pronto, a vida humana se assemelha aos cursos d'água, aos rios, que, embora buscando sempre as larguezas do oceano, jamais conseguem alcançá-las senão através duma infinidade de avanços e recuos, de auxílios e contribuições, de voltas e curvas, que, à primeira vista, nos podem parecer desnecessárias ou estranhas, mas que constituem a obra sábia da natureza.

Os próprios métodos com que o homem tem buscado atenuar essas deficiências da sua capacidade de discernir com segurança, nem sempre são exátos, e, por isso não nos permitem adquirir a certeza sôbre haveremos atingido a verdade. Queremos, por exemplo, descobrir o homem nas suas obras? Aí está Brunetière, numa crítica a Hennequin, a mostrar-nos que Bossuet, de quem todos os contemporâneos guardaram profunda impressão de doçura, não deixou disso qualquer traço na sua obra (21). E não será, talvez, — excluído o "Memorial" — o caso do nosso Machado de Assis? Se porventura nos determos nos antecedentes da família, de raça, de meio, também não é provável que possamos concluir com mais segurança. Assim, a propósito de Richelieu, escreve o seu biógrafo Auguste Bailly: "Nunca sabemos em que medida o ser humano é influenciado pelo seu país, ou pela sua raça". (22)

E o que emerge de tudo isso é aquela complexidade, que faz de cada vida uma esfinge ante a qual o biógrafo, sejam quais forem os métodos de pesquisa adotados, se deparará sempre com motivos para dúvidas e vacilações. Tratando do assunto, numa crítica ao método de Taine, Scherer julgava oportuno deixar essa advertência: "a personalidade humana é alguma cousa muito complexa para que a possamos analisar completamente. E não nos podemos envaidecer de que a ciência seja um dia mais feliz... Ficará sempre nos homens um não sei que de irreduzível que

---

(21) F. Brunetière, "Questions de critique", p. 307.

(22) A. Bailly, "Richelieu", p. 7.

não nos dará nem o estudo da raça, nem o da história. Podemos enumerar mais ou menos completamente as diversas faculdades de um dos nossos semelhantes, podemos mais ou menos exatamente estabelecer uma relação entre essas faculdades, mas não podemos mergulhar até ao seu fundo comum, até a sua essência individual, nem por conseguinte, exprimir por uma fórmula, que, revelando-nos o segredo desse ser, nos explicaria todas as suas inclinações e todos os seus atos". (23)

Realmente, é esse o tormento de todos os biógrafos. Quantas vezes, no entanto, não vemos a crítica insurgir-se contra o biógrafo, seja em nome duma verdade, que ela própria não poderá conhecer integralmente, seja em nome duma unidade, que as vidas raramente têm? (se é que alguma a consegue). Contudo, colocada nesse terreno da investigação da verdade, a crítica, além de insaciável, como é justo, esquece-se, por vezes, das contingências inevitáveis à biografia e chega até a exigir uma "vida verdadeira".

Ora, no estágio atual do conhecimento humano, poucas cousas poderiam ser tão jactâncias, e por isso mesmo ridículas, quanto um biógrafo pretender haver escrito a "vida verdadeira" de alguém. Evidentemente, poderá fazê-lo, mas jamais poderá ter certeza plena de o haver conseguido. Afirmar, portanto, que alcançara aquela meta seria apenas impostura. Sabem-no tanto os biógrafos quanto os críticos senhores do seu officio. Por isso, ao elogiar a Joana d'Arc de Michelet, Sainte-Beuve não diz que seja a verdadeira, pois ele bem sabia que ninguém poderia afirmar tal cousa, mas apenas, que "a Joana d'Arc do Snr. Michelet é mais verdadeira do que qualquer das precedentes". É como se quisesse fixar de logo a distancia existente entre a verdade, que terá de ser absoluta e insuscetível de qualquer revisão, e a maior aproximação da verdade, o que envolve, naturalmente, a idéia de novas e maiores aproximações. E, hoje, sabemos quanto Sainte-Beuve, no caso, foi prudente.

O que há, portanto, a concluir é que como consequência

---

(23) Scherer, "La littérature contemporaine", III, p. 261.

da própria complexidade da alma humana, serão inevitáveis as divergências entre os que tentem estudar qualquer vida. Divergências entre críticos e biógrafos, e entre biógrafos e biógrafos. Divergências úteis, necessárias, e das quais poderão decorrer maiores conhecimentos e maiores aproximações em relação à verdade sobre a existência de qualquer sêr humano. Mas, das quais, salvo em relação aos fatos objetivamente comprovados, deverá ser afastado qualquer dogmatismo.

Aliás, acreditamos que essa idéa da falibilidade e da precariedade dos nossos julgamentos em face de qualquer vida, tornar-se-á muito mais nítida se nos detivermos no exame de três aspectos intimamente ligados à complexidade da natureza humana. O primeiro dêles vamos ensontrar no próprio biografado, e é constituído pelo que há de mutável, e até de contraditório, em qualquer pessoa, através de sua existência. Dos demais, um está nas maneiras diferentes por que cada um de nós apreende um fato, ou julga certa individualidade, e outro na diversidade das opiniões de duas épocas ao apreciar um homem.

Por certo a tarefa dos biógrafos ficaria extraordinariamente simplificada se pudéssemos aceitar que o espírito humano é alguma coisa lógica, uniforme, e cujo desdobramento obedecesse ao impulso de forças permanentes e iguais. Sabemos, no entanto, que isso não seria exáto. Tanto que se cada um de nós conseguisse rever-se nos vários estágios da vida, talvez não se reconhecesse.

De fáto, sob a influência de causas biológicas e sociais, que nos sacódem, abrindo-nos novas perspectivas, e trazendo-nos ambições e desenganos, que fazem variar a direção de nossos passos, — muitas vezes sem que o percebamos senão algum tempo depois, — vivemos numa reiterada renovação e mutação de sentimentos. Não raro, porém, atraídos pelo gôsto das generalizações, ou pelo prazer de atribuir às “vidas” uma unidade inteiramente falsa, sentimos satisfação em estender sôbre toda a existência de um homem certo traço, que apenas lhe assinalou determinados momentos. Fariamos assim um Cromwell sempre ambicio-

nando o poder, e um Taine sempre preocupado com o problema religioso.

No entanto, nada disso seria verdadeiro. O que existiu foram "os dois Taine" de que nos fala Bourget (24) e o Cromwell, que, ao amanhar os pântanos de Cambridgeshire, nada podia prever sobre o futuro da sua vida, pois, como observa Carlyle, "a uma curta distância de nós, ela é completamente obscura; uma meada de possibilidades desconhecidas, de apreensões, de vagos clarões de esperanças". (25)

E, não fossem essas mutações, por vezes surpreendentes, e como explicaríamos que do cavaleiro Inácio de Loiola surgisse o futuro Santo Inácio? E que Anatole France fosse o mesmo aluno em cujos cadernos o professor Allain punha notas como estas: "Várias lições não sabidas. Dois deveres não feitos ou esquecidos, descaso extremo"? (26) Contudo, a realidade se incumbe de nos mostrar que o santo sucedeu ao cavaleiro e que o escritor tomou o lugar do escolar relapso.

Ao apreciar a polêmica entre Taine e o príncipe Napoleão em torno do Imperador, Brunetière, justamente para assinalar os erros que decorrem do fato de pretendermos julgar alguém como se estivéssemos em face de um todo homogêneo, louvava este trecho do autor de "Napoléon et ses detracteurs": "Napoleão não é feito de uma peça única. Seu caráter impregna-se de idéias que recebe do meio no qual vive: seu gênio nativo adapta-se às circunstâncias que o favorecem; ele nasce com a sua fortuna... Querer julgá-lo em bloco, apreciar o seu caráter superpondo, por um perpétuo anacronismo, as suas opiniões e seus atos nas diversas épocas da sua vida, é desconhecer a realidade e falsar a história". (27) Realmente, quantos Napoleões não haverá na vida do vencedor de Auterlitz?

É contra os riscos decorrentes dessas generalizações que

---

(24) P. Bourget, "Sociologie et Littérature", p. 83.

(25) T. Carlyle, "Nouveaux Essais", p. IX.

(26) G. Girard, "La jeunesse d'Anatole France", p. 63.

(27) F. Brunetière, obr. cit., p. 125.



terá de se precaver o biógrafo, pois o que existe, na complexidade de cada alma, não é a unidade, nem a seqüência lógica do desenvolvimento, mas a variedade e a mutação ao sopro das vitórias, das derrotas, do tempo. E, advertindo-nos contra tais perigos, Lucien Febvre deixa cair esta interrogação: "Bastará um retrato dum homem de 70 anos, que encerra a sua vida orgulhoso do seu passado, para nos fazer compreender o homem de 30 anos, seguro de si, e confiante no seu futuro?" (28)

Mas, além de mudarmos, por vezes somos até contraditórios. Dilacerados por forças opostas, que lutam dentro de nós, delas nos tornamos presa inconsciente e indefesa. Platão, lembrado por Maurois, "queria que a alma humana estivesse sempre despedaçada por dois cavalos, um branco, outro preto, que a puxam, um para o alto, outro para a parte baixa da sua natureza". (29) Possivelmente sob o aguilhão desse conflito, Rousseau escreveria nas suas confissões: "Dir-se-ia que o meu coração e o meu espírito não pertencem ao mesmo indivíduo". (30) Do mesmo modo que Bismarck diria: "só a graça de Deus poderá fundir num só homem os dois que vivem em mim". (31) Afinal é o que Shakespeare, em Romeu e Julieta, põe na boca de frei Lourenço: "Em nós, como nas ervas, há sempre duas potências inimigas: a santidade e a paixão". (32)

Não se creia, no entanto, serem exemplos isolados e raros. Talvez sejam bem mais freqüentes do que poderíamos imaginar. Numa carta dirigida à noiva na véspera do casamento, e que é alto documento moral, escrevia José Veríssimo, abrindo o coração: "Dizer-te que eu próprio não me conheço perfeitamente, ou que, pelo menos, acho-me muitas vezes em contradição comigo mesmo, não é exagerar". (33) E o que ressalta de tudo isso é a complexidade da natureza humana, mostrando-nos quanto são verdadeiras estas

---

(28) L. Febvre, *ob. cit.*, p. 125.

(29) A. Maurois, *obr. cit.*, p. 52.

(30) Rousseau, "Les Confessions", ed. H. Legrand, p. 74.

(31) Ludwig, "Bismarck", p. 94.

(32) Shakespeare, "Romeu e Julieta", II, 3.

(33) Carta, in *Rev. da Ac. Bras. de Letras*, vol. 120, p. 491.

palavras de Renard: "O homem jamais, ou quasi nunca, é uma peça inteiriça; sua faculdade mestra, se êle tem uma, verdadeiramente dominante, será, pois, em regra, acompanhada de faculdades subordinadas, que a limitam e combatem. Na maioria as vezes, há num caráter uma luta de forças que se resolve, é verdade, em harmonia pelo triunfo de uma delas, mas o equilibrio é instável, e nem sempre é a mesma que alcança a vitória". (34)

Assim, se é facil compreender o que há de complexo, de mutável, e de contraditório dentro de cada homem, também não custará perceber as dificuldades com que se defronta o biógrafo ao ter de fixar, através de uma existência inteira, muitas vezes cheia de altos e baixos, de grandezas e de fraquezas( o verdadeiro estado de espirito do biografado nas várias etapas, que lhe marcam a vida. Quanta cousa não lhe terá, necessariamente, de passar despercebida? Quanta cousa não ficará para êle envolta numa névoa de dúvida e de incompreensão? Poder-se-á até dizer que, por mais completos que sejam os elementos de informação existentes sôbre a vida de qualquer pessoa, restará sempre algo de desconhecido, de obscuro, e que fará dela uma espécie de esfinge. No entanto, peor do que êsses erros de que é o biógrafo passível ao tentar encontrar a verdade entre as dobras de um espirito ("rarement un esprit ose être ce qu'il est", escreveria Boileau) será acreditar, ou fingir que acredita, haver na existência humana essa unidade, que faria de cada homem, do berço ao túmulo, um santo ou um demônio.

---

(34) G. Renard, obr. cit., p. 63.

## EVOCAÇÃO DE “SANTO ANTERO” 0

ALPHONSUS DE GUIMARÃENS FILHO.

“Seja a terra degredo, o céu destino”. O último verso do soneto que Antero de Quental dedicou a João de Deus póde ser tido, por assim dizer, como a profissão-de-fé de toda a sua vida. Muitos outros versos haverá, nos seus sonetos, capazes de mais uma vez projetar a nossos olhos a sua figura diferente, o seu todo de homem oscilante entre vários caminhos, numa procura crispante de Deus. Diante do nome de Antero, para iluminá-lo e dar-lhe sentido, só se deve escrever uma palavra: Deus. Porque Deus é o “leit-motif” de sua obra, sobretudo dos seus sonetos, já que as “Odes Modernas” e as “Primaveras Românticas” prepararam o caminho para que o poeta conquistasse a si mesmo. Foi apenas por Deus que Antero procurou nos seus solilóquios muitas vezes desesperados. Mostrou sempre, na sua vida varrida de adversidades, nos seus períodos de nevropatia em que se sente bem o demônio da dúvida castigando-lhe o cérebro, nas suas horas de hesitação perante as próprias conclusões de sua filosofia não sistematizada e mesmo insistemizável, mostrou sempre um orgulhoso desprezo pelas coisas vãs do mundo. Mas tomemos cuidado com essa palavra orgulho, que não era decerto a preferida de Antero, voltado sobretudo para o que fôsse simples e puro e lhe desse uma emoção extra-terrena, uma palpação de alma. O que lhe importava era descobrir-se, revelar-se a seus olhos sempre aflitos de problemas eternos. Depois de Deus, outro nome poderá ser inscrito: Paz. Que aliás deriva de Deus... Todos os seus momentos, e os mais escuros,

em que aparecia insatisfeito consigo mesmo tanto como com o mundo, em que se dizia um abandonado e procurava um caminho, todos os seus momentos se resumem numa ânsia lancinante de Paz. Basta percorrer de novo a sua vida, vê-lo estudante desinquieto, vê-lo polemista diréto e sem meias-medidas, sempre arrojado, tipo bélo e fórté, tão alegre, como o descreve Eça, basta recordar os seus dias finais, após os longos anos de doença, para que se sinta agudamente o que foi a Paz para êsse poeta. E a Paz da alma, o encontro com a própria serenidade, nascida de uma fé simples e natural, como se vê que êle tanto desejou, à medida que de suas leituras e de suas conclusões saía sem a verdadeira luz redentora.

Por tudo isso é que o grande Antero esteve sempre entre fôrças opostas e opostos rumos. Sabemos que, a certa altura, só desejava o Nirvana e se considerava um budista convicto. Oliveira Martins nos revela, no prefácio aos "Sonetos", edição de 1890: "Um helenismo coroado de budismo, eis a fórmula com que mais de uma vez me tem exprimido o seu pensamento — a sua quimera!" Ai o temos, mais uma vez, amigo das abstrações, das fórmulas irreconciliáveis... Êle próprio sentiu a inanidade de procurar exprimir, num sistema, o que dizia ser a sua doutrina. Era, isto sim, um místico que numerosas vezes sentiu a presença divina. E que concluiria a sua série de sonetos com estes versos não apenas extraordinários, mas vividos, como que molhados ainda do seu sangue:

"Dorme o teu sono, coração liberto  
Dorme na mão de Deus eternamente!"

\*  
\*   \*  
\*

Falei em Deus e em Paz, com relação a Antero, e todos nós sabemos que, sendo êsses os problemas essenciaes de sua vida, jamais pôde atingí-los. Percebe-se que algumas vezes Deus esteve plenamente no seu coração. E o célebre



soneto à Virgem Maria é um dos seus mais altos momentos de ternura piedosa. Quando o poeta pede: “E deixa-me sonhar a vida inteira” vibra ainda nesse verso a mesma ânsia que foi a de todos os seus dias: o repouso num mundo menos misterioso e menos atormentado, a pacificação ambicionada por um espírito exausto de aprofundar a si mesmo, numa auto-análise alucinante. Apelará muitas vezes “para a noite sem termo, noite do Não-ser”. Terá momentos de desespero, escreverá mesmo: “Não-ser” que é o Ser único absoluto“, chamará a morte de “única Beatriz consoladora”, mas para curvar-se novamente e rezar:

“Buscou quem o não quis: e a mim, que o chamo,  
Há-de fugir-me, como a ingrato filho?  
O’ Deus, meu pai e abrigo!... espero!... eu creio!”

Foi um contraditório, sim, mas, principalmente, tanto como um eleito, um “perseguido” de Deus. Lendo-o, senti-mo-lo viver dentro de uma atmosfera de permanente misticismo. Perde-se em caminhos que sabe confusos, desejando sempre a fé, mas uma fé natural, sem as dúvidas e vacilações que o amordaçaram. Sente-se que o desespero do poeta nasce da impossibilidade de conciliar a sua vida temporal com a sua destinação espiritual, parte da impossibilidade do completo encontro com o homem simples, que não se supliciasse e se flagelasse na procura de si mesmo e de sua origem. Daí o conflito que, se faz sobressair a sua vida, torna-a também a nossos olhos mutilada e informe. Porque a este poeta não faltou a fé. Faltou-lhe, isto sim, a constância na fé. Talvez se julgasse um descrente, um cético absoluto, como se póde concluir da carta que escreveu ao doce João de Deus, em defesa de Renan: “Li os teus belos versos na “Folha do Sul”. Mas nas linhas que os precedem foste injusto para com a ciência moderna, cruel para com aqueles que, não tendo a Fé (não basta querer, nem ainda crer, para isso) tentam levantar sôbre o único alicerce que lhe fica — a Razão (e o único possível para êles) êsse edificio da vida do espírito, a que vinte bases de granito e vinte

contrafortes de bronze não dão ainda assim solidês bastante. Querer-lhes mal porque não podem mais, João, não é generoso, confessa. A ironia ou o desprezo não é a melhor consolação para quem, vergando sob um fardo excessivo, lança em volta os olhos e não vê aonde se firme senão no seu esforço interior, no estoicismo duma vontade heróica. Para êsses, uma piedade amiga e compadecida; essa sim, é digna da nobreza dêles e da posição superior de quem, sentado na pedra cúbica de sua Fé, os vê passar trêmulos e sem terem a que se apegar."

Mas é impossível ter uma visão total de Antero... Diante de sua obra, as sugestões fluem sem cessar. Diante de sua vida, permaneceremos como os seus contemporâneos, como o Eça que não hesitou em confessar: "Por mim penso, e com gratidão, que, em Antero de Quental, me foi dado conhecer, neste mundo de pecado e de escuridade, alguém, filho querido de Deus, que muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito compreendeu e que, simples entre os simples, pondo a sua vasta alma em versos, era um Gênio e era um Santo." ("In Memoriam", página 522). Que melhor retrato do grande Antero? Foi um simples a quem Deus assinalou com a bondade e com a graça da poesia. Da poesia que lhe iluminou todas as palavras. Que lhe acentuou, valorizando, todas as atitudes e todos os gestos. Foi um bom, um puro, e nada nos desvia de pensar num auto-retrato quando lembramos aquela afirmação tão sua: "o grande poeta subentende o homem de bem". Tão simples foi que muitos dos seus versos, tal como os da sua famosa "Serenata" (que começa com o verso: "Caiu do céu uma estrêla...") passaram para a boca do povo, numa canção de ritmo manso, versos que eu mesmo ouvi cantar e cantei na infância sem nem de longe supor que fossem de Antero de Quental...

Muitas vezes se encontrou e soube rezar silenciosamente. Outras, levado por sentimentos antagônicos, arrebatado e impetuoso, esteve nas vizinhanças da descrença, quando não entrou nos seus domínios. Só assim se explica o desespero que o sacudia, que o fazia criar a "Divina Co-

média” ou o levava a escrever aquele soneto que intitulou “O convertido”, e cujo verso final é a mais amarga das confissões: “Só me falta saber se Deus existe!” Falei das vizinhanças da descrença e bem que poderia estendê-las à blasfêmia... Mas das “lágrimas geladas da descrença” o poeta subitamente se deixava envolver pela serenidade, descansando “na mão de Deus, na sua mão direita”.

É curioso: poucos poetas nos darão, em conjunto, apesar de suas negações, tamanha sensação de religiosidade, de permanência em Deus. Não foi inutilmente que Antônio Nobre, alma triste e ingênua, escreveu um poema, “Afirmações Religiosas”, incluído no seu livro póstumo “Despedidas”, poema em que pedirá:

“Rezai por mim, ó minhas boas freiras,  
Rezai por mim, escuras oliveiras  
De Coimbra, em Santo Antônio de Olivais:  
Tornai-me simples como eu era dantes,  
Sol de Junho, queima as minhas estantes,  
Poupa-me a *Bíblia*, Antero... e pouco mais!”

\*

\* \*

Das oscilações do seu temperamento, dizem-nos os depoimentos que os seus companheiros de geração reuniram no “In Memoriam” publicado no Pôrto em 1896. Nessas páginas é que vamos descobrir o verdadeiro Antero, com a sua inquietação em crescendo até o gesto final, com a sua bondade que jamais o deixou por toda a vida, com a sua alma aberta aos amigos, franco, alegre, cordial... Dos “Vencidos da Vida”, dessa geração que marca um dos melhores momentos do espírito luso, foi certamente o mais pessoal, o mais singular, o mais ferido de uma estranha dôr metafísica que o roía irremediavelmente. Eça, que foi dos seus amigos fiéis, que se impressionou com a sua fisionomia de profeta, Eça, que lhe chamava “Santo Antero”, desejou que o seu “In Memoriam” fôsse “o depoimento dos seus amigos perante a história”. E os amigos de Antero fixaram

com carinhosa admiração a doce figura dêsse homem que — é Oliveira Martins quem nos diz — “fundamentalmente bom, se tivesse vivido no século VI ou no século XIII, seria um dos companheiros de S. Bento ou de S. Francisco de Assis”. É êsse homem que descobrimos hoje nos seus versos animados de uma vida que lhes garante a eternidade, êsses sonetos aonde vamos encontrá-lo nos seus gritos entremeados de breves apaziguamentos e em que nos apoderamos dêsse “caráter intermitentemente meigo e frenético como o de uma mulher”, como escreveu, ainda no seu prefácio, Oliveira Martins. Quem não sentirá a revelação da alma de Antero, “cheia de atrações divinas”, neste soneto “Luta”, que pôde resumir o drama de sua existência? E atentemos para a pureza dos seus versos, para o seu lirismo que atinge uma claridade que nos contagia:

“Dorme a noite encostada nas colinas.  
Como um sonho de paz e esquecimento  
Desponta a lua. Adormeceu o vento,  
Adormeceram vales e campinas...

Mas a mim, cheio de atrações divinas,  
Dá-me a noite rebate ao pensamento.  
Sinto em volta de mim, tropel nevoento,  
Os Destinos e as Almas peregrinas!

Insondável problema!... Apavorado  
Recua o pensamento!... E já prostrado  
E estúpido à fôrça da fadiga,

Fita inconsciente as sombras visionárias,  
Enquanto pelas praias solitárias  
Ecôa, ó mar, a tua voz antiga.”

\*

\* \*

Êsse grande poeta teve a Deus mas não soube reconhecê-lo. Teve a Paz, mas não soube entrevê-la na sombra em que sempre se agitou. Nem deixou de ser êste o destino dos mais diletos e queridos filhos de Deus.



## ÂNSIA INÚTIL

MARTINS NAPOLEÃO

Mas, afinal, para que tanto anseio  
e a angústia dêste frêmito medonho  
que tento ao verso transmitir em cheio,  
— deus que no barro em hálito me ponho?...

Por que sangrar as mãos, tirando ao veio  
o ouro em que as fórmulas lúcidas componho,  
como se a vida, a que me torno alheio,  
fosse curta demais para o meu sonho?...

Ouro, lavado em sangue... Ouro de poeta,  
todo filigranado nos refólhos,  
onde lhe infundo irradiação secreta...

Ouro... Para que, enfim, lavrá-lo tanto,  
se, arrancando-o da mina dos meus olhos,  
não esconde a ninguém que já foi pranto?...



## POEMA VOTIVO

Quando a morte pacífica vier  
como o último carinho silencioso da vida;  
quando a morte vier como um pássaro cansado  
cobrir meus olhos com as duas asas,  
não aplaines a leira da minha sepultura  
nem deformes com lápide nenhuma  
meu corpo feito de paciente terra...

Úmido de orvalho,  
e com o rosto voltado para o céu,  
deixa-me rebentar em relva e cobrir-me de flores,  
livremente,  
como nos quase alegres cemitérios rústicos  
de nossa terra, Amiga!



## A MEUS IRMÃOS, OS HOMENS

A gloriosa manhã chegará de repente  
como um canto de pássaro feliz  
depois da tempestade...

Será melhor a vida, meus irmãos,  
será mais bela a vida, meus irmãos,  
quando o Senhor fizer de novo o mundo  
com a imaginação e o sentimento  
de poeta, de músico e pintor.

Começará por não serdes mais nunca expulsos  
de nenhuma das pátrias que escolhesteis

Quando tudo falhar neste mundo da fôrça  
e maldição do espírito fecundo,  
o sentimento da beleza e da bondade  
fará de novo irmãos os homens, meus irmãos.

Os túmulos serão floridos como os berços  
porque, tendo vivido uma vida completa,  
ninguém poderá ter medo de morrer.

O novo mundo não virá do cáos,  
mas nascerá do coração dos homens, —  
terra santificada pelo sofrimento.

Poetas, sonhai comigo o mundo de amanhã,  
quando meus filhos não correrão para a guerra  
com a missão de matar os vossos filhos!

## A EVOLUÇÃO DE MANUEL BANDEIRA ATÉ "LIBERTINAGEM"

PAULO MENDES CAMPOS.

O primeiro livro de Manuel Bandeira, "A Cinza das Horas", surgiu em 1917, portanto, um ano antes da morte de Olavo Bilac. O que pôde ser simbólico. Não que a estréia de Manuel Bandeira surgisse como reação aos cânones parnasianos. "A Cinza das Horas" é um livro a ser encarado dentro da atmosfera parnasiana que reinava então. Principalmente sonetos como "A Antônio Nobre", "D. Juan", "A Camões" e "A Aranha" traem as reminiscências parnasianas de Manuel Bandeira, que, dentro dessa escola, agrupar-se-ia espiritualmente ao nome de Raimundo Correia. Por certo gosto idêntico de um cerebralismo nervoso. Entretanto, não é preciso argúcia para verificar em "A Cinza das Horas" uma inquietação qualquer manifestando as primeiras reações de um espírito essencialmente inconformista. Nestor Vitor, criticando o livro de Bandeira ("Cartas à gente nova"), já notára no poeta uma intelectualidade aristocrática e discreta. O que, pronunciado ao acaso ou conscientemente, é uma verdade notável como antecipação. Reparava também o escritor paranaense num certo caráter de transição que êle via no livro; outra verdade que já comprovamos.

Com efeito, a estréia de Manuel Bandeira, tendo em vista a essência poética, dá a impressão de estar colocada sobre uma crista, entre o tradicionalismo e "uma nova poesia que descesse dos céus". Incerto de repetir e não conseguindo ainda renovar, "A Cinza das Horas" é um livro instável, sem gran-

de equilíbrio de beleza. Num plano relativo, atendendo principalmente às circunstâncias adversas da época, o livro chega a ser notável. Num plano absoluto, ultrapassa o medíocre. A maioria dos poemas se ressentem de uma desigualdade estética dentro mesmo de cada um deles separado. Há versos densamente poéticos e muitos outros indecisos, francamente de mau gosto. Mas, em geral, de um mau gosto diferente de quem faz experiências. E poderíamos separar aí uma meia dúzia de poemas definitivos na obra bandeiriana.

Há um detalhe técnico já bem acentuado em "A Cinza das Horas": a tendência natural do poeta para os versos curtos, ao lado de certa inhabilidade para o verso longo. É curioso notar um parentesco entre o verso curto e o verso livre do modernismo. Mesmo dentro do mais absoluto classicismo, a inspiração foi mais livre quando metrificou com versos de fôlego pequeno. Na verdade, alguns gênios poéticos consagraram e redimiram o dodecassílabo. O que não impede dizer que a prosa rimada foi atraída enormemente por esse verso. Nos versos de sete ou oito sílabas é que Manuel Bandeira demonstrava sua facilidade de síntese poética. Muito acentuadamente nos poemas mais largados, isto é, quando os versos se ligavam uns aos outros apenas pela misteriosa relação das sugestões. Pelo contrário, não se pôde fugir à sensação de artificialismo quando Bandeira versifica com metros longos. O clima real da poesia bandeiriana é a síntese. No desdobramento analítico, êle se perde.

Não sei se devo atribuir como concessão ao gosto da época ou a razões psicológicas que não percebo, o fato de muitos desses poemas iniciais se ressentirem de um paisagismo descritivo, nos antípodas das qualidades fundamentais de Manuel Bandeira. Lá está em "Plenitude" nesses versos maus:

"E tudo me vem de vós, Mãe Natureza!  
Vós que cicatrizais minha velha ferida...  
Vós que me dais o grande exemplo de beleza  
E me dais o divino apetite da vida."



No "Carnaval", porém, o poeta cantará a morte de Pã. Conquista com seu grande livro o seu território psicológico. Quero dizer: num plano simbólico, o "Carnaval" é toda a aventura por um clima espiritual muito Manuel Bandeira, um clima de fuga que iria encontrar expressão mais tarde em um único poema: ("Vou-me embóra pra Pásargada"):

"Quero beber, cantar asneiras  
No esto brutal das bebedeiras  
Que tudo emborea e faz em caco...  
Evoé Baco!"

O que há de singular nessas fugas é que não constituem evasões para fóra da vida e, sim, "evasões" para dentro da vida, para os sotãos da alma, para as terras do sub-consciente. Aparentemente irreais, na verdade, são elas que nos descobrem as realidades do poeta Manuel Bandeira. É a festa dos recalques, das paixões policiadas, de-súbito triunfantes. É uma autêntica libertinagem do espírito. Que termina pela depressão que finaliza toda e qualquer libertinagem:

"Meu Carnaval sem nenhuma alegria..."

Nesse seu segundo livro, Bandeira explora ainda mais a sua maestria no manejo do verso de sete ou oito sílabas com que êle mede a maioria dos poemas desse livro. Mas lá de vez em quando surge ainda um alexandrino. A importância do "Carnaval" se revela, porém, através de um nervosismo vocabular que irá constituir uma das constantes características da poesia bandeiriana. O poeta já domina melhor as palavras de uso comum que, entrosadas nos versos, se revestem de um sentido agudo e inédito. Como em versos assim:

"Não às alegrias impuras  
Mas aquelas rosas simbólicas  
De vossas ardentes ternuras  
Grandes místicas melancólicas!..."

Às vezes, essa procura de transfiguração cai no exagêro, Como nesses versos horríveis:

“Não a acendeu a ardente febre  
Ai de mim, da consumpção hética  
Que esgalga até que um dia quebre  
A minha carcassa caquética.”

Enfim, o grande interêsse técnico do “Carnaval” é justamente essa busca de uma fórmula pessoal dentro de um léxico simples, um jeito particular de dizer, capaz de exprimir as singularidades que o poeta trazia dentro de si. Se “A Cinza das Horas” revelou uma personalidade marcada que ensaiava os primeiros passos para libertar-se, no “Carnaval” essa inquietação já se revelava em toda sua profundidade. Aqui já podemos encontrar o “humour” bandeiriano. O convencionalismo é quase inexistente. Poemas como “Os Sapos” ou “Sonho de uma terça-feira gorda” em quaisquer épocas que fôsem publicados seriam considerados moderníssimos. Trazem a marca furiosamente livre do eterno. “Os Sapos” é realmente uma obra prima, não só considerado na sua verve satírica, mas no amargo lirismo final que é a confiança da solidão em que o poeta se encontrava. Mas, há ainda outros poemas de poesia contundente no “Carnaval”. Como “A Rosa”, “Baladilha Arcaica”, “Poema de uma quarta-feira de cinzas” e outros.

O “Carnaval” é não só uma pesquisa de fórmula pessoal, mas também, o primeiro encontro do poeta com as suas constantes espirituais. Que iriam ser encontradas definitivamente em um terceiro livro: “O Ritmo Dissoluto”. Deste último livro para diante, o poeta se encontra e se define. Nasce, por assim dizer, uma conformação com o próprio desespero. Justamente o que permitirá a Manuel Bandeira uma ternura pelas coisas e pelas pessoas, um modo entre irônico, grave e carinhoso de enfrentar as tristes situações humanas. O poeta adquire o jeito tão seu de sofrer, aquele “gosto cabotino da tristeza” tão bandeiriano. Seu espírito pôde ficar assim à disposição das coisas e dos sentimentos, alegres ou tristes. E

dessa atitude singular nasce o "humour" bandeiriano, ou seja, aquela "humanidade irônica de tísico".

"O Ritmo Dissoluto", a meu vêr, considerando época, meio e evolução literária, é o livro de poesia mais livre que já apareceu no Brasil. Com êle, sentimos um poeta desligado dos compromissos com os mestres europeus. Na verdade, a forma livre, o cotidianismo já eram usados e abusados na França quando surgiu o volume de Manuel Bandeira. Apenas devemos reparar que na forma livre não estava mais que um convite à liberdade. Aceitar êsse convite significava romper com o tradicionalismo, com as escolas, com os nomes tutelares. Manuel Bandeira foi o primeiro a tentar amplamente essa aventura entre nós.

Tenho dúvidas quanto à morbidez como condição "sine qua non" dos gênios criadores. Entretanto é facil observar que as grandes revoluções e os rompimentos dessassombrados parecem reservados aos homens doentes e oprimidos. A infelicidade é não só um direito de zombar das regras burguêsas ou tradicionais, como também se transforma em força capaz de libertar a personalidade encoberta pelos costumes. Quando a esperança se transforma em disponibilidade, somos capazes de descobrir nuances despercebidas antes. É êsse o caso de Manuel Bandeira. Notemos apenas que, do encontro da nossa personalidade disponível não nasce a lógica e, sim, a pluralidade curiosa e desconcertante. Daí mesmo a dificuldade de definir os poetas que não sistematizaram seu lirismo para um objetivo moral. Tudo neles é desnorteante, dúbio, contraditório. Acham-se em comunicação com o homem "ondoyant et divers". É sob êsse aspecto, digamos sem ofensa, de cinismo lírico que leio Manuel Bandeira.

Em "O Ritmo Dissoluto", a poesia de Bandeira se aproxima daquele tom de segura "belo, áspero, intratável" que se realizará com amplitude e consciência em "Libertinagem". A evolução da poesia de Manuel Bandeira é uma conquista de simplicidade e de intensidade interior. Em "O Ritmo Dissoluto" começamos a presenciar essa grande lição: a poesia dos fatos poéticos, isto é, não estamos somente diante de uma

construção de palavras que transmite poesia, mas encontramos sempre uma “situação exemplar de que não suspeitávamos” e que fica sempre conosco. De resto, essa poesia apresenta largo parentesco com a “poesia-coisa” dos poetas alemães. O desenvolvimento dessa poética, entretanto, deve pertencer a um capítulo de “Libertinagem”.



## LETRAS PORTUGUÊSAS E AMERICANAS

OSCAR MENDES.

Com a morte, a 17 de agosto passado, de Eugênio de Castro, perde a literatura da língua portugueza, e pode-se dizer também a literatura universal, um de seus maiores poetas líricos. Se bem que estejamos hoje bastante distanciados, sob certos aspectos, da maneira poética de Eugênio de Castro, não podemos deixar de admirar o vasto sôpro lírico de sua inspiração, o idealismo de suas concepções, a riqueza e a habilidade do artífice e especialmente a ternura comovida do homem.

Essa mesma poesia moderna, que se sente tão distanciada, no tempo e nos ideais, da poesia do grande simbolista português, se se dêsse ao incômodo dum atento e rigoroso exame de consciência, reconheceria, com humildade e gratidão, o muito que deveu àquele jovem artista parnasiano, que aos quinze anos estreava nas letras com um livrinho de sonetos, "Cristalizações da Morte", para poucos anos depois, lançar o grito de libertação da poesia portugueza, com os seus "Oaristos", que escandalizavam, não só pela estranheza do título, mas principalmente pelas audácias rítmicas e vocabulares.

Sensível aos ventos do espirito que, no seu tempo de moço, começavam a soprar contra as posições maciças do naturalismo e do parnasianismo, Eugênio de Castro não tardou em deixar-se vencer pelo fascínio que a nova estética simbolista irradiava lá das terras de França. O prefácio de seu livro "Oaristos", em que rompe, com audácia e desassombro,

contra as modas literárias vigentes, é, verdadeiramente um grito de combate e de independência. Dirá, sem rebuços, o seu libelo contra a poesia da época:

“Com duas ou tres luminosas exceções, a Poesia portugêsa contemporânea assenta sobre algumas dezenas de coçados e esmaiados “lugares comuns”. Tais são: olhos côr do céu, olhos comparados a estrélas, lábios de rosa, cabelos de ouro e de sol, crianças tímidas, tímidas gazelas, bracura de luar e neve, mãos patricias, dentes que são fios de pérolas, côlos de alabastro e de cisne, pés chineses, rouxinóis medrosos, brisas esfolhando rosas, risos de cristal, cotovias soltando notas também de crital, luas de marfim, luas de prata, searas ondulantes, melros façólas assobiando, pombas arrullhadoras, andorinhas que vão para o exilio, madrigais dos ninhos, borboletas violando rosas, sebes orvalhadas, árvores esqueléticas, etc.”

E se propõe a renovar e remodelar todo êsse ferro-velho literário, pois, segundo êle, “talvez dois terços das palavras, que formam a língua portugêsa jazem absconsos, desconhecidos, inertes, ao longo dos dicionários, como tarecos sem valor em lojas de arrumação”.

Forrageia nos dicionários e nos clássicos, desempoeira termos e expressões obsoletos, não hesita em utilizar o termo técnico e preciso, entre o termo comum e o termo raro, contanto que êste seja mais belo e mais sonóro, prefere o termo raro, achando que “cerusa” é melhor que “alvaiade” e “gomil” mais sonóro que “jarro”. Criará, por sua vez, os seus lugares comuns, como os já tem bem criados e sovados a própria poesia modernista.

Sua idolatria pelo termo raro, sua fascinação pela música vocabular, sua exibição meio rastacuera de palavras peregrinas, arrancadas dos escrínios latinos e gregos, hoje já não deslumbram, nem escandalizam, como fizeram aos leitores de seu tempo. Mas a ação que exerceu na poesia contemporânea, essa prolongou-se, e se hoje gozamos de mais liberdade rítmica, se nos despojamos de certos ouropéis poéticos, muito se deve à audácia moça de Eugenio de Castro,

à sua fidelidade aos grandes ideais de renovação artística, à sua perseverança no esforço e principalmente à sua honestidade de poeta que quis ser sempre poeta, e, quando sentiu que se lhe extinguíam as fontes de inspiração e que a sua mensagem lírica já havia sido dito no mundo, recolheu-se ao silêncio e ao repouso, como o lavrador que, cumprida a tarefa diária, descansa ao pé da lareira, sonhando com as flôres e com os frutos que a sua mão infatigável fez brotarem da terra fecunda.

Se muito da farrapagem teatral do simbolismo está hoje tresandando a môfo, se muitas das suas audácias e atrevimentos constituem agora entraves e peias, ficam para todo o sempre de Eugênio de Castro o exemplo de sua revolta e de sua lealdade aos seus ideais, muitos dos versos mais belos e cantantes da língua portugueza, tirados dos "Oaristos", das "Horas" do "Interlúnio", de "Belkiss", de "Sagramor", da "Nereide de Harlem", do "Rei Galaor", do "Anel de Policrates", ad "Fonte do Sátiro", dos "Camafeus Romanos", e a harmonia, a graça, a emoção, o colorido, a ternura, a luminosidade, a leveza, a penumbra e a saudade, a grande saudade de tantas de suas poesias da última fase de seu poetar.

Povo de navegantes e colonizadores, o português deveria ter já criado uma literatura de caráter exótico e colonial em que a vida e costumes, sentimentos e ideais de gentes outras se refletissem, com a mesma pujança e a mesma beleza artística de muitas das obras de seus escritores máximos. No entanto, somente em data mais recente, uma literatura de côr caracteristicamente exótica vem aparecendo, com alguns nomes dignos de atenção e um senso artístico mais acentuado.

A expansão colonial portugueza, facilitando o contacto mais diréto de escritores e artistas com ambientes diversos do meio natal, vem fornecendo oportunidade de enriquecerem, com a novidade de cenários, de tipos, de sentimentos, de idéias, a ficção portugueza apegada aos cenários e tipos da metrópole e da província. Castro Soromenho, com quem acabamos de entrar em conhecimento, através de um livro de contos, parece-nos um desses escritores capazes de criar uma obra ar-

tística que, sem deixar de ser portuguesa, venha marcada de um cunho de exotismo e ao mesmo tempo de humanidade, que a torne duradoura, na sua beleza estranha e na sua compaixão pelos homens vítimas do terror, da opressão, da ignorância e do instinto. (“Rajada”, Castro Soromenho, Portugal Editôra — Lisboa, sem data).

Tendo vivido algum tempo no sertão angolense, Castro Soromenho não se limitou a observar, com olhos curiosos de viajante ou, talvez, de funcionário, a vida dos povos primitivos e bárbaros da selva africana. Quis dar-lhe forma artística e duradoura, em romances e contos, que, embora mostrando seres e costumes exóticos, na realidade revelam a mesma humanidade de todos os quadrantes, com seus sentimentos, suas paixões, seus ódios, seus amôres, suas covardias e seus heroismos. Em “Rajada”, entramos em contacto com a vida de certas tribos angolenses, entre as quais viveu o autor, ou de cujos costumes veio a ter conhecimento, directo ou indirecto. São historietas simples, de episódios da vida comum daquelas gentes, bárbaras nos modos de agir, mas profundamente humanas no sentir.

Sente-se que a vida da selva fascinou o autor, embora a sua pujança não lhe houvesse contaminado o estilo, que se mostra seco, descarnado mesmo, cheio porém, de vida, de vibração nervosa, de linhas nítidas e precisas, a que não falta, por vezes, emoção poética, como naquele trecho em que exalta a memória dum soba morto:

“O soba está morto.

“O luar branqueou a terra, e o vento leve que vem do descampado, mal balanceando os cimos do capinzal, arrasta pela estepe longinqua o som dos tambores que choram a morte do chefe que governou com justiça e que, por isso mesmo, passou a viver na saudade do povo.

“Choram os tambores nas bôcas dos caminhos das senzalas, convidando à dôr os homens que, nas aldeolas perdidas na estepe, os escutam. As mulheres gritam à volta do cadáver o seu desespero e amargura. E além, dentro da noite de



uma mata, em redor dos clarões de uma fogueira, rezam os feiticeiros”.

Mas os contos de Castro Soromenho não teem apenas valor literário. Sem sacrificar o tom artístico, faz de suas histórias um repositório interessante do ponto de vista etnológico. Aqui estão costumes, lendas, expressões da gente angolense, que estudiosos de etnologia lerão com grande proveito, ao lado do encantamento que a linguagem literária proporciona.

Além dêsse pitoresco, porém, dêsse exotismo, há a interessar o leitor o drama propriamente humano daquelas criações, num estágio da civilização ainda bastante rudimentar: a dor do velho soba Muangue diante da loucura de sua bem amada Cauina; a dor do povo da aldeia pela morte doutro soba, cheio de bondade e de valor; o crime de Caluige, o canoieiro; os terrores de Samba, a negra bângala que não achava comprador nas feiras de mulheres; a vingança de Gulo contra o soba Calendende e o drama de Matembele, o velho que quis salvar a vida e a reputação de Duma-iá-cuilo, o caçador.

Com tão admiráveis dons evocativos e artísticos, bom seria que Castro Soromenho nos desse uma coletânea de lendas e gestas angolenses, à maneira do que fez, com outros povos da África, Leo Frobenius, no seu “Decameron Negro” e em “African Genesis”.

\*

\* \*

Confesso que comecei a ler o livro de contos do sr. Domingos Monteiro de muito má vontade. (“Enfermaria, Prisão e Casa Mortuaria”, Domingos Monteiro — Editorial Gleba, Ltda. — Lisbôa, 1943). O título banal e pouco atrativo não convidava a uma permanência maior dentro das páginas do livro. Mas logo às primeiras linhas sentimos não estar diante de um estreante, ainda canhestro no exprimir-se, procurando ou fazendo frases, atrapalhado com o tema e com a maneira de desenvolvê-lo. O livro tem certa densidade, que

lhe é dada pela natureza dos temas, todos referentes a sentimentos e paixões profundíssimos da alma humana: o amor pelos oprimidos, a liberdade, o ciúme.

São tres contos de tamanho e valor desiguais, tratados, porém, todos, com apuro, numa composição que não dispensa por vezes o labor estilístico. Em todos, o sofrimento humano é apresentado em toda a sua lancinante amargura, na tristeza duma enfermaria, no desespero duma prisão, no terror dum necrotério. São estudos pungentes da alma humana, taganteada por sofrimentos agudos, por dúvidas e hesitações torturantes.

No primeiro, temos a história dum homem rico empobrecido, que vai dar com o corpo numa enfermaria de hospital. Seu contato com um mundo de tristezas e de sofrimentos terríveis vai-lhe conformando diferentemente a alma. Um companheiro de enfermaria e visinho de leito transmite-lhe os ensinamentos de sua filosofia dolorosa e trágica da vida, ensinando-lhe como se vive mais intensamente, quando se pensa mais nos outros do que em si mesmo. Sua morte como que arremata êsse ensino, dando ao até então egoísta e cético Fausto Salema um ideal de vida: a defesa dos pobres e oprimidos, dos necessitados e dos doentes. Se se percebe um tanto a força da tese, atuando sobre os personagens, contudo o conto é conduzido com tão emocionante beleza, que se desculpa aquela fraqueza.

No terceiro conto, temos uma história já utilizada por outros autores, como é essa do sujeito que sofre um ataque de catalepsia e fica depois vendo tudo que se passa em torno de si, sentindo-se pouco a pouco dominado pelo horror de ser enterrado vivo. O mais interessante, porém, do conto é o estudo da psicologia do personagem feminino, que apresenta um desses casos tão estranhos e tão misteriosos da contraditória alma da mulher.

Dos tres contos, porém, o mais belo e o mais composto é, sem dúvida, o segundo; essa história dum rústico e gigantesco pastor de ovelhas das serras portuguesas, que um dia se vê trancafiado numa prisão, por haver castigado, mais da

conta, um desalmado que lhe matára alguns de seus animais. O autor estuda as reações psicológicas dessa alma frustra de solitário pegureiro, dentro das quatro paredes duma prisão; êie, cuja vida se passa ao ar livre das serras, apascentando suas ovelhas e vivendo uma vida primitiva e simples, ao lado da mulher e da filhinha.

Um perverso companheiro de prisão vai lançando, por interêsse de utilizar-se da grande fôrça do labrêgo em favor da própria fuga, uma ânsia insopitada de liberdade na alma do pobre pastor. E tambem a dúvida a respeito da fidelidade e da perseverança da espôsa do prisioneiro. Zé Paúl começa a duvidar e começa a querer a sua liberdade a qualquer preço, até mesmo atentando contra a vida dos guardas. Mas um abrigo de lã que a filhinha lhe tecêra como que detêm a tempo as suas mãos que já haviam matado um, evitando que cometam novos crimes.

As cenas da prisão, os tipos que nela vivem são descritos com realismo e côr local. Mas a cena culminante é mesmo aquela em que Zé Paúl tem medo de que suas grandes manoplas façam aquilo que não devem e pede aos guardas que lhas algemem. O sr. Domingos Monteiro sabe conduzir com apreciável arte a seu climax de intensidade e de emoção o drama de seus personagens. É, além disso, um novelista fiel às regras clássicas do conto, em que se conta alguma coisa, com vivacidade, sentimento e dramaticidade.

\*

\* \*

Os editores Farrar & Reinhardt, de Nova York, instituíram um concurso de romances latino-americanos. Ganhou o primeiro prêmio, em 1941, o escritor peruano, domiciliado então em Santiago do Chile, Ciro Alegria, com seu livro de costumes peruanos, "El Mundo es Ancho y Ajeno", que agora aparece em tradução brasileira. ("Grande e estranho é o Mundo", Ciro Alegria, trad. de Amadeu Amaral Júnior — Livraria José Olímpio, editora — Rio, 1944).

Trata-se de um imenso romance, de tema social, em que se narram as lutas dos índios peruanos contra gananciosos senhores de terras. Desconhecendo a vida íntima da nação peruana, não entraremos na apreciação do que possa haver de partidário no arranjo de episódios, de tipos e de situações. Mas o drama da opressão dos fracos pelos fortes, dos desajustamentos sociais, proveniente duma má e injusta organização social e econômica, êsse é mais ou menos o mesmo em toda a parte, e o autor consegue ressaltar, com vigor e realismo, o que há de vil e de inumano nesses embates em que a prepotência e o suborno levam de vencida todos os direitos e todas as justiças. Muitas das cenas por êle descritas, com grande movimento e fulgor, são nossas conhecidas, são episódios de nossas lutas políticas, de nossas lides forênses no interior, das tocaias dos fracos contra os fortes, dos desrespeitos à justiça por parte dos que detêm o poder político e o dinheiro.

Do ponto de vista, simplesmente artístico e literário, é um livro desmedido, prolixo, arrastado, rude, áspero, cheio de ascensões e descidas tremendas, mal composto, num estilo por vezes poético, outras vezes chão, artificial, maçante. Muitos dos personagens são duma pobreza psicológica lamentável. Mas há figuras admiravelmente traçadas, como a do velho Rosendo Maqui, o chefe da comunidade indígena.

O romance não conserva certa unidade narrativa, ou certa diretriz, a não ser a da tésé social do livro. Descaminha-se, de vez em quando, em digressões enormes, em episódios laterais, que distraem a atenção da narrativa principal. Enfeitase doutras vezes de belos temas folclóricos, como o da lenda do pássaro "aiaimamãe". Ou estraga-se em declamações demagógicas, e em estilo de relatório policial. Procura abarcar todos os aspectos da vida do povo. Larga o tema central e passa a descrever a vida nas selvas, nos seringais, nas plantações de coca, nos portos de mar, nas beiradas de rios, nas serras e nas fazendas. Quando, porém, o tema vai-se tornando mais interessante, larga-o e passa a outra cousa.

Há trechos do livro que revelam um artista poderoso. Outros, porém, são desleixados, mal feitos, com intervenções



do autor à moda dos romances antigos. Há beleza autêntica em muitos e muitos trechos e coisas dum máu gosto gritante em tantos outros. O estilo sofre também dessas alternativas. Ora é tipicamente popular, ora se alinda parnasianamente, aqui é brutal, ali é lírico, para mais adiante mostrar-se duma vulgaridade e duma chatice, de quem está fazendo suas primeiras experiências de escritor bisonho, nessa difícil arte de escrever.

Enquanto descreveu a luta da comunidade contra o fazendeiro sem escrúpulos, o livro conserva muito interesse e certa grandeza. Depois o autor se perde em digressões, em episódios laterais sem importância para a narrativa, num espichamento enfadonho de sua história. Há nêle um como querer abarcar o mundo com as pernas. O livro ganharia em intensidade e maior dramaticidade, o que perde em prolixidade e banalidade, se o autor se tivesse dado ao trabalho de mantê-lo como obra de arte e não apenas como libelo social e político. Por vezes, essa preocupação de "fazer" o romance social sufoca em *Ciro Alegria* o romancista e o poeta que nele existem, vigorosos e capazes de realizar autêntica beleza.

Esquecendo todos os exageros, desconformidades, defeitos, digressões e demais encheimentos de caráter extra-literário e atendo-nos somente aos momentos verdadeiramente belos e grandiosos do romance do sr. *Ciro Alegria*, a impressão que nos fica é dum grande talento desconforme, rude, tosco mesmo por vezes, mas capaz de magníficas ascensões, de momentos de suave ternura, de rajadas cegantes, de compassiva caridade pelos que sofrem e pelos que gemem na sua miséria e no seu desamparo. Há qualquer coisa de telúrico, de andino, de majestoso como uma cordilheira, de áspero e trovejante como uma tempestade na montanha, de asselvajado e misterioso, como a selva monstruosa e pávida de segredos mortais, nesse livro tão desigual e tão comovedor. Palpitam nele as vozes torturadas da vida humana, os gritos de desespero, as palavras de morte e de execração, os arrulhos amorosos, os estertores dos que são castigados e dos que morrem, os ventos tempestuosos da cordilheira, a voz enigmática da selva densa e



perigosa, e um grande anseio de justiça, de paz, uma esperança imensa num mundo melhor.

É pena que a tradução não concorra para uma mais agradável apreciação do livro. Reconheço as dificuldades com que deve ter lutado o tradutor, para transportar à nossa língua um estilo "cheio de crioulismos entranhados", como êle mesmo diz, na sua notícia sôbre o autor. Mas muitas vezes, e quando se trata de puro castelhano, o tradutor reproduz literalmente termos e expressões, num descaso evidente pelo trabalho que vinha realizando. E há cousas assim: "Laurita Pimentel, depois de uma agitada noite de baile, chegou derramando curvas espontâneas e deliberando entusiasmo até o leito onde Melba Cortêz saboreava seu ócio vaidoso." "Mascando sem sossêgo uma coca que acaso lhe sabia amarga". "Melba se incorporou ostentando o peito túrgido". Fala em "peritagem", quando existe o termo tão conhecido "perícia". Deixa sem tradução o traduzibilíssimo "azahar". E "muchas cosas más", num excesso evidente de política de boa vizinhança, como se quisesse escrever numa língua que pudesse servir indiferentemente aos povos de língua portuguesa e de língua hispânica, sem contentar, porém, é claro, nem a uns, nem a outros.

Remessa de livros: Rua Santa Catarina, 1455 — Belo-Horizonte — Minas Gerais — Brasil.

## VIDA LITERÁRIA

### O ROMANCE AMORAL E PORNOGRÁFICO

JOSÉ VIEIRA.

Os últimos quinze anos do Brasil têm sido de grandes transformações. Material, moral e socialmente, mudamos muito em pequenos prazos; mas o desenvolvimento de tudo, a contar da questão política iniciada em 1929, vem sendo mais rápido, vem-se processando por precipitações imprevisitas e surpreendentes. As letras, que, desde a Maioridade, acompanham com surtos novos os acontecimentos políticos, desta vez, receberam uma influência e puderam afirmar-se como elemento e fôrça de produção nunca imaginada pelos escritores dos começos da República, dependentes das simpatias pessoais reduzidas da casa Garnier e das suas pagas insignificantes. Produzindo, pois, muito mais que antes da Revolução de 1930, publica-se espantosamente, embóra êsse crescimento extraordinário da criação e do comércio de livros não haja trazido a desejada correspondência quanto à elevação da cultura geral e quanto a uma melhor qualidade das obras. Se Teixeira e Souza — o nosso primeiro prosador que fez romances como meio de vida, se Macedo e Alencar inesgotáveis, Franklin Dória que não parava e o Múcio inspirado de jacto continuo e não preso a conveniências, como o contemporâneo de agora sr. José Lins do Rego, — se êsses pudessem ver as livrarias do Rio, São Paulo e Rio Grande, ficariam assombrados do número atual dos ficcionistas brasileiros. Como chegamos a tamanha capacidade de inventar e escrever? — haveriam de exclamar. Mas os ativos ro-

manticos, quanto o realista sem peias, julgariam pelo que fizeram, pelo como trabalharam. Não ha de ter lembrado a nenhum deles, sequer ao Macedo da pena de pato corredica, que nada mais fácil do que escrever um romance. Nem é diversa a razão de, em alguns anos de existência apressada, terem aparecido no Brasil tantos romancistas. Eles, porém tomaram o caminho sem tropeços: porque a dificuldade não está em escrever um romance, senão em escrever um bom livro, (Entenda-se por bom romance o livro bem pensado, concebido com fim moral, social, patriótico ou estético, e bem escrito.) Entretanto, nos nossos dias, se restringimos a liberdade de pensamento político e ideológico, permitimos, em compensação, várias outras, não importando os prejuizos que possam trazer ao bem geral. Dentro desta liberdade, a indústria do livro apenas escolhe entre duas espécies: o livro vendável e o livro não vendável. Um editor a quem escrevi, lamentando êsse estreito critério em atividade tão ligada á educação do povo, respondeu-me com resolutio cinismo: "A minha casa é uma casa de negocio, não uma casa de ensino". Concorde-se que, neste particular, a maioria dos leitores exercem um papel não de negligenciar para o objetivo principal da editora. Desgraçadamente, o nosso commercio não atingiu ao sentimento de humanidade que levou o intermediário americano da presente guerra a se resignar a ganhar menos, atendendo ao interêsse da comunidade. Imprime-se, publica-se para o vulgo, e as coleções de bom gosto e intenção cultural já se "programam" num quadro de vendas em que o *snob* de bons recursos é quem anima a edição. Sabemos que, para o vulgo, para o grosso público, tudo é bom, uma vez que mexa com os nervos, ou satisfaça à intelligência contentável com a anedota feita para rir ou para atizar os instintos. A faculdade de rebelião contra velhos preconceitos, armou-nos contra a boa razão, que, aliás, não podemos, hoje, assegurar onde se encontra. Que é que póde não estar certo numa era de transição, de demolição e desmoralização, em que se proclama estar-se em marcha para melhores tempos? A multiplicação das editoras abriu portas a uma larga produção de livros sôbre ma-

téria sexual. Criámos a necessidade pública de uma educação sexual. Conheço o caso de uma senhora religiosa, católica militante sincera, que deu de presente a uma joven amiga em seu casamento um volume sòbre educação sexual. As coisas do sexo assumiram, dest'arte, no Brasil, uma importância humana e social que jamais alcançou nenhum dos mais recomendados programas educacionais civicos ou religiosos. Eis o terreno que topou o romance brasileiro brotado no decênio 30-40 e que se desenvolveu nestes anos de guerra.

A juventude dos dois sexos, muita gente de mais idade nos meios chamados "granfinos" são partidárias de uma ideologia em voga, de um clube de *foot-ball*, de um jogo (a moda é o "pif-paf"), e lê com prazer, dessedentando-se, o romance fescenino, apimentado de pornografia. O romance de tal jaez, é aceito naturalmente, de modo a não se distinguir bem o que nasceu primeiro, se êle com a sua licenciosidade, ou o leitor despegado de princípios morais e disposto a acolhê-lo como o seu credo e poema. Resta acentuar que o romancista dêse estado social se despreocupou de deveres para com a arte literária, com a técnica do seu gênero preferido, com a gramática, do mesmo modo que se alheiou da idéia de deveres morais para com a sociedade, da qual não há negar seja um dos guias, não devendo ser apenas um aproveitador.

A propaganda, que vai substituindo a crítica, não tem obstado a que se chame a atenção do leitor, do escritor e do editor para o desregramento dos três. O escritor responde por todos que, literariamente, seguem a traça do "Modernismo", socialmente, obedece à ideologia esquerdista, mestra dos espíritos mais adiantados. Comunistas, convenha-se nisto. Mas, que comunismo é êsse, quando Stalin estigmatiza a literatura dissolvente dos episódios e cenas grosseiras e da linguagem obscena? Em quanto a modernismo no sentido da liberdade de escrever errado, recorra-se aos dois iniciadores titulados do movimento, e que vingaram — Manuel Bandeira e Mário de Andrade. Passada a fase de desmoralização das formas frias e ensossas do Parnasianismo deca-

dente, Bandeira escreve a prosa exemplar da *Crônica da Província do Brasil*, e o Mário de Andrade da *Macunaima* nos dá as páginas de boa língua do seu volume de crítica... Diga-se sem visar pessoalmente qualquer dos autores em questão, alguns dêles talentosos e capazes de, com esforço, realizar o melhor, que, de partida, cuidaram, sôbre tudo, de ganhar o leitor. O leitor gosta da história dissoluta: dê-se-lhe a história dissoluta. Já perguntei a um dêles por que escrevia tais pornéias. Respondeu-me sem hesitar: "Pelos mesmos motivos de Rabelais". Se compararmos superficialmente, está certo: Rabelais escreveu na linguagem da sua época. No décimo sexto século, nem a Côrte escapava ao rabelaisianismo da língua de Gargantua. Expressão, bom humor, costumes livres, era tudo habitual. Mas o escritor foi o humanista que se impregnou a si e à sua obra dos conhecimentos do tempo. É differentíssimo. O romance desregrado e pornográfico do Brasil dos últimos anos tem sido criação e realização da incultura, forjado para a massa inculta e baixamente amoral, que está na frente e predominando sôbre o Brasil país de tradição de moral e de bom gôsto reagindo contra toda dissolução. Este Brasil aí está, como desde o desbragamento colonial, retraído, envergonhado e resistindo no seu isolamento.

Tinhamos caminhado partindo da reação auto-romântica, que, com o pensamento parnasiano, importado de França, quis restabelecer a tradição clássica, dentro de inconfundível decência na escolha dos assuntos e na maneira de os tratar, não se clame que recato de retardado pudor religioso ou moralizante.

Nesta matéria, há uma tendência anárquica e anarquizadora e há o equilíbrio da arte literária harmonizando-se com uma concepção das relações humanas que não exclue a evolução trazida pela maior complexidade do progresso e das formas de viver, mas não há de dispensar uma ordem social impedindo venha a ser a vida em sociedade permanentemente angustia, o desespero entre a vontade de melhorar e a vontade de destruir. Refiro-me a "arte literária", porque o mau livro, não está provado seja uma necessidade do in-



divíduo ou do grupo como o pão e a água. “Nada mais fácil de satisfazer do que o estômago” — dizia Juvenal. Para as fomes do espirito, o problema é outro. Não se morre por falta de livro, e o livro terá que ser um alimento da consciência, preparação, elevação intelectual e social do homem. Adquire-se o mau livro, lê-se o mau livro por ignorância, — o mau livro que relaxa, que degrada, e pode conduzir a mal, perverter, perder. Falo aqui do mau livro, sem distinção de feitio. Tanto êle pode estar num dos romances a que aludo, quanto em uma obra-prima. Neste caso, não diríamos — um *mau livro*, antes um *livro mau*, que tanto será escrito intencionalmente, como inconscientemente. Terá Goethe pensado que o *Werther* iria causar a série de suicídios amorosos que causou? Teria o escritor levado às mãos do apaixonado de Carlota a pistola de que se serviu êle, imaginasse no efeito a produzir no leitor romântico? (Racine teve o seu caso de consciência, e houve outros). O *mau livro* é acolhido, entre nós, pelo leitor culto comprometido na propaganda da espécie; mas o leitor culto sem dependência não o lê. Tenho disto confissões bem valiosas. Alguns tentaram. Porque a boa vontade é irmã da cultura. Porém, “não houve meio” — disse-me um ilustre curioso das inclinações do novo Brasil. — “Não houve meio de vencer o enjôo, a repugnância”. Eis a situação criada pelo romance brasileiro dos nossos dias: bem recebido pelas massas e repellido pelo leitor instruído sem compromissos.

Disse que não se distigue bem quem nasceu primeiro, se o romance pornográfico, se o seu leitor satisfeito. Não haja, porém, dúvida em responsabilizar. O romance obsceno complicou a mentalidade, agravou a propensão do ingênuo leitor ávido de escândalos. Êle era só vicioso. Leu o romance, que, nascido no Nordeste, se alastrou de Norte a Sul: deu para soltar palavrões. Homens e mulheres, especialmente os mais novos, de soltos nos atos, tornaram-se soltos de expressão. É uma feição novíssima do Brasil-República. A Colônia foi desbragada. O primeiro reinado teve língua de trapo, herdada do “tempo do Rei”. Da Regência ao casa-

mento de D. Pedro filho e pelo seu govêrno em fora, era-se áspero nos ataques da Câmara, mas as maneiras compensavam a severidade espinhenta, por exemplo, de um Zacarias, e os Martinhos de Campos faziam rir ao envês de irritar. D. Pedro II, educado à brasileira, com o idealismo da pátria livre, repulsava o doido e brusco falar do pai. A sua influência de chefe de Estado e chefe de família, com a Imperatriz santa esposa, desconte-se algum desvio do marido da côxa, fez escola. A natureza é uma só em todas as épocas e em todas as latitudês, mas podemos nos conter, quando mais não seja, na boca, na lingua. O terceiro reinado, não se frustrasse, iria inaugurar-se numa sociedade de nobres damas e de gentis-homens, de que foram modelo Rodolfo Dantas, Nabuco, Taunay.

No decênio das duas violentas propagandas Abolição e República, rebentou um romance descabelado. Não chegou a ser a pornografia. Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha e Aluisio seguiam uma escola, — acompanhavam Zola, desta banda do Atlântico. Isso se compreende, se justifica. *A carne*, *O cortiço*, *O bom crioulo* são histórias cruas. O palavrão neles é a nota correspondente, não gratuita, e a intenção nunca deixou de ser moral. Pode ser dito o mesmo do romance de 30-40 e dêstes quatro anos seguintes? Os informados das origens do romance brasileiro “modernista” e “esquerdista” terão de dar êste testemunho: recorreu-se a um meio de forçar a nomeada e a venda. Êsse vem a ser o escândalo dos assuntos unido ao escândalo da linguagem. Tivemos, assim, um romance aberrante da nossa educação nacional iniciada com a catequese, daí por diante, em princípio, contrária a todo descomedimento de proceder e de exprimir. Repita-se que, em arte, “imoral é só aquilo que é mal feito”. O moderno romance brasileiro aliou as duas falhas: sendo, literariamente, de baixa extração, achou-se desobrigado de nem ao menos se escorar com umas regrinhas de gramática. Contaminado pelo “sucesso” do gênero, como o extremo norte, o extremo sul acaba de se incorporar à falange, sob pretexto de regionalismo: Consequência, conclusão: a letra de fôrma faz-se código, sem exame para o

vulgo ledor; o resultado é uma grossa porção da nossa gente — não sómente a frequência do *foot-ball*, o cordão carnavalesco, os pobres de Cristo que estão aumentando a cifra da tuberculos empurrados pela carestia, mas parte importante do mundo “granfino” — incluir na sua lingua corrente a pornografia gratuita dos livros. A literatura, à frente o romance, educa ou deseduca. O romance sensualista e pornográfico está conduzindo a aspectos da vida brasileira como o que se passa nas mesas femininas de “pif-paf”. São mulheres que perdem contos de réis numa noite e voltam a jogar na noite imediata. Essas, se perdem, desbocam-se de tal forma, que seria para uma pregação de melhores costumes e menos feias palavras. É o que cabe ao clero, se as belas letras se desmandam. Conta-se de uma donzela de Copacabana, que lia, toda atenção, o romance do mês. Observando o interêsse da jovem leitora, sua mãe disse-lhe que também queria o livro. A donzela da geração do “moderno” romance:

— Nada, mamãe! Isto não é leitura p'r'a senhora, não.

Há por que refletir neste episódiosinho, quanto às letras, se visamos as letras, e quanto ao mais, se cuidamos do mais.

## ESTUDOS DE FOLCLORE

### AINDA A TEORIA INDIANA

ARTHUR RAMOS.

Toda uma série de autores, já citados em artigo anterior (1), se esforçou em filiar a maior parte dos contos populares europeus a origens indianas. Alguns exemplos bastam. A história da *Gata Borralheira*, que, na Europa, originou tantos estudos comparativos, como os de Gubernatis, Husson, Ralston, Deulin, Huet, Cox, Lefèvre... forneceu a Cosquin argumentos brilhantes para provar a sua teoria indiana dos contos populares (2). Para êle, a *Cendrillon* europeia não é mais do que a princesa hindu *Sodeva-Bât* que perde a sua sandália de ouro e de pedras preciosas, tendo o rei do conto indiano prometido boa recompensa a quem a encontrasse.

Objetou-se a Cosquin que os motivos do conto indiano eram diferentes dos do europeu. Não havia o episódio da experimentação das sandálias, nem o do príncipe que esposa a moça pobre. E a objeção mais grave foi a de que a Índia é um país onde não há calçados. Diz com razão Saintyves que os episódios europeus da verdadeira *Cendrillon* se podem resumir assim: "Uma moça de situação média ou obscura geralmente maltratada por sua madrasta, porém assistida por um ser sobrenatural, aparece numa festa e desperta paixão num belo moço que a procura e a encontra, graças

---

(1) Vide *Revista Brasileira*, Ano IV, n. 10, julho de 1944, ps. 161-172.

(2) Em. Cosquin, *Les Contes indiens et l'Occident*, Paris, 1922, ps. 31 e seguintes.

à sua sandália, que só se adapta ao pé pequenino da sua dona" (3). Ora, dêsses motivos, só o da sandália perdida se encontra nas versões indianas. Mas quando se replica, com Cosquin, que os contos da Índia se irradiaram em todas as direções, perdendo muitas das suas características primitivas, compreende-se que êles vão incorporando novos elementos nos caminhos percorridos. Seria um trabalho complementar, êsse de acompanhar as leis das migrações dos contos populares e suas amalgamações sucessivas.

A história do *Pequeno Polegar* também forneceu aos adeptos da tese indiana curiosos elementos de discussão. Para Cosquin, ela teria vindo da Índia. Mas foi Paul Reynaud quem procurou provar, no caso do conto do Pequeno Polegar, com maior luxo de argumentação, as suas origens védicas (4). Êle decompôs o conto de Perrault em vinte motivos temáticos, que foi encontrar nos hinos védicos:

I — *O pai de família com sete filhos não seria mais do que Soma e seus sete elementos.*

II — *O lenhador, imagem de Agni, o cortador de madeira.*

III — *O nome do Pequeno Polegar seria a "âme poucet" (sic) de que falam os Upanishads.*

IV — *O Pequeno Polegar desprezado, isto é, Agni quando não se manifesta pela chama.*

V — *A habilidade do Pequeno Polegar ou Agni considerado como jovem sábio.*

VI — *O Pequeno Polegar bom escutador ou bom entendedor seria Agni escutador da libação.*

VII — *A falta de viveres lembra uma narração do Katha-Upanishad onde o brâmane Vajaçravasa, não tendo mais provisões, abandona seu filho à morte.*

VIII — *A floresta na qual o pai abandona os filhos lembra a floresta por onde viaja Agni.*

(3) Saintyves, *Les Contes de Perrault et les récits parallèles*, Paris, 1923, p. 116.

(4) P. Regnaud, *Comment naissent les mythes*, Paris, ps. 1-41 (*Les sources védiques du Petit Poucet*).



IX — *A volta dos sete irmãos à casa paterna graças às precauções do Pequeno Polegar* seria o mesmo motivo de *Agni*, viajando à noite, e iluminado pela sua própria luz.

X — *A volta à casa e o festival* lembram que *Agni* e os que o seguem obtêm conforto ou alimentos.

XI — *O episódio das bolinhas de miolo de pão e os pássaros* seria sugerido pela fórmula do *Rig-Veda* “o pé oculto do pássaro”.

XII — *O feiticeiro* seria o equivalente do *Raksas* védico, o monstro que devora.

XIII — *O carneiro assado* (da ceia do feiticeiro) seria o mesmo carneiro do sacrificio védico.

XIV — *O feiticeiro ávido por carne fresca ou crua* são os demônios védicos, comedores de carne.

XV — *As sete filhas do feiticeiro* se derivam dos sete irmãos védicos.

XVI — *O erro do feiticeiro* (matando suas filhas em vez de Polegar e seus sete irmãos) evocaria um versículo do *Rig-Veda*, onde há alusão aos perigos do sono e da obscuridade e onde se fala “daquele que se esforça por matar sua progenitora”.

XVII — *O Pequeno Polegar com suas botas-de-sete-léguas* viria inspirado em *Vischnu* com suas grandes passadas.

XVIII — *Os tesouros do feiticeiro* seriam o equivalente das riquezas dos seres demoniacos.

XIX — *A volta do Pequeno Polegar à casa paterna* se explicaria por um qualificativo de *Agni*, “o crescimento de seu pai”.

XX — *O Pequeno Polegar mensageiro* corresponderia ainda a *Agni*, o mensageiro por excelência no *Rig-Veda*.

Saintyves criticou violentamente êsse método e não pode reconhecer a verdadeira história do Pequeno Polegar nessa mistura de *Agni* e *Vischnu*, de personagens, incidentes, qualificativos, vários e espalhados no *Rig-Veda* e no *Upanishads*. Confessa-se admirado da maneira como se

descobre miolos de pão no pé oculto do pássaro. “Com tal método — conclue Saintyves (5) — poder-se-ia encontrar o *Pequeno Polegar* nos *Salmos de Davi* ou nos contos bádicos”.

Poderíamos multiplicar os exemplos, pois os orientalistas encontram sempre argumentos para provar a origem indiana dos contos populares. Há, porém um grupo de contos, os *apólogos*, onde essas origens podem ser mais claramente provadas. Esses contos foram o gênero mais cultivado na Idade Média. Eles deram origem a esta longa série dos *fabliaux* francêses, das *novelle* italianas, das *patranhas*, *patrañuelos*, *libros de engaños*, *ejemplos*, *silvas*, *fabulários*... da Espanha e Portugal.

O cléro católico aproveitou-os como um meio educativo, do mesmo modo que havia aproveitado as formas do teatro popular dos *mistérios* e *autos* medievais. Foram inúmeras as coleções organizadas pelos pregadores, entre os quais se destacam os dominicanos e os franciscanos, depois imitados pelos jesuitas. Estas coleções de apólogos eram chamadas *Exempla*, *Promptuaria*, *Summae*, etc., e o material nelas contido vinha em sua maior parte da tradição popular, de velhos contos orientais e greco-romanos ou da diluição popular de coleções famosas como as *Gesta romanorum*, o *Decameron*, de Bocacio, etc.

Já mostrámos, em artigo anterior, a longa migração dos contos e apólogos das coleções orientais, como o *Pantschatantra* e o *Hitopadexa* até os livros populares do tipo de *Kalila* e *Dimnah* e as várias coleções européias, adaptações sucessivas daquêles repositórios. Os *fabliaux* francêses seguem a mesma esteira, da mesma sorte que o fabulário do tipo dos *Romans de Renard* (6).

(5) Saintyves, *op. cit.*, p. 253.

(6) Para a literatura francêsa da idade-média, e especialmente para os *fabliaux* e *romans de renard*, vide Gaston Paris, *La Littérature française au moyen âge*, Paris, 1888; Gidel, *Histoire de la littérature française*, Paris, 1878; Anatole de Montaiglon, *Recueil de Fabliaux*, Paris, s. d.; C. Voretzsch, “Der Reinhart Fuchs und der Roamn de Renart”, *Zeitsf. f. romanische Philologie*, XV-XVI, 1891-1892; L. Foulet, *Le Roman de Renart*, Paris, 1914, etc.

Na península ibérica são da mesma natureza o *Libro de los exemplos*, de Clemente Sanchez de Vercial, o *Libro de los Gatos*, tradução de uma antiga coleção, do cisterciense inglês Odon ou Eudes de Sheriton e as coleções que se lhes seguiram (7). Nem outra coisa são os *Contos de proveito e exemplo* do português Gonçalo Fernandes Trancoso, publicados em 1624. Lê-se no frontispício do livro:

Diversas Historias & Contos preciosos  
 Que Gonçalo Fernandez Trancoso ajuntou  
 De cousas que ouviu aprendeu, & notou  
 Ditos & feytos, prudentes, graciosos,  
 Os quaes com exemplos bõs, & virtuosos  
 Ficão em partes muy bem esmaltados:  
 Prudente Lector, lidos & notados  
 Creio achareis, que são proveitosos

“O valor dos *Contos* — escreve Leite e Vasconcelos — está em êles conterem muitos temas tradicionais, e em representarem na nossa literatura a novelística da época e a anterior, pois se relacionam com as obras italianas (*Decamerone*, etc.), e talvez espanholas” (8). Sobre o livro de Trancoso, também escreveu o prof. Menendez y Pelayo: “la intención didáctica y moralizadora predomina en estos cuentos, y algunos pueden calificarse de ejemplos piadosos... otros enuncian sencillas lecciones de economía doméstica y de buenos costumbres, recomendando con especial encarecimiento la honestidad y recato de las docellas y la fidelidad conyugal, lo cual no deja de contrastar con la ligereza de los *novellieri* italianos” (9).

(7) Para um estudo do conto popular espanhol e a tradição literária europeia, vide o interessante ensaio de Maria Rosa Lida, *El cuento popular hispano-americano y la literatura*, Buenos Aires, 1941, especialmente cap. III, ps. 63-83.

(8) J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1933, p. 233.

(9) Menendez y Pelayo, *Orígenes de la novela*, t. II, Madrid, 1907, cf. Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 235. — Sobre os *Contos* de Trancoso, vide também T. Braga, *Contos Tradicionaes do Povo Português*, vol. II, Porto, s. d., ps. 18 e segs.; Adolfo Coelho, *Contos Populares Portuguezes*, Lisboa, 1879, ps. XVIII-XIX.

Esta forma de literatura tradicional teve várias expressões, influenciando a obra de inúmeros escritores que seguiram a tradição medieval dos “exemplos” e “apólogos moralizadores”. Seria fastidiosa a enumeração da sua lista, desde os *Gesta Romanorum*, passando pela literatura de Boccaccio, Cervantes, Gil Vicente... até a “literatura de cordel” de tradição luso-brasileira. Ficará para outra oportunidade êsse estudo. O que pretendemos mostrar, com os eruditos das teses indianas é que a tradição do apólogo moralizador vem dos contos hindús. Aqui é que a escola indiana lavrou o seu melhor tento. Os *nitixastras* ou fábulas morais constituem realmente uma tradição da Índia. É a ciência da vida prática e moral do homem, e os ensinamentos neles contidos foram aproveitados pelos sacerdotes brâmanes na sua obra de catequese. O *Hitopadexa*, por exemplo, é dividido em quatro grandes partes e em tôdas elas os contos visam uma finalidade prática e moral: na primeira, contam-se as vantagens da amizade; na segunda, são advertidos contra as perfídias e traições dos seus súditos; a terceira mostra o perigo de se fiar em estranhos e inimigos; a quarta exalta os frutos da paz e da concórdia.

Nem outros são os escopos dos *fabliaux* europeus. O exemplo do conto de *Griselia* (a *Griselidis* de Perrault) é dos mais interessantes. A versão de Perrault conta a história de um Príncipe ilustre, destemido e generoso, mas que não acreditava na fidelidade das mulheres, julgando-as falsas e más, sem exceção. Por isso mesmo permaneceu solteiro o tempo que pode, mas os súditos não mais se conformavam com aquela situação e insistiam para que o Príncipe se casasse, para assegurar um sucessor ao trono. Replacava o Príncipe que as jovens eram virtuosas e boas enquanto solteiras, mas logo que se casavam, revelava-se a sua verdadeira natureza.

Um dia, vai à caça e perde-se dos companheiros. Envereda por um atalho e chega a um lugar tranquilo onde avista uma linda pastora cuidando das suas ovelhas. Era uma jovem cheia de simplicidade, doçura e beleza, que o reconduz ao caminho perdido. De então em diante, tôdas as

vêzes que ia à caça, o Príncipe propositadamente se desviava dos seus companheiros, para ir ver a bela pastora, que soube chamar-se Grisélia e morar com o pai. Apaixonado, o Príncipe pede a mão de Grisélia em casamento. Aprontase um famoso himeneu. Grisélia casa-se e inteligente, logo aprendeu os hábitos da côrte.

Passa-se um ano, e o Príncipe, que não abandonara as suas desconfianças das mulheres, começou a pôr à prova a obediência e fidelidade de Grisélia. Encerrou-a no palácio, longe dos prazeres e dos bulícios da côrte. Grisélia tem uma filha, mas o pai arranca-a da mãe e encerra-a num mosteiro, longe desta, para educá-la. Logo diz à espôsa que a filha morreu e Grisélia recebe todos êsses dissabores com um riso nos lábios, conformada e obediente.

A filha cresce, bela e amável, longe da mãe. Um gentilhomem da côrte a vê um dia, já moça, e apaixona-se por ela. O Príncipe reconduz a filha ao palácio, mas para pôr ainda à prova a docilidade e paciência de Grisélia, diz que aquela sua filha, a tivera de outra mulher com quem ia casar-se, e portanto teria de separar-se de sua primeira espôsa.

Grisélia conforma-se e vestindo os seus pobres trajés de pastora, vai voltar à casa de seu pai. Para experimentá-la ainda, o Príncipe pede-lhe que venha preparar a noiva para o casamento. Grisélia volta, conformada.

Convencido, por fim, da fidelidade e obediência da espôsa, por tão longo tempo postas à prova, o Príncipe diz-lhe toda a verdade. Grisélia recebe a filha nos braços, e de então em diante, nada mais perturbou a sua felicidade, da filha e do Príncipe. E assim conclue Perrault:

*Ce ne sont que plaisirs, que tournois magnifiques  
Que jeux, que danses, que musiques,  
Et que festins délicieux,  
Où sur Griselides se tournent tous les yeux;  
Où sa patience éprouvée  
Jusques au ciel est élevée  
Par mille éloges glorieux.*



*Des peuples réjouis la complaisance est telle  
 Pour leur prince capricieux  
 Qu'ils vont jusqu'à louer son épreuve cruelle,  
 A qui d'une vertu si belle,  
 Si scante au beau sexe, et si rare en tous lieux,  
 On doit un si parfait modèle.*

A história de Grisélia está no *Decameron* de Boccacio (Xª jornada). Há pequenas variantes. A personagem principal é Grisélia, mas o Príncipe passa a ser o Marquês de Saluces. As provas e as peripécias são sensivelmente as mesmas.

O conto português de Trancoso, que tem por título “Constância de Grisélia”, segue as linhas do conto do *Decameron* (10). É a história do Marquês Valtero, que indo à casa, avista Grisélia, por quem se apaixona e com quem se casa. Daí a tempos, Grisélia tem uma filha, mas então começam as provas a que a submete o Marquês. A menina é dada como morta. E é levada escondida ao rei da Polónia. Enquanto isso, o marido atira em rosto da mulher a sua condição humilde. Ela recebe tudo com resignação. Passam-se doze anos, Grisélia dá à luz um menino, que é também enviado secretamente ao rei da Polónia.

Sobrevem a última prova: o Marquês diz que vai tomar uma nova espôsa, a filha do rei da Polónia, e pede a Grisélia para ficar no palácio como criada. Resignação de Grisélia. Por fim, a recompensa: o Marquês revela a verdadeira personalidade da “filha do rei da Polónia”, que outra não era senão a sua própria filha e de Grisélia, com quem então passa a viver feliz o resto dos seus dias.

Mostra Teófilo Braga, comentando a história de Grisélia (11), como é notável a sua semelhança com a versão castelhana de Timoneda no seu *Patrañuelo* (n. II), concluindo que “ou Timoneda traduziu a sua versão da portuguesa de

(10) Trancoso, *Contos e Histórias*, Parte III, n. V. Vide também T. Braga, *op. cit.*, vol. II, ps. 117-123. — Sobre o conto peninsular de Grisélia, vide também Wannemacher, *Die Griseldissage auf der iberischen Halbinsel*, Strasburgo, 1894.

(11) T. Braga, *op. cit.*, p. 232.

Trancoso, ou ambos os autores se serviram de uma lição comum". Esta última suposição parece ser a mais plausível, pois o texto de Grisélia já se encontra em vários documentos medievais, anteriores aos autores citados (12).

Petrarca, que traduziu a história de Boccácio em latim sob o título *De obedientia et Fide uxoria*, asseverou que o autor do *Decameron* a colheu da tradição oral italiana. Também Marie de France tirou o seu *Lai del Freisne* (forma poética da história de Grisélia) da tradição oral francesa. Teófilo Braga refere-se também a um folheto italiano *La Novella di Gualteri*, anterior a Boccaccio.

Um erudito autor, Edelestand du Méril, investigando as fontes tradicionais do *Decameron* (13), achou que a narração de Boccaccio se baseia numa história real, contida nos livros de Philippe Foresti, *De plurimis claris scelestisque Mulieribus* e de Bouchet, *Annales d'Aquitaine*. Há ainda versões inglesa e russa (14) do conto, e discutem os folcloristas quais as fontes em que se teriam inspirado respectivamente.

O que parece mais plausível é admitir uma fonte muito mais primitiva do que as européias. Angelo de Gubernatis e Charles Deulin foram descobrir no *Mahábhárata* as primeiras raízes do conto de Grisélia. O resumo de A. de Gubernatis é o seguinte (15):

"O sábio e brilhante Çantanu vem caçar nas margens do Gangá e lá encontra uma ninfa encantadora por quem fica apaixonado. A ninga corresponde aos seus desejos e consente em ficar com êle, com a condição de que nada êle lhe dirá de desagradável, seja no que ela possa fazer ou pensar; o rei, caído de amores, acede em tomar êste grave

(12) Vide, p. ex., Legrand d'Aussy, *Fabliaux et Contes du XII et du XIII siècle*, Paris, 1779.

(13) E. du Méril, *Histoire de la Poésie Scandinave*, Paris, 1839, ps. 359 e segs.

(14) Chaucer, W. Scott, a balada popular "The Nut Brown"... para as versões inglesas e o conto de Afanasiev (livro 5, n. 29) para a versão russa. Vide ainda a comédia alemã de Hans Sachs, *Die gedultig und gerorsam Marggräfin Griselda*, inspirada num mistério francês de 1395.

(15) A. de Gubernatis, *Mythologie Zoologique*, Paris, 1874, vol. I, ps. 74-75 e Saintyves, *op. cit.*, ps. 548-549.

compromisso. Passam juntos dias felizes, porque o rei cede à ninfa em tôdas as coisas. Oito filhos são nascidos e a ninfa já lançou sete ao rio, sem que o rei, embora cheio de pesar interiormente, lhe tivesse apresentado a menor objeção. Mas quando ela está ao ponto de se desfazer do último filho, o rei suplica-lhe que o poupe, ameaçando-a de tornar conhecido seu nome. Então a ninfa confessa que ela é o próprio Gangâ sob figura humana e que os oito filhos, fruto indiano com os análogos europeus,<sup>a</sup> que nestes últimos é sus que, precipitados no Gangâ, se libertaram da maldição que pesa sôbre êles e à qual devem sua fôrma humana”.

Reconhece o próprio Gubernatis, comparando êsse conto indiano com os análogos europeus, que nestes últimos é sempre o marido que abandona a indiscreta companheira. No entanto, numa outra narração do *Mahâbharâte*, há o exemplo do marido que abandona a mulher; é o conto de Garatkaru que desposa a irmã do rei das serpentes, sob a condição que ela nada fará que lhe desagrade.

Saintyves, que comenta os achados de Gubernatis, acha que as versões indianas são completamente diferentes da história de Grisélia. O tema indiano é o seguinte: “Se um homem desposa uma mulher de raça sobrenatural, é-lhe geralmente interdito ver ou chamar pelo nome esta mulher maravilhosa em certas condições, se êle não quer se ver abandonado” (16).

Outro episódio do *Mahâbharâta* serviu, porém, a Lévêque para descobrir aproximações mais plausíveis com a história de Grisélia (17). É o conto de *Sakuntala*. O rei Duchmanta foi à caça com seu exército. Separa-se do seu cortejo e vai ter a um lugar onde vivem o asceta Kanva e seus discípulos. Aparece-lhe a bela *Sakuntala*, que havia sido abandonada pelos pais e recolhida por Kanva, que a encontrou rodeada de abutres (*sakuntas*, de onde o seu nome) que a protegiam dos animais ferozes. Duchmanta, apaixo-

(16) Saintyves, *op. cit.*, p. 549.

(17) L. Lévêque, *Les Mythes et les Légendes de l'Inde et de la Perse dans Aristophane, Platon... Boccace, Arioste, Rabelais, Perrault, La Fontaine*, Paris, 1880, ps. 526-527, cf. Saintyves, *op. cit.*, ps. 549-552.

nado, propõe-lhe casamento. Uma única condição ela lhe impõe: o filho que tiverem será o príncipe herdeiro do trono. Casam-se e *Sakuntala* teve um filho de grande cabeça, enorme estatura, dentes brancos, e força de um tigre. Foi chamado *Sarvadamana*, "aquele que doma todas as coisas". Quando atingiu a idade de seis anos, *Sakuntala* exigiu do rei o cumprimento da sua promessa. Mas o rei fingiu que tinha esquecido tudo e ia abjurar sua mulher e o filho, quando uma voz misteriosa, vinda de espaço, lhe ordena receber o filho e a espôsa. O rei então declara que estava fingindo não reconhecer *Sakuntala*, apenas para provar a legitimidade do filho. O menino foi chamado *Bharata*. E o rei abraçou comovido a espôsa, enchendo-a de presentes magníficos.

As analogias com o conto de Grisélia são aqui mais evidentes. As idéias fundamentais são as mesmas. A única diferença está em que no conto europeu, o Marquês ou o Príncipe finge desprezar Grisélia, para experimentar sua fidelidade e paciência, e no conto indiano, *Dachmanta* também finge não reconhecer *Sakuntala*, mas para provar a legitimidade do filho.

Seja como fôr, as intenções apologais do conto de Grisélia lembram as lições orientais. E isso foi aproveitado pelos organizadores medievais de *exempla* e *specula*, principalmente os sacerdotes católicos. No apólogo de Grisélia a intenção foi evidentemente exaltar as virtudes da paciência e fidelidade das mulheres, numa época em que o seu *status* social era o de completa subordinação. Houve quem pensasse que a pequena difusão do conto de Grisélia, em comparação com as outras histórias populares européias, se deve a que êle nunca logrou grande popularidade entre as mulheres, geralmente as maiores disseminadoras do folclore. Por isso mesmo, a sua difusão foi maior na idade média, tendo perdido depois a sua popularidade, visto que os contos populares, principalmente os apólogos, servem ao *mores* de cada época.

Poderíamos multiplicar os exemplos das origens orientais de outros apólogos, seguindo a lição dos adeptos das

teses indianas. É preciso, porém, que tenhamos a precaução de não generalizar êsses paralelos como fizeram alguns exaltados orientalistas. As analogias verbais prestam-se a êsse jôgo de paralelos. E por êsse motivo será preferível o aceitarmos certos fôcos iniciais de difusão, quando os argumentos são realmente irrespondíveis. Ainda mais: a descoberta de um fôco de difusão, como já destacámos em artigo anterior, não esgota o problema da origem dos contos. O que vale dizer: as teses indianas não disseram a palavra definitiva sôbre a questão da origem dos contos populares.



## OS TRÊS LIVROS BRASILEIROS DE BERNANOS

J. ETIENNE FILHO.

Lembra-me bem a noite em que vieram falar que Bernanos estava em Bélo-Horizonte e que viria à redação de "O Diário". Tristão de Ataíde já nos falára dêle, de sua passagem pelo Rio, do sonho louco de tentar a vida no Paraguai, de seu desejo de se fixar no Brasil porque havia chegado aqui no dia de São Domingos... Já conhecíamos o "Journal d'un Curé de Campagne", o mesmo livro do qual um crítico de "Vie Intellectuelle" disséra que só poderia ter sido escrito sob inspiração do Espirito Santo. E que emoção, a de termos um dos maiores escritores vivos do mundo nestas salas, falando vivamente, comentando, dando notícias, saciando a nossa curiosidade que ouvia, ouvia.

Era na ocasião da guerra da Espanha, o grande início dêste trágico drama que estamos presenciando e vivendo. Com as suas poderosas antenas do espirito, com esta como que visão profética que tem do mundo e das coisas, George Bernanos previa o que iria acontecer na Europa, na sua França, e sofria de uma desesperada amargura pelo que se acumulava nos horizontes. Depois, bem se viu que tinha razão, uma grande e profunda razão, e que, como os poetas e as crianças, êle tinha ido ao âmago das realidades, tinha descoberto o local onde as fontes se impurificavam.

Sua estada entre nós não é a do que foge à realidade, a de quem procura uma outra melhor. Poderia dizer, mais tarde, que deixou seu país sem mesmo saber ao certo em que

país da América iria refazer um lar, e como alimentaria os seus. Não o veriam, diz êle ainda, nas grandes cidades, nem levar aqui a vida de um cabotino literário em conferências. Não; êle não mercadejou seu exílio, não deu sua tristeza em espetáculo. É sempre assim dramática e impressiva a fala dêste francês de gênio, dêste "vieux survivant boiteux de la dernière guerre", que, não obstante, não pretende falar em nome do seu país, porque só seus heróis e seus santos podem falar em nome da França.

Agora, diante desta "Carta aos Ingêleses" (1), diante dêste grande estilo, desta língua amável (e no entanto de alguém que anda sempre renunciando aos títulos literários); diante da humildade e unção de que se reveste para falar, compreendemos bem sua negação veemente quando o chamamos de "panfletário". Não, não é um panfletário, ainda que às vezes se aproxime dêles, quem como êle, sentiu o drama em sua própria carne; quem, como êle, não quer sinão "cuver ma horte en quelque point perdu de ces terres"; quem mergulha no sertão e se põe em contato com o homem do sertão, com o pobre, e mergulha profundamente na alma brasileira, surpreendendo-a em aspectos admiráveis, como os que nos revela no prefácio dêste livro. É, antes, um homem e um cristão que ainda quer e sabe ser contra, ir contra a corrente e põe sinceridade (ainda que fira e que se fira com isto, e ainda que nem sempre se concorde com tudo dêle), dramática sinceridade em sua ação. E é por isto que quasi o contradizemos ao afirmarmos que poucos talvez, como êle, para falar em nome do "doux et grand pays".

Não é facil surpreender e compreender a alma de um povo. É que são vários os elementos que a compõem, ou melhor, que lhe são sobrepostos, pois a alma do povo, como do indivíduo, é una e indivisa. Por isto, em geral, fracassa o que tenta surpreendê-la, porque projéta sôbre ela as suas próprias falhas e deficiências. Como uma criança que negaceia quando se lhe pede que faça as habilidades que lhe dão fama, e

---

(1) "Lettre aux anglais" — Atlântica Editora — Rio.

que no entanto as pratica espontaneamente quando a sós, sem nenhuma provocação. Surpreender a alma de um povo é como um flagrante feliz. E nem sempre está naquêles que o procurou, mas na fugitiva impressão, no momento accidental que vem a propósito de qualquer coisa. Por exemplo: o prefácio que Bernanos deu ao seu livro recente não é bem o que se diga um estudo sôbre o Brasil. A justificativa de uma carta aos ingleses, a explicação de sua posição de exilado que já não se sente mais no exílio (e isto é um grande, um imenso prazer para nós), o anátema a “ces écrivains vagabonds qui débitent dans chaque capital, une main posée sur le coeur, les mêmes flatteries imbéciles”, a confissão de uma divida de gratidão ao país que não o fez “cuver sa honte”, mas sim “retrouver sa fierté” — e eis a oportunidade para umas referências notáveis à alma brasileira. A noção da paciência na base da formação de um povo e da grande possibilidade que isso representa para o brasileiro, a distinção entre “produzir” e “criar” e a maléfica influência do primeiro espirito, que nos ameaça com o ouro e o ferro, a busca do “paysan” e não do intelectual, o conhecimento do Brasil de fato e não o da fachada, a diferença e a semelhança com o povo francês, tudo são achados magníficos, são visões definitivas de aspectos da nossa alma, flagrados de maneira admirável.

Um dos poemas de Ronald de Carvalho, em “Toda a América”, ensinava ao europeu o que devia fazer para olhar, amar e compreender a terra nova, a terra que tem um sentido de distância e de amplitude. Êste grande francês desceu até à terra, atraído pelo seu amor milenar à terra, sentiu o seu palpitar e o palpitar de seu povo e daqui fala a quantos esperam uma palavra sua. E esta fala vem cheia de inteligência, de compreensão de humanidade, como difficilmente se poderia esperar.

\*

\* \*

Século da criança, é como já se chamou ao nosso. Mas, êste pedocentrismo partiu de um princípio errado: a hiper-

trofia de tudo o que diz respeito à criança. E isto gerou grandes males, como o mito da criança, como a tremenda precocidade que hoje se alastra alarmantemente, com todas as decorrências naturais que se podiam esperar: a eugenia mal compreendida, o desajuste de valores na ierarquia das idades do homem.

Inegavelmente, como todos os grandes erros, levam êles sementes de bem e de verdade e são desvios antes de serem negações. E, em suma, falta a grande parte do mundo moderno o verdadeiro sentido da infância. A infância é simples e o mundo de hoje é complexo demais. A criança é espontânea, o mundo de hoje está alarmado pelo mal das contrafações.

“Nous avons tous péché contre l'enfance, nous avons fait un monde cupide et féroce, sec et froid où le génie de l'enfance ne peut donner ni sa fleur ni son fruit, un monde où l'enfance est stérile et la vieillesse monstrueusement active et féconde”. Isto está em Bernanos e é um dos muitos temas que se podem desenvolver à sua margem. Que profusão de coisas nesta meditação sôbre a tragédia da França nestas palavras humildes sôbre os erros e a paga dêstes erros! Bernanos sabe bem que muito do que há de tremendo no mundo moderno vem da traição ao espirito da infância. E não é sem razão que invoca sempre as figuras de Teresinha de Lisieux e de Jeanne, de Domremy, estas duas imortais crianças, para-raios da França, penhor da pureza, da grandeza, da santidade, da sacralidade da França, que, apesar de tudo, subsistirão!

“Mas, que terão estas crianças a fazer, com o destino da França? dirão quantos não as puderem compreender”, pergunta o autor, que cita a atitude da “petite Thérèse” ante a morte: “Comment vais-je faire pour mourir? Jamais je ne vais savoir mourir!” E o que admira aí não é que ela desafie a morte, mas que ela a receba, ao contrário, com um escrúpulo de cortezia, uma espécie de timidez discreta (...) Que importa que isto seja a palavra de uma criança! É a tais palavras que se elevam nossos homens!

Ó profunda compreensão da grandeza da infância! Ó profunda identificação do seu espírito ao dêste povo ingênuo e simples a quem se dirige, do qual diz que sua vitória será “um sonho de crianças realizado por homens”.

O extremo oposto deste mal, mas, nem por isto, menor mal, é o espírito de decrepitude. Esta “vieillesse monstrueusement active et féconde” é que provoca o grito revoltado de Bernanos, aturdido com o pecado coletivo contra a infância, esta infância a quem já não mais se ensina a viver, mas a passar a vida, a antecipar a vida. Enquanto isto, a velhice, no pior sentido do termo, não sabe desligar-se da vida, não sabe superar o “rien que la terre”. Lembra-nos a blague do escritor brasileiro, em fase de revolta contra a Academia, então em tremendo periodo de obscurantismo: “a Academia está cheia de moços que não sabem viver e de velhos que não sabem morrer”. O mal não é de uma instituição: é do mundo em geral. Se o escritor applicava o princípio às letras, podemos applicá-lo ao espírito do tempo. Já não se ensina a viver aos que veem. E os que já devem ir não querem saber de morrer.

A crise do mundo moderno é uma crise de decrepitude, de esgotamento como outras crises, o Renascimento, por exemplo, foram crises de adolescência, de incontrolada vitalidade. É um certo enregelamento do sangue que provoca o desajuste a que estamos assistindo (e do qual somos também vítimas). E há em geral uma coincidência nesta “vieillesse” do espírito com a velhice do corpo.

Não queremos dizer que haja necessariamente correspondência entre decadência física e psicológica. Povos velhos, como o português, estão refertos de vida, de certo espírito de adolescência mesmo. De indivíduos e de povos novos “envelhecidos” preferimos nos abster de citar.

Assim, o crime negativo contra a infância e o crime positivo, da velhice, estão na base do drama contemporâneo. Não se toca impunemente na personalidade humana e nem se desvia, sem mais nem menos, o curso normal das coisas e das vidas. Só os gênios e as catástrofes provocam saltos. E nós não estamos positivamente assistindo a nada de genial.



\*

\* \*

Vimos, nêsse livro de Bernanos, páginas comovidas dedicadas a um povo adulto que está realizando um sonho de crianças. Desconfiamos que hoje Bernanos acrescentaria um post-scriptum a esta carta... Certamente os inglêses continuam a lutar bravamente, continuam a escrever esta página gloriosa da guera moderna e são credores da gratidão da humanidade. Mas há o perigo de uma volta ao estado de espirito de antes de Munique. Não, é claro, em relação à Alemanha. A esta ,não parece provável que se reserve outra sorte além do aniquilamento militar. Mas pudessem todos os problemas do após-guerra se resumirem na liquidação da Alemanha... Não é êste o nosso tema. Apenas queremos ver os seguintes livros de Bernanos: "Le Chemin de Croix des Ames" (Articles de guerre — 1ª série, 1940-41, e 2ª série, 1941-42 — Atlantica Editora, Rio).

Como muito bem notou Emilio Moura, na crítica a êsse mesmo volume, o que predomina em George Bernanos é o constante apêlo ao sobrenatural. Há, em toda a obra do romancista de "Sous le soleil de Satan" uma verdadeira invasão do sobrenatural. Daquêle primeiro livro até êste misterioso e profundo "Monsieur Ouine", passando pelos outros romances — "Un crime", "Journal d'un curé de campagne", pelas plaquettes "Jeanne, relapse et sainte" e "Saint Dominique", pelos depoimentos sangrentos como "Les grandes cemitières sous la lune", "Nous autres, français" e "Scandale de la vérité", a obra de Bernanos é um depoimento do sobrenatural sôbre a face da terra. Daí lhe vir o tom em que age, um tom grávido de mistério, e a imensa riqueza de seus caminhos, porque se o sangue de Cristo jorra sôbre os olhos do poeta, a sua visão se torna universal e adquire dimensões que antes eram desconhecidas.

Um dos aspectos curiosos da atividade política de Bernanos, por exemplo, um dos detalhes de sua carreira de articulista é esta constante evocação de Jeanne d'Arc. Dir-se-ia mesmo uma obsessão, muito mais do que uma fidelidade,

que eu sei que é bem francesa, mas que aqui adquire uma tonalidade especial, pois que alia a doçura e a violência, o amor e o ódio, como o teria feito a própria donzela de Orléans.

“O Caminho da Cruz das Almas” é uma série de artigos sobre a realidade francesa, após o armistício. Mas muitas de suas páginas se podem notavelmente ampliar para os problemas de todo o mundo. E a tentação do desespero que invade Bernanos não poucas vezes no decurso dessas páginas é bem mais universal do que nacional.

“É em “Cruz das Almas” que, passado o primeiro estu-  
por, conhecemos alguma coisa de pior que o exílio, ou antes,  
o exílio total, quando, resolvidos a amar, mais do que nunca,  
nosso país, nós desesperamos de o compreender”. Isto está  
no prefácio. E esse desespero que tenta invadir a alma do  
escritor, tenta quebrar “sa fierté”, tem profundas razões.  
Falta ao mundo “cette parcelle d’amour sans laquelle il n’y  
a pas de grand oeuvre humaine”. Nesta luta de “raça contra  
nação”, quando há hipertrofia da raça, êle verifica que as  
nações têm um coração, isto é, uma sensibilidade, e esta sen-  
sibilidade é tanto mais viva, mais delicada, mais nuançada, o  
quanto as raças que a compõem são mais numerosas e me-  
lhor amalgamadas entre elas por uma caridade comum (pá-  
gina 22). Mas, “as raças, estas não têm coração.”

Nada se faz sem o amôr. Bernanos repete Dante, mas principalmente repete São Paulo e Cristo. “Não há senão um meio seguro de conhecer, é amar”, tal é o título de um artigo de agosto de 1940. Mas não só o amôr falta. Em consequência, também a honra desertou, apesar de ser “uma evidência ao velho como à criança, ao pobre como ao rico, ao sábio como ao ignorante e mesmo parece que os animais nòpres não sejam desprovidos dela. A honra é o sal da terra. Homem ou povo, aquêle que é sem honra não saberia se conservar muito tempo sem apodrecer, tem já o cheiro da corrupção. “Eu o vomitarei da minha boca”, diz Deus” (pág 25 e 26, do I vol.).

Interessantissimo, nesse particular, o paralelo que faz

entre a guerra antiga e a guerra moderna. Esta, a guerra total, é um fenômeno novo e por isto mesmo que total é uma manifestação total do espirito de destruição. O mundo antigo tinha disciplinado êsse intinto, lhe impusera leis, fizera dêle um meio político para fins políticos. Esta transformação, esta depuração, esta sublimação era tal que não só as perdas de vida eram reduzidas ao mínimo, como a guerra podia passar por uma escola de abnegação, de cortezia recíproca, de respeito aos fracos e à desgraça, e, mesmo, às vezes, de santidade (aqui cita de novo Jeanne d'Arc). Santo Inácio de Loiola, êle mesmo, abandonando o estado militar, não o negou de todo. Apenas suspendeu sua espada aos pés da Virgem. Mas quando, em dez anos ou em cem anos, os futuros aviadores, operando na estratosfera, puderem, quasi sem perigo, destruir pelo gaz, zonas inteiras, e anular toda a vida, até a das plantas, pôde-se imaginar siquer um dêstes sinistros executores consagrando à Santa Virgem sua última bomba de veneno?

Esta página de Bernanos, que condensámos, uma daquelas que lembram as melhores e as mais vivas do poderoso clássico moderno de França, nos dá bem uma idéia da flama interior que o move, de seu quasi desânimo de salvar o mundo.

Mas Bernanos é um cristão. Que nos reserva o futuro? "Je sais que toute nuit a son secret, "cette part honteuse de l'ombre", comme dit Shakespeare". Estamos vivendo uma noite, uma noite de agonia, como diria Tristão de Ataíde em relação à França e como podemos mais uma vez, com tanta precisão, generalizar para todo o mundo. Uma noite em que não há mais economia dirigida, mas "fome dirigida", em que a excessiva riqueza tornou as pátrias loucas, mas que a miséria fará ferozes. E há a ameaça de se morrer por coisa nenhuma: "Le seul vrai scandale à la guerre c'est de mourir pour rien". Em outras palavras, a banalização da morte, a morte reduzida a cifras, como diria Lúcio Cardoso. Mas acima da morte do corpo ainda há a morte da alma. E a maior desgraça não é que a mocidade tenha perdido a fé, mas é que esteja em vias de arranjar uma outra fé...

Bernanos poderia dizer, com muita precisão, a um amigo seu, brasileiro, que teme bem esta guerra seja, do ponto de vista moral, "une expérience ratée". Então envolve-o uma grande tristeza. Daniel Halevy lhe diria, com amargura, que êle viera ou cedo demais ou tarde demais. Cedo demais, para ser Isaías, tarde demais para ser Jeremias. Apesar disto, fala: "Disse, redisse, repito há vinte anos que a crise universal na qual somos ameaçados de perecer, era uma crise de elites: o nível da revolução sobe porque o nível das elites desce". Esta frase poderia bem ser uma epígrafe, um resumo de "Monsieur Ouine", esta tentativa de fixação do drama da solidariedade da cristandade, no bem como no mal.

De São Francisco de Assis dizia Chesterton que era um louco de coração alegre. De Bernanos se poderá dizer que é um louco de coração triste. Louco, também desta loucura da Cruz, mas triste desta tristeza de quem vê inúteis todos os esforços de mudar o homem.

Mas o criador do vigário de Abrincourt, o pobre pequeno cura de aldeia, instrumento da graça, lhe repetirá, nos repetirá, hoje e sempre, que "tudo é graça".

O escândalo, o grande escândalo que os revolucionários, os reacionários, os burgueses, os hem-pensantes, os direitistas, os esquerdistas, os artistas puros e os artistas interessados não compreendem, não podem compreender jamais em nós outros católicos, é êste abandono na mão da Providência. Não é uma passiva abjuração de trabalhos e deveres. Mas é a inabalável confiança de que, apesar de tudo e contra tudo, Deus rege os destinos do mundo e é a medida de todas as ações, dos homens como dos povos. E por isto é que ainda na mais desesperada amargura, na mais mortal tristeza, na mais intensa "défaillance", ainda há um rastro de esperança, ainda há um pressentir de aurora, misteriosa e rubra como a pressentiu o poeta.

## “OS SERTÕES”

FRANCISCO VENÂNCIO FILHO.

### OS ORIGINALS

Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões” entre 1897 e 1900, ou mais precisamente, entre 14 de Março de 97, data do primeiro dos dois artigos sôbre Canudos, publicado n’“O Estado de S. Paulo”, sob o título tendencioso de “Nossa Vendéa” e 15 de Maio de 1900, data da carta em que anuncia, a Pethion de Villar, o livro pronto. Em Janeiro de 1898 fixa-se na linda cidade de S. José do Rio Pardo, para reconstruir a ponte metálica, ruida um mês após armada e cuja reconstrução a sua consciência profissional de engenheiro do Estado lhe impunha.

*“Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”*, os momentos de elaboração d’“Os Sertões” eram acompanhados das responsabilidades de uma obra penosa e difícil.

Com efeito, a ponte, inaugurada em 19 de Janeiro de 1898, desabava 3 dias depois, com estrépito e escândalo. Fôra Euclides incumbido de fiscalização dos trabalhos, como chefe do Distrito, mas, como esta lhe impunha a presença no local, designa outro engenheiro para assisti-la, embora não tivesse sido expressamente desligado da incumbência, senão por outras que impossibilitavam materialmente a sua permanência em S. José, ocupado que estava com a exploração do rio Grande, a revisão do projéto da ponte de S. Luiz de Paraitinga e o relatório geral da Superintendência. Desta suposta responsabilidade indireta



nos trabalhos da construção, resultou a lenda conhecida que o fazia dizer, como Navier, em situação semelhante, que se a matemática não falha, a engenharia que a explora é falibilíssima.

Estes dados se encontram no seu "Copiador", precioso documento que Capistrano de Abreu encontrou na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional e em dois relatórios existentes na Secretaria de Obras Públicas de S. Paulo, que Artur Mota fez copiar. Revelam a sensibilidade melindrosíssima de um carácter cheio de escrúpulos, que lhe determinam a responsabilidade da obra de reconstrução, confiada pelo Dr. Gama Cockrane, Diretor de Obras. Encontra então o grande amigo, aquele "assombro de engenho, de cultura e de bondade" na expressão feliz e exata de Waldomiro Silveira, Francisco de Escobar, sem cuja colaboração "Os Sertões" não teriam sido escritos, ao menos como o foram.

Dono de uma opulenta cultura, que admirou a Ruy Barbosa e que levou Baptista Pereira a chamá-lo "cabeça de Salomão", possuía coração maior ainda e uma capacidade de dedicação que Plinio Barreto classificou de maternal. Acresça-se que, sendo de humildade evangélica, sem qualquer preocupação de escritor, jamais chocaria o justo orgulho de Euclides. Porque Escobar não só prestou-lhe a assistência cultural na pequenina cidade paulista, como criou o ambiente de tranquilidade, de sossego, de estímulo moral e intelectual para a conclusão da obra. Reunia aos domingos um grupo de elite para ouvir a leitura dos capítulos que se iam compondo aos poucos, entre admiração e entusiasmo, de Waldomiro Silveira, Lafayette de Toledo de Casa Branca, de Humberto de Queiroz, de Mococa, de José Honório e Jovino de Silos, de Adalgizo Pereira. E por isso, ao concluir a ponte estava pronto o livro. E, entre agradecido e comovido, diz Euclides expressamente, em carta de 10 de agosto de 1902: "*venho do Rio, onde fui — celeremente de um noturno a outro — para conversar com o Laemmert e saber o dia em que sairá o meu encaiporado livro. Felizmente os frios alemães receberam-me num quase*

*entusiasmo e, quebrado o antigo desalento, quase prevêem um successo aquellas páginas despreziosas. Apresso-me em dar-te a noticia, porque foste o meu melhor colaborador neste êrmo de S. José do Rio Pardo, e peço-te transmiti-la ao Augusto, dizendo que o nosso contrato sem palavra escrita tem a garantia da minha palavra, que às vezes parece palavra de rei.”*

Este Augusto — José Augusto Pereira Pimenta, — em documento já publicado, foi o copista dos originaes d’“Os Sertões”. Terminando o livro, imagine-se o desespero de Euclides de o ter de passar todo a limpo, em época em que não havia a datilografia de hoje. Mas, tudo previa e a tudo atendia o desvelado amigo. E o livro todo foi reescrito, em boa grafia, sem os riscos das novas emendas que os autores nunca acabam de fazer. Daí, talvez, um dia, se encontrarem os originaes d’“Os Sertões”, nas “tiras” que o Augusto levou um ano a transpôr da “letra miuda e nervosa”.

Na entrevista que Viriato Correia publicou na “Ilustração Brasileira”, precisamente no dia 15 de Agosto de 1909, em que êle desapareceu, há uma página autógrafa.

Euclides da Cunha Filho afirmou certa vez possuir êstes preciosos manuscritos d’“Os Sertões” e que os pretendia oferecer ao Dr. José Carlos Rodrigues, em agradecimento à generosa acolhida que lhe dera. Onde estão êles? Serão encontrados um dia?

#### A EDIÇÃO PRINCEPS

Terminada a obra, surgia o problema grave, àquele tempo, da publicação. São conhecidos alguns dos seus pormenores. Pensa em publicar em folhetim no “O Estado de S. Paulo”. Resolve por fim vir ao Rio, em busca do editor. Garcia Redondo apresenta-o a Lúcio de Mendonça, em carta de Dezembro de 1901. O grande jurista se empolga pela intelligência fulgurante, das maiores que a sua vida illustre lhe dera a conhecer e o encaminha à casa Laemmert, das mais afamadas da época, onde o velho Massou o recebe com desânimo. Não se arrojaría a editar livro de tal tomo. Era

recente o caso do editor Magalhães, com a "Marinha de outrora". Seria mais um tropeço na carreira tormentosa. Acordam afinal em custear Euclides a edição. Começam as vicissitudes tipográficas. Terminada a ponte, inaugurada a 18 de maio de 1901, muda-se para a residência de Guaringuetá, fixando-se em Lorena, mais próximo do Rio. E o livro vai aos poucos passando para a forma impressa. Lentamente, monotonamente, fóra do ritmo de desejo do autor.

Repetem-se, na correspondência, especialmente a Escobar, as queixas da demora. Pronto, afinal, em princípios de Dezembro de 1902, porque o primeiro artigo de crítica tem a data de 12 dêste mês. Conta Viriato Correia que Euclides temeu que a chegada de Rio Branco viesse perturbar o aparecimento do livro e pede que o adie. Manda-o logo ao amigo fiel e à sua carta calorosa, mas franca, responde a 19 de Dezembro: "*Chamaste-me a atenção para vários descuidos dos meus "Sertões"; fui lê-lo com cuidado — e fiquei apavorado! já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fisga um êrro, um acento importuno, um vírgula vagabunda, um (;) impertinente... Um horror! Quem sabe si isto não irá destruir todo o valôr daquele pobre e estremecido livro!*" E emenda, segundo o depoimento de Viriato, 80 erros em 2.000 volumes. Não é fácil identificá-los, mas alguns são visíveis na 1.<sup>a</sup> edição.

Esta compõe-se de VII páginas, da "Nota preliminar", 633 páginas de texto, 4 mapas e 4 gravuras, Corrigenda e índice.

Um exemplar precioso desta edição foi felizmente conservado. Pertenceu a Alberto Sarmiento, ilustre deputado paulista, amigo de Euclides, de cujo irmão, Gambetta Sarmiento, fóra condiscípulo na Escola Militar. Dr. Alberto Sarmiento era grande amigo de Basílio de Magalhães, o eminente e erudito mestre do Ginásio de Campinas e a cuja cultura poligáfica nada é estranho. Emprestando-lhe o exemplar d'"Os Sertões", anotou-o todo e a algumas destas observações Euclides replicou, o que revela, não só que se aparelhara dos cultores da língua, especialmente Camilo,

como também um e outro esclarecimento de seu próprio pensamento.

A páginas 206, por exemplo, em que o termo *desvulnerabilidade* é impugnado replica: *Tenha paciência! E' desvulnerabilidade, isto é, a propriedade que tem certos sujeitos de se curarem rapidamente das feridas. Euclides*". O vocábulo encontra-se em Maudsley e Afrânio Peixoto usou-o na tese famosa "Epilepsia e crime". A *ferrotoadas* da página 223, que Basilio substitue por *ferretoadas*, responde: "*É de Camilo, mestre!*" A palavra "*berma*", que fôra grifada, define: "*termo técnico de fortificação. Banqueta em que está o soldado na ocasião de combate.*" A *estavanadas*, página 290, que devera ser *de tavão*, contesta: "*É do nosso velho Camilo*". Ao conceito breve que exprime, na página 305, *platonismo marcial de "Itararé"*, que mereceram um grifo e uma interrogação, esclareceu: "*Quero referir-me a lentes que ali foram muito bem fardadinhos... sem vontade de lutar.*"

Na página 321, ao comentário de má sintaxe à frase: "*Obedeciam-no incondicionalmente*", responde "*Nunca!*"

Na página 402 em que aparece *um mal* em vez de *mãl*, esclarece: "*não é meu*", pois trata-se de artigo de Siqueira de Menezes, publicados n"O Paiz", sob pseudônimo de Hoche.

Ao verbo *esbotando-lhe*, em vez de *esborcenando-lhe*, à página 498, declara: "*Erro de revisão*" e acrescenta: "*ou esborcenando-lhe*". Ao vocábulo "*entrozagem*", grifado, (página 425): "*Neologismo de Castro Lopes. Engrenagem.*" Na página 436: "*Não sabia respondê-los*", comenta Basilio "*má sintaxe*". Replica: "*Nunca! Há milhares de exemplos nos clássicos!*"

São poucas, por certo, especialmente as respostas, mas todas expressivas. A Corrigenda está assim redigida:

"Escaparam à revisão vários enganos:

*as vezes, á pranchadas, a maneira de , á outros e identicos; suppletivo, pittorescos, paysagem, lugar, obcessão, ex-*

*pontaneo, escusado, incumbente (por incumbente), igual* etc.; alguns, sem serem erros, perturbam a uniformidade gráfica: *mobilizar, centralizar, organizar, rogo*, etc.

Uns e outros, de prompto percebidos pelo leitor, dispensam as correções correspondentes.

Apontamos apenas estes:

Á pág. 10 — leia-se *quasi abarcaria a Hollanda e não abarcaria a Hollanda*.

Á pág. 83 — *Fenton* — e não *Fulton*.

Á pág. 96 — *Brugzo Spinosa* e não *Bruno Spinosa*."

Estas duas últimas não viu o olhar arguto de Basilio de Magalhães, que as grifara.

Pena foi que não atendesse a algumas correções, como o de Nott e Gliddon, por exemplo, que está, na página 65, como Nott e Gordon e que permanece até a edição atual, autores do livro famoso: "Types of Mankind". Eis o significado e o conteúdo deste exemplar precioso d'"Os Sertões", que ha-de servir para estudo de exegese literária, recolhido que será ao "Museu Euclides da Cunha" de S. José do Rio Pardo.

#### A EDIÇÃO NE-VARIETUR

Sobre o sucesso literário, expresso pela critica, unânime no louvor, mínima na discordância, o esgotamento já em fevereiro de 1903, da edição, que custeara, recebendo o saldo de 2:198\$750, do qual 10 % foram enviados, ao colaborador modesto e precioso, José Augusto Pereira Pimenta. Contrata por 1:600\$ a 2.<sup>a</sup>, que sai em setembro de 1903, espurgada de alguns descuidos de revisão. A 3.<sup>a</sup> edição, vendidos por 1:800\$ os direitos autorais, aparece em abril de 1904, como a 2.<sup>a</sup>, com 611 páginas e esta com as "Notas à 3.<sup>a</sup> edição", respostas a algumas críticas que se mantêm daí por diante. Todas da casa Laemmert.

A 4.<sup>a</sup>, já passado o espólio de Loemmert para a Livraria Francisco Alves, aparece, como a anterior, com 620 pgs., em 1911, depois da morte de Euclides. Entretanto, foi encontrado posteriormente, entre os seus raros livros salvos,



um exemplar preciosíssimo de “Os Sertões” (3.<sup>a</sup> ed.) com esta nota autógrafa: “*Livro que deve servir para a edição definitiva* (4.<sup>a</sup>).” Pertence hoje ao ilustre Dr. Belizário Távora.

Euclides da Cunha, como Flaubert, tinha a ansiedade assintótica da perfeição. Por isso, fez para mais de 1500 emendas, no propósito de precisar pensamento, empregar vocábulos mais adequados, tornar mais exatas as imagens. A maioria destas corrigendas, trabalho paciente de estilo, já publicadas pelo Gremio Euclides da Cunha, há de ser também material opulento para estudos de linguagem e revelarão a probidade de um grande escritor, porque grande caráter.

Esta 5.<sup>a</sup> edição foi feita em Paris, por iniciativa e dedicação de Afrânio Peixoto, em 1914. Inexplicável descuido deixou escapar à impressão a indispensável — “Nota preliminar” — o que tornou imperfeita esta edição, que seria a *ne-varietur*.

Durante 10 anos nenhuma outra se publicou, chegando a raridade bibliográfica, por mais de 5.

Ainda por iniciativa de Afrânio Peixoto, aparece, em 1923, a 6.<sup>a</sup>; sucedendo-se, em 1924, a 7.<sup>a</sup>; a 8.<sup>a</sup> em 1925; a 9.<sup>a</sup> em 1926; a 10.<sup>a</sup> em 1927; a 11.<sup>a</sup> em 1929; impressas todas em Paris. Da 10.<sup>a</sup> em diante reaparece o Prefácio, ainda pela ação benemérita do eminente euclydeano, que ocupa legitimamente a cadeira de Euclides da Cunha, na Academia Brasileira.

Seria esta, de fato, a edição *ne-varietur*, reposto o grande livro na forma definitiva, se o não maculassem inúmeras incorreções, fixadas na estereotipia, como inversões de períodos, repetições e omissões de trechos, mutilações diversas, a impôr uma revisão cuidadosa.

Esta foi, em bôa hora, confiada pela casa Paulo Azevedo a um euclydeano da primeira hora, conhecedor da obra e habituado a trabalhos deste porte, Fernando Nery, que acrescentou às margens, sub-títulos, além de notas remissivas.

Ficou assim, a 12.<sup>a</sup>, em 1933, que deverá ser, portanto, a rigôr, a edição *ne-varietur*, embora ainda com pequenos erros tipográficos, inevitáveis “no linotipo, em que a um êrro emendado, muita vez outro, ou outros ocorrem”... Em 1936 saiu a 13.<sup>a</sup>, a 14.<sup>a</sup> em agosto de 1938, e a 15.<sup>a</sup> em 1940, em 1942, a 16.<sup>a</sup> atualmente exgotada. Mas..., o Dr. Brito Conde encontrou divergência, no mapa do esboço geográfico, na convenção e entre as linhas das expedições militares.

Seria de desejar que se fizesse um dia uma edição primorosa, meticulosamente revista, profusamente ilustrada por artistas capazes, até a côres e talvez com maravilhosos quadros, tão frequentes naquelas páginas esculturais. Alguma coisa semelhante às edições Connard em França.

Em 1943, R. P. Castelo Branco escreveu um poema em que conseguiu manter a linguagem do livro inspirador.

Ainda em português não foi pequena a repercussão internacional d’“Os Sertões”. Georges Dumas e Jean Jaurès julgaram-no livro fundamental da nacionalidade e o Ministro uruguaio Manoel Bernardes, perguntava, surpreso, como podia uma obra como “Os Sertões” surgir em qualquer parte do mundo, sem que se incorporasse desde logo à cultura universal?

Impunha-se, pois, a versão para outras linguas, ao menos aquelas que se falam no continente.

Em 1915 o escritor inglês Cunningham Graham publicou em Nova York — “A Brazilian Mystic”, história de Antônio Conselheiro, baseada n’“Os Sertões”, o que despertaria a atenção para o livro inspirador.

Entretanto, as traduções tardaram. Mas vieram afinal

#### AS EDIÇÕES CASTELHANAS

De longa data eram anunciadas. Escritor argentino, amigo de nossas letras e que aqui viveu algum tempo, o sr. Benjamin de Garay, trabalhava na versão d’“Os Sertões”, ainda sem esperança de poder publica-lo. Regressando a Buenos Aires, consegue afinal em 1938, na “Biblioteca de

autores brasileiros”, constituindo o IV volume desta benemérita coleção, dirigida pelo prof. Ricardo Levene e patrocinada pelo Ministério de Justicia e Intrucción Publica. Com o titulo de “Los Sertones”, em dois formosos volumes, de 395 e 409 páginas, respectivamente, em ótimo papel e magnífica impressão, contém um excelente prefácio de Mariano de Vedia, filho do escritor argentino Agustin de Vedia, autor da monografia sobre Martin Garcia, sobre a qual escreveu Euclides um ensaio traduzido em castelhano e reproduzido n’ “À Margem da História”.

O successo foi surpreendente. Toda a imprensa argentina acolheu entusiasticamente “Los Sertones”. Os criticos mais autorizados não pouparam louvores.

Agradecendo, em carta de 1 de outubro de 1938, ao saudoso Rodrigo Otávio, a colaboração que lhe dera, escrevia Garay:

“Sé que a usted debo la publicación de mi trabajo y que la América intelectual y pensadora, debe a usted el conocimiento de esta obra capital del pensamiento del Brasil, y que su paiz le debe tambien la divulgación de un genio que no es solamente brasilero — como le he expresado en mi modesto prefácio — si no americano. De las Universidades de los Estados Unidos continuo recibiendo extensos comentarios acerca de “Os Sertões”. Estoy asombrado del interés despertado en aquel paiz, entre los hombres dados a las especulaciones del espiritu, y que nosotros, los latinos, estupidamente creemos incapazes de levantar la vista hacia el cielo. Las Universidades latino-americanas me asedian pidiendome ejemplares de la traducción. Y la edición distribuida con critério bugre está agotada. La edición está preñada de errores. Preparo una segunda edición considerablemente mejorada e ilustrada, en un solo volumen, que aparecerá el proximo año. Esta edición me obligará a trasladarme a Rio, afim de recoger material gráfico. Quisiera incluir en ella el facsimil del soneto de Euclides, y que creo se encuentra en poder de su hijo Rodrigo.”

Garay foi agraciado, pelo Governo Brasileiro, com a ordem do Cruzeiro.

Em 1942, a editora Claridad, de Buenos-Aires, publicou uma edição popular em um volume, da mesma tradução, sem o prefácio de Vedia. Contem notas do tradutor e pequena bibliografia. Faz parte da "Biblioteca de Obras Famosas", vol. 73. Tem o sub-título: "La tragedia del hombre derrotado por el medio".

#### A EDIÇÃO NORTE-AMERICANA

De há muito se fazia necessário passar para a lingua inglesa "Os Sertões". Discipulo de Carlyle, que se considerava, havia no seu estilo, às vezes, laivos daquele idioma. Mas, a tarefa seria penosa e difficil, como qualquer tradução.

Em Euclides o traço dominante e característico é exatamente a sua feição peculiar, brasileira, como que o seu estilo modelado pela gleba nativa. Seria preciso, mais do que para qualquer outra versão, uma apropriação integral do assunto e a transfusão para a outra lingua.

O momento internacional da união dos povos americanos era o mais propício a tal empreza. E a Chicago University Press tomou a si levá-la a termo, nas condições melhores possíveis, visto que confiou-a a um erudito conhecedor de nossas coisas, de longa data, Samuel Putman. Tradutor de 24 livros de francês, italiano, espanhol e português, colaborador em vários periódicos, "Inter-American", "Books Abroad", é conhecido redator do "Handbook of Latin American Studies". Mantém atualmente contáto com vários escritores brasileiros, cujas obras procura conhecer a fundo.

Aparecida em 1943, teve sucesso espantoso, como já a tivera a edição castelhana e, esgotada a primeira edição, acaba de sair a segunda, também esgotada. A excelência desta versão inglesa tem sido acentuada por autoridades, como a de Sergio Milliet, pelo "Estado de S. Paulo" e Érico Verissimo, no Book-Review do "New-York Time".

Vale transcrever o que dela diz Irvin Linn, pela revista "Brazil", publicada pela "The American Brazilian Association" de Nova York: "A tradução do Sr. Putnam é de alta qualidade. Confrontando-se com o original, uma obra que

os brasileiros acham que não é fácil lêr, é uma agradável surpresa verificar-se como a linguagem de Euclides da Cunha flúe tão naturalmente em inglês. Sem dúvida perde um pouco do seu prestígio na tradução. Perde porque os sons do português como crescendos de órgão, se emudecem. As vogais gerais, tão dominantes no original, cedem lugar, em intensidade igual, aos nossos sons agudos e monótonos. Mas, afóra isso, a atmosfera da tradução é muito igual à do original.

Na verificação da tradução é que sobressai a habilidade do Snr. Putnam. Em comparação com o original vêm-se claramente muitas frases felizes, de perfeita exatidão. Encontrar alguns êrros é uma pesquisa árdua e um feito notável para o iniciado. Na página 108, *bells* é dado como a tradução de cascavéis. Essa palavra traduz não *bells* mas *rattlesnakes*, e no texto — *rattlesnakes* são claramente mencionados. Na página 159, *holy medals* são *verônicas* (essa informação devo ao Consul Donatelo Grieco) e essa palavra pode ser usada. Talvez de maior importância é o tradutor usar a expressão “nossas tropas”. Euclides da Cunha nunca empregou “nossas” falando das tropas. O livro é um protesto.

Mas isto são maravilhas. É uma ótima tradução de um grande livro.”

Haveria a acrescentar, como já foi acentuado, alguns enganos que se encontram na magnífica introdução, referentes à morte de Euclides e a sua recepção na Academia Brasileira, por Silvio Romero.

É realmente, muito pouco, como se vê.

#### A TRADUÇÃO FRANCESA

É a que falta. E foi a que Euclides mais desejou. Esteve quasi a ser feita pelo poeta e professor bahiano Pethion de Villar. Projetou realizá-la, quando aqui esteve como professor da Universidade do Distrito Federal, o prof. Roberto Garric. Tem-na, quasi a terminar, Mme Sereth Neu.



Em 1940, o jornalista bahiano Carlos Chiachio divulgou uma correspondência entre Euclides e Pethion, o admirável poeta sobre o qual Afrânio Peixoto escreveu um estudo primoroso, inserto em "Ramo de Louro". Dela se verifica que, antes mesmo de pronto "Os Sertões", já havia entendimento entre os dois. Ao poeta escrevia êle, de São José do Rio Pardo, em 15 de maio de 1900:

"Pethion de Villar.

O portador desta não é um amigo apenas — é um advogado. E não vai sómente encarregado de abraçar por mim, obscuro rabiscador do sul, ao grande poeta do norte, leva também a delicada incumbência de atenuar imperdoável incorreção, apresentando-te valiosas razões justificativas do meu silêncio, que sou o primeiro a lamentar.

Entre outras cousas dir-te-á que levo a mais inútil das vidas em perenne conflito com a minha engenharia obscura, cujas exigências me afastam de outras occupaões mais atraentes, às quais sómente dedico um ou outro quarto de hora de folga nos meus dias fatigantes de operário.

Por isto o meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões da tua terra ainda não apareceu. Está, porém, agora — finalmente pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios, entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito — tem preponderante, uma qualidade que o nobilita — a sinceridade com que foi traçado.

Será o seu único valôr.

Por isto talvez não faça jús à consagração de uma versão para o francês a que espontânea e cavalheirosamente te propuseste quando aí estive. Transplantado à mais vibrátil das línguas, por um parisiense dos trópicos, temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo. Em todo o caso não me deslembrarei do honroso oferecimento e caso desejares enviarei um excerto qualquer como prova indispensável.

E adeus.

O meu digno amigo Dr. José Leite substituir-me-á com vantagens dando outras notícias. Pedindo que me recomendes a toda a Exma. Família, sou cordialmente."

Já, em Lorena, publicado "Os Sertões", escreve a 6 de fevereiro de 1903:

“Pethion de Villar.

Saudando-te e enviando-lhe meu abraço por intermédio do meu bom tio José, portador desta. E venho lembrar-lhe uma velha promessa, feita aí, quando “Os Sertões” eram apenas um projéto: traduzi-lo em francês. Se quiser fazê-lo cedo-lhe todos os direitos, abrindo mão de todos os lucros materiais que disto me possam advir, e estou pronto a firmar qualquer compromisso escrito, nesse sentido.

Desejo porém conhecer a sua impressão pessoal a respeito daquelas páginas — embóra sejam elas fracas demais para enquadrarem a grandeza dessa Bahia que é também, um pouco, minha terra. Creia sempre na mais alta consideração e estima do patricio e admirador.”

Retorna, em abril de 1903:

“Meu grande amigo Dr. Egas Moniz.

Saúdo-o, desejando-lhe felicidades e a toda a Exma. Família.

Recebi pelo Arnaldo o seu gentilíssimo cartão que me veio despertar saudades dos poucos mais inolvidáveis dias que aí passei nessa adorável terra da Bahia. A sua opinião sobre “Os Sertões” guardo-a entre as que mais me podem enobrecer. Tenho aqui, em roda, na quietude do meu gabinete, uma esplêndida sociedade silenciosa de amigos que me falam com a eloquência de suas cartas animadoras e sinceras. Faltava-me a frase triunfal e ardente de Pethion de Villar. Tenho-a agora. Creio que está nestas expressões generosas a melhor crítica do meu livro. Em que pese à sua feição combatente, tracei-o com uma enorme piedade pelos nossos infelizes patricios sertanejos. É um livro destinado aos corações. Devem compreendê-lo admiravelmente os poetas e os bons, se não vai nesta conjuntura dispensável redundância. Aguardo o que está escrevendo. Tenho o “Diário”, que me manda o Tio José.

Pela Revista do Grêmio, acompanho o teu notável esforço no propagar o espírito de nossa terra entre outros povos. E admiro-lhe a abnegação ante tarefa de tal porte. Não deixe de mandar-me logo qualquer tradução que faça dos excertos escolhidos, dado que a rudeza do meu estilo se possa afeiçoar aos encantos de outra língua. E escreva sempre a quem é ha muito tempo seu admirador amigo”.

Infelizmente o projeto malogrrou-se. Ficou, apenas, para lembrar a evocação da tragédia de Canudos, por certo transmitida pessoalmente por Euclides, maravilhoso soneto de Pethion de Villar, datado de 9 de Outubro de 1897, que Carlos Chiachio publicou no mesmo ensaio de 1940:

“ C A I N ”

*A M. Euclides da Cunha.*

...Possuit que Dominus Cain signum...  
Egressus que Cain à faeie Domini, ha-  
bitavit profugus in terra.

(Genesis, cap. IV).

Le carnage est finit: troués par la mitraille,  
Noirs de poudre, étendus sur des flasques de sang,  
Des cadavres par tout, pêle-mêle, jonchant  
La plaine où s'engouffra la terrible bataille.

Et la Nuit va venir: le grand frisson descend,  
Au loin, mille vautours volent pour la ripaille;  
L'Abandon, le Silence et — le Néant qui baille:  
Pas un cri de pitié sur cet égorgement!

À poil, sur un cheval monstrueux qui se penche,  
Harassé, en flairant la puanteur des corps  
Il apparait-soudain, un spèctre à barbe blanche,

Tout nu, l'œil assouvit, qui, le poing sur la hanche,  
Solennel et muet, sans haine et sans remords,  
Traverse lentement l'arène de la Mort...

Foi pena que malograsse a tradução francesa. O Dr. Egas Muniz, segundo o depoimento de Afrânio Peixoto, versava com igual mestria várias línguas e, pelo soneto “Cain”, sente-se que possuía aquele colorido dramático indispensável à compreensão da tragédia de Canudos.

Sem a mesma vestimenta de forma, a cuja disciplina o temperamento de Euclides mal se conformaria, escreveu êle, pela mesma época — 14 de outubro de 1897 —, no Al-

bum da Exma. Senhora D. Francisca Prager Froes, um soneto, já divulgado, sob o título “Página vazia”:

“Quem volta da região assustadora  
De onde eu venho, revendo inda na mente,  
Muitas cenas do drama comovente  
Da guerra desapiedada e aterradora,

Certo não pode ter uma sonóra  
Estrofe, ou canto ou ditirambo ardente  
Que possa figurar dignamente,  
Em vosso album gentil, minha Senhora.

E quando, com fidalga gentileza  
Cedestes-me esta página, a nobreza  
De vossa alma iludiu-vos, não previstes

Que quem mais tarde, nesta folha lesse  
Perguntaria: “Que autor é este  
De uns versos tão mal feitos e tão tristes?”

A consagração de ter “Os Sertões” na mais culta das línguas, que Euclides tanto desejou, ir-se-ia realizar, quasi meio século depois.

Reinaldo Porchat, o sábio jurista, ao mesmo tempo um alto espirito de rara sensibilidade, íntimo de Euclides dos tempos de mocidade, da fase de propaganda abolicionista e republicana, e que o acompanhára pela vida em fóra, comoveu-se, no pequeno apartamento do Hotel Glória, evocando a alegria consoladora que teria o saudoso amigo deante do carinho, do cuidado, da cultura e da probidade que Mme. Sereth Neu pôs a serviço da versão francesa d’“Os Sertões”.

Trata-se, como se impunha, de uma escritora consagrada, nascida no Brasil, de origem francesa, que viveu longos anos em França, onde escreveu seus dois livros, um — “Therèse Quincia”, reminiscência da guerra de 1914 e outro — “Michel Platanaz”, romance regional.

Lendo e relendo “Os Sertões”, procurando investigar tudo quanto se refere ao texto original, comentando o pre-

cioso vocabulário do prof. Pedro A. Pinto, encontrando ainda poucos senões tipográficos escapos à revisão beneditina de Fernando Neri, a tradutora transpôs o pensamento em forma sonora e viva da língua de Renan.

Completa-se, dêste modo, o tríptico de traduções d'“Os Sertões”.

E cabe aqui, a propósito, a defesa, feita por Monteiro Lobato, do tradutor, infamado até por um prolóquio famoso, quando anunciou a versão castelhana de Garay:

“O tradutor é um escafandrista. Mergulha na obra como num mar; impregna-se de um pensamento concretizado de um certo modo — o estilo do autor — e lentamente o vai moldando no barro de outro idioma, para que a obra não admita fronteiras. Sem estes abnegados trabalhadores a literatura ficaria adstrita a pátrias, condenada a limites muito mais estreitos do que os permitidos pela sua potencialidade.” E acrescenta:

“Para o tradutor não haverá nunca remuneração econômica, nem glória, nem sequer a gratidão dos homens; só há insultos quando não faz o trabalho perfeito. Não obstante, a coisa suprema do mundo mental: a universalização do pensamento — é obra dele.”

Felizmente que a glória de Euclides da Cunha encontrou para a transposição do seu grande livro a linguas mais universais que a original, em que está uma das marcas de seu gênio, três tradutores à altura da missão difícil e enobrecedora. E graças a eles, uma das obras primas do pensamento humano poderá ser conhecida dos povos de língua espanhola e inglesa e, em pouco, os de língua francesa, nesta hora dolorosa e de esplendor em que a França começa a readquirir e a reconquistar a sua tradição de liberdade, por cujo advento lutou e sofreu o seu Povo. Porque “Os Sertões” é também uma expressão de Liberdade.



## O CAÚCHEIRO

SANDOVAL LAGE

Despencando-se lá das bandas da serra do Roncador, pulando degraus de granitos que fazem as suas águas corredeiras raivar em travessões e gargantas o Xingú corre num leito de lôdo, com a sedução e as lendas de sua história, para encontrar-se com o Amazônas a umas duzentas e sessenta milhas de Belém.

Com o nome de Formoso na nascente, o rio misterioso de águas claras, esverdeadas mansas fóra das cachoeiras, flue e reflue num côncavo de serras e campinas, de mataria densa e baixadas, bordadas as margens de terra firme e de igapés traiçoeiros — um filete largo e reproduzido em paisagens monótonas, rodeado de mataria escura e fechada de árvores seculares ou pintadas as margens de gramíneas ou esteiradas de alvacenta areia finissima.

O Xingú é um rio de lenda e desespêro.

Tem um romance de sonhos e um drama tremento de ambições.

Desde o tempo em que se conheceu a Amazônia, a estirada calha recurva e corcoveante foi sulcada por diversos lados e a sua mataria densa pisada pelos desbravadores.

Os holandeses subiram as suas águas e os seus altos, remarcando espantados a fertilidade da zona e anotando a tristeza dos seus quadros sucessivos, na ânsia de conquista ao solo novo que pertencia aos portuguezes.

O príncipe Adalberto da Prússia observou-lhe o curso numa viagem fatigante e demorada, recolhendo observações, acompanhado dos condes de Oriela e de Bismarck. Coudreau

meteu os olhos científicos pela hidrografia e pelo terreno da região, traçando notas sábias e pondo nos seus cadernos indicações, roteiros e conclusões.

Os irmãos Von Den Stein estiveram transpondo os travessões que represam em cachoeiras as águas do Xingú e molhando os pés pelas beiradas ou enfiando o corpo pelas sombras da mata fechada e agressiva.

O Xingú, com as suas três bocas espalmadas no encontro com o Amazonas — a do Carrazedo, a leste, a do Aiqui, pelo oeste, a do Urucuricaia, ao norte, aperta uma faixa de terra alta com o Tapajós, o rio que lhe acompanha o desenho e que é celebrado como um manancial de petróleo, tendo em certos lugares a água manchada de óleo e aproveitados em algodões embebidos pelos nativos para dar luz às lamparinas, candeias e candieiros, o rio de carvão de pedra, aflorado às margens e afirmado por diversos geólogos.

A goma elástica, a borracha, o caúcho, em fartura, atraíram os homens para dentro do Xingú e sobre tudo para esse lado alto que confina com o Tapajós.

Mais para cima, transpondo-se os desvãos e as águas encapeladas das cachoeiras e corredeiras, o que o homem procura é o ouro, que as conversas reproduzem e desvairam as imaginações, aumentando as possibilidades de uma riqueza pronta e fácil, estonteando os aventureiros. É o diamante faiscador, da melhor gema, encontrado facilmente em poços e que daria para rebrilhar a côrte mais luxuosa do mundo.

E levas têm subido, desaparelhadas ou precariamente adornadas para a conquista dos tesouros e nunca mais voltam, os seus componentes estraçalhados pelos índios ou se acabando de fome e febre pelas beiradas.

Entretanto, é provada a existência do ouro e do diamante nos trechos iniciais do Xingú. O que tem faltado são os recursos aos que se atiram à exploração em lugares desertos, longe dos contatos de civilizados, conhecimentos técnicos do metier e, sobretudo, persistência para enfrentar os contratemplos naturais de empresas tão arriscadas e distantes.

O Xingú, correndo do Sistema Brasileiro para o famoso rio-mar, indevassado e desconhecido ainda em todos os seus debruns, em suas curvas esquivas, disfarçadas em algas e ninféias, conserva as suas riquezas mergulhadas no fundo das águas, quase intatas, milenárias, fartura que a mão do homem pouco foi esfarelar, acauteladas num esconderijo difícil, defendidas por milhões de traições, representadas num exército alado que inacula a febre e endemias diversas, como no golpe dos animais ferozes, desde a piranha voraz à cangussú dolente.

A própria mata do Xingú faz um fenômeno, divide-se na magestade da natureza.

Em cima, é o cerrado impressionante, troncos formando paredes vegetais em milhares de quilômetros, defendendo-se uns de encontro aos outros, soterradas na tristeza morna e meia escura do ambiente, com trilhas apenas de passagens, por onde vadeiam os animais em profusão e por onde o homem anda em caminhos mal pisados a procura de seringueira e do caúcho. Mais para a fóz, a claridade vai entrando com a luz do sol chapando campinas ralas, circundadas de canaranas viçosas, embaúbas dispersas, palmeiras de todos os feitios flabelando ao vento, rastros desimpedidos, tão diferentes dos cerros fechados por onde o seringueiro faz esteira.

Não precisa ser arguto para divisar a mudança da terra, inclinando-se da nascente para o desaguadouro. Um olhar de relance a quem chega no Urucuricaia, uma das portas abertas do Xingú, ou mais para dentro, nota a transformação do terreno e das árvores.

Em cima, são os penachos verdes e trançados em gigantescas alturas, copando-se sôbre os outros, emaranhados de lianas, festões e guirlandas, os caules se unindo sempre e em baixo o rendilhado das aningas pelas bordas, a vegetação rala das campinas ridentes, o pasto para o gado engordar.

No alto, o aspecto de solidão, de morte, de tristeza, de mistério. Em baixo, cenas de bucolismo ingênuo, trechos de presépios, ondulações de gramineas, doçuras pastoris.

O homem gosta mais de olhar a terra próxima da fóz, que êle compreende melhor. Só vai para o alto o aventureiro. Até o centro, o seringueiro e o caúcheiro, criaturas condenadas, grilhetas que nunca mais descem para olhar a civilização.

A topografia diverge e os elementos se atropelam. Se na aproximação do Amazônas os quadrantes registam uma calma acentuada, terras em declives lentos, águas rolando em estrépitos mais sem clamôres violentos, sem arrebentações espumantes e fatais, para a proximidade do Roncador, quanto mais o homem escala a ladeira mais os paredões e os socavos inventam obstáculos, mais a água escachoa e rebenta em saltos de metros, numa balbúrdia traiçoeira, mais a corrida ciclópica aumenta pelos rêgos, mais a mataria agride, com as escaladas de trechos de difícil acesso, mais rareia o menor elemento de passagem, mais se transfigura, para pior, a vida do ambiente.

Barrando os caminhos, desgastando a energia, solapando as pisadas, o Xingú tem engulido o corpo de quase todos os corajosos que se atravessaram à subida e quase sempre ficaram esquecidos do mundo, plantados sob a copa das árvores frondosas ou servidos pela voracidade dos animais de água e de terra.

O rio é feio e farto.

Desde os confins da planura, na altitude do Planalto Brasileiro, até a descida à descomunal corda líquida do Amazônas, os seus trechos de chapadões, platôs, alcantís e taboleiros, são habitados por uma fauna abundante, correndo solta e livre pelas dobras geológicas do terreno, caminhando em bandos e manadas, as aves esvoaçando grahladoras pelas ramagens imensas, ou quadrúpedes virando todas as distâncias, a ictiologia apresentando os espécimens mais variados, numa profusão estoante, mas num ambiente soturno, movendo-se em desenhos sombrios do solo, numa sucessão sem fim que confrange e desanima.

O índio é o senhor dessas terras e dessas paragens longinquas.

Primeiro, o índio. Depois, o seringueiro, o caúcheiro.

\*

\* \*

O rapaz era novo demais. Vinte e três anos, no máximo. Acudira a um chamado de anúncio de jornal: um “enviado” do coronel Lima, hospedado no hotel Nova América, contratava homens para serviços no alto. Apresentara-se com sofreguidão. O “enviado” do coronel achara-o muito novo. Mas o rapaz insistira e terminara fazendo o “contrato”, mesmo com a ponderação do contratante:

— Eu acho que você não aguenta o serviço. Tirar borrocha enriquece todo o mundo mas é para quem tem físico e disposição... Mas se quer experimentar, vá. Não se dando bem, volta...

O coronel era dono de barracão no Xingú e mandára a Belém, como fazia habitualmente, buscar escravos para a extração da borracha.

— Não se dando bem, volta.

O homem sabia que ninguém volta mais dali. Teve pena do rapaz mas mentia com o hábito do negócio e tinha percentagens sôbre cada homem que levasse.

O candidato, entretanto, queria ir embóra de Belém. Fôsse como fôsse. Era no ano de 1924. Tinha sido “revoltoso”. Como soldado, fizera parte do levante do 26 Batalhão de Caçadores. Perdera a revolta. A polícia andava caçando e prendendo os revoltosos. O rapaz, de origem humilde, tinha medo de ser preso. E achou naquele anúncio uma salvação mandada do céu.

Ia para os seringais do coronel Lima, tentar a vida!

Podia ser até que a sorte o protegesse!

Achou o enviado bom, delicado, manso, o que lhe deu augúrio favorável.

Podia ser!

\*

\* \*



A "leva", de vinte e tantos homens desgraçados, desceu no porto do coronel Lima. Um barracão no alto, trapiche na frente e aquela sucessão de mato, de água, de tristeza.

Era ali que o "trabalho" ia ter comêço.

No alto do barracão, uma taboleta "Nova Holanda" e, ao lado, a casa de comércio.

Os "brabos" foram examinados, ouviram uma dura lição sôbre a maneira de agir ali dentro daqueles domínios sem fim e ficaram "empregados" para o córte da seringa.

O rapaz franzino e inexperiente escolheu o córte de caúcho. Seria mais longe o serviço, lá para as "fronteiras", mas era mais lucrativo. Não queria ser seringueiro; preferia ser caúcheiro.

O caúcheiro trabalha de maio a janeiro ou fevereiro, conforme o inverno e as águas grandes. Sóbe para a mata quando o verão entra e desce com os bolões de caúcho quando o inverno cresce as águas. Se encontrar boas terras, boas árvores, pode ter "saldo". Não é como o seringueiro, que corta todos os dias, de verão e de inverno, para não ter saldo nunca. Atividade do caúcheiro, entretanto, é mais dura, é nômade, é de aventura. Êle procura no mato as árvores. Encontra-as muito longe. Tem contato com as fêras e com os índios. Anda sempre a procura dos riscos, que o mistério das matas inventa.

O seringueiro é conservador. As suas estradas de corte são o caminho do seu único mundo. Êle as palmilha todo o ano, zela pelas árvores, roça-lhe em volta, trata-as. Visita-as todos os dias.

A casa do seringueiro é fixa. Êle escolhe o ponto, finca os paus eos cobre com palhas. Muitas vezes o lugar é bom.

O caúcheiro é destruidor. Não pára não se fixa em parte alguma. Êle atravessa a mata o quanto pode. A sua casa é um "tapiry", habitação das mais primitivas e ainda usada pelos índios. É casa de quem não descança. Varinhas enterradas a pequena altura e uma cobertuda abaúlada de fôlhas ou palhas, fazendo o teto. Serve, apenas, para guardar os mantimentos e dar a dormida com a rêde quase rente ao chão ou mesmo para deitar no solo. Não há para o caú-

cheiro estradas fixas. Êle descobre as árvores e derruba-as todas. A sua safra no lugar depende do número de árvores. Acabada a última, êle segue e se muda. Vai procurar outras. Vive de um lado para o outro. Aproveita os dias com usura. Depende disso a sua sorte: saber procurar árvores boas e derrubá-las no menor tempo possível.

O caúcheiro trabalha sempre aos pares  
É quase sempre uma parrelha.

Quando se diz o caúcheiro, é como se a gente se referisse a dois homens.

O revoltoso que subiu o Xingú teve o seu primeiro aviamento e conheceu o seu companheiro. O caúcheiro avia a nota no barracão do dono. A primeira mercadoria é um rifle e balas. Depois café, açúcar, a "muda", de fazenda mais rala e ordinária possível, sal, tabacos, fósforos, cachimbo ou abade, rêde pequena, fios para tarrafa, anzóis, um alqueire de farinha. Essa mercadoria é discutida, pesada e calculada pelo dono do barracão e consiste no "aviamento" para os meses de trabalho. Um aturá, paneiro grande, trançado de fibra forte, também é "aviado" para a condução da mercadoria, a ser carregada no mato às costas, com uma tira à testa do homem, aguentando o pêso.

O novo caúcheiro recebeu a sua nota: quase três contos de réis.

A conta é paga à volta, com o caúcho apresentado, pela tabela mais ínfima, feita pelo patrão. Se o trabalhador ainda fica devendo, junta-se a conta à do aviamento do ano vindouro, reduzindo-se êste ainda mais.

Quem deve ao patrão não vai para parte alguma. É viado como um animal. Se tentar escapar será irremediavelmente caçado e morre aonde fôr encontrado. Os barracões dispõem sempre de homens de confiança, mateiros de todas as direções, em geral antigos caúcheiros ou seringueiros caídos na graça do patrão e feitos agregados, julgando-se felizes com a vida mais descançada e farta que levam e, por isso mesmo, dedicados, submissos, prontos a todas as ordens, mesmo à consumação dos crimes mais hediondos.

É uma espécie de guarda do seringal, a garantia do negócio do patrão.

Os entendidos chegam a calcular o movimento de um seringal pelo número de agregados às casas de negócios do patrão.

São todos êles especializados em ir buscar um seringueiro desertor e tirar-lhe a vida de qualquer maneira. Os homens que trabalham no mato sabem disso e receiam a fuga porque poucos são os que se salvam.

\*  
\* \*

Os homens dessa guarda vão localizar os caúcheiros nos lotes. Sobem com êles, no ponto escolhido dão indicações do terreno e regressam enquanto os trabalhadores se embrenham na mata.

— Até maio ou junho!

Si faltar um, a batida na mata é séria. Mas, em geral, não falha. O mantimento acaba, o homem tem que sair do mato. Atravessar para outras bandas é difícil, quase impossível: o mantimento não dá para a caminhada.

O dono do seringal mede, pesa, conta tudo o que fornece. Prevê habilidosamente a probabilidade da escapula.

\*  
\* \*

A mata do Xingú no alto é rala de ervas rasteiras, quanto mais se avança para o centro. As árvores seculares se multiplicam, encostando as copas, unindo os troncos de grossura descomunal, fazendo um sombreado permanente. Entretanto, as gramíneas, os cipós, as lianas, rareiam. Isso é uma vantagem para o caúcheiro. Êle pode andar para qualquer lado, mover-se em qualquer sentido, como os índios, como as caças e as feras. O terreno vai se alteando sempre, enxuto, salvo nas proximidades dos igarapés, dos lagos, dos charcos.

Então, o par de caúcheiros sai sem rumo por aquela mata escura, a procura de um grotão, veio e que seca no verão e no inverno, com a descida das águas da chuva, transforma-se em verdadeiro rio, indo desaguar, pelo declive natural do terreno, às vezes fazendo caminhadas de léguas e léguas no leito do Xingú. O sulco dos grotões é um roteiro seguro para a descida.

Perseguidos pelos piuns, chupados pelos “borracheiros”, atormentados pelas mutucas, os homens param, armam o “tapiry”, descansam a bagagem nessa morada provisória — só êles dois dentro da mata horrível e inimiga, um pelo outro, destinos selados para a vida comum a todo momento.

O caúcheiro é casado com o rifle. Não o larga um instante, seja o mais rápido e o de maior ocupação. Quando dorme, o rifle deita com êle na rêde, isto toda a noite, durante meses e meses. Está sempre com os olhos na arma, que é a sua vida. A todo o instante pode ser alcançado pelo gentio, que êle sabe que o espregita, que o segue, que põe cilada.

O índio não perdôa a invasão dos seus domínios. Não descansa enquanto vê o invasor cruzando as terras. O índio sabe que o homem branco representa o perigo, a malvadeza, a usurpação. Êle tem que abater o intruso com a ponta de sua flexa certaíra.

\*  
\*   \*

Entretanto, o caúcheiro se julga mais feliz que o seringueiro. Êste mora fixo, à beira dos rios e igarapés, com mais comodidade, mas trabalha o ano todo para nada, não tem tempo para caçar e pescar e quase nunca tem saldo.

O seringueiro acorda de madrugada, de inverno ou verão, sae de lamparina à cabeça, percorrendo as mesmas estradas, dando golpes nas árvores e pondo as tigelinhas nas “leiteiras” e regressa do corte, recolhendo o leite, depois do almoço. Defuma o latex, entra com êsse serviço pela noite.

Mal tem tempo de esquentar a “conserva” da refeição. Anos e anos assim, até morrer.

O caúcheiro, não. É independente no serviço. Ele procura a árvore do leite, em geral acompanhada de muitas, às vezes em “mina”, isto é, em grande quantidade. Há caúcheiros que só num lote trabalham uma safra, tal o número que encontram — o trabalho depende de topar com as árvores!

É verdade que, às vezes, o caúcheiro leva mais de um mês procurando o caúcho. É a desgraça do trabalhador. Enquanto êle anda de um lado para o outro, obrigado a mudar de pouso e rumo, carregando as mercadorias, para armar o “tapiry” noutros lugares, o tempo vai passando, o lucro se perdendo, o esforço diminuindo.

É o desespero!

Mas quando as árvores são encontradas em poucos dias de exploração e abundantes, o caúcheiro — pária no meio daquele deserto — tem fôrças para bendizer a sua sorte! Vai pagar o aviamento! É a maior satisfação do trabalhador. Êle sabe que, si tiver bôa renda, não ficar devendo ou com pouca dívida, está com o rancho do ano vindouro garantido e tem considerações do patrão durante os meses de inatividade. Si lhe acontecer o contrário, os meses de espera do trabalho são humilhantes, o patrão resumindo o fiado para a despeza diária, cobrindo-o da impropérios e baldões, além de lhe aproveitar os serviços pequenos de graça. É o escravo, injuriado, ameaçado, corrido, racionado no possível. Adoecendo, morre, não lhe dão remédios, nem ao menos perguntam o que tem.

— Êsse peste vadio está devendo! Que morra mas não gaste o meu dinheiro!

A falta de solidariedade humana nos trabalhos de borracha é um grande capítulo de desgraça que marcou a Amazônia.

\*

\* \*



Quando uma árvore de caúcho é encontrada, faz-se uma capinação em volta. Depois se corta todas as raízes, que ficam mais ou menos à flor da terra. É a "sangria". A árvore é deixada assim durante uns oito dias. O leite escorre, coagulando-se naturalmente e, às vezes, a "sangria" dá abundante, enchendo o trabalhador de satisfação. O caúcheiro volta. Mede o tronco da árvore sangrada, altura do cabo do machado, e derruba o espécimen. Coloca o caule decepado em cima do tronco enterrado, faz diversas cicatrizes na árvore, mistura o leite novo com as peles da "sangria". Passados dias, o leite está coagulado em bolões, a árvore sem mais a seiva. Ele carrega todos os bolões para o grotão mais próximo, a espera do inverno.

Outras árvores tombam. O trabalho é de destruição.

— Mas por que essa fúria?

— Ficam as árvores pequenas, que crescem logo. O caúcho medra muito e engrossa depressa.

Essa, a explicação dos donos de seringais.

O caúcheiro não come "salgado" nem conservas. Ele só se alimenta do "fresco".

A caça e o peixe são abundantes em toda a região. Dá para escolher o que quizer. Os pássaros voam às centenas. É só gastar balas. Uma tarrafeada é mantimento seguro.

— Tendo sal, não falta comida.

A alimentação do caúcheiro é mais barata, portanto, que a do seringueiro, que nunca pode pagar as conservas, o pirarucú e jabá, de preços astronômicos.

O caúcheiro tem tempo de sobra porque a coagulação do caúcho não lhe toma as horas.

E ainda tem o pão do índio! O caúcheiro rouba o pão do índio! Sabe onde ele está e vai buscá-lo!

O índio das bandas do Xingú amassa a farinha de mandioca, converte-a em bolos e leva-os ao fogo. A massa fica cozinhada mas, por fóra, o pão indígena queima completamente, fica como um carvão. A massa, porém, tem gosto suportável. O índio enterra esse pão, que se conserva por anos, junto às árvores de raízes altas. É a prevenção de rancho para a vida nômade.

O caúcheiro procura, descobre o pão e rouba-o.

O indígena toma as suas vinganças e, quando pode, assalta o "tapiry" do caúcheiro, na ausência d'êste. A primeira coisa que êle faz é derramar toda a farinha, o café, o açúcar e o sal.

Carrega os objetos pequenos, as rêdes de dormir e pescar, as quais desmancha e tece com os fios enfeites dos arcos e outras armas.

O caúcheiro tem, então, diante de si, o dilema terrível de passar o resto dos meses de trabalho sob privações ainda mais cruéis.

Prevenindo êsses assaltos, o caúcheiro esconde, habitualmente, antes de sair, as mercadorias pequenas e a farinha. As vezes divide os mantimentos em dois e três pontos diferentes. Outras vezes, acossado pelas feras, temendo a traição das onças durante a dormida, o caúcheiro faz do "tapiry" apenas um ponto de apoio, pois vai dormir nos galhos, em cima das ramagens, ao céu aberto, passando assim meses seguidos.

\*

\* \*

O rapaz revoltoso entrara para o caúcho com decisão. Mas o lote que lhe deram não foi bom. Teve prejuizo no primeiro ano, ficou devendo parte de um conto de réis. O seu companheiro, mais ou menos, a mesma coisa.

E começou a arrepender-se da aventura.

Era preferível ter ficado preso. Entretanto, só a obstinação e o trabalho o salvariam.

Nos anos seguintes, a mesma coisa: ficava devendo sempre!

O seu pensamento era fixo na volta. Os caúcheiros e seringueiros mais velhos, já conformados com a situação irremediável, diziam-lhe com desânimo:

— Deixe de tolice! Quem entra para o seringal não volta mais!

Mais anos corriam. E o rapaz se foi habituando àquele círculo vicioso. Palmilhava a mata como se andasse em estradas asfaltadas. Distinguia todos os rumores, o ouvido apurado. Sabia quando éra a queda natural de um páu, o pisar de uma caça ou o passo do índio.

— O índio rondava sempre!

Pelas madrugadas, no primeiro avanço da claridade, quando os passáros acordam alacres e aos milhares entôam contos, soltam pipilos, desafiam em trinados, o caúcheiro escuta apenas o mutúm. É essa ave a única que lhe interessa. É que o índio imita bem o grito do mutum. É com o gemido da ave preta e grande que o gentio se comunica, numa convenção, com os companheiros. O caúcheiro e o seringueiro distinguem a imitação do índio do canto verdadeiro da ave.

Os antigos mateiros dão lições especiais nesse sentido aos novatos.

Pela imitação do canto de mutum o homem da borracha póde saber até quantos índios lhe estão na batida.

Algumas vezes, o índio varia, imita o corcovado. Mas êsse é mais raro, isso porque êle não o faz bem e não gosta de se denunciar. É preciso ouvir também todas as manhãs o corcovado. Primeiro, o mutum, depois, o corcovado.

É por êles que se sabe si o índio está na perseguição ou si êle não existe nas redondezas.

— Em nove anos não vi uma única mulher!

É difícil se ver uma mulher nos seringais. Os patrões, mesmo, não as querem porque as que apareceram foram causas de tragédias horríveis. Contam-se cenas dantescas, ocorridas nesses lugares distantes, originadas pela presença de qualquer megêra.

O instinto sexual do homem é saciado, nessas paragens longínquas, pelo contato com os animais.

É uma tragédia horrorosa, horripilante, a que se passa com êsses desgraçados!

Êles abatem a tiros as macacas grandes, as antas, as veadas, as queixadas para profaná-las enquanto estão estrebuchando ou os corpos têm ainda o calôr da vida.

Tragédia impressionante, passado no silêncio tumular, por essas matas, virgens dum pé de mulher!

Capítulo de existência talvez inédito na história da humanidade!

\*  
\* \* \*

Nove anos no caúcho.

O rapaz revoltoso conseguira a simpatia do gerente do barracão. Implorara-lhe oportunidade para regressar a Belém.

Fôra, então, “colocado” num dos melhores lotes, dos mais produtivos do seringal.

No oitavo ano, pagara as dívidas todas.

Bôa safra! Encontrava-se o caúcho em “mina”. Não se dava vencimento em derrubar as árvores. Lote, mesmo, para protegido!

No ano seguinte, tivera saldo! Um bom saldo! Quase três contos de réis! O companheiro, outro tanto!

O gerente, para não despertar cobiça ao patrão e desconfiança de protecionismo, fez um “bom negócio” com o “aviado” que queria “descer”:

— Pago-lhe a metade do saldo. Uma parte em mercadoria e a outra em ordem para a viagem. A outra metade é da licença para você sair do seringal, abandonar o serviço e “quebrar o contrato”.

O patrão, afinal, concordou com o gerente, diante do “bom negócio”.

O saldo ficava quase todo na casa!

E o rapaz revoltoso, depois de nove anos no caúcho, voltou para Belém mais pobre do que embarcára, envelhecido e acabado, cheio de moléstias, apenas com uma “muda” de fazenda de pijama, que lhe custara trezentos e tantos mil réis no barracão “Nova Holanda” e lhe fôra impingida para que tivesse roupa para desembarcar na cidade!

O resto da metade fôra a passagem de terceira classe do “gaiola”...

## VARIAÇÕES EM TORNO DO CONTO

HERMAN LIMA.

Depois de relegado, por muitos anos, à condição de literatura de segunda mão, ao papel de enchimento de páginas de publicidade das nossas revistas, o conto volta à tona, desse longo mergulho, disposto a recuperar dum só golpe todo o perdido prestígio.

Não é que nesse prazo estirado não tivéssemos tido no gênero uma que outra amostra de classe. Timidamente embóra foi êle reagindo como pôde, mas em geral em publicações periódicas, de precária duração. Foi numa delas mesmo, a *Revista do Brasil*, que surgiu em 1917, a maior figura do conto brasileiro da atualidade, Monteiro Lobato, cuja estréia se fez em verdade com *Choo-pan*, *O bocatorã*, *O comprador de fazendas* e outros contos de igual importância, publicados em primeira mão por aquela revista. Durou, bastante, aliás, é outro reparo a seu favor, uma publicação especializada, a revista *Primeira*, de que ainda hoje ha memória no seu desdobramento em *Contos-magazine*, de corrente aceitação. Outras revistas cariocas também, das mais populares, mantiveram em certo período concursos permanentes entre os nossos contistas, dando margem a que surgisse ainda, ao mesmo tempo, uma das mais belas fases da nossa ilustração de texto. Mas, o que acontecia era que o conto havia fugido das livrarias. Nenhum editor aceitava mais um livro dessa espécie. Os grandes nomes eram mesmo os tradicionais, da geração que acabava em Monteiro Lobato, afóra, é certo, uma estréia de excepção, lá um dia, à maneira de Ribeiro Couto, Gastão Cruls, Antônio de Alcântara Machado ou Marques Rebello.

Depois, de repente, veio o novo surto. A livraria José Olimpio lançou o "Prêmio Humberto de Campos", revelando logo de início um grande contista, no pernambucano Luis Jardim. Ainda hoje *Maria Perigosa* está valendo como coisa diferente na nossa literatura regional, tendo mesmo dito mestre Lobato que o público brasileiro ainda não se capacitou da importância dêsse livro, que só o tempo irá revelando devidamente. *Navio sem porto*, de Lia Correia Dutra, premiado em 1942, foi outra poderosa revelação.



Mas, no intervalo, já o panorama do conto se havia movimentado. Veiu a guerra, e ninguém sabe por que misteriosas relações, tudo mudaria a seu respeito.

Não sómente é possível agora, depois de esgotadas ha perto de vinte anos, as últimas edições de seus livros, vir a lume a edição monumental do *Onibus* de Monteiro Lobato, encerrando toda a sua produção de contos, em comemoração ao jubileu de *Urupês*, como cada dia estão saindo novas antologias de contos de toda espécie, desde as exclusivamente brasileiras, essas em minoria ainda, às colleções de contos de amor, de horror, de aventura e de humorismo, dos mestres universais, enquanto outras tantas se anunciam, de contos russos, inglêses, americanos, franceses e até balcânicos, como ainda há pouco, numa de suas crônicas incisivas, assinalava Genolino Amado. E tudo isso, porque?

“É bem fácil compreender o fenômeno, procura esclarecer o arguto cronista da cidade. Vivemos hoje ansiosos e impacientes. Falta-nos atenção, a calma interior, para leituras morosas e continuadas. Por outro lado, a grande massa popular já não se contenta com o recreativismo, a divulgação pitoresca, a amenidade vulgarizadora com pruridos cientifistas e literatinheiros. O conto, rapido, mas intenso, com a sua expressão de vida, com o seu crispado senso de realidade ou com o seu dom de revelar o cotidiano, o que acontece todos os dias na vida de todas as criaturas, veiu satisfazer, assim, a êsse vago anseio que anda por aí, que não dispõe de tempo nem de serenidade para ir ao encontro de obras maiores, mas que também já não deseja perder-se nas condensações de Will Durant. Não é para distrair-se, como antigamente, no tempo de Arthur Azevedo, que o povo procura as pequenas histórias literárias. Bem ao contrário, é para ficar atento, vigilante, descobrindo no drama dos personagens o seu próprio drama.”

Nenhum gênero literário tem de fato maiores relações com a alma popular do que o conto. Nenhum outro também, exceto talvez a poesia lírica, remonta a maiores distâncias no espaço e no tempo. Suas origens perdem-se na tradição oral, sendo o elemento mais vivo e constante do folklore. “Recuando nas eras até onde, deante da natureza desconhecida, se esboçam e tecem os mitos e as lendas — escrevia Alberto de Oliveira no prefácio da primeira antologia de contos brasileiros, aparecida por volta de 1920 e que até há pouco tempo se arrastou pelas prateleiras da extinta livraria Garnier — lá o teremos de achar, contemporâneo da formação dos primeiros núcleos da família humana, no lar primitivo, nas pausas do trabalho, nas noites desveladas, ou nas longas caminhadas pelo deserto. O conto é então mais do que mero entretenimento dessas horas de ócio, é também estímulo a empresas cujo êxito depende de ação e valor, como a caça e a guerra. E ademais disso, e superior

a isso, é elemento orgânico de agremiação social, e não, como se acreditava, diversão estética supérflua ou inútil. O asserto é de A. Van Gennep, que faz ver quanto a etnografia e o folklore nos últimos anos evidenciam o papel importante desta produção como atividade útil, necessária à manutenção e funcionamento da organização social, por suas relações com as atividades materiais."

Prefaciando igualmente uma antologia de grandes contos do mundo, para a editora Heinemann, de Londres, talvez a melhor antologia do gênero, englobando histórias dum período que anda por perto de cinco mil anos e vem desde o antigo Egito, observam também os seus organizadores que "desde o princípio da civilização, segundo sabemos, não houve solução de continuidade na tradição da narrativa: o interesse pelas histórias é tão forte e insaciável no homem de hoje como o era antes que êle descobrisse o modo de fazer as armas de pedra." Todas as literaturas estão representadas nessa extraordinária coleção, de que, para honra nossa, nem sequer o Brasil foi excluído, representado como se acha pelo *Enfermeiro*, de Machado de Assis. Podemos dêsse modo ver como a história de Eumaeus é um conto intercalado na *Odisséia*, assim como os amores de Orfeu e Euridice, saídos das *Metamorfoses*, de Ovídio. Até a Bíblia fornece narrações romanceadas, como a história de Susana e a do filho pródigo, indo os autores buscá-las também na Índia antiga, nas fábulas de *Panchatantra* e do *Hitopadesa*.

Mas, o conto, como arte, é relativamente recente. Não era a forma, é obvio, que prevalecia nos racontos da *Gesta Romanorum*, da Inglaterra do século XIII, nem nos *Fabliaux*, da França medieval. Sem ir ao exagêro duma Elisabeth Bowen, que chega a chamar-lhe de filho dêste século, o conto, como o entendemos hoje, não tem origens além do meado do século passado. Os grandes modelos são, ainda, de um lado, Maupassant, do outro Tchekov. Por mais que se procure fugir, são êsses os dois polos, e todo conto há de filiar-se, ora a um, ora a outro.

A citada romancista inglesa, que é também contista de nota, marcou impressivamente as características dos dois autores. Para ela, Tchekov domina por "uma emancipação de qualidades, por uma romântica distensão da forma da história, valorizando o que devia aparecer de forma rudimentar ou nebulosa. Maupassant vale por uma adstringência, por uma pertinência férrea. Tchekov desvendou ao escritor zonas de paisagem emocional; fez do subjetivismo norma e experiência fundamental e impeliu a arte, obliquamente, caminho afora. Seu trabalho era um sistema de irritações aformoseadas: Tchekov secretava areia dentro da sua concha. Seu herói era o sub-homem; cristalizava a frustração, a inércia, a indisposição, o lazer, a aspiração fútil, a timidez ou a pretensão astuciosa. Arrastava a involuntária sub-vida do espírito para den-

tro da impassível luz da arte. Maupassant era o escritor popular nato, impellido a pancadas, por Flaubert, para a austeridade. Seus temas eram simples: cobiça, crueldade, dinheiro e aquela espécie de fantasia cômica de rosa que tem uma sepultura por substrato. Transcrevia as paixões nos únicos termos possíveis — por uma narração desapaixonada. Havia uma comunicação ininterrupta entre seu pensamento e seus sentidos; aquela sua espécie de afinidade erótica com o assunto sobre que escrevia, deu-lhe uma linguagem prudente que nunca excede a arte.”

A voga do mestre russo, principalmente através da arte de um dos seus mais fervorosos continuadores, a sutilíssima Katherine Mansfield, teve nos últimos anos uma grande projeção sobre a imagem de Maupassant.

Um grande contista de hoje, que é chamado justamente o Maupassant inglês, Sommerset Maughan, dá por sua vez uma viva interpretação das razões dessa preferência. Na sua opinião, as histórias de Tchekov são os modelos preferidos pelos jovens escritores, porque “é mais fácil escrever histórias como as de Tchekov do que histórias como as de Maupassant. Inventar uma história que seja por si mesma interessante, independe do modo de contar, é uma coisa difícil; o poder de fazê-lo é um dom natural, não pode ser adquirido deliberadamente, e é um dom que poucas pessoas possuem. Tchekov tinha muitos dons, mas não este. Se tentarmos contar uma de suas histórias, verificaremos que não temos nada para contar.”

Não seria talvez heresia levar à conta dessa preferência, mal entendida na generalidade dos casos, especialmente entre nós, o descrédito em que havia caído o conto. Tchekov e mais particularmente, pelo que nos interessa, Katherine Mansfield, têm muito de específico, para serem impunemente absorvidos em larga dose. Falou-se muito, mesmo, nestas bandas, numa “família mansfieldeana”. O público cansou-se de ler histórias que não tinham nada para contar. Os maus discípulos, imitadores puros, foram também cansando. Era vácuo em demasia. Assim, pouco a pouco foi-se desfazendo o equívoco. Quem tinha fôlego de nadador sobreviveu. Os mais foram gradativamente afundando nas profundas do abismo, donde nem sequer sobem mais fieiras de ar a modo de epitáfio.

“Não há razão para que um escritor não possa fazer uma história dum incidente fóra do comum — observa ainda Sommerset. O fato de acontecer todo dia não é que torna uma coisa importante. O prazer da identificação, que é o prazer ainda procurado, é o mais baixo dos prazeres estéticos. Não é mérito duma história que essa seja “undramatic”. Maupassant escolhia criaturas muito vulgares e procurava mostrar o que havia de drama nos acontecimen-

tos comuns de suas vida. Escolhia o incidente significativo e dele extraía todo o drama possível.”

Há mais de trinta anos, já o velho Sílvio Roméro tinha também entendido isso muito bem, ao fornecer uma das mais seguras definições do conto. “O conto digno dêsse nome — dizia êle, no prefácio de *Dona Dolorosa*, de Théo-filho — é apenas a narração de uma situação passageira na vida de uma personagem, em seu meio normal, só ou em relação com alguém. Seu alvo é dar, em síntese, a descritiva ou o drama de uma situação, de um *passus* na vida de um personagem.”

O verdadeiro conto, de fato, não passa de uma narrativa de um episódio, que sirva para determinar o aspecto psicológico de certo indivíduo, coletividade ou meio, demonstrando, de modo incisivo, o *pathos* do coração, do instinto ou da alma humana. Não quer isso dizer que a só narração seja em si um conto, pois que, se o conto é a descritiva de um episódio, é necessário que êsse seja também a sequência ou consequência doutro, evidente ou subentendido. A só descrição em si não constitue, portanto, um conto verdadeiro. Há que desenvolver-se a teoria dum problema qualquer, individual ou coletivo, em função de tempo ou de meio social, com os seus conflitos e os seus imprevistos, tanta vez de aparente ilogismo, como o do destino e da própria vida.

Para maior clareza do assunto, exemplifiquemos com uma página bem conhecida, *Um covarde*, de Guy de Maupassant, uma vez que, não é demais dizer, ninguém soube melhor construir um conto em que a concisão da narrativa, o realismo da evocação, a bravura do estilo e a surpresa do entrecho, correm parhas.

Um cavalheiro é insultado por outro, numa roda de amigos; trocam-se os cartões, fica estabelecido um duelo, para horas depois. Eis um episódio.

Recolhendo-se à casa, o homem põe-se a refletir sôbre as consequências prováveis do encontro. Imagina que pode ser, que será certamente o sacrificado, e, desde logo se antevê, frio, inerte, morto, com um golpe certo no coração. A possibilidade do próximo fim aterra-o. Não pode, entretanto, fugir-lhe sem deshonra. Todos lhe conhecem a situação melindrosa. Sabe que jamais terá forças para enfrentar o inimigo sem mostras de pusilanimidade. Então, desesperado, perde a cabeça. Perto, ao fundo duma gaveta, jaz uma pistola carregada. Empunha-a, num relance, encosta-a à frente, aperta o gatilho. O sangue inunda a folha de papel em que principiara a escrever: “Ceci c’est mon testament...” — Outro episódio.

Êsses fatos, de per si, não poderiam constituir assunto para um conto. Reproduzidos assim, erradamente individualizados, seriam apenas a descrição policial dum suicídio, a notícia corrente



dum caso de sociedade. Encadeados, porém, como o foram, um pedindo um desfecho, o outro requerendo o preâmbulo, formaram um conto magistral. Os episódios se desenrolaram, percorrendo certo plano, de que resultou a revelação psicológica dum poltrão, capaz de forçar as portas do Desconhecido, quando lhe faltou ânimo para encarar um perigo de que poderia facilmente sair incolume.

Esse, o padrão do conto, perfeitamente caracterizado, o conto de princípio, meio e fim, a que se ligam as fábulas, as narrativas de viagem e de aventura, os contos policiais ou fantásticos, conceito clássico, naturalmente ampliado, como se disse, com o advento do modelo tchecoviano. Aqui voltemos ainda a Elisabeth Bowen, quando diz que “a tensão poética e a clareza são tão essenciais ao conto que dele se poderia quasi dizer que fica à margem da prosa; no seu uso da ação, o conto está mais próximo do drama do que do romance. O cinema, por seu lado, às voltas com uma técnica própria, é da mesma geração: nos últimos trinta anos, as duas artes têm vindo juntas em marcha acelerada. As duas têm afinidades — nenhuma é amadrinhada por uma tradição; ambas são, portanto, livres; ainda mais, são ambas conscias de si mesmas, mostram auto-disciplina e respeito pela forma; ambas têm, para agirem, um imenso material — o desorientado romanticismo desta época. A nova literatura, seja escrita ou visual, é um caso de reflexos, de imediata suscetibilidade, de associações não examinadas pela razão: não tenta uma síntese. A ação deve, no romance, ser completa e determinada; no conto, recupera uma simplicidade heróica.”

Vejamos agora, por sua vez, uma das páginas mais típicas de Tchekov, *A angustia*, que tem como perifrasi “A quem confiarei minha dôr?”

Ao amanhecer de certo dia de inverno rigoroso, o cocheiro Iona Potanov está sentado à boléia de seu carro, todo branco de neve e encolhido como um fantasma. Sairam de casa, os dois, ao meio dia, o cocheiro e o cavalo, uma alimaria dessas que se compram na feira por um copeque. Nenhum serviço ainda, e já as trevas noturnas se vão dissipando, fazendo-se cada vez mais vivo o alvoroço das ruas.

De repente, uma voz autoritária o sacóde, fazendo-o entreabrir as pálpebras cobertas de neve. É um militar, querendo ir à rua Viborg. O cocheiro puxa as rédeas, faz estalar o chicote, larga-se às tontas pela cidade, atropelando, quasi, aqui e ali, um transeunte. De repente, volta-se para o freguês, movendo os lábios, como se quisesse dizer qualquer coisa, mas da garganta não lhe sai um som.

— Que queres dizer? — pergunta o oficial.

Iona aperta os lábios com um sorriso doce, fazendo um esforço enorme para articular uma palavra e responde em voz rouca:

— Lá em casa, patrão... meu filho... morreu esta semana.

— Ah! E de que morreu?



Iona volta o corpo todo para o interlocutor, respondendo:

— Quem sabe? Morreu ardendo em febre. Fazia três dias que estava no hospital, quando morreu. Deve ter sido por vontade de Deus.

— Afasta-te, diabo! — grita uma voz dentre as sombras. — Estás com catarata? Vê por onde andas, cachorro velho!

— Adeante, adeante! — exclama o militar. Dêste modo não chegaremos ao fim da nossa viagem. Mais depressa!

Com isto, o cocheiro acelera o trote do animal, e se perde a oportunidade de falar mais.

Depois dêsse, outros fregueses lhe sobem para o carro, um grupo de jovens tresnoitados, que se atropelam para dentro do veículo em tremenda algazarra. Passado um momento, volta o velho à sua manobra anterior. Vira o rosto para os rapazes, e depois dum silêncio lhes dirige outro olhar, murmurando:

— Lá em casa... esta semana... quer dizer... morreu meu filho.

— Todos temos de morrer — responde o menos bêbedo. — Mas faça o cavalo correr, faça o cavalo correr!

Ei-lo, por fim, sozinho, entregue ao seu silêncio. Tenta um dedo de prosa com outro cocheiro moço que encontra na cavalariça, antes de soltar o animal dos varais. Mas, às primeiras palavras sobre a morte do filho, o outro se afasta bocejando e o abandona. Só lhe resta, por fim, o cavalo, resmoendo o feno na mangedoura. Iona tinha sede, mas sentia maior a necessidade de se desafogar, falando. Fazia uma semana que o filho tinha morrido e não pudera contar a ninguém, como gostaria de fazê-lo. Tinha que contar tudo, pausadamente. Como o filho adoecera, como havia sofrido, o que dissera na agonia, e como se acabara. Era preciso descrever-lhe o entêrro, contar que fôra ao hospital recolher as roupas do morto, deixando no povoado, sozinha, a filha Anisia. Tinha tanta coisa a dizer. Perto dêle, o cavalo comia, sereno e alheio ao seu tormento mudo.

— Comendo, hein? — diz então para o animal, olhando-lhe os olhos brilhantes. — Coma, coma; se não ganhamos para aveia, coma feno. Sim. Já estou velho para trabalhar. Meu filho, sim, que era bom para o trabalho, porém eu já não presto para nada. Aquele, sim, que era um bom cocheiro. Porém, morreu! — Depois dum silêncio, continúa. — Assim é o mundo, amigo. Já não veremos mais Kuzma Ionich. Tudo fazia esperar que êle vivesse muito. Mas, está vendo? adoeceu e morreu de repente, na flôr da vida. É como se tivesses um potro, e fosses a mãe dêle, e de repente o potro morresse, sem mais nem menos. Não é horrível?

O cavalo continúa comendo, lentamente, escutando o dono e respirando nas mãos de Iona.

O cocheiro, por fim, esquecendo-se da realidade, conta-lhe tudo.

Nada mais simples, rudimentar e incorpóreo, como se vê. Mas, apesar disso, que imenso teor de emoção não se encerra nesses períodos descosidos, nessa monotona e cinzenta concatenação de mesquinhos episódios, sem maior significação de per si, nesse torturante repisar do mesmo tema sombrio e turvo como água parada. Da má compreensão dessa capacidade especial de extrair do mínimo de fatos um mundo de sugestões, dando corpo a essas nebulosas de sentimentos e de sensações, em que foi sem igual o mestre do *Pavilhão n. 6*, da *Professora*, do *Bispo*, de *Amor* e de quantas outras páginas em que a vida parece focalizada a *flou*, é que viria indiretamente o mal do conto nos últimos tempos, a sua inconsistência orgânica a que se refere Sommerset Maugham.

Desfigurados a um ponto extremo, êsses relatos, que faziam do mais insignificante e inexpressivo estado dalma um motivo central de páginas e páginas, não há como reconhecê-los como contos. Note-se mais que essa tentativa de modificação de um gênero literário de tão belos espécimes em todos os tempos não é tão nova como se poderia julgar: o nosso velho Machado de Assis, há bem mais de meio século, com uma mestria verdadeiramente genial, foi um legítimo precursor nesses *sketches*, quasi sempre de vida doméstica e de anedotas do cotidiano sentimental, que surgem hoje como aspecto novo duma literatura bem menos acessível do que pode parecer à primeira vista.

É interessante recordar a respeito as palavras do próprio ironista de *Braz Cubas*, quando dizia do conto, em 1873: "É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência de facilidade lhe faz mal, afastando-se dêle os escritores e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que muitas vezes é credor."

Pelo que temos visto, o conto é gênero literário de todo independente, em confronto com a novela e o romance, embora diga Mendes dos Remédios que "não há definição essencial entre o romance e o conto. A extensão é um elemento exterior e superficial. Em todo conto há naturalmente uma base, um fundo que, alargado a outras proporções, entremeado com outras intrigas, daria um romance; como êste, apertado em moldes mais concisos, teria de classificar-se no primeiro gênero."

Não é, porém, o que pensa Ortega y Gasset, para quem "es la novela un genero esencialmente retardatario — como decia no sé si Goethe o Novalis. Yo diria más hoy que es y tiene que ser un genero moroso — todo lo contrario, por tanto, que el cuento, el folletín y el melodrama."

Dum modo geral, os contos podem dividir-se em duas categorias: universais e regionais. Aqueles, sem um cenário próprio, são

os contos psicológicos por excelência, em que se estudam os sentimentos, a alma universal. Os outros são antes estudos de certos meios e tipos característicos de núcleos sociais exóticos ou de pitorescas civilizações. Mais estritamente, temos ainda os contos históricos, os urbanos, os comemorativos, os puramente imaginários ou fantásticos. A arte do conto regional alteia-se grademente, quando o tema envolve problemas universais, figurando a marca local apenas como nota ilustrativa, a acrescentar-lhes o sabor de cenas e paisagens típicas. Os contos de Maupassant, evocando o seu *terroir* bretão, os de Fialho de Almeida, pintando o Alentejo, os contos caipiras de Afonso Arinos ou de Monteiro Lobato, são páginas de dupla valia, pois que nos revelam trechos de terras, usanças, crenças, tradições e criaturas representativas, diversas do restante do mundo, sem perderem o grande sentido de humanidade que lhes confere o cunho de obra de arte imperecível.

O conto histórico é o romance histórico em resumo, tendo, como diz Gustavo Barroso, “um encanto maior do que o romance. Guarda-se melhor e melhor guarda a essência da sua composição. Velho como o mundo, espalhou-se oralmente, como um pólen, por todos os folklores da terra. Fábula. Parábola. Narrativa. No século VII S. Gregório empregava-o na pregação religiosa sob o nome de *Exempla*, doutrinando: “Alguns se deixam excitar mais ao amor da pátria celeste pelas *histórias* do que pelos sermões.” Naturalmente quanto ao amor à pátria terrestre se daria o mesmo. O conto é uma condensação e daí sua fôrça expansiva.”

Estudando a literatura do conto, verificamos que os bons contistas de qualquer país constituem verdadeira legião.

Na França, por exemplo, quantos escritores não se notabilizaram como *conteurs*?

Guy de Maupassant, o sempre citado Guy de Maupassant, com as suas centenas de contos, muitos deles invulneráveis à ação do tempo, como *O adereço*, *Bola de unto*, *O bêbedo*, *Mademoiselle Perle*, *A beleza inútil*, *O campo de oliveiras*, de que dizia Balzac ser puro Esquilo e tantos e tantos mais, innumeravelmente. Alphonse Daudet, com a série luminosa dos *Contos da segunda-feira* e das *Cartas do meu moinho*, Villiers de L'Isle Adam, o Edgar Põe francês, com os seus terríveis *Contos cruéis*, de perene sentido universal, dos quais bastaria a *Tortura pela esperança*, para lhe dar um lugar de relevo inapagável; François Coppée, de arte tão direta e tão segura, nos *Contos em prosa* e nos *Contos rápidos*. Henri de Regnier, Frederic Boutet, Maurice Level, de tantas páginas inesquecíveis como os contos da *Porta do inferno* e dos *Pássaros malditos*; Jean Lorrain, do *Crime dos ricos*, tão cheio de sugestões de horror; o fino Michel Provins, de *Diálogos de amor* e *É assim que elas nos pegam*. Georges d'Espérbés, rapsodo da galanteria herói-

ca da França; Tristan Bernard, Charles Foleú (cujo conto *Ao telefone*, fica na memória para toda a vida); Henri Duvernois, René Boylesve, André Lichtenberger, só êsses bastariam para impor a literatura de qualquer país, mormente quando se pode acrescentar a essa relação luminosa os nomes de Anatole France, Flaubert e Emile Zola, com êsses contos do mais alto quilate que são *O Cristo do oceano* e *O Pelotiqueiro de Nossa Senhora, Coração ingênuo e Nais Micoulin*.

Os contos de Rudyard Kipling e H. G. Wells figuram entre o que a Inglaterra tem produzido de melhor no gênero, no passado, a eles podendo-se juntar certos apólogos de Oscar Wilde, tocados de verdadeira genialidade e daquela exquisita beleza que lhe era específica aos escritos. Mas, nada mais fácil do que formar um grupo antológico com a produção de autores do porte de Aldous Huxley, H. E. Bates, Sheila K. Smith, Arnold Bennet, Walter de la Mare, Liam O'Flaherty, W. W. Jacobs, D. H. Lawrence, Malachi Whitaker, sem falar na casta série de contos de Somerset Maugham e Katherine Mansfield, as duas figuras mais importantes nesse setor, na atualidade. Composições como *Sorriso à Gioconda*, de Huxley, *O morto*, de Joyce, *O pequeno prussiano*, de Lawrence, vários contos de Somerset (o famoso *Chuva, Vermelho, A carta*), o *Prelúdio*, de Katherine Mansfield, devem mesmo figurar entre o que de mais alto tem produzido o conto nos últimos tempos. A importância desta última no desenvolvimento do conto moderno, requer mesmo uma referência especial, valendo bem para situá-la estas palavras de Ana M. Berry: "Não são contos, propriamente falando, os contos de Katherine Mansfield. Não contam uma sucessão de fatos, nem neles ocorre nada de particular: nenhum acontecimento trágico, nenhuma série de incidentes que indiquem um desenlace e mantenham em suspenso o interesse do leitor. Nem se pode chamar-lhes esboços, ainda que, na maioria, por sua brevidade e fragil contextura, bem poderiam sê-lo. No entanto, pouco têm que ver com o esboço, que, em síntese, é a nota leve e um tanto vaga que sugere muito mais do que diz. Tudo nos seus contos é claro e conciso, ao mesmo tempo que escrupuloso nos detalhes. Tão pouco entram na categoria de "character sketches", não obstante muitos deles o sejam de fato, pois se afastam da forma habitual dos perfis a traços largos. Não consegue nossa autora seus efeitos à força de contrastes obvios, antepondo as qualidades aos defeitos de um caráter, sublinhando aqui, indicando ou esfumando ali. Mediante os pequenos atos cotidianos, gestos familiares, fragmentos de conversações ou de monologos que despertam uma lembrança ou permitem reativar melancolias e sonhos, se exteriorizam os personagens de Katherine Mansfield. E se exteriorizam juntamente com a paisagem ou o ambiente que os rodeia, num estilo simples, alheio



a todo rebuscamento. Surgem vivos, reais e profundamente humanos os seres que pinta, em geral gente anônima, humilde e boa, quando não absurda e trivial.”

Na Espanha, o mais conhecido contador de histórias é Blasco Ibañez, de voga universal ha cêrca de vinte anos e injustamente esquecido depois de sua morte, quando a maior parte de sua obra literária é por demais apreciável, tais seus livros de contos *Luna Benamor*, *A condenada*, *O empréstimo da defunta* e especialmente os *Contos valencianos*, que contêm verdadeiros primores do gênero. Outros grandes contistas, a par de romancistas de vulto, são Armando Palacio Valdés, Pio Baroja, Pedro Mata, Alberto Insua, Gregorio Martinez Sierra, Pardo Bazan, Concha Espina, Eduardo Zamacois tem alguns contos, como *Rick*, *O colar*, *A queda*, em nada inferiores aos mais belos de Maupassant. Ao lado desses, vamos incluir Victor Catalá, uma impressionante figura das letras catalãs, cujos *Dramas rurais* e *A baleia* encerram algumas das mais vigorosas páginas do regionalismo europeu, penetradas dum sentido de tragédia, poderoso e absorvente.

As figuras culminantes da literatura americana do conto no passado são Mark Twain, endiabrado ironista do *Roubo do elefante branco* e do *Diário de Adão e Eva*, Bret Hart, com as suas histórias tumultuarias do Far West, e Edgar Allan Poe, com as suas extraordinárias *Histórias de imaginação*, que só tiveram até hoje um tradutor digno noutro nevrosado de genio como êle, o Baudelaire das *Histoires extraordinaires*, a quem se deve ainda um excelente estudo do poeta genial: “No seio dessa literatura onde o ar é rarefeito, pôde o espírito experimentar essa angustia vaga, esse medo vizinho das lágrimas e esse mal estar do coração que povoam os lugares imensos e singulares. Mas, a admiração é mais forte e, demais, a arte é tão grande! Os cenários e acessórios são apropriados aos sentimentos dos personagens. Solidão da natureza ou agitação das cidades, tudo ali está descrito nervosamente e fantásticamente. Como nosso Eugênio Delacroix, que elevou sua arte à altura da grande poesia, Edgar Poe gosta de agitar suas figuras sobre fundos violáceos e esverdeados em que se revelam a fosforescência da podridão e o cheiro da tempestade. A natureza que se chama inanimada participa da natureza dos seres vivos e, com eles, estremece com um fremito sobrenatural e galvânico. O espaço é aprofundado pelo ópio; o ópio dá-lhe um sentido mágico a todas as tintas, e faz vibrar todos os ruídos com uma sonoridade mais significativa.” Hoje, os contistas dos E.U. responsáveis em grande parte pela avalanche de *magazine short stories* que inundou o mersal de ponta a ponta, contam-se às centenas. “Durante o período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, o conto americano amadureceu — escreve Philipp Van Do-



ren Stern, apresentando uma antologia de autores americanos modernos. Muitos contos admiráveis foram escritos neste país, antes desse tempo, mas os escritores do decênio 1920-1930 trouxeram para o conto o sentido da complexidade da vida moderna; enriqueceram-no com uma compreensão melhor da psicologia e o dotaram dum senso de valores sociais, colocando no seu trabalho uma ardente crença nos direitos do homem comum." Nomes de primeira plana, dessa hoste, são os de Ernest Hemingway, John Steinbeck, William Saroyan, William Faulkner, Conrad Aiken, Sherwood Anderson e inúmeros outros.

Matilde Serao, Enrico Corradino, Roberto Bracco, são nomes bem conhecidos do romance e do teatro italianos do começo do século, autores também de alguns contos magníficos. Ao lado desses, temos de destacar a produção de primeira classe que nos deixaram Dannunzio e Pirandello, como *O herói*, *S. Pantaleão*, *A cunhada*, o notável *Episcopo & Cia.*, do primeiro, *A luz da outra casa*, *A rosa*, *Um cavalo na lua*, *Um retrato*, *A mão do pobre*, do último.

A literatura escandinava tem uma interprete genial dos sentimentos e das tradições nordicas na grande evocadora da *Saga de Gosta Berling* e da *Viagem maravilhosa de Nils Holgerson*, Selma Lagerlof, que nos põe diante dos olhos e do coração, com a maravilha do seu poder emotivo de recordar, todos os usos, costumes, anseios e sonhos do seu povo, aquele claro e colorido paraíso da Dalecarlia que tanto vivia na sua alma e de que andam cheios os seus livros de tão transparente beleza de forma e de fundo. Páginas também de grande vigor descritivo e de emoções são os contos de Johan Boyer, da coleção *Pássaros brancos*.

Em Portugal, teve o conto bons, ótimos cultores, a começar por Eça de Queiroz, que os fez admiráveis: *O defunto*, *Perfeição*, *O tesouro*. Fialho d'Almeida tem estes livros de contos excelentes: *A cidade do vício*, *O país das uvas*, *Contos* e *Aves migradoras*, nos quais encontramos algumas de suas melhores páginas, duma essência por certo mais duradoura do que a dos seus panfletos. *Os novinhos*, *A princezinha das rosas*, *A mãe*, *Madona do Campo Santo* trabalhou-os numa língua tão plástica e duma tal bravura de estilo, como não há outras que lhes sejam superiores na literatura peninsular. Trindade Coelho foi um belo contista lusitano, o comovido memorialista d'*Os meus amôres*, cujas páginas lembram, aqui e ali, a maneira ingênua e ao mesmo tempo maliciosa, que era um dos encantos de Daudet. Abel Botelho tem uma série de páginas vigorosas em *Mulheres da Beira*. O mais numeroso contista dos últimos tempos é porém Julio Dantas, cuja obra prima está nos contos históricos de *Pátria portuguesa*. *Os pobres*, de Raul Brandão, valem por uma série de águasfortes de Goya. O mundo de dôres e de sonhos mortos que se estertora e uiva nos períodos do *Enxurro*

e do *Natal dos pobres*, dêsse autor, é um mundo larvar de sobre-humana miséria e sofrimento, povoado de espantos vindos da tragédia grêga. “A dôr é o seu deleite — como bem disse Guerra Junqueiro. — Busca-a, desejo febril — por hospitais, por cadeias, por antros, por alcoices. Fareja-a de noite nos bairros leprosos, cloacas de humanidade, vazadoiro de almas, onde crimes, virtudes, vícios, angustias, raivas, desesperos, fermentam promiscuamente, aglomerados e abandonados, como esterqueiras, como entulho. Pesquisa dédalos caliginosos, cafurnas sem fundo, abismos hiantes, boqueirões de sombra. Explora desvãos, trapeiras, minas, cóvas, esconderijos. Louco de piedade, engolfa-se nas trevas mudas e soturnas, que gotejam sangue, nas roucas escuridões tumultuosas, pávidas de gemidos, cortadas de clamôres, anavalhadas de blasfêmias.”

*A morte do lidador*, *O alcaide de Santarém* e *A abobada*, de Alexandre Herculano, *D. Gil Cabral*, de Antonio Sardinha, *O esgalhado*, página da guerra de 14, de Jayme Cortesão, grande parte de *Pátria portuguesa*, de Júlio Dantas, são da melhor marca do conto histórico português.

As letras alemãs são muito escassas no que diz respeito ao conto. Gênero breve, por excelência, requerendo presteza de exposição, poder de síntese e concentração de fôrça dramática, explica-se talvez por isso que não seja das preferências especiais dos escritores germânicos. Conhece-se, por muito reproduzido, um conto ou outro de Hermann Sudermann e Paul Heyse, por exemplo, *Confissão de ano bom* e *L'Arrabiata*, péças de resistência de qualquer antologia do gênero universal. Os contos de Hoffmann valem, porém, por uma exceção luminosa.

A Austria, embóra não sendo também um país de contistas, tem assim mesmo grandes figuras, como Arthur Schnitzler, mais conhecido aliás como dramaturgo, mas autôr de três livros de contos, *Morrer*, *O chamado das trevas* e *Ronda da noite*, alguns deles verdadeiramente magistraes, como *Os mortos ficam calados* e *O tenente Gustel*. Stefan Zweig tem igualmente páginas de grande valor, como as “nouvelletes” ao modo de *Carta a uma desconhecida*, *Viela ao luar*, *A coleção invisível*. O conde Paul Thun-Hohstein é autor dessa pura maravilha de emoção e de graça que é *O romance de Balzac*; e há ainda mais Hermann Bhaer, Vincenz Chiavacci, Felix Braun.

Poetas, romancistas e dramaturgos cultivaram também, notavelmente, o conto na Hungria. Akos e Ferenc Molnar, Lajos Biro, que um de seus críticos chamou o Maupassant húngaro, Hihály Babits, Lajos Kassak, de grande influência na geração nova do país, Dezso Szomory, são alguns nomes a destacar.

Os irmãos Kapek, Josef e Karel, são do primeiro *team* das letras tchecas. O segundo, principalmente, tem grande voga na In-

glaterra e na América do Norte, pelos seus dramas *A mãe*, *Robot*, *A peste branca* e pela série de cartas deliciosas que escreveu sobre a Holanda, a Escandinávia e a Inglaterra. Ambos cultivaram também o conto, sózinhos ou em conjunto, sendo mais conhecidos os de Karel, publicados sob o título de *O pote de cactos*. *O Vampiro*, de Ian Neruda é página antológica de larga divulgação.

Com aquela profundidade de observação humana, aquele doloroso sentido de humanidade e de renúncia de que Dostoiewsky foi o exemplo mais alto, aquela arte de tornar imensos e tremendamente simbólicos os atos mais simples da vida de toda hora, os contistas russos do fim do século passado e do começo deste ocupam lugar de cimo entre os seus contemporâneos. Muitas de suas páginas, sejam de Tchekov, sejam de Andreiev ou de Kuprin, são tão grandemente impregnadas daquele sentido de força emotiva e daquela capacidade de violentar o *ego* mais recôndito, que a nossa maior surpresa diante de certas páginas não é tanto pelo que nos contam, como pelo que sentimos por trás dos próprios autores. A projeção do homem sobrepõe-se, muita vez à emoção estética, sugerindo a idéia de que por trás de certos trechos houvesse um demônio oculto e zombeteiro, amesquinhando a diafaneidade do pensamento artístico ou a elevá-lo, em asas de arcanjo, a culminâncias de supremas claridades. Ora, é o denso nevoeiro de subentendos e de cinzentas sugestões de difuso simbolismo a nos confranger em o coração, óra a maravilha de doçura e de dolorosa limpidez daquele conto de Feodor Sologub, *O arco*, em que nos dá a história do velho operário que encontrou a felicidade nos últimos dias de sua vida miserável, brincando no bosque, escondido de todos, com um arco de barril, como vira fazer a uma criança, coroada de sol, na primeira manhã de primavera.

A propósito de Andreiev disse um crítico: "Suas obras têm um caráter triste, quase desolador. Dir-se-ia que o autor não possui cores vivas; prefere o negro, as trevas da noite, a obscuridade dos recintos augustos e das espeluncas. Seus personagens favoritos são quasi todos homens de alma destroçada, coração aflito e mentalidade pouco normal. Gosta de pintar criminosos, fanáticos, homens atormentados por uma idéia fixa qualquer. Nisto, igualmente, é ele muito nacional: a vida russa é demasiado triste e não se presta em nada à pintura de quadros joviais."

Conceito idêntico merecem na sua quasi totalidade os escritores russos daquela época: Kuprin, Maximo Gorki, o precursor do conto clássico, que foi Turguenef, Ivan Bunin, Garshin, Tchekov. Deste, diz outro crítico que suas páginas "apresentam um longo cortejo de criaturas sucumbidas ao peso da estupidez e da desolação da existência. Daí a nota triste, melancólica, que domina em suas obras; a Rússia de seu tempo não se prestava ao regosijo."

Ele próprio, numa de suas novelas, diz: "A vida de nossas classes superiores é cinzenta e como envolta em crepúsculos; a do povo, dos operários e camponios, é uma noite negra, formada de ignorância, de pobreza e de toda sorte de preconceitos."

O panorama da literatura soviética está sendo agora revelado ao mundo ocidental. Alguns nomes, como os de Arcadio Avchenko e Ilia Erenburg, são hoje clássicos.

Em ângulo diametralmente oposto àquele, toda sol e claridade, a província do conto sul americano oferece já um vivo e movimentado panorama, capaz de proporcionar ensejo para sugestivas considerações. Mas, esta é outra história, como dizia Kipling.

## LINGUAGEM FAMILIAR

AYRES DA MATTA MACHADO.

Família é o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, submetidas a um superior comum e unidas por liames de parentesco. Da simples definição, olhada sob o aspecto sociológico, ressalta a importância primordial da sociedade doméstica. Primordial, porque, segundo mostra Sombart, entre as funções universais da família figura a missão de formar a personalidade espiritual na geração do adolescente. Nada mais natural, pois, que se revista de básica importância a modalidade de linguagem do grupo biológico.

Consoante a divisão bem conhecida, a família, sociedade completa, compõe-se de tres outras sociedades: a sociedade "conjugal", a sociedade "filial" ou "paternal", e a sociedade "heril", formada pelo patrão e pelos servidores. O comportamento linguístico de cada uma dessas modalidades coexistentes ocasiona a formação de línguas especiais, nítidas subdivisões da expressão familiar. O difícil entendimento entre pais e filhos, póde decorrer de um desajuste expressional. Já vi um pai zangado com o filho porque esse, no mais grave e aceso da repreensão, desatou a rir, intempestivamente. Achara graça na frase do pai: "Então pensa que é senhor de seus narizes?" Na frase, como é sabido, ha um vestígio do arcaísmo "narizes" por "narinas", mas a experiência da criança em apuros só lhe mostrava um nariz. Para o pai zangado, a construção tinha valor meramente intelectual, ao passo que o espírito concreto do menino enxergou-lhe alcance afetivo. A fúria paterna atingiu o paroxismo, quando o menino pôs-se a rir ainda mais gos-



tosamente, acusado de “meter a bulha”, o que lhe soava como “meter a agulha”, em manifesto humorismo, à vista da seriedade do momento. Seria curioso acompanhar, no caso, as vicissitudes das relações entre pai e filho, tão mal iniciadas.

Costumam os mais velhos tratar de assuntos particulares, em termos escolhidos a dedo, se não a meia voz. São coisas que crianças não podem saber. Semelhantes atitudes cavam diferenciações, até porque a sociedade filial não deixa de reagir. Haja vista a língua dos pp e outras convenções particulares que os meninos inventam, embrião de gírias dentro de casa. Curiosa é a forma de reagir de que agora me lembra um exemplo. Os meninos consumiam tudo, e a mãe zelosa perguntava sempre: “Que rumo levou a faca da cozinha? Que rumo levou o martelo? Que rumo levou a tesoura?...” E assim por diante, sempre com a mesma formula interrogativa, até que um dia se travou o seguinte dialogo:

— Que rumo levou o alicate?

— Rumo levou, mamãe. Na fantasia dos meninos, Rumo tornou-se um duende que furtava tudo, que escondia tudo.

Outro aspecto digno de estudo é a influencia da camada inferior da sociedade heril. Foi certamente considerável no tempo da escravidão. Tudo rematava, quando não principiava, na cozinha da casa-grande. Demais, o contáto da mãe preta com as crianças tinha de lhes influir nos hábitos idiomáticos, no momento psicológico das primeiras aquisições. A influencia dos fâmulos ainda hoje perdura, mas atenuada. A diferença estrutural da sociedade domestica até criou situações novas. A empregada, que aspira a melhorar, imita a patrôa, nas atitudes como na linguagem, o que não pensaria em fazer a escrava, consciente de estar sempre amarrada à condição servil.

Tem cada familia os seus particularismos. Quanto mais zelosas de suas tradições mais timbram em resguardar o santuário do lar, imune de influências estranhas. Daí a formação de linguagens especiais para cada familia. O iniciado ha de afazer-se a ela, se deseja integrar-se no meio. A indispensável iniciação nas singularidades linguísticas e costumárias chama-

se “introduzir no chuão” em certa família que não me é estranha. Refiro a particularidade justamente pela certeza de que coisa semelhante se dá em outras famílias.

Como de regra, as peculiaridades dessas línguas especiais transparecem no vocabulário. Inventam-se palavras, deturpando vocábulos da língua comum, ou então se lhes atribui sentido novo, alusivo a fatos íntimos da vida caseira. Para indicar eufemisticamente certa situação aborrecida, em lugar da onomatopéia comum, já vi empregar “perreque”, alteração de “perrengue”. Desde o dia em que certo amigo se admirou de que eu trabalhasse, ouvindo o dia inteiro a serrazinha de uma lenharia, “serraria”, em casa, passou a designar-se com o nome desse amigo. Veja-se o seguinte trecho do saboroso livro “Minha vida de menina”, de Helena Morley, pg. 102:

“Por falar em babado, lembrei-me de uma coisa muito engraçada de vovó. Quando ela vê a sala cheia de mulheres esperando o jantar pergunta a Dindinha, na vista delas: “Chiquinha, minha filha, como você vai se arranjar com tanto franzido no babado?” Dindinha responde: “Já desfranzi, minha mãe”. Vovó então pôde ficar descansada, porque isto quer dizer que a Dindinha mandou pôr mais água e couve no feijão”.

A linguagem familiar, própria de grupo tão importante, é una e vária, da mesma forma que a língua comum. Assim, por sobre semelhantes distinções e particularidades, estende-se a língua familiar, com seus caracteres específicos. Tão grande é a sua importância que Bally a considera a mais autêntica manifestação da língua falada.

“A constituição da língua falada”, escreve, “é determinada pelos caracteres fundamentais da *mentalidade média*, e pelas necessidades decorrentes das exigências da *vida real*, da *comunicação do pensamento* e das *relações sociais* entre os indivíduos falantes. Sua expressão é essencialmente

*subjéitiva, concreta e afetiva*; seus caractéres são ora ampliados, ora limitados pela representação dos outros indivíduos. A língua falada faz uso de uma *linguagem figurada*, especial e recorre copiosamente aos *meios indirétos afetivos*. A pressão individual tende a *exagerar* a expressão e considerações sociais tendem a *atenuá-la*. (Traité de stylistique française, I, 284). Trata-se de indicar, ainda que rapidamente, os caractéres fundamentais da língua falada e os processos pelos quais éles se refletem na linguagem. Para isso, o ponto de referência é a língua comum, expressão neutra e impessoal, a fim de fazer ressaltar, em todo o seu poder evocativo, os rasgos particulares da língua familiar.

A existencia da mentalidade média é um dos fatores determinantes das características fundamentais da língua falada, que aqui tomamos como sinônimo de língua familiar. Esse fator é, antes de mais, de natureza negativa. A expressão familiar é pobre, na sua espontaneidade. Não responde a esforço de escól intelectual. Visa a comunicação clara, eficaz e imediata. “A língua falada não é a de uma aristocracia, mas a da massa”, adverte Bailly, que continúa: “Reflete o estado de espirito da maioria e não de mentalidades de exceção”. (Op. cit., 285).

A língua falada é eminentemente utilitária. Inspira-se na imperiosa necessidade de expressão cabal, de acôrdo com as exigências da vida cotidiana, de tal sorte que a elaboração do pensamento e a sua expressão se operam ás vezes simultaneamente. Considerem-se ainda as condições sociais impostas pelas relações sociais entre indivíduos, para ficar bem acentuado que ésses fatores gerais atuam concomitantemente, não raro em sentido inverso, o que contribúe para a riqueza sutil da expressão, olhada do ângulo psicológico.

Na vida familiar raramente é preciso exprimir juízos frios e abstratos. Necessidades, desejos, aspirações são os motivos que levam a falar. Em caso de necessidade, qualquer pessoa capricha na linguagem, rebuscando termos e torneios. Em família, porém, a expressão é objetiva, impregnada de afetividade e singela como o traje caseiro.

O subjetivismo do pensamento espontâneo imprime à língua familiar caráter concreto. O homem comum, na vida cotidiana, foge da abstração, esquiva-se à expressão de pensamentos não relacionados com objetos visíveis e tangíveis, já porque tal é o processo convinável à elaboração rápida do pensamento, já porque a consciência de se achar nas mesmas condições o seu interlocutor impõe semelhante política expressional, conducente a comunicação isenta de embaraços.

A língua familiar é afetiva e não intelectual. O que se relaciona com a vida real nunca é inteiramente objetivo e intelectual. Mas o pensamento subjetivo ligado à expressão espontânea há de ser colorido de afetividade, para não se transformar em reflexão, por natureza estranha à vida familiar. O indivíduo isolado expressar-se-á ora de maneira mais intelectual, ora de maneira mais afetiva, conforme as circunstâncias. Mas, na comunhão social experimenta instintivamente a necessidade de se nivelar à mediana, e a expressão afetiva lhe aparece como o meio adequado à exteriorização viva e cabal do pensamento. Isso mostra justamente que a linguagem familiar não é um somatório de línguas individuais, e antes se apresenta como um estado de língua, sincronicamente considerado.

É óbvio que, não se reduzindo a linguagem ao soliloquio, cumpre contar com as repercussões no interlocutor. Essas repercussões são deveras complexas, ainda que cifremos as nossas considerações ao esquema binário do circuito da fala, dois indivíduos em conversação. Desde logo, impõe-se a necessidade de compreender. Mas não se trata da compreensão positiva, de uma demonstração friamente intelectual, embora nas trocas mais corriqueiras essa compreensão positiva haja de constituir elemento inicial. O ponto é que se registra um verdadeiro esforço de penetração de um eu no mistério de outro eu. O mais singelo colóquio reveste caráter agônico. Há uma luta para compreensão recíproca, cuja dor se amortece à força de repetida. Mas é sempre de mistério transpor os obstáculos, porque, além das condições difíceis dos dois mistérios que se defrontam, o indivíduo falante tende sempre a



aplicar ao interlocutor os dados da mentalidade média, donde resultam situações incômodas, decorrentes de diferença de nível social dos atores do diálogo, as quais agravam a natural diversidade psicológica que extrema os indivíduos. Demais, pertencendo o interlocutor a um nível social diferente, já não tem cabimento a necessária primazia do indivíduo falante, cuja expressão, mais ou menos reservada, sofre o constrangimento da situação. Predominância da pessoa que fala ou predominância da pessoa que lhe é estranha, tais os dois pólos em que oscila a expressão falada. Nesse movimento pendular ao cabo se resumem os fatores e tendências determinantes da linguagem, objeto de análise, que só artificialmente o separa do harmonioso todo em que operam.

Insistamos em que a língua familiar foge da abstração, processo inadequado á compreensão psicológica. Para a apresentação das idéias procura o contáto da realidade, lança mão de metáforas, comparações, imagens. Mas cumpre salientar a diferença de semelhantes recursos, quando usados na literatura, na qual assumem caráter consciente e refletido, por assim dizer composto, ainda na inspiração pura. "Ora", observa o criador da estilística francesa, "a mentalidade média não compõe mais em matéria de linguagem: que em matéria de literatura; assim como não se pôde citar a mais simples canção popular que seja autênticamente saída do povo, não há uma só metáfora consciente, refletida, pormenorizada que se possa atribuir à língua de todos: reciprocamente, quando tais imagens caem no domínio comum, perdem o caráter primitivo, as mais das vezes se encolhendo, abreviando-se e tendem a conformar-se com as imagens ordinárias da fala. Essas são curtas, condensadas, frisantes; são tomadas ao mundo sensível mais próximo do indivíduo falante; repousam sobre informações sumárias, frequentemente inexatas; afetam o sentimento tanto quanto a imaginação, se não mais, são imagens de tipo afetivo". (Op. cit., 291 e seg.).

Vejamos alguns exemplos. Pelo menos no estado atual da língua, ocorre na linguagem familiar, menos hoje que antigamente, a metáfora "pão de sabão", análoga a "pão de



açúcar”, consagrada na toponímia brasileira. “Mamãe chama Emídio da Chácara e põe na cabeça dele a bacia da roupa e um *pão de sabão*.” (Helena Morley, op. cit., 9). Veja-se o sabor familiar dessa comparação: “Eu penso que a vida é como um punhado de fubá que se põe na palma da mão; quando se assopra vai embora e não fica nada.” (Idem, idem, 131). “Fazer papel” vale o mesmo que fingir. O sentido do conglomerado verbal procede da linguagem do teatro, o que rima com a tendência geral, pois são comuns as representações do palco entre as nossas crianças. Curioso é que o aumentativo “papelão”, não como sinônimo do outro aumentativo apenas formal, e pronunciado com entonação particular em frase exclamativa, equivale a fazer bonito, justamente o oposto da acepção argentina de “papelón”, tomado ao português “papelão” e que significa um “papel triste”. (V. América Castro, “La Peculiaridad Linguística Rioplatense”, 153). Note-se de passagem que a antinomia passou despercebida ao filólogo espanhol. Vê-se no citado livro de Helena Morley, 30, um caso de metáfora, próprio de espírito mercantil ou positivo, o qual talvez por esse caráter exclusivista se conservou individual sem entrar na circulação da linguagem familiar, propriamente dita: “Meu pai procurando aconselha-lo a beber menos, porque fazia mal, êle disse: “Qual! Alexandre; eu bebo desde rapaz e estou com oitenta e dois anos; outros que só bebem capilé, estão indo antes de mim.” Meu pai disse que lá isso é verdade e lembrou-se que o cunhado dele, muito mais moço, já morreu o ano passado. Tio Henrique respondeu: “Não. Êsse não é exemplo. Êle tinha setenta anos; foi pelo seu justo preço”.

Sem dúvida, a mais saliente particularidade da língua familiar é o seu caráter afetivo. Para manifestá-lo serve-se de meios indiretos de expressão, com a entonação e os processos de sintaxe afetiva. É verdade que raramente aparece na linguagem falada frase que não apresente caráter afetivo. Por isso, para apreciarmos êsse matiz cumpre surpreender a língua em pleno funcionamento. Ao invés de aspirarem ao impossível retrato fiel da conversação, os ficcionistas deviam

estilizar os diálogos, tendo em vista antes a situação capaz de sugerir a formal autenticidade dos modismos, fadados a morrer na frieza abstrata do papel. Mas, fuja-mos à tentadora digressão e mostremos a diferença entre o intelectual e o afetivo na linguagem. “O triangulo tem tres lados” é o tipo da expressão intelectual. No entanto a simples frase “Júlia chorou” já começa a vibrar de afetividade. Vibrará pouco se eu disser friamente “Júlia chorou”. Apresenta ainda certa particularidade, que a entonação acentua, a afirmação redigida com recurso á sintaxe afetiva, o que ressalta da expressão “só faltou”, enfaticamente afirmativa, apesar de remotamente negativa, e do adjetivo “coitada”, de sabido valor emotivo: “Júlia só faltou chorar, coitada!” (Helena Morley, op. cit., 56). “Tomou? Bem feito!” Quem não conhece essa frase familiar, expressão de júbilo pela desgraça alheia? Helena Morley refere-se ás suas tias: “Elas danam de ver vovó só gostar de mim” (pg.90). Não estou trazendo êsses exemplos em razão da comicidade, que só aparece por não situarmos a conversa no meio linguístico que lhe é próprio. Frisar aspectos afetivos é o meu propósito. No exemplo seguinte, o traço de afetividade tendo na entonação o mais vivo suporte, também ressaí do tom repreensivo das interrogações e do ar entre o indiferente e explicativo da exclamação final. Vejamos: “Vovó lhe disse: “Até a sua alma você quer perder, não é? Malvada! Querer tirar a vida do marido que Deus lhe deu para companheiro!” Depois lhe perguntou: “Porque é que você quis matar o pobre coitado que não lhe fez mal nenhum?” Ela respondeu: “Não senhora! Êle mesmo é que é de raça de gente que morre! Eu só apertei o pescoço dêle e pus a língua de fóra para não me responder; não quis matar êle, não senhora” (ob. cit., 47).

A linguagem familiar é rica em exclamações e interrogações, meios tão próprios para a expressão dos sentimentos. Mas o caráter afetivo também se manifesta pelos variados efeitos que se pódem tirar da colocação, em nossa língua. Aqui temos uma boa documentação tanto dessas antecipações sintáticas como dos processos interrogativos e exclamativos,

sem contar a comparação, a que se aludiu atrás. “Renato parou com o alçapão e disse: “Sabem o que eu já estive pensando? Não há êsse negócio de céu nem de inferno nada; isso tudo é conversa de padre. Eu penso que a vida é como um punhado de fubá que se põe na palma da mão; quando se assopra vai embora e não fica nada. Nós também depois de mortos a terra come; não tem nenhuma alma”. Mamãe ficou horrorizada e perguntou-lhe: “A quem você saiu com estas idéias? Estou pasma do que você disse! Como um menino de sua idade pôde ter essas idéias tão hereges! Valha-me Deus, que castigo! Que fiz eu para ter um filho assim? Virgem Maria! Agora vou viver só por sua conta, meu filho”. (Ob. cit., pg. 131). Muito há que notar nesse trecho. Mediante a interrogação inicial o menino metediço chama a atenção dos interlocutores. Faz depois a herética afirmação, não friamente, em linguagem discursiva e banal, mas usando de meios de expressão apropriadas, espelho do tom afetivo. Ao cabo, parece que descansa do esforço de quase abstração na audaciosa comparação acêrca da vida. Em seguida a antecipação do objeto dirêto impõe ao pronome a fôrma réta que melhor assenta á posição no rosto do período. Em remate o desespero materno deflagra na veemencia das exclamações desordenadas.

Registram-se exclamações típicas, de caráter individual, mas que pelo menos estruturalmente pertencem à linguagem familiar, pois, embora nem sempre se generalizem literalmente, sugerem modismos semelhantes. A avó da heroína do livro que nos tem fornecido os textos tinha uma dessas, cujo valor às vezes realçava através da repetição: “Forte coisa! Forte coisa!” Nunca me esquece, pelo tom como pela contrução, o dito com que minha avó costumava descartar-se de encargos inúteis ou de situações aborrecidas: “mi fróxa!”.

As vezes a desarticulação sintática atinge o arranjo das orações no período: “Não estou acreditando nessa história de ladrão virar cupim, tôco e outras coisas; mas que êle nos tem assustado muito, tem”. Outra amostra: “Se há uma casa onde eu não gosto de dormir é na da tia Aurélia”. Nesse in-

interessante caso, aliás muito comum, a oração principal psicologicamente é a primeira mediante a qual se faz curiosa afirmação enfática com a expressão de sentido hipotético, isto é, de forma visivelmente indireta. “Não gosto de dormir na casa de tia Aurélia”, seria a frase em plena trivialidade, principalmente se não fôr sublinhada pela entonação.

O valor estilístico ressalta às vezes de modismos pitorescos, por assim dizer gráficos, como neste passo: “O velho vai entrando, escorrega e cai estatelado no chão de fio comprido, com aquele corpão dêle” (ob. cit., pg. 61). Outras vezes, porém, reflete-se em construções da língua comum, usadas de modo especial: “Mamãe é uma que daria a vida para nós sermos como os filhos de tia Aurélia, que só vivem estudando”. Também um simples vocabulo pode vir carregado de afetividade. Tal o caso do pronome pessoal, em virtude de sua propria natureza. Nas repreensões o pai dá senhoria ao filho: “Eu já disse, seu fulano, que não fizesse isso e o senhor não me atende”. Confére a ocorrência com a nota que apôs Capistrano de Abreu a um artigo de Afonso Taunay, da qual se vê que, segundo Manuel da Fonseca, na vida do Padre Belchior de Pontes, os paulistas tratavam os servos de “vós”, por desprezo (“Algumas Cartas de Capistrano de Abreu”, art. in “Jornal do Comércio”, de 9.5.943). Já em Minas, ainda hoje, o matiz contemptivo é proprio de “tú”. Até se diz que “tú é cachorro”. Os mineiros, pelo geral, não se tuteiam. O tratamento de segunda pessoa surge em brigas, nas imprecações injuriosas: “Tu me paga”. A primazia do sujeito chega ao cúmulo, dispensando a caracterização de pessoa, mediante o “s” desinencial que, aliás, já tende a cair, por motivos fonéticos.

Em face da pessoa que fala, o interlocutor ora representa o objetivo que o pensamento pessoal deve atingir e corporifica os obstáculos a expressão desse pensamento, ora é concebido em si mesmo, caso em que influi diretamente no caráter social da expressão. Na primeira hipótese cumpre lembrar os meios de expressão para sublinhar a idéia, com o fito de preparar o ambiente, enquanto a segunda hipótese de-



para o quadro particular aos diversos expedientes de exagêro ou atenuação expressional, conforme as circunstâncias. Tal é a inportancia do interlocutor no caso de desnível entre os participantes do diálogo, que a sua influência póde ser decisiva na configuração da linguagem do próprio indivíduo falante, que preparou o meio idiomático propício, ainda que timidamente. Eis aqui elucidativa amostra documental: “Hoje Benvinda veio com a irmã participar a mamãe e meu pai o casamento dela com um rapaz do Sêrro que foi soldado e deu baixa porque teve de cortar a perna. Nós achamos graça no jeito dela contar a história do noivo sem perna. “Dona Carolina, eu venho participar á senhora e seu Alexandre que vou me casar”.

“Estimo muito. É bom rapaz? Você o conhece bem?”

“Bom êle é, mas muito, muito conhecimento eu não tenho, porque êle veio do Sêrro, não é daqui”.

“Qual é o ofício dêle?”

“Eu mesma não sei. Só sei que êle era soldado e deu baixa”.

“Baixa por que?”

“Porque tomou um defeito”.

Mamãe perguntou onde era o defeito.

“No pé, isto é, não mesmo no pé, é na perna”.

“Fala de uma vez, Benvinda!”.

“O moço não tem perna”.

“Coitado! então êle não anda?”.

“Anda sim senhora, anda de muleta”.

“Mas você não sabe ainda o que êle vai fazer sem perna para vocês viverem?”.

“Não pensei ainda não, mas viver a gente véve de qualquer jeito. Deus é que ajuda”.

Impressiona a dificuldade em desembuchar que até impacientou a companheira. Há uma interdição linguística, imperiosa nas classes populares, que evitam falar dirétamente de aleijões e defeitos. A língua até dispõe de fórmula pre-munitória: “Lá nêle”. Compreende-se que, no caso, o sujeito falante tinha de atenuar a expressão o mais possível,



até por motivos de ordem particular, de visível alcance psicológico. A tal ponto se sentiu o sujeito falante acuado pela pressão dos dois interlocutores, que o jeito foi refugiar-se no fatalismo e até apelar para o nome de Deus.

Êsses tabús linguísticos são comuns na linguagem familiar. Dêles decorre o recurso ao meio indireto no eufemismo. Dizer que alguém morreu é duro. A língua serve-se de metáforas eufemísticas, como “faleceu”, “foi descansar”, “passou desta para melhor”. “Meu estomago não abraça óvos quentes”, “Nossos anjos da guarda não combinam” suavizam a expressão da repugnância e da antipatia. Os mesmos eufemismos tendem a gastar-se, como acontece às expressões de polidez, cujo exagêro é espelho da hipocrisia social. Tanto a sinceridade se refugia em formulas menos comuns, coloridas de afetividade, pela propria estrutura fraseológica, como aquela, aliás batida em certos meios, de que usou Capistrano de Abreu em carta a Afonso Taunay, em lugar do cansado “bôas-festas”, “bôas saidas e melhores entradas”. (“Algumas Cartas de Capistrano de Abreu”, *Jornal do Comércio*, 16.5.1943). O eufemismo, processo de atenuação por excelência, assume às vezes caráter cômico, em frases do tipo de “esticou as canelas”, ou simplesmente “esticou”, com a peculiar abreviação, e ainda “deu com o rabo na cêrca” e numerosas outras. Observa Leite de Vasconcelos: “As pessoas supersticiosas procuram, de um lado, não proferir palavras de significação funesta ou agourenta, ou referidas a entidades malfazejas, com receio de que aquela se torne efetiva, e estas apareçam de repente, e do outro, não empregar em linguagem vulgar, nos usos cotidianos da vida, palavras solenes, que assim ficariam amesquinhas e desrespeitadas.” (“Opúsculo”, I, 380). A simples enumeração das frases evitadoras do vocábulo “diabo” e das fórmulas premunitórias correspondentes, dão matéria a um ensaio à parte. O “sujo”, o “tinhoso”, o “maligno”, logo ocorrem. De outra parte os franceses fizeram de “par Dieu”, “parbleu”. Lembra Leite de Vasconcelos deturpações fonéticas bem características, da especie de “matias” por “matuto”, “fazer-se lucas” por

“fazer-se louco”. O eufemismo evita palavras ofensivas, indecorosas ou julgadas inconvenientes. Claro que a exemplificação não pôde ser lá muito explícita. Contudo... “Hoje cedo ela veio dar o purgante e Luisinha “pôs” uma quantidade de caroços de goiaba que mamãe ficou pasma”. (Helena Morley, op. cit., 106). Se uma pessoa qualquer nos ofende, desabafamos mimoseando-a de canalha, sem-vergonha, mentirosa. Mas, se somos obrigados a uma certa consideração, contentamo-nos com o recurso indireto a eufemismos: “Fulano não andou bem, equivocou-se, faltou à verdade” e assim por diante. Aliás, a mesma eficácia das injúrias atenua-se com o tempo, é preciso reforçá-las, para o que até sugestões de atualidade costumam concorrer. Veja-se a série de imprecações do exorcismo com que Frei Lourenço Lampreia procurou expulsar o demônio do corpo do mestre Ouguet: “Cão tihoso, espírito das trévas, enganador, maldito, luxurioso, insipiente, ébrio, serpente, vibora, vil e refece demônio; enfim, castelhano” (Herculano, “Lendas e Narrativas”, I. 265). Numa série de acusações surpreendi êste remate: “Quinta coluna”. O tom é o mesmo do insulto máximo.

Os processos de atenuação não passam de exagerações a contrapêlo. Mas o exagêro de linguagem é a forma predileta na preparação do ambiente, na ação sôbre o interlocutor, cuja atenção é preciso chamar. Pululam exemplos: Já disse isso mil vezes, estou morrendo de cansado. Ela morre por morangos, a que Machado de Assis se refere. A exclamação e a entonação porfiam na oferta dos recursos mais emotivos, ilógicamente eficazes. Mas também a fraseologia entra com o seu concurso, além das comparações e das metáforas. “De manhã, às sete horas, só se toma uma chicara de água de saco, rala, que nada vale”. (Helena Morley, op. cit., 37). “Vovó ganhou uma lata de biscoitos Pérola, que são uma coisa do outro mundo de bons, e me deu inteirinha”. (Idem, idem, 59). “Dona Carolina, tome nota do que vou lhe dizer: pepino é tão venenoso que só a gente passar a barra da sáia no pepineiro faz mal”. (Idem, idem, 19).

Curioso é o processo a que se póde chamar gracejo. “São palavras e frases que de proposito se desfiguram e se transformam noutras de som análogo, mas diversas no sentido, e de caráter risível”. Leite de Vasconcelos, o primeiro em tratar do assunto (Opúsculos, I, 356), ministra bôa cópia de exemplos, alguns da linguagem familiar, outros de linguagens especiais, como “aula de Gregório”, por aula de grego, própria do meio escolar. Citemos: “Cura-cestas” por coração; “salva cestas” por salvação; “Conceicestas” por Conceição; vou-me em “botas”, por vou-me embóra; “vinte ciscos” por vinte e cinco; “pois cinco” por pois sim; “minhas manas” por minhas mãos. A uma senhora do Rio ouvi eu “de bananeiras que” por “de maneiras que”, fôrma essa última com o “s” paragórico já um tanto abusivo, fruto de hiper-urbanismo. Muitas vezes êsses gracejos se generalizam, influndo na pronúncia. Tal o caso de “esquésito”. Póde uma familia adotar deturpação fonética atribuindo-lhe intenção risível, que um belo dia se gasta, e põe em aperturas aquêle que a usa. Sirva de exemplo o dito sentencioso: “Amor se adquire”, o qual, á fôrça de repetido, póde um dia ser empregado despercebidamente em conversa comum, à vista de gente.

No capítulo da pronuncia, como no resto, o influxo do meio familiar faz-se sentir por toda a vida. A autoridade linguistica costuma corresponder à autoridade paterna. Por isso memo a influência do pater-famílias, certamente considerável, na organização social dos romanos, tende a enfraquecer-se, à medida que as atuáis condições da existência reduzem a familia a pais e filhos. Considerável é a influência maternal, pois a lingua se começa a adquirir nos joelhos da mãe. Língua materna é a mais expressiva designação do vernáculo. Os diminutivos alcançam na lingua familiar toda riqueza afetiva, não apenas no sentido comum de carinho, mas também na acepção filosófica do contrário de intellectual. Espelham a ternura maternal, indo ao ponto de afetar verbos e pronomes como “dormindinho”, “êlezinho”, e de constituir recurso de atenuação, em certas repreensões carinhosas: “Mas você é burrinho, meu filho”. A criança, com seu es-

pirito concreto, contribui, no gosto das onomatopéias, no emprego de reduplicações, mórmente na formação dos hipocorísticos, outra fôrma de linguagem infantil, como Zezé, Lulú, Juca, etc. E nem me refiro à influência da linguagem infantil na própria evolução fonética, estudada por graves autores. Só quero aludir à "coalescência". Leite de Vasconcelos que, nos "Opúsculos", I, 399, versa o curioso caso, cita, entre muitos outros exemplos, "zoreilles", por "les oreilles" do dialeto crioulo da Guiana Francesa. Igual coalescência do artigo temos em "zorelha", zolhos", na linguagem infantil, e ainda um "torréis", êste aliás pouco generalizado. Comum, pelo menos ao norte de Minas, é o "arrêde", modalidade dialetal que nasceu, suponho, da linguagem infantil. Feita a coalescência ou deglutição do artigo "a", ficou a palavra "arrede" que apresentando terminação indiferente, pôde receber o gênero masculino por analogia com outros vocábulos acabados de idêntica maneira. Em suma, é a linguagem familiar laboratório idiomático de surpreendente riqueza.

Examinemos as maneiras de chamar os progenitores. Na família de Helena Morley dizia-se "meu pai" e "mamãe". A dissimetria notada na ocorrência da reduplicação apenas em "mamãe", pôde expressar menor intimidade com o pai: "Os dias que êle passa em casa são tristes para nós e alegres para mamãe" (ob. cit., pg. 49). Outros casos que tenho observado confirmam a explicação acabada de aventar. Também os acostumados á infantil reduplicação, às vezes fôgem dela na idade adulta, mediante a escapatória de expressões como "o velho", "a velha". Mencionem-se ainda os modos simples "pai" e "mãe". Aliás, em triste sinal dos tempos, muitos evitam a sublime palavra "mãe", sem rima nem igual no idioma, substituindo-a artificialmente pelo deformado vocábulo "genitora", "coisa sinistra", ao ver do sensível escritor Tristão da Cunha ("Revista Brasileira" n. 2, pág. 170).

O livro que mais amiude nos serviu de texto, "Minha vida de menina", de Helena Morley (Livraria José Olímpio, 1942) é um ninho de expressões familiares e de outras pre-

ciosidades linguísticas. O tempo dessa menina é o fim do século passado e o lugar, Diamantina. Desde logo se verifica a pouca mudança da linguagem familiar. A mesma identidade e unidade transpareceria do cotejo que se póde fazer com a linguagem familiar de outros lugares do Brasil, pois a diferença vocabular não teria grande importância. O confronto revelaria, a par da unidade da língua familiar, certas constantes da nossa psicologia coletiva.

Em suma, a linguagem familiar tem existência própria, por sôbre as línguas especiais das diversas famílias e através do valor estilístico que ressalta de seu confronto com a linguagem comum, neutra e banal. Oferece vasto e encantador campo de estudo, até hoje ainda inexplorado. Não vale a pena lavrá-lo?



## A LINGUAGEM DE MACHADO DE ASSIS

A. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Com indisputável acêrto, Machado de Assis está consagrado como clássico, é apontado como purista, como manejador insigne de nosso idioma.

Era purista mas sem que a sua linguagem fosse arcaizada, sem que as suas páginas tresandassem a bolor.

Pessoas há que, deploravelmente confundem linguagem castiça com velharia e pespegam violentamente nos que escrevem, frases que, a trouxe-mouxe, arrancam de livros publicados há dois e mais séculos. Lançam mão de frases torcidas e retorcidas, embaralham, as palavras e, num requinte de inultrapassável máu gôsto, despejam no papel, períodos emaranhados, confusos, deselegantes.

Escrevem como já se não fala. Artificialismo. Falta de espontaneidade.

E elas impam de alegria, envaidecidas, na suposição de que poderão, por descuido, ser arroladas entre os clássicos.

A linguagem de Machado de Assis é modelar, espontânea. Não se sente nela, o escritor doentamente preocupado em opulentar o vocabulário, em imitar os quinhentistas.

O vocabulário é sóbrio. As palavras ajustam-se admiravelmente ao sentido.

É o artista que sabe embelezar o que produz, sem demasia de atávios, que escrupuliza em utilizar-se de recursos mais ou menos ridículos.

### MACHADO DE ASSIS E O ADVÉRBIO "MEIO"

#### INDECISÃO DO GRANDE ESCRITOR

Em meio dos nossos romancistas, a Machado de Assis cabe posição de realce, entre outras razões, pelo correção de linguagem (1).

---

(1) Dentro em breve, publicaremos mais um livrinho, "A Linguagem de

Purista sem ser arcaista, de frase no mais das vezes modelar, escritor castiço posto não fôra imitador servil de clássicos de três ou mais séculos, Machado de Assis escrevia com elegância e acêrto.

Foi tão pujante artista que pôde ser clássico com linguagem moderna, evidenciando que, para bem escrever, não é obrigatório redigir imitando servilmente Vieira e Bernardes ou outros ainda mais antiquados como Gil Vicente e Sá de Miranda.

É interessante observar-se a indecisão de Machado de Assis, no tocante ao emprêgo do advérbio *meio* ou *melhormente* (2) como êle ora o usava invariavelmente, ora o flexionava. Por vezes, no mesmo livro do autor de D. Casmurro, defrontamo-nos com o advérbio "*meio*" invariável aqui e flexionado mais adiante.

De acôrdo com os preceitos gramaticais e com o ensinamento de grandes Mestres, o advérbio "*meio*" não deve flexionar-se. Em nosso livro "Atentados á Gramática", discorremos largo (3), acêrca do emprêgo de "*meio*".

Machado de Assis", no qual estudamos, sob vários aspectos, a linguagem do autor de "Quincas Borba", assim, como já o fizemos com o de Ruy Barbosa, através das páginas de "Contradições de Ruy".

(2) MELHORMENTE é vocábulo castiço, não há porque repeli-lo. Assaz de vezes, empregou-o Camilo, entre outros, nos seguintes lanços:

"Não andaria *melhormente* avisado o naufrago que, escapado do mar alto..." (O Romance de um Homem Rico — 2.<sup>a</sup> edição, pág. 30 (1863; 3.<sup>a</sup> edição, pág. 51).

"... que incitavam o apetite e pervertem as condições *melhormente* morigeradas..." ("A Queda de um anjo", 2.<sup>a</sup> edição, pág. 72, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 64).

"... para se dar por *melhormente* galardoando acompanhando o Marquez..." ("Moisacos", 11.<sup>a</sup> edição, pág. 116).

"... onde procedia como estudioso exemplar de acadêmicos *melhormente* morigerados." ("O Retrato de Ricardina", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 98).

"Depois que êle saiu *melhormente* aforado do albi-bebe..." (Ibidem, página 217).

"Quantas, a justiça humana, ainda *melhormente* intencionada..." ("A Imortalidade", pág. 75).

"... e retrocederia com os distarces *melhormente* escolhidos para Lisboa..." ("A Filha do Regicida", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 143).

"... os teus ossos *melhormente* vestidos, não irão perfurando a encontrões a carne..." ("O Sangue", 1.<sup>a</sup> ed., pág. 10).

"... crê-los-heis de *melhormente* se já vistes repelidas..." (Ibidem, página 252).

"... conforme o plano Madri, para, em conjuntura *melhormente* proporcionada. (O Regicida, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 184). "... a seteira baixa que abrira para o lado da Fancaria era a *melhormente* usada... (Ibidem, pág. 201).

"... esperar a ressurreição de sua alma para amares *melhormente* prosperados". ("A Doida do Candal", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 19).

"Uma das filhas de Santa Clara, *melhormente* conhecedora dos mais grandes oficiais..." (Ibidem, pág. 160).

(3) Acêrca da apócope nos advérbios terminados em *mente*, escrevi o seguinte, à pág. 68 da 2.<sup>a</sup> edição do meu livro "Pontos de Português", apresentando duas citações de Machado de Assis, justamente com a palavra *largo*:

"Outras vezes o advérbio, com apócope de *mente* é empregado com uma

Vejam agora, o caso especial de Machado de Assis.

Anotamos os seguintes lanços em que o Mestre flexionou o advérbio *meio*:

"... ninguém há que o tire dos seus cômodos e mamãe anda *meia* adoentada." (História da Meia Noite, pág. 223).

"... e *meia* mãe e *meia* amiga, inclinara-se e beijara-o." ("Várias Histórias", pág. 55).

"... cantavam êles uma trova, sempre a mesma, *meia* escarninha." ("A Semana", vol. I, pág. 370, edição Jackson).

"Porque já te vejo *meia* tentada a uma nova vingança..." ("Contos Fluminenses", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 238).

"Os olhos chispavam e trocaram a expressão usual por outra *meia* doce e *meia* triste." ("Memórias Póstumas de Braz Cubas", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 117).

"... acrescentou, em voz *meia* surda, como se lhe custasse sair do coração. ("Memorial de Aires", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 20).

"... moça de dezenove anos, bem bonita, embora um pouco acanhada e *meia* morta" ("História sem data, página 32).

"Uma das três janelas, por exemplo, que davam para a rua, vivia sempre *meia* aberta" (Idem, pág. 72).

"... foi á sala de visitas, chegou á janela *meia* aberta." (Idem, pág. 76).

"E a trouxeram *meia* morta para baixo, ou morta, melhor direi..." (D. Casmurro, pág. 113).

---

forma masculina, como no trecho seguinte de Castilhos: "Bom Pagem falas *sábio*, mas senta-te a meu lado." ("A Noite no Castelo", 1.<sup>a</sup> edição, pág. 35, edição de 1907, pág. 43).

Aí vemos *sábio* por *sábiamente*.

Ou nos seguintes de Machado de Assis:

"Fala ponderado e modesto e explica-se bem." ("Memorial de Aires", página 49).

"Mesquinhez não creio; êle gastava largo e dava muitas esmolas" (Isaú e Jacó, pág. 24).

"... entregue a si mesmo, sem grilhões nem considerações, respirou *largo*." (Ibidem), pág. 208, edição Jackson.

Aí vemos *largo* empregado por *largamente*.

“... em voz *meia* surda, como se lhe custasse sair do coração...” (Memorial de Aires, 1.<sup>a</sup> edição, pág. 20).

“... embora Tristão lhe leve a sobrinha, *meia* esposa e *meia* filha...” (Ibidem, pág. 255).

“... estou cansada e fraca, conselheiro, e *meia* doente.” (Ibidem, pág. 258).

Nas transcrições a seguir, Machado de Assis empregou o advérbio *meio* invariavelmente em desacôrdo com as citações anteriores:

“... enfiando os olhos por entre as pálpebras *meio* cerradas, sem os tirar de mim” (Páginas Avulsas, pág. 131).

“Sublinho este nossa, porque disse a palavra *meio* sublinhada.” (Memorial de Aires, pág. 260).

“Como tocássemos casualmente, nuns amores ilegítimos, *meio* secretos, *meio* divulgados.” (Memórias Póstumas de Braz Cubas”, pág. 17).

“Tinha os olhos ora *meio* cerrados, na sonolência da recordação...” (Várias Histórias, pág. 249).

“Põe-lhe o nariz aquilino, rasga-lhe a boca *meio* risinha...” (Esaú e Jacó, pág. 115 — edição Jackson).

“Ninguém ignora que há casos de inumações de pessoas *meio* vivas” (“A Semana”, vol. I, pág. 71 — edição Jackson).

“... mostrou-se *meio* agastado com a publicação...” (Ibidem, pág. 94).

“... depôs que Inês nunca antes assistira a tais sessões, e que já ali chegara, *meio* adoentada.” (“A Semana”, vol. III, pág. 24).

## A LOCUÇÃO “NUNCA JAMAIS”

O SEU REPETIDO EMPREGO POR MACHADO DE ASSIS  
E RUY BARBOSA

Não rareiam as pessoas que, escravizadamente apegadas a certas regrinhas de gramática, nem sempre condizentes com os fatos da linguagem, têm em conta do deslize, de erronia, palavras ou construções amplamente justificadas pelos clássicos.

Criaturas ingênuas há que, descantelosamente, presumem ser bastante amontoar no cérebro regras e regrinhas gramaticais para conhecer o português.

Sem o manuseio constante e atento dos clássicos, dos verdadeiros mestres da língua não há como conhecer o nosso idioma, como aferir se uma frase é castiça ou claudicante.

Eduardo Carlos Pereira, que era gramático, porém gramático de elevada visão, reproduziu em "Questões de Filologia", pág. 21, a seguinte expressiva frase do filólogo inglês Sayce:

"What is grammatically correct is what is accepted by the great body of those who speak a language, not what is laid down by grammarians." Isto é: "O que é gramaticalmente correto é o que é aceito pela maioria dos que falam uma língua, e não o que expõe o gramático."

Construções há à farta autorizadas pelos maiores Mestres da língua, que são absurdamente, insistentemente amatematizadas por certos gramáticos. Um lavrou o auto de condenação contra uma frase ou contra um vocábulo. Outros vêm, sem maiores preocupações, repetindo a excomunhão.

E há leitores ingênuos que aceitam tais condenações... Dessa feita, a lição dos Mestres da língua, dos clássicos, é posta a margem, tão só e só pela decisão irrefletida de um gramático.

Uma das locuções impensadamente malsinadas por pessoas destituídas de conhecimentos do nosso idioma é *nunca jamais*. Ela é, entretanto, amplamente apoiada pelos clássicos.

Dezenas e dezenas de exemplos dos mais autorizados Mestres da Língua, se nos aprouvera, poderíamos apresentar. Limitar-nos-emos, porém, a reunir frases com o emprêgo de *nunca jamais*, de dois notáveis puristas brasileiros, de dois clássicos patricios: Ruy Barbosa e Machado de Assis.

De Ruy Barbosa, o maior dos nossos clássicos, coligimos as seguintes abonações:

"Que mal nos fez a serenissima princeza, contra quem *nunca jamais* se nos desprende da pena, ou da boca, uma palavra menos respeitosa? ("Queda do Imperio", vol. I, pág. 349).

"... como se vê, para tamanha causa, *nunca jamais* nem uma só vez, recebi ou solicitei do Amazonas uma nota, um níquel, um cobre." (Esfola da Calunia", pág. 159).

"No começo do século XVI, porém, em geral convicção que *nunca jamais* o desfaçamento fôra tão decidido nem



a impudicia se ostentará tanto.” (O Papa e o Concílio, página 602).

“Ninguém *nunca jamais* reconheceu neste país outras aptidões no Marechal Hermes.” (“Contra o Militarismo”, II série, pág. 30).

“Porque *nunca jamais* foi tão verdadeira, como nestes tempos, a impressão...” (“Campanha Presidencial”, página 97).

“Com êsse em conto de bancos subordinados a organizações distintas, *nunca jamais* será possível estabelecer uniformidade na moeda nacional...” (Comentários á Constituição Federal Brasileira, pág. 296).

“Contudo, *nunca* ninguém duvidou *jamais* de que em todos os negócios admissíveis ao conhecimento das câmaras.” (“A Queda do Império”, vol. II, pág. 461).

“Ao primenro encontro tudo desabou, tudo e para *nunca jamais* se erguer.” (“O Papa e o Concílio”, 1.<sup>a</sup> ed., pág. 232; 2.<sup>a</sup> edição, pág. 271. Coletânea Literária, página 25).

“Não sou filólogo, nem homem de letras, nem escritor. *Nunca jamais* me tive em tal conta.” (“Correspondência”, pág. 398).

“Incontestavelmente, desde o barão de Muncausen, *nunca* ninguém *jamais* amou e honrou tanto a verdade.” (“Ruínas de um Governo”, pág. 54).

“... depósito sôbre todos santos, destinado à cabeça de seus filhos, que *nunca jamais* poderia descamar ao pé daquele ouropel...” (“Novos Discursos e Conferências”, pág. 61).

“... a horrenda procela movida de tantas opiniões e os gravíssimos e *nunca jamais* assaz deplorados males...” (“O Papa e o Concílio”, pág. 128).

“... as leis é que são as subalternas, e a Constituição a soberana, *nunca jamais* se poderá conceber que a livre ação destas, a sua desembaraçada invocação...” (“Comentários da Constituição Federal”, vol. IV, pág. 453). (“Conflito de Jurisdição”, pág. 48).

“... e *nunca* ninguém *jamais* se lembrou de lhes desconhecer uma entidade civil distinta...” (“Razões demais

pela Diretoria da Associação S. Vicente de Paulo”, página 163).

Em Machado de Assis, anotamos os seguintes trechos com a locução *nunca jamais*:

“... objeto de grande espanto e aclamação da parte dos rapazes, que *nunca jamais* o viram com jóias.” (Páginas Recolhidas, pág. 37).

“*Nunca jamais* ninguém acreditará que o sangue de um rato, dado a beber a um homem, possa fazer do homem um ratoneiro.” (Histórias sem Data”, pág. 91).

“... cuja chave ninguém *nunca jamais* soube onde ficava...” (“Memórias Póstumas de Braz Cuba”, pág. 53).

“Examinei-lhe a roupa; era um pobre diabo que *nunca jamais* vira uma moeda de ouro.” (“Ibidem”, pág. 73).

“... uma criatura tão docil, tão meiga, tão santa, que *nunca jamais* fizera verter uma lágrima...” (Ibidem, pág. 79).

“Como pode ser assim, diz êle, se *nunca jamais* ninguém não viu...” (“Ibidem”, pág. 141).

“... pois *nunca jamais* câmara municipal russa falaria daquele modo.” (“A Semana”, vol. III, pág. 309).

“... e levaram-no para o cemitério, onde *nunca jamais* tocara sino de qualquer espécie.” (Ibidem, pág. 445).

## UM RETRATO IMPRESSIONISTA

*Revelações sôbre J. C. Rodrigues*

CLAUDIO GANNS

O centenário de nascimento de José Carlos Rodrigues, teve comemoração singela, embora retardada (1): uma escassa cerimônia religiosa, pela manhã, onde se reuniu quasi apenas o afeto da família e a solenidade pública, à tarde, no Instituto Histórico, de que êle fôra sócio honorário, prestigiada pela palavra generosa de Elmano Cardim, a desenhar através de hábil biografia o perfil profissional daquele que fôra seu antecessor, na direção do "Jornal do Comércio", onde militara por quasi meio século de colaboração e cuja chefia exercera nos últimos 25 anos. Cardim, com recursos de homem de espírito livre e homem livre da imprensa, soube cultivar com mestria a memória de quem se destacára por dotes de cultura e afirmações de independência jornalística.

O acontecimento cronológico fez-me evocar reminiscências pessoais, esgaravetar alguns fatos poucos sabidos, coligir outras anotações de leituras — os quais, apesar da aparente desconexão, reunidos em tórno daquela figura singular, acredito que comporão um esboço apenas "impressionista", onde seja possível descobrir os traços verazes da sua fisionomia humana.



Conheci-o primeiro, através de referência alheia: pela gratidão de um rapaz malogrado, filho de Euclides da Cunha. Tinha expressão inquieta no olhar e esquivava nos modos de índio desconfiado, — aquele jovem Euclides, retrato do pai, que no Flamengo, ali pelo fim de 1912, tomava banhos de mar comigo. Companheiros de natação, quasi meninos, ficamos um pouco mais aproximados, depois

---

(1) Nasceu em Cantagalo, província do Rio de Janeiro, a 19-7-1844.

de algumas emulações esportivas no mar e de palestras rápidas na praia. Entre a tragédia, que lhe engulira o Pai, e a próxima que o enguliria a êle, no revide à agressão em que desafrontaria o seu desgosto humano — conversávamos ali, em face da baía espelhante, sob o sol matinal. Conversas de rapazes, que se gabam jactanciosamente mais do número de namoradas, que de qualquer outra coisa séria... Insinuei-lhe um dia, com certa cautela, a propósito da sua semelhança física com o autor glorioso dos "Sertões", a admiração que me despertára aquele livro excepcional. Sorriu melancolicamente, talvez um tanto arisco, pela evocação da tragédia. Ficamos desde aí mais amigos, não sem êle lamentar faltar-lhe o talento do escritor bravio, mas que ao menos tudo faria para honrar-lhe o caráter... Lembro-me bem que, nessa manhã, em simbolismo não procurado, ondas raivosas de ressaca estrondeavam, num desafio inútil, violentamente sôbre as pedras do cáis, em cujo parapeito descanzávamos...

Ao despedir-se, num gesto de solidariedade, para confortá-lo, fiz-lhe o oferecimento da nossa residência. Vi que fui imprudente, porque, como a excusar-se de não retribuir pela mesma forma, respondeu-me: "Moro aquí próximo, na rua Paysandú, por empréstimo, sob teto do Dr. José Carlos Rodrigues, que me recolheu paternalmente em sua casa hospitaleira, como filho, desde quando me faltou tudo o mais, com a morte do meu pai."

\*  
\* \*

Algum tempo mais, vi certa noite, pela primeira vez, de perto, o grande jornalista, em recepção de casa amiga. Era um velho alto, de cabeça branca, bigodes e barbas brancas, vestido com sobriedade inglêsa, no seu fraque cinzento e gravata escura. Sentado a um canto da sala de visitas, próximo à porta onde me achava, acompanhava êle com o olhar de míope, através de "pince-nez" indagador, o movimento das moças que se divertiam. Tinha qualquer coisa de meditativo, de reservado e glacial. Aproximei-me dêle, porém sem receios: primeiro — porque não sabia dançar, segundo — porque, sempre estimei ouvir gente mais velha e, com toda a vaidade de rapaz, gostava sobretudo de aparecer em rodas mais importantes que a dos de minha idade... Não desdenhou êle de falar e de ouvir o meninote impertinente e lá seu tanto afoito: indagou-lhe com geito dos estudos, das preferências, da vocação. Sorriu complacente quando êste lhe declarou que, embora pretendendo ingressar na Faculdade de Direito, desejaria ser jornalista; não deixou porém de retrucar-lhe, com benévola ironia, que era aviso cordial: — "Si levar a sério a carreira, vai ter por certo muitos

aborrecimentos: sofrerá sempre as injustiças e calúnias dos que contrariar. Na imprensa honesta, há que opôr-se, diariamente, senão por ação espetacular e ostensiva, ao menos heroica e silenciosamente, por omissão higiênica. Isso é que dá a fôrça e faz o critério do jornalista." E depois acrescentou, com certo laivo de confidência amarga: — "Sentirá depois, quando vencer, as incompreensões e as guerrilhas propositadas, principalmente dos seus colegas, dos oficiais do mesmo officio." A conversa, entretanto, prosseguiu pela noite toda, até o fim da festa, entre o ancião culto e viajado, sabelor de muita coisa interessante, que ia desenrolando da memória, à medida que era insistentemente perguntado pelo rapazelho desembaraçado e curioso, que falava um tanto petulantemente, sem cerimônia mesmo com aquela velhice ilustre, e que, como quasi todos os da sua quadra estouvada, queria se fazer ouvido e tinha gôsto em contradizer os pontos de vista dos mais idosos... Ficára, na despedida, talvez só para animar o plumitivo imberbe, esboçada vagamente, com delicadeza acolhedora, a promessa de um lugar, na redação do "Jornal do Comércio", para depois da formatura jurídica, si até lá o futuro bacharel persistisse em prosseguir, apesar do quadro sombrio que lhe entremostrara, na ambicionada carreira jornalística...

Nã manhã seguinte — no banho de mar, ouvi, ainda encaulado, de um sobrinho dêle, com quem também me dava, e êle o soube na palestra da véspera, apenas isto: — "Ontem, por sua causa, recebi uma reprimenda severa do tio Juca, que me acordou, ao chegar em casa, para elogiá-lo. Disse-me ainda que desejava continuassemos a ser amigos, porque, apesar da mesma idade, eu peralteava por aí meio vagabundo, não querendo, estudar, ao passo que você já tinha leituras sérias, opiniões próprias e inclinações intellectuais marcadas!"

Excusei-me da melhor forma que pude, por ter provocado involuntariamente aquella explosão do tio rabujento; mas, no fundo, — porque não confessar a fraqueza? — fiquei então vaidosamente estimando aquelle velho malicioso que me tinha em conta de bom exemplo e, apesar da fria aparência tranquila com que me ouvira, transformava depois, à minha revelia, a loquacidade pretenciosa do menino meio atrevido num paradigma de virtudes, apenas para pôr em brios o sobrinho vadio...

\*  
\* \* \*

Outra vez, foi nos inolvidáveis "serões" familiares, naquelle casarão da Praia de Botafogo em que convivi desde criança: a residência amiga do meu tio Azevedo Sodré, que recebia com simplici-



dade e onde conheci tanta gente ilustre, que por ali passara, quasi sempre depois do jantar, para dois dedos de prosa. Entre os mais antigos, a memória recorda, num dia de aniversário: Pereira Passos, sizudo, quasi carrancudo e Oswaldo Cruz, de cabeleira romântica, precocemente encanecida, a balouçar-se na cadeira de encôsto, Leonel da Rocha, Estácio Coimbra e Mário de Alencar; e mais para trás ou adiante: Miguel Couto, (que nos salvou a todos em casa da febre amarela!) Primitivo Moacyr, Afrânio Peixoto ou Eloy de Souza, Raul Fernandes ou Abreu Fialho, Austregésilo ou Pinheiro Guimarães, Paulo Filho ou J. E. de Macedo Soares, Vicente Licínio Cardoso e tantos outros! A conversa era sempre isenta de protocolos e variada. Nessa noite alguém aludiu à vida vitoriosa de José Carlos Rodrigues, começando com dificuldades, para chegar à posição de excepcional relêvo de diretor do órgão então politicamente mais acatado, da imprensa brasileira — do jornal que ainda era capaz de, com simples “vária” de três linhas, como já acontecera, demitir um ministro de Estado. Como sempre, não faltou logo certo jornalista ou escritor de talento, mas observador sempre irreverente, para acentuar, com maldade propositada, o contraste entre o *fugitivo*, por um deslize da juventude e a alta autoridade moral contemporânea do grande periodista.

Sodré, com aquele julgamento sereno que nunca lhe faltou, cortou logo pela raiz a maledicência — numa exposição que não deixou de ter certa vivacidade: — “Vejo que v. não conhece bem o José Carlos Rodrigues. Um delito de mocidade, de que não se aproveitou, não invalida uma vida humana. Sejamos mais generosos: o contrário seria uma iniquidade, por não se poder sequer acreditar na capacidade de regeneração das criaturas. Todos os dias a sabedoria dos evangelhos, na palavra divina, acena com as possibilidades do total aperfeiçoamento, em virtude da queda, pelo sincero arrependimento. Depois, si houve realmente falta, o que ponho ainda em dúvida, ela já foi amplamente reparada, por tantos anos de exílio voluntário, absolutamente dedicados aos serviços desinteressados do Brasil, no exterior.”

“Ademais, acrescentou ainda — tenho sido várias vezes, o seu médico e frequente-lhe a casa confortável, agora em Laranjeiras, que está sempre cheia de parentes a quem êle auxilia. Vive, entretanto, alí, autêntico erudito, entre os seus livros preciosos. O quarto de dormir dêle é sóbrio, como o de um estudante pobre: apenas modesta cama de ferro, um cruceifixo, um armário e algumas estantes cheias dos livros preferidos. Não tem quasi vida mundana, retrai-se muito — talvez pelo receio da renovação dessa acusação lhe seja um dia jogada em pleno rosto, para ferí-lo, como sei até já o fizeram, sem nobreza, em polémica jornalística. Leva existência austera, que lhe imprimiu no caráter os hábitos de reserva,

o longo contato com os protestantes norte-americanos. Antigamente era quasi exclusivamente devotado ao seu jornal, hoje muito mais aplicado aos estudos de exegese religiosa e às pesquisas bibliográficas.”

Como que pairava, no silêncio reflexivo do auditório, o sinal de uma concordância respeitosa — a que o próprio crítico, de língua solta de minutos antes, certamente confundido pelo depoimento singelo, nada mais teve que acrescentar, nem contrapor. Veio-me, então, à lembrança a recomendação paternal do próprio J. C. Rodrigues: — “Cuidado com os oficiais do mesmo ofício!”



Ao depois, feito correr o martelo do leilão nas suas preciosidades de Paysandú — onde êle era colecionador de móveis, porcelanas e outras antiguidades de fino gôsto — enclausurou-se mais ainda, na sua “cela” intelectual, estabelecida agora num misterioso último andar da Avenida Atlântica, em casa que êle construira para viver, mas arrependido, vendera mais adiante, reservando-se, porém, durante certo tempo em que a alugara, aquele descanso isolado sôbre o mar, para umas reuniões domingueiras, — precursor dos nossos modernos apartamentos. Era o retiro então preferido pelo antigo batalhador da imprensa, já aposentado em definitivo das suas lides jornalísticas para os encontros com amigos — mas ainda repleto de livros que o “globe-troter” trazia das suas caçadas pelas livrarias do estrangeiro; principalmente do Maggs Bros, ou Quaritch, em Londres, e do Chadenat, em Paris, Léo Olseki e T. de Marinis — em Florença; Rosenthal em Munique, Hiersemann em Leipzig, Coelho ou Pereira da Silva, em Lisbôa.

Alí ainda fui vê-lo numa tarde: o pretexto ostensivo era a homenagem do estudante de direito, ao publicar os seus primeiros ensaios acadêmicos, na revista tradicional da Faculdade — *A Época* — que êle agora dirigia e de que lhe levava o exemplar. Não era sequer insinuação ao lugar no “Jornal do Comércio”, que o encheria de tantas esperanças, mas que não era mais de J. C. Rodrigues, pois já o passara a outras mãos. Recebeu-me êle com simpatia. Afirmou não poder mais cumprir com o nóvel bacharelado a promessa feita, visto haver vendido o seu jornal, sem entretanto deixar de animá-lo, de novo, dizendo-lhe palavras amáveis: de acreditar firmemente no feliz êxito do seu futuro. E acrescentou, explicativo: “Também comecei eu assim: ainda estudante em S. Paulo, já fundara e dirigia com o meu amigo de então, Silva Costa, a *Revista Jurídica*, apenas com 18 anos de idade.”

Havia entetanto outro objetivo estratégico nessa visita: os olhos

enamorados do moço andavam presos a um balcão próximo, onde então românticamente pendurára pela escada de sêda da imaginação, os primeiros sonhos da juventude.

Lá em baixo, no jardim minúsculo, algumas meninas de cabelos soltos cantarolavam a "ciranda", como num preságio infeliz:

"O anel que tu me deste  
Era de vidro e se quebrou!..."

A escada de sêda era frágil, para o pêso de tantas ilusões: rompeu-se também um dia fragorosamente. J. C. Rodrigues nem percebeu sequer o motivo oculto da visita "interesseira". Rondante sentimental daquelas paragens, de quando em vez, sobretudo aos domingos, lobrigava de longe que o ex-combatente, completamente encanecido, ainda recebia alí alguns raros amigos, para disreterear, em face dos ventos transatlânticos, interrompendo suas leituras prediletas. Recordo a tarde diafana em que, entre outras emoções líricas, ainda o vislumbrei, destacado no recorte da janela alta, fino e elegante, todo de branco, na sua velhice aureolada — admirando a gesticulação larga de outro jovem companheiro, que suponho ter sido Assis Chateaubriand, sempre exuberante — a denunciar em ambos entretenimento amistosamente cordial. Foi a última vez que o vi, como um filósofo antigo, apontando para os longes do oceano. Dias depois, por aquela estrada marítima partiu, rumo de outras tantas vezes, até que um dia não mais regressaria — repousando para sempre no sólo úmido e frio da Inglaterra!



Num verão inteiro em Petrópolis, ainda convalescente de grave enfermidade, fui procurar distração, que só quasi encontro na leitura, na silenciosa e acolhedora Biblioteca Municipal, dirigida pela dedicação de João Hopke Fróes. Caiu-me às mãos a coleção, embora desfalcada, do *Novo Mundo*, o famoso magazine que, nos tempos duros do exílio, J. C. Rodrigues fundára na América do Norte e alí redigira, coadjuvado por Souza Andrade, o poeta maranhense, durante um decênio. É de perfeita maravilha gráfica, essa publicação feita há 80 anos atrás. Alí debatia êle, em português, todos os assuntos do tempo — "periódico ilustrado do progresso da idade", dizia um tanto imprópria e pitorescamente o sub-título — letras, economia, história, geografia, música e religião — informando por igual o público brasileiro, do que se passava nos Estados- Unidos. Era o mesmo cavaleiro que, desde menino, no Colégio Marinho, se ensaiava no seu jornalzinho manuscrito: *A Setta de Arlequim*, e continuaria nos bancos ginasiais com outro, nativamente denomi-

nado *O Gentio* — êste já impresso, para prosseguir nas lides da imprensa jurídica em S. Paulo, e que agora melhor preparava as suas armas, para os debates mais importantes do futuro:

Verifiquei então quanto injusto lhe fôra Tobias Barreto quando em 1876, da polêmica que a vaidade ferida dêste provocára. O filósofo sergipano publicára então os seus “Ensaio de Filosofia e Crítica”. Mandara-os propositalmente, como confessa, ao *Novo Mundo* só pelo prazer de vê-los atacados ali, como já esperava. Era evidente uma provocação. J. C. Rodrigues registra sinteticamente a sua impressão arrasadora até no título da notícia: “*Nem filósofo nem crítico*”. Foi o bastante para a descompostura mordaz, pouco generosa de Tobias, com referências diréctas ao fato da retirada fugitiva do seu censor, (com detalhes até inteiramente inverídicos e caluniosos — como o da percepção de dinheiro furtado — uma vez que a tentativa nem sequer se consumára), do Brasil para a América do Norte. Sylvio Romero, ao editar, em 1901, em livro, os trabalhos polémicos do conterrâneo, lamenta — talvez por algum escrúpulo com o vivo — não haver encontrado essa resposta. Foi ela entretanto mais tarde reproduzida na reedição das “obras completas” de Tobias, feita por ordem do Governô Graccho Cardoso, em Sergipe — em 1926 (*Polêmicas*, ps. 389/404) — cuja divulgação, depois de morto Rodrigues, 50 anos após a discussão e 60 dos acontecimentos aludidos — é de responsabilidade exclusivamente minha, que aquí no Rio dirigí aquela publicação.

Hoje teria de me penitenciar do que, a espírito circumspecto aprouve então chamar de “ligeireza” — si a transcrição não vizasse intuitos mais altos que os de malévola interpretação: valia apenas, como documento humano, como no caso também da injusta apreciação contra Clovis Bevilacqua (*Vários escritos*, p. 325 da ed. 1926), para evidenciar o feitio sempre “esquentado” de Tobias Barreto e os exageros de que era capaz a sua pena — por onde quasi nunca roçava, quando ferido pelas paixões inferiores, o frio das afirmações serenamente equânimes e equilibradas, dignas da sua inteligência radiosa.



Paris, em Dezembro de 1930. Em certa tarde brumosa, atravessando a “cour” do edificio do Quai des Grands Augustins, 17, subimos, com Caio de Mello Franco até quasi à água-furtada da casa do fundo do páteo, onde se esquecia do mundo, com seu comércio de livros, um velhinho vivo e extremamente simpático, Mr. Chadenat, parisiense autêntico, de mais de 14 lustros, que nunca vira o mar nem sequer atravessara o Sena — e entretanto ali se



estabelecera com um dos maiores empórios de livros americanos — sobre cujos países êle dissertava pelo que lia em suas obras, pelas gravuras preciosas e mapas raros que tinha alí depositados...

Casa singular essa, que se sobe por uma escadinha estreita e interminável até os escritórios do patrão e se vai depois, aos poucos, descendo, de andar a andar, até às “caves” subterrâneas — onde se acham avaramente escondidas as maiores riquezas bibliográficas, — desde quando já se está adquirindo a intimidade difícil do seu afortunado proprietário. Alí, Rio Branco estudou parte das nossas questões de limites, em mapas por êle anotados (que Yan de Almeida Prado depois arrebanhou) levando sempre para essas “orgias” intelectuais, ora Eça de Queiroz, ora Eduardo Prado. Singular a impressão que os dois brasileiros deixaram no velhinho observador, a contradizerem ambos a impressão corriqueira de que “o estilo é o homem”. Paranhos — o boêmio e bonancheirão, pilhérico até ao ponto de prègar peças nos amigos e, no entanto, escrevendo com a gravidade erudita que os assuntos históricos requerem; e o outro, o fechado paulista, quasi monossilábico, a denunciar, no entanto, na sua prosa cristalina e no seu estilo ágil, a convivência fraternal daquele português mesentérico, que alí chegava sempre fatigado, pela longa ascensão da escadinha inexorável...

Ao descer, certa tarde, depois de algumas compras, ofereceu-me Mr. Chadenat, — com indignação bibliófila do Caio, que apesar de estar em Paris, havia quasi 10 anos, não tivera igual ventura, — o seu excelente catálogo, impresso em 1906, com esta recomendação encarecedora: “Guarde bem êste folheto, porque hoje já é extremamente precioso: no dia em que o editei, apareceu-me aquí o Dr. J. C. Rodrigues, meu velho freguês. Impediu, por algum tempo a remessa desta “Biblioteca Brasiliensis” aos demais: foi diretto para o hotel examinar detidamente todas as 1.759 obras alí catalogadas. Dias depois — regressou com a sua escolha, que era quasi tudo”. — E como livreiro não deixou de acrescentar: “Também que excelentes preços! Grande parte do que está aí descrito, sei que pertence hoje à Coleção Ottoni — a qual, muito antes mesmo da morte do Dr. Rodrigues, por volta de 1911, foi adquirida pelo Dr. Julio Ottoni, para a Biblioteca Nacional do seu país. Homem original êsse Dr. Rodrigues, não acha? desfazer-se assim dessa riquíssima coleção, reunida em tantos anos de pesquisas, por 200 contos, disseram-me, para destinar o produto da venda à fundação de uma instituição para crianças. Informara-me que foi o Dr. Fernandes Figueira, outro erudito, quem o induziu a fazer essa “aplicação — tão filantrópica do seu capital! Nunca teria eu coragem de afastar-me assim dos meus livros prediletos!”

Estava eu alí entendendo agora todo o amôr daquele velho livreiro pelas suas preciosidades — em virtude do que muitas ve-



zes, afugentava até a freguezia mais generosa, com verdadeiras malcreações, indisculpáveis no negociante, mas compreensíveis no bibliófilo...



Encontro, em manhã vadia, quando ando farejando, pelos alfarrabistas da rua General Câmara, certa caça fina, que se esforça por esconder o rastro, — alguma cousa que eu até aí ignorava e assim não procurava. Sina de caçador — que atira no que vê e acerta no que não vê. Trata-se de pequeno folheto, de apenas 17 páginas, *em francês*, mas está assinado por Luiz Jacome de Abreu e Souza — datado do Rio, a 25 de abril de 1895. É a desforra maldosa da suposta “vítima” do “caso” de 1866 — certamente insuflada por algum adversário oculto de J. C. Rodrigues. Reconta ela mesma todo o antigo episódio, certamente para ser distribuído aos diplomatas estrangeiros aqui acreditados (2), a propósito da partida próxima, para a Europa, já anunciada, do jornalista — que para lá seguia — dizia-se — em importante missão financeira do Governo. Vê-se pois que o interesse da renovada divulgação, sob o pretexto de reparação a melindres ofendidos, pela escolha do emissário, é apenas trabalho de derrotista malévolo e não o de restabelecer a verdade histórica — que nesse ensejo não estava em causa.

Diz-se nesse folheto que J. C. Rodrigues fôra — havia 30 anos — processado como falsário e por abuso de confiança.

Mostrei dias depois êsse folheto escandaloso a amigo meu, amante das cousas do passado, com excelente arquivo, o que depois de examiná-lo detidamente, dirige-se para o interior do seu comércio de antiguidades e volta com dois papéis avulsos em mãos — dizendo-me: “A história dêsse folheto está ligada à dêstes papeluchos. Como vê — um está em francês e outro em inglês. São os citados “avisos” (publicados nos *Diários Officiais* de 2 e 18 de setembro de 1866), que resumem o inquérito sôbre o fato escabroso passado no Tesouro, pela linguagem oficial, e justificantes do consequente processo judicial. Veja agora, no verso de um dêles, o que está escrito: “Hommage à Mr. le bachelier José Carlos Rodrigues, rédacteur en chef du “Jornal do Comércio”. Êsses papéis me foram presenteados pelo herdeiro de diplomata estrangeiro, que aqui constituiu família. Contou-me êle que tais papeluchos, foram devidamente dobrados e perversamente distribuídos aos convivas,

---

(2) No exemplar da “Casa Ruy Barbosa” (2.<sup>a</sup> edição) ha a seguinte declaração (p. 26): — NOTA “Cette publication, en brochure, a été déjà envoyée à toutes les nations de l’Europe, à toutes les Républiques d’Amérique, au corps diplomatique tout entier, aux *grands banquiers* et à la presse de tout le monde”.

na própria porta da casa do jornalista — pelo “interessado” rancoroso, que não esqueceu o agravo antigo — na noite mesma de 22 de março de 1895, quando o anfitrião dava banquete solene, com o comparecimento do corpo diplomático, a Manuel Victorino, vice-presidente da República em exercício, e a Carlos de Carvalho, ministro do Exterior. Até onde não descia, em seu ódio vingativo, a paixão política, ao ponto de nos querer, revivendo o triste episódio, assim humilhar perante estrangeiros”.



Essa é a versão da parte soít-dizant interessada, passados tantos anos, na difamação alheia, sob a aparência de se ver livre do labéo infamante, que também lhe atingia a honorabilidade inocente. Agora o som do outro sino. Nos meus andares de advocacia burocrática — encontrei, certa feita, no ministério da Fazenda, velho funcionário erudito, filho e herdeiro da tradição de inteligência e honradez de um dos famosos “bispos do Tesouro” — que me deu a chave para a explicação isenta e fidedigna dêse triste episódio administrativo, ouvida do Pai, há muito desaparecido: — “José Carlos Rodrigues — dise-me êle — era estudante brilhante, de idéias liberais, na própria Academia de S. Paulo — como aliás atesta Almeida Nogueira. — Impusera-se assim logo pelos seus estudos jurídicos à admiração dos colegas: como Campos Salles e F. Rangel Pestana e até dos lentes caturras — tal o conselheiro João da Silva Carrão, da grei liberal, mas servindo ao ministério conservador presidido pelo Marquês de Olinda — ou melhormente dos ministérios resultantes da *liga* — vale dizer — junção de liberais e conservadores que se denominou: *progressiva*.

Formado em 1864, transferira-se para a Côrte e aí, com Silva Costa, continuára a publicação da *Revista Jurídica*, fundada por ambos em S. Paulo, em 1862. Já publicara, também em 1863, como simples estudante, “*A Constituição Política do Império do Brasil*”.

Assumindo Carrão a pasta da Fazenda, em Março de 1866, convidára para seu oficial de gabinete o antigo discípulo — apesar dêste trabalhar no escritório de advocacia do pro-homem liberal que era o conselheiro Zacharias de Góes. O gesto imprudente de J. C. Rodrigues fôra grave irregularidade, ou melhor “leviandade” manifesta.

Mudado, entretanto, o Ministério, o fato veio a ter divulgação indevida e não esperada, por manobra esperta dos burocratas adversários daquelas “fusões” políticas, que logo se esforçaram, nos corredores, em engrandecê-lo, levantando-se assim a pedra do escândalo público. O ministro que substituiu a Carrão era jus-

tamente Zacharias de Góes — chefe do gabinete e dos liberais e diretor do escritório de advocacia em que Rodrigues servia, como estagiário. Mandou, ainda, convidá-lo para continuar, sob suas ordens, no mesmo pôsto em que trabalhara com o ministro anterior; e, só depois de vários dias de espera e dos rumores dos bastidores, que cresciam propositadamente, conhecido melhor o episódio nos seus detalhes desprimorosos, teve de optar, na sua rigidez exagerada: ou mandar processar o jovem amigo, ou parecer conivente, pelo manto protetor que acaso lhe pusesse em cima, contra as manobras vergonhosas dos contrários. Foi assim que, tendo alguém de sacrificar-se, nessa altura dos acontecimentos, como bóde espiatório, êsse papel ingrato, pela sua atuação ostensiva, não caberia a outro que a J. C. Rodrigues — o qual, por dever de lealdade, a êle heróicamente se submeteu, não só para resgatar a sua imprudência, como ainda para não expôr outras personalidades, essas de maior evidência nos arriais conservadores.

Mas, dada a denúncia em “avisos” enviados ao ministro da justiça Paranaguá, a 11 e 25 de agôsto de 1866 (in *Diário Oficial* n. 200 e 211 de 2 e 18 de setembro de 1866), cumprido o rude dever funcional, ressaltando assim a sua responsabilidade imácula, foi o próprio conselheiro Zacharias quem, logo a seguir, aquiescendo ao pedido de amigos, tomou a iniciativa, agora mais humana, de facilitar-lhe a saída para o estrangeiro — acordando nessa providência, com o prévio conhecimento do queixoso Jacome — a quem chamou para êsse fim.

Por isso foi que — continúa — o meu psicólogo informante, no deslindar o fio dessa meada misteriosa — o famoso jornalista, nas várias vezes em que foi atacado, num terreno tão ingrato, no correr da sua carreira ascencional, sempre embora profundamente ulcerado com essas alusões, guardou imperturbável orgulhoso silêncio sôbre êsse ponto delicado, e nunca articulou a menor defesa da sua impensada atitude: — materialmente os fatos eram contra êle e, moralmente, êle não os poderia expôr na sua versão verdadeira, núa e crúa”.

Naquele dia, ao sair do Tesouro, voltara-me à lembrança, agora mais esclarecida com êsses pormenores convincentes, a defesa calorosa que Azevedo Sodré, embora os ignorando inteiramente, mas norteadado pelo seu espírito de justiça, fizera numa noite, com nobreza, em sua casa, contra outras investidas desairosas, da reputação do cliente e amigo ausente.



Mas, pela vida adiante, o temperamento de J. C. Rodrigues, desde as suas cogitações de jornalista exilado, sofreria os recalques dêsse complexo de inferioridade, no tema da *culpa* a lhe aflo- rar, constantemente dos escritos, mesmo quando não religiosos, como se vê do *Novo Mundo*, em vários flagrantes do seu estado moral.

Em janeiro de 1871, ao registrar ali "as tribulações de Washburn", o diplomata que escrevera a "History of Paraguay" — começa o artigo, com estas estranhas considerações, aplicáveis ao seu próprio caso:

"O réu que comete um crime na sociedade e que é punido, fica com a sua consciência purgada: êle sente que está quites com a justiça e êste sentimento lhe traz paz e socêgo da consciência. Mas aquele que olhando para certa fase do seu caráter acha ali alguma cousa que lhe abafe êsse sentimento de justiça, que está impresso em sua alma, e que não vê como expiar esta causa do seu desassocêgo, ou pelo menos, êste escrúpulo muito natural, êsse sofre realmente por muito tempo" (n. 3, p. 55).

No n. 5, em outro artigo, ocorrendo-lhe incidentalmente, referir-se à *justiça*, acrescenta, logo a seguir, como em ância de expiação pública e contrita: "justiça... que nós mesmos temos ultrajado" (p. 82).



Talvez por isso é que — induzo eu agora, pois de contrário seria rematado cinismo, incompatível com a feição austera que depois tomou o espírito de J. C. Rodrigues — grande historiador brasileiro, felizmente ainda vivo, ouviu muitos anos mais tarde, contar, nas rodas do Instituto Histórico, o acusado, de 1866 dizer, serenamente agradecido, naquele recinto, ao marquês de Paranguá, o ministro da justiça do gabinete Zacharias, que o mandara processar, e era então o Presidente da respeitável instituição, para onde o outro acabava de entrar, com o seu voto: — "O Sr. bem conhece as peripécias da minha vida e sabe realmente todas as circunstâncias que rodearam o meu *crime*"!!



Daí também, por certo, a melhor compreensão para a iniciativa generosa de Salvador de Mendonça. Conta-se que êste, nosso



consul nos Estados-Unidos, quando da Exposição Internacional de Filadélfia em 1876 — valendo-se da visita do Imperador àquele país, foi pedir-lhe o *indulto* para o seu amigo.

D. Pedro II — diz-se, que lhe retrucou: — “Não. Isso não faço, porque êle se evadiu para não cumprir a pena. É preferível pois que se deixe ficar por aquí, até à prescrição.”

E corrigindo logo a recusa, adiantou, magnânimo: — “Mas, como tem sido no estrangeiro bom brasileiro, quero dar-lhe reparação, talvez mais expressiva. Vou pessoalmente à redação do “*Novo Mundo*” agradecer-lhe o que tem feito, em propaganda desinteressada, no benefício de nossa pátria.”

Assim cumprindo, a 10 de julho, aperta a mão do proscrito voluntário e mandando que o fato fosse noticiado para o Brasil. O gesto tinha a maior repercussão: valia como *bill* de indenidade, estava desde aí, moralmente indultado.

\*  
\* \*

Prezando os títulos de certas instituições científicas, que faz inserir no frontespício de suas obras, acompanhando-lhe o nome, com algum justificado desvanecimento — não quis J. C. Rodrigues fazer parte, entretanto, da Academia de Letras.

Amigo pessoal de Joaquim Nabuco — êste lhe escreve em 29/12/1907 dos Estados-Unidos:

“desde a fundação pensei que você como um dos *representative men* da nossa intelectualidade, da mais alta, devia se da Academia. Havia então uma concepção acanhada da inteligência que fazia preferir às forças intelectuais poderosas pequenos e insignificantes fios de pensamento sòmente porque deslisam por areias e pedras mais ou menos sonóras” (in Carolina Nabuco — *A Vida de Joaquim Nabuco*, p. 311).

Um pouco depois, a 8/6/1908, num final de carta de Washington, êle ainda manda êste lembrete a Machado de Assis: “Não é tempo de V. pensar no Rodrigues para a Academia? Depois dêsse monumental Catálogo? Converse com o Rio Branco, Veríssimo e todos os seus”.

A resposta de Machado, a 1/8, não se fez esperar: “A sua idéia relativamente ao José Carlos Rodrigues é bôa. Falei dela ao Graça e ao Veríssimo que concordam; mas o Graça pensa que é melhor consultar primeiro o José Carlos: parece-lhe que êle pode não querer; se quizer parece fácil.” E acrescentava, como vaticínio da sua



própria morte, a 29 de setembro seguinte: “Não há vaga, mas quem sabe se não a darei eu?” — não se sentindo diminuído, no seu gênio literário, em ser substituído pelo jornalista eminente.

Graça Aranha que publicou essa correspondência (*Machado de Assis e Joaquim Nabuco* — p. 187, 191) em nota, comenta sumariamente, confirmando a suspeita levantada: “José Carlos Rodrigues não se quis apresentar” (p. 192).

Mais um dos que, — não por escusado orgulho, talvez pelo seu retraimento, em que ainda agia poderosamente o recalque antigo, ficou só pertencendo a *41ème fauteuil*...

\*  
\* \*

Era de grande aprêço o conceito que Ruy Barbosa tinha dos merecimentos de J. C. Rodrigues: enviando-o, em começos de 1890, em missão secreta a Londres — como já o fizera Antonio Prado em 1888 — para negociar o resgate de estradas de ferro, por conta do governo provisório — tarefa de alta confiança, até nos seus predicados morais. — Referindo-se a seguir, no seu relatório de ministro da Fazenda, a essa tentativa frustrada, louva veladamente o diligente emissário, nesses termos: “cidadão competentíssimo” (p. 21).

Entretanto, como demonstração do tema da *culpa*, a aflorar-lhe sempre dos lábios, nos momentos de responsabilidade ou de definição de atitudes — é curioso também transcrever aqui a carta com que aceitou aquela grave missão:

“Tijuca, janeiro 9 — 1890.

Meu caro Sr. Conselheiro Ruy Barbosa.

Não deve demorar mais a prometida resposta: aceito o seu convite, se bem que com relutância não muito fácil de vencer, porquanto *não só reconheço minhas faltas*, mas preferiria servir sempre a Pátria na minha reclusão de méro particular.

Mas seu convite veio-me de um modo tão espontâneo e honroso que não posso recusar-lhe a aceitá-lo. A questão da Viação Férrea, de que nos ocupámos, é para mim de tamanha importância que se o desejo estudá-la mais de perto, a posição oficial a que me designa a bondade de V. Excia. me determinaria a acudir ao seu honroso convite; e se V. Excia. puder solvê-la, ou preparar a sua solução, terá prestado à Pátria um serviço imorredouro.

Dói-me ter de substituir um homem sério e chefe de família, como o atual delegado.

Desde porém, que está assentada a sua remoção, resta-me a satisfação de não ter contribuído para a sua deslocação. Demais V. Excia. já me fez o favor de sugerir que deixaria claro que não solicitei a nomeação. Se, *depois de pesar bem minhas faltas*, ainda resolver-se a fazê-la, o que posso prometer é esforçar-me por servir a V. Excia. com zelo e dedicação não só como funcionário mas como, que sou amigo, obrigado criado

(ass.) J. C. Rodrigues.”



Já em 1892 — segundo folheto que encontro no arquivo da “Casa Ruy Barbosa” — aquele odioso inimigo (Jacome) remoera aquela ignóbil “história” pelo “O País” — porque, a propósito da questão do níquel que o “Jornal do Comércio” debatia — nas esquinas das ruas da cidade fôra divulgado o ofício de 11 de agosto de 1866 e êle, com um luxo de detalhes suspeitos, precisa novamente de explicá-lo (sic).

Essa “explicação” êle já a dera, entretanto, de outra vez, publicamente, conforme alí declara, a 24 de maio de 1887 — provavelmente no regresso, depois de 20 anos de ausência, de J. C. Rodrigues ao país, beneficiado pela prescrição.

Num requinte de perversidade — na publicação de 1892, procurando levantar falsos brios, êle acredita que os redatores do “Jornal” “*não poderão continuar a apertar a mão* que, em julho de 1866, já se divertia em falsificar a firma do seu superior”.

J. C. Rodrigues amargou em silêncio mais essa afronta. Mas, ao deixar a direção do “Jornal do Comércio”, — certamente em resposta ao aleive que já tinha mais de 23 anos — lembrando a linha de circunspeção da empresa, acentúa ufano: “Se, ao dizer-vos adeus, levo na consciência o pêso de inúmeras omissões do dever de intervenção nos negócios públicos, pelo menos posso dizer-vos, sem pedir benevolência de ninguém, que nunca escrevi uma linha que não fosse *sentida*, que não exprimisse o que, na minha consciência era a verdade e que não refletisse o que julgava ser do melhor interesse para a nossa Pátria.” Acrescenta, ainda mais incisivo: — “Desafio que provem que qualquer interesse subalterno jamais tivesse assento nesta Redação ou Direção do *Jornal*, ou que por qualquer motivo a mais perfeita independência da fôlha fôsse mesmo peada, em qualquer circunstância.”

Estaria então certamente a lembrar-se, entre outros, dos perigosos tempos de Floriano em que a administração da empresa, com o seu diretor escondido e o seu consultor jurídico preso por 7 meses (Conselheiro Silva Costa) teve ânimo de buscar amparo, pela diligência solícita de João Lopes, — seu sobrinho — no próprio comércio local, que acorreu pressuroso, orientado por Cândido Gaffrée e Wilson, com a quantia necessária, afim de ser sustada a execução da dívida com o Banco do Brasil, ordenada pelo Governo, como medida política, para amordaçar a independência do jornalista.

E finaliza, num desafio orgulhoso e compreensivo, como visando diretamente aquele crítico malévolo de 1892, já morto em 1903: "Saindo hoje desta casa, *podeis apertar*, LIMPA, a mão de quem foi vosso chefe".

\*  
\* \*

Quando J. C. Rodrigues já se tinha imposto definitivamente ao conceito público dos brasileiros, pela correção das suas atitudes pessoais e pela sábia orientação que imprimia ao "Jornal do Comércio" — teve que abrigar, sob o seu teto, algumas personagens ilustres.

O primeiro foi Santos Dumont — aqui chegado glorioso, aí por volta de 1903, para receber, entre o entusiasmo popular, as demonstrações consagradoras, pelo seu feito memorável de 1901.

O outro foi o ex-sub-secretário de Estado norte-americano Bryan que, em viagem particular, aqui esteve, parece-nos em 1910.

A ambos a afabilidade discreta de J. C. Rodrigues acolheu, como hóspedes de honra, não da sua casa, mas do Brasil.

\*  
\* \*

Ao refugiar-se, durante a revolta contra Floriano, J. C. Rodrigues escolheu a casa do arquiteto Antônio Januzzi, em Santa Teresa, onde permaneceu escondido cêrca de 13 longos meses. Essa a razão da dedicatória impressa que colocou ao reeditar as "Religiões Acatólicas": "Ao meu amigo Antônio Januzzi sob cujo teto hospitaleiro, em dias de grandes tribulações, senti quanto conforto e paz encontramos na palavra divina: saudades do autor. Londres, 1904".

Alí, a polícia, farejando-lhe o rastro, foi um dia procurá-lo, só não o encontrando porque passou o dia todo, sôbre um telheiro, no quintal, dentro de grande caixa d'água vasia...

Não mais esqueceria J. C. Rodrigues o amigo dedicado: quando há que levantar o novo edifício para o "Jornal do Comér-

cio" em 1906, na Avenida Central, é a êle que confia a construção; e renova-lhe ainda a preferência — quando manda erguer a sua nova casa, na Avenida Atlântica.

\*  
\* \*

A habitação solarenga da rua Conde de Baependy — 9-A a de Paysandú e depois de Laranjeiras, 280 — assim como o retiro estival da sua chácara em Valparaízo (Petrópolis) — foram sempre, sobretudo aos domingos, o refúgio tranquilo de seus companheiros eruditos, como de algumas boas relações políticas, ou de sinceras e antigas amizades. Dos primeiros — podemos anotar, como seus frequentadores: Capistrano de Abreu, com mais assiduidade, e no fim Assis Chateaubriand; Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, quando estavam no Rio; dos segundos: Campos Salles que, na presidência da República, era sempre quem o visitava, quebrando assim a regra do protocolo, Rio Branco, Joaquim Murinho, Ruy Barbosa, Pinheiro Machado, Lauro Mülles, Alexandrino de Alencar, Miguel de Carvalho; entre os últimos: Silva Costa, Cândido Gaffrée, Antônio Januzzi, Mr. Hugh Tucker, Farquhar.

\*  
\* \*

O primeiro emprêgo, que J. C. Rodrigues teve ao chegar aos Estados Unidos, durante quasi um ano, foi o de tradutor para a nossa lingua, do famoso "almanaque" comercial do Dr. Ayer, o homem da salsaparrilha e de outras drogas medicinais, aquí anunciadas amplamente, através daquela publicação popular, que se distribuia em profusão gratuita.

Conta-se que êle andou enamorado da loira filha do seu patrão — o qual não concordou de vêr a menina casar-se com um estrangeiro pobre. J. C. Rodrigues, desconfiado, (pelo recalque da culpa, que se engrandecia exageradamente em sua consciência, do que talvez o Dr. Ayer tivesse tido conhecimento indireto, informando-se nas rodas da representação brasileira) — doeu-se com a recusa e retirou-se do emprêgo. Anos depois, afastado o "intermezzo" sentimental, reconciliar-se-ia pessoalmente com o ex-patrão, que já o sabia homem sério e digno, e de cujos produtos viria até o "Novo Mundo" a fazer anúncios — boa amizade essa que então se conservaria até o extremo da prolongada velhice do Dr. Ayer, cuja família, em lembrança do saudoso chefe, — a quem ensinára português — êle ainda visitaria nos Estados Unidos, em 1911.

Outra tocante amizade de J. C. Rodrigues é a do seu colega

Silva Costa. Companheiros de bancos acadêmicos e na direção da *Revista Jurídica* — é ele quem intervém, entre outros, junto ao conselheiro Zacharias para permitir a sua saída para os Estados- Unidos. Um seu cunhado é quem o leva para bordo do navio, prestes a partir. Conserva-lhe êste sempre, apesar da ausência, o nome na direção da revista. Também no *Novo Mundo*, é o único advogado que ali se anuncia, em inglês, gesto de agradecida retribuição ao seu companheiro de mocidade.

As negociações para a compra do "Jornal do Comércio" foram ultimadas, quasi 30 anos depois, no escritório do intrépido juriconsulto — advogado devotado da Família Imperial. Ali convoca amigos e levanta capitais, que tiveram, por sua influência, considerável participação na emprêsa. Por isso, e em gratidão respeitosa do seu chefe, é sempre o conselheiro Silva Costa quem preside, enquanto a gere J. C. Rodrigues, as assembléias da sociedade comanditária.

Depois, desavieram-se, talvez mais por ciúmes de amizade, desejosa de correspondência mais tépida — que sempre faltou ao frio temperamento de J. C. Rodrigues, do que por motivos de relevância.

O "pretexto" declarado foi J. C. Rodrigues não haver nunca comunicado ao amigo, quasi da infância a família inglesa que constituiu — cuja legalização, pelo casamento, em 1920, viera a ter lugar (3).

\*  
\* \*

J. C. Rodrigues, era desde moço, abolicionista. O contato com a civilização norte-americana reforçou-o nessa convicção: o "*Novo Mundo*", ali, antes da lei de 1871, publicou lúcidos editoriais, concitando o governo do Brasil a operar quanto antes a transformação do trabalho escravo. Essa atitude é que o aproximou de André Rebouças.

Mas o doutrinário, era na prática coerente com as suas idéias. Já depois de estabelecer-se na Inglaterra — um dia o navio lhe traz, com a notícia da morte de uma tia rica, que o criara, e da qual vinha a ser, com a irmã, o herdeiro (aí está honestamente ex-

---

(3) No arquivo do Instituto Histórico entre os papéis de Max Fleuiss, encontra-se a seguinte comunicação impressa: "313, St. James Court. London. S. W. I., 14 de Julho de 1920: José Carlos Rodrigues participa a V. Ex.ª que a 10 do corrente e na Igreja de Sta. Margarida de Westminster, casou-se com a Sra. Jane Sampson Dale, filha dos falecidos J. H. Sampson e Jane Meredith Sampson, de Bustinford, Hereford". J. C. Rodrigues tinha então 76 anos e assim *legalisava* uma situação antiga, que permitia à filha elevar-se, pelo casamento, até à nobreza inglesa.



plicada a origem da sua fortuna, que inimigos rancorosos atribuiriam a outros meios inconfessáveis!) — a novidade de passar a ser “senhor de escravos!” Contava êle, mais tarde, que o mesmo navio que lhe trouxera as duas notícias ao mesmo tempo: uma tão triste e outra tão agradável, para quem ainda vivia em dificuldades financeiras, levou de volta a carta de alforria dessas infelizes criaturas humanas.

O gesto, entretanto, ficou por muito tempo — como era do feitio reservado de J. C. Rodrigues — completamente ignorado. Só foi conhecido, por confidência íntima do seu autor — já na República.

\*  
\* \*

Há vocações incisivas para o elogio perene dos vivos e poderosos, e há os “exquisitos”, não afeitos ao pragmatismo utilitário, que só amam desinteressadamente os que já se foram. Inclinando-me mais para êstes “inadaptados”, depois de tanto ver, ouvir falar e ler sobre J. C. Rodrigues — fui bater um dia à porta respeitável de Mr. Tucker, seu amigo antigo, que, diziam-me: — “teria coisas interessantes a narrar”.

O venerando décano da colônia norte-americana (está aqui desde 1886) recebeu-me com agrado e suportou pacientemente o meu interrogatório: — Conhecia o Dr. Rodrigues, desde 1890, por indicação da “Sociedade Bíblica Americana”, que lhe anunciara o seu regresso para o Brasil. “Fomos sempre excelentes amigos, por nossas naturais inclinações religiosas. Num folheto em inglês, sobre a sua vida, contei um pouco dessas minhas reminiscências. De comêço, disse-me logo que não podia dedicar-se aos trabalhos de investigações bíblicas, como tanto desejava, pela sua verdadeira inclinação evangélica — em vitude dos encargos que assumira, pela aquisição do “Jornal do Comércio”. Mas foi ali verdadeiro amigo de todos nós: publicava na sua “oficina”, pelo preço do custo, os livros que mandavamos traduzir.

Um dia chamou-me dizendo: — “A Associação Cristã de Moços precisa de novo local para desenvolver-se. Tenho em opção um excelente terreno, a “Chácara da Floresta”, de propriedade de Mrs. Wilson, no morro do Castelo — onde já pretendi fazer um hotel para rapazes do comércio. Si o loteasse ganharia dinheiro — pois tem 2.800 metros de frente.”

— “Por sua intercessão fizemos a compra, a preço barato: 80 contos”. Mais tarde, foi feita a troca por outro mais abaixo, na mesma rua (México) e afinal, com a demolição do morro, foi de novo trocada com a Prefeitura a área respectiva, pela atual, da rua Araujo Porto Alegre.

Todo êsse desinteressado interêsse do Dr. Rodrigues pela Associação, vinha do contato cordial que tivera, nos tempos dos Estados-Unidos, com os presidentes e secretários da Y.M.C.A. de New York e Washington.

Em Outubro de 1917 tivemos que fazer uma larga campanha publicitária, à moda norte-americana, para levantar os fundos necessários do novo edifício da Associação. O Dr. Rodrigues, além do prestigioso apoio do seu jornal, pôs-se benèvolamente à frente do simpático movimento: presidiu aos dez almoços no Hotel Avenida e, no 9. dia, estavam arrecadados Cr\$ 480.000,00. Era a eloquente resposta à iniciativa generosa de alguns americanos, que haviam antes doado 120.000 dólares — contanto que aqui se obtivesse outro tanto!"

Mr. Tucker louva, sem reservas, os livros religiosos de J. C. Rodrigues: — "É o que ainda temos de melhor para êsses estudos: são utilizados pelos nossos pastores, nas suas atividades evangélicas". Declara-me que, no fim da vida, livre das preocupações da imprensa, J. C. Rodrigues se dedicou afinal profundamente a essas investigações. Lembra-se ainda que, depois de concluída a edição do trabalho sôbre o "Antigo Testamento" ao passar em Londres, o Dr. Rodrigues estivera — segundo lhe narrara — em contato com o Deão Charles, da Catedral de Westminster — notável especialista do período entre o Antigo e o Novo Testamento (200 anos). — Foi a mais notável entrevista que tivera sôbre êsses graves assuntos. Conversaram quasi um dia inteiro, trocando idéias, observações e conjeturas. Saíra sensivelmente impressionado pela sólida ciência daquele sacerdote anglicano.

Aquí chegando, oferecera-lhe o livro, em dois alentados tomos, com a seguinte carta-dedicatória, em inglês, que me autoriza copiar e traduzir:

"Reconheço que o primeiro exemplar dêste livro a sair de minhas mãos deve ser para si, já por causa da animação que o Sr. me deu constantemente na preparação dêle já por causa do profundo respeito que tenho ao seu modesto, porém não menos eficiente trabalho apostólico no meu país, durante um quarto de século. Espero que não fique desapontado com o resultado fraco dos meus esforços. Ficarei satisfeito si pudesse ser útil para algumas poucas pessoas. Não é nada em contraste com a grandeza do assunto. *Finita verba sed infinita res.* Sinceramente seu amigo. (ass) J. C. Rodrigues."

Ao despedir-me, Mr. Tucker vai mostrar-me, em outro andar do edifício, uma sala — com a "biblioteca religiosa" de J. C. Rodrigues: — "São mais de 600 volumes de teologia, apologética e crítica: ingleses, alemães e norte-americanos. Foi doação do saudoso Edwin Morgan, que os adquiriu, pelo preço ridículo de Cr\$ 2.500,00

para fazer essa biblioteca da "Sociedade Bíblica Americana" aqui. Por isso estão alí na parede em "memorial" os dois retratos: o do grande jornalista, ou melhor o do teólogo exímio, e o do ex-embaxador americano. Em baixo do retrato do brasileiro lê-se numa placa de metal: "Coleção memorial J. C. Rodrigues. 1844-1923. Doação de Edwin Vernon Morgan."

— E, circunstância curiosa: — "Morgan, tão afeiçoado a esta terra, quis ser enterrado aqui. O Dr. Rodrigues, morto em Paris, foi descansar no Highgate Cemetery, em Londres. Aquí estão, porém, unidos, pela mesma lembrança da nossa saudade comum: êsses dois animadores da tradicional amizade entre os Estados-Unidos e o Brasil."

\*  
\* \*

Há outra feição do caráter de J. C. Rodrigues que aparece em fôrma simpática — quando se conhecem os detalhes de certas transações de seus negócios. Conta-me um amigo dedicado: — Tinha êle escrúpulo excessivo, em ganhar, com vultosas especulações: das 3 vezes que foi oficialmente enviado pelo Govêrno à Europa, para tratar de importantes interêsses do Estado — só da última vez recebeu comissão, porque das anteriores nobremente desistira de qualquer interêsse pecuniário. Da derradeira, — embora os jornais adversários malévolaemente falassem de polpuda gratificação de £ 20.000 e £ 30.000 — o que de fato recebeu foi apenas £ 10.000 e ainda assim, incluindo despesas de dupla viagem marítima (ida e volta), hospedagens em hotéis, telegramas, etc. O saldo, daí resultante, empregou-o todo, com a venda de sua biblioteca, para adquirir terreno e construir a policlínica de crianças à rua Miguel de Frias — a qual, depois passou a ser administrada pela Santa Casa — e hoje, em memória do generoso doador, denomina-se "Fundação J. C. Rodrigues".

•  
\* \*

As casas particulares que possuía — adianta-me outra pessoa, da sua família — também foram vendidas a preço baixo: a da Avenida Atlântica, cedida a um amigo, foi-lhe permitido pagar toda a dívida, em prestações anuais, durante 10 anos — que pareciam apenas aluguel: negócio quasi de pai para filho! A da rua Paysandú, cedida à Embaixada de França por 400.000 francos — recebendo-os, com brusca queda do câmbio para 200 réis, em importância quasi ridícula, sem protestos.

No leilão dos seus móveis, quando desmanchou esta última casa, J. C. Rodrigues assistia, da sala ao lado, aos “pregões” e irritava-se, querendo interromper os lances, quando o hábil leiloeiro impunha preços altos ao que anunciava: — e expandia-se, um tanto aborrecido, para uma sobrinha: — “Não posso. É uma ladroeira. Parece que quero iludir os outros, vendendo caro o que comprei barato!”

Havia agora naquele temperamento, extremamente escrupuloso, pela *falta* da juventude certo garbo excessivo de ser zeloso como procurador, nos negócios alheios, ou nos graves interesses do Estado; mas ainda maior ufanía de pessoalmente só querer fazer “maus negócios” — onde não ganhasse nada ou quasi nada. E confienciava, para os íntimos, como a exculpar-se: — “Tenho vergonha de fazer pessoalmente transações lucrativas!”



O Barão do Rio Branco era velho amigo de J. C. Rodrigues, que êle conhecera na Inglaterra. A sua aproximação maior vinha, pela tendência comum, dos estudos bibliográficos, o mesmo amôr aos livros raros e aos mapas antigos. Eduardo Prado e Nabuco também, amigos de ambos, ainda mais apertariam essa ligação.

Adquirido o “Jornal do Comércio” por J. C. Rodrigues e vindo o Barão para o Ministério do Exterior em 1898 — indicação a que o prestígio do jornalista não foi indiferente, essas relações estreitaram-se. Não era raro, ver-se à noite, o Barão em visita à redação, a procura do seu diretor ou de Tobias Monteiro, também seu amigo, e, não poucas vezes, colaborou êle em “várias” anônimas, quando os interesses da nossa política internacional exigiam — que êle, quando urgido, redigia na própria banca dos redatores.

Entretanto, houve um dia em que, ausente J. C. Rodrigues, o “Jornal do Comércio” divergiu do Barão: por ocasião da Conferência Pan-Americana de Buenos Aires — do que surgiu “vivíssima polémica entre a fôlha e o imortal Chanceler, tão ligado a nós, e apesar disso, conhecendo tão mal o nosso espírito de autonomia que teve a ingenuidade de supôr que dissentíramos, no momento, de sua orientação, sem audiência do Chefe, quando era exclusivamente nas palavras levantadas dêste que bebiamos a inspiração” (É o depoimento do próprio *Jornal* — parece que pela pena de Felix Pacheco — número do 1. Centenário da Fundação — edição comemorativa, Rio, 1928, p. 336).





A admiração de J. C. Rodrigues por André Rebouças era grande — desde os seus encontros com êle nos Estados-Unidos em 1873. Ficaram amigos — conforme êste relata — no seu “Diário”, ainda recentemente lembrado por Virgílio Correia. Esqueceu-se êste, porém, de mencionar dois pontos interessantes: o primeiro é que Rodrigues quis fazer testamento para deixar ao preto abolicionista a revista *Novo Mundo* (*Diário*, p. 406) e o segundo é que foi êle quem generosamente proporcionou ao paupérrimo Rebouças os elementos financeiros, a 17 de novembro de 1889, (a Bolsa Indispensável!) que lhe permitiram acompanhar, na sua fidelidade agradecida — “a dedicação africana, bem africana!” — em testemunho da raça redimida — para o exílio, como preceptor dos príncipes, a Família Imperial banida.

A nobre atitude de Rebouças, apresentando-se espontaneamente, contrastou naquela época com a do professor oficial, que na hora amarga excusava-se de acompanhar os seus pupilos...



Há um gênero de criação literária — de tão espiritual se dissolve êle, como a espuma sôbre a onda — que estaria a exigir aquí sinão a análise inquieta de um crítico, ao menos a justificar a criação de um círculo fechado: a “Sociedade dos conversadores felizes”. Nesse grêmio eu hoje arrumaria, em confortáveis “maples”, para melhor propiciar o seu trabalho ocioso alguns notáveis “tagarelas”, e todos nós ficaríamos, egoisticamente, no auditório, apenas ouvindo... Teria também os seus patronos essa agradável companhia: um Gastão da Cunha, um Nuno de Andrade, um José Tolentino, mas para cortar tanto veneno póstumo, capaz de transmitir-se aos vivos, juntaria a êstes — as figuras de Carlos Peixoto, Mário de Alencar e de José Pires Brandão — êste cuja *brandura* baiana, até do nome, não pode fazer esquecer o notável causídico, que êle era, mas de forma envolvente, nos seus requintes de amizade e na graça do seu espírito esfuziante.

Gostava de ouvir o velho juriseconsulto e, por isso, quando não numa esquina ou à porta de uma livraria, ia vê-lo no escritório. Sabia êle coisas antigas, e as contava com alegria persuasiva, nuns repentes de improvisação fácil e com modos de carinhosa ternura, que o faziam — além de admirado, estimado.

Um dia, daquela sua sala grande, à rua da Candelária, apontando para grande mala, que estava no corredor, confidenciou, como para espicaçar-me: — “Alí dentro está parte da história do fim do Império e grande parte da vida Republicana.



— Que é? indaguei logo curioso, visto tratar-se dos assuntos das minhas preferências extra-profissionais.

— É parte do arquivo e toda a correspondência particular de José Carlos Rodrigues. Cartas de muita gente importante daqui: sobretudo de Campos Salles e Murinho, de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Silva Costa — afóra a de muitos estrangeiros ilustres: John Casper Branner, Ch. Fred. Hartt e outros companheiros de mocidade.

— “Sabe mais uma novidade, que é verdadeiro “furo” para v. que gosta de jornalismo? Já ouviu algum dia dizer que, aí por volta de 1908, se preparou, até com detalhes interessantes, o lançamento da candidatura do *Barão*, o grande chanceler, à presidência da República? Pois essa “conspiração” de J. C. Rodrigues com o Nabuco está ali fechada, como segredo perigoso, em documentos autênticos, que, si a polícia desconfiar, pode ainda querer vir aqui buscar...

— Para onde vão essas preciosidades, Dr. Brandão? — perguntei-lhe mais ansioso ainda.

— Como inventariante, honrando o mandato com que me distinguiu aquele amigo, embora lamentando, tenho de entregar tudo isso aos seus herdeiros. Sei que já vem por aí, da Inglaterra, a sua viúva inglesa — para receber todos êsses documentos. Vai tudo certamente se perder, lá por fóra, em mãos de gente que não dará apreço a essas coisas.

Ainda maliciosamente, só por pilhéria, cheguei a sugerir-lhe a sonegação patriótica dessa papelada, a ser depositada no Instituto Histórico ou no Itamarati.

— Qual nada; não é mais possível: a mulher já sabe de tudo; e creio, é por isso que vem ainda com mais pressa, pensando encontrar ali dentro, nesses papéis, talvez uma grande fortuna. Quando se der conta pela decepção — é capaz de rasgá-los todos, só de raiva...

\*  
\* \*

Já em outra ocasião, mais adiante — estive em casa de jovem senhora, em cuja sala conhecera 10 anos antes J. C. Rodrigues, e que revolvia no porão outra velha mala, ou talvez a mesma de torna-viagem... Eram ainda papéis do saudoso extinto que a sua dedicação de sobrinha-neta, catalogava: deviam seguir para Londres, segundo os desejos expressos pela família inglesa de J. C. Rodrigues — que só quasi ao fim da sua longa vida apparecera ao conhecimento dos demais parentes brasileiros. Daí a explicação das suas contínuas viagens transatlânticas, pois lá deixara constituida, a árvore da sua descendência diréta — para onde o atraía, de

quando em vez, o coração paternal, de aparência fria, mas realmente saudoso... de duas lindas criaturas, que lhe alegravam a velhice com os encantos da sua mocidade expansiva.

Soube, então, por essa distinta e dedicada companheira, quando menina, de suas viagens, ao Velho Mundo, que ali estavam documentos das suas "missões" financeiras na Europa, por incumbência dos governos brasileiros: — os "dessous" dos empréstimos negociados, os detalhes da encampação das estradas de ferro, etc. Foi-se talvez ainda tudo isso barra à fora, para sumir-se, — quem sabe? — no bombardeio recente das "caves" londrinas...

Parece que, dêsse último e precioso espólio, salvou-se ao menos amplo "dossier", composto de notas escritas por amigos, e transmitidas ao escondido, durante a revolta contra Floriano. J. C. Rodrigues arquivava, metódicamente, "au jour le jour", êsses papéis no seu esconderijo de Santa Teresa: era tudo o que acontecia na cidade, de que lhe vinham discretamente trazer notícias... Não estará aí o embrião de uma história verídica, dêsse agitado período?



Quando, com o avançar da idade, realizam-se na maturidade os sonhos idealizados na juventude, mão amiga, sabendo do meu amor aos livros raros — um dos poucos prazeres inocentes dêste mundo, já hoje quasi impossível, pelo contínuo encarecimento de tudo! — fez-me a dádiva principesca de um exemplar raríssimo: o da famosa "*Biblioteca Brasiliense* (edição de 1907 — limitada apenas a 200 exemplares, em papel inglês) — admirável catálogo da não menos célebre coleção de livros brasileiros e americanos pertencentes a J. C. Rodrigues. O catálogo denuncia logo, desde o primor da edição, como pelos comentários descritivos, não só o que de raro aí havia — como ainda os amplos conhecimentos do bibliófolo dedicado, estudioso constante daquele amplo manancial de bibliografia que era sua biblioteca particular. É livro de cabeceira que todos os especialistas estimam; e os que não o tenham, fazem esforços inauditos de consciência para deixar tranquilo, na posse pacífica do seu dono, qualquer exemplar perdido, que não esteja prudentemente custodiado, dentro de armários ou cofres encadeados... Porque o furto de livros, não continúa mais a ser feio crime, antes proeza singular de que até se gabam alguns amadores audaciosos!... Outros, com alguns escrúpulos tímidos, limitam-se a namorá-los de longe. Tenho o meu exemplar da "*Biblioteca Brasiliense*" devidamente anotado, pelas pesquisas e consultas habituais; e por êle avalio o que não foi aquela preciosíssima coleção. Felix Pacheco que lhe fez a comparação dos preços com o catálogo n. 546 de Maggs Bros, em 1930 —

deu-lhe valor de 5.000 contos de réis (op. cit., pág. 30). Tanerredo Paiva, outro “maníaco” da bibliografia, doença adquirida na lida profissional de rato de livraria, através a vocação paterna do velho “Alfarrabista brasileiro”, — que frequentou a biblioteca de J. C. Rodrigues, auxiliando o seu proprietário na excelente classificação que dela fez — nos tempos da casa solarenga da rua Conde de Bae-pendy — antes, portanto, de 1907 — disse-me, há dias, numa rápida palestra de café, algumas das maravilhas que ali havia e também certos cacoetes do seu dono. A Oliveira Lima, por exemplo, seu amigo e também possuidor de belíssima coleção brasileira, que foi infelizmente para Washington, para permanecer quasi toda encaixotada nos porões da Universidade Católica — êle interpelava constantemente, ciumento de certos exemplares, que não possuía e o outro tinha: — “Deixe-se dêsse mau hábito de colecionar livros. Você não é rico, para ter grande biblioteca, é preciso ser milionário. Venda logo de uma vez tudo o que possui!” O malicioso diplomata, que sabia bem os velados objetivos do seu amigo, fazia-se sempre de desentendido e desconversava habilmente...

O catálogo de J. C. Rodrigues relaciona 2.646 obras e orgulhosamente êle diz, no seu prefácio, que só do Brasil Independente, tinha já fichados para mais de 6.000 números diferentes!

\*  
\* \* \*

Comentavam, em certa ocasião, alguns bibliófilos com Felix Pacheco, amigo também dos livros raros — (cuja biblioteca felizmente se salvou da dispersão, indo íntegra, para a Faculdade de Letras, em S. Paulo, por iniciativa de Afonso Taunay, apoiada pelo governador Armando Sales) — a falta de não se haver infelizmente concluído aquela útil publicação de J. C. Rodrigues, uma vez que o volume editado abrange só o período de 1942 até 1822 e consta apenas da 1.<sup>a</sup> parte da coleção — Descobrimento da América e Brasil Colonial.

— As fichas restantes estão todas na Biblioteca Nacional, — adiantou o sucessor imediato de J. C. Rodrigues no “Jornal do Comércio”. Vou mesmo oferecer publicamente de mandar editá-los, por nossa conta, aqui em nossas oficinas, como homenagem póstuma ao esforço intelectual e ao devotamento de J. C. Rodrigues à bibliografia brasileira — pois no aludido prefácio êle já anunciava a intenção de publicar “em breve” a 2.<sup>a</sup> parte dêsse seu importantíssimo trabalho.

Isso Felix Pacheco cumpriu, no artigo de 28 de setembro de 1930. E, dias após, a 1.<sup>o</sup> de outubro, recebeu officio do diretor da Biblioteca, na ocasião, o sr. Mário Bhering, aceitando o generoso

oferecimento e encarregando Constâncio Alves de fazer prévia revisão das fichas, antes de mandá-las à impressão (loc. cit., p. 15/16).

Adiantou-nos, faz poucos dias Rodolfo Garcia que êsse último trabalho fora concluído e as fichas realmente entregue, mas ficaram inexplicavelmente perdidas em caminho das "oficinas" do "Jornal do Comércio" — quando era nossa intenção lembrando a oferta de Felix Pacheco, fazer novo apêlo ao mestre incontestável da bibliografia contemporânea, para que semelhante trabalho prosseguisse, em nome, mas sem procuração, de todos os amigos da cultura bibliográfica nacional.

O ilustre diretor da Biblioteca nem nos deixou externar o propósito da visita — porque, como advinhando-a, acrescentou logo: — "As fichas já foram porém todas refeitas e tenho intensão, antes de me aposentar, de mandá-las todas, depois de devidamente conferidas, para a Imprensa Nacional, de modo ainda a deixar êsse trabalho, com os *Anais* em dia, — como uma das minhas últimas contribuições aos serviços desta casa secular".

Será o lindo "canto de cisne", para o contínuo lidar do mestre, para o árduo esforço daquele incançável e benemérito trabalhador intelectual.

Rematamos assim aqui, com êsse fecho de ouro, a arbitrária "exposição" dos fatos, lembranças e episódios, só aparentemente sem nexos ou ligações uns com os outros, em tórno da figura original de J. C. Rodrigues. A divulgação dessa alviçareira notícia, que alegrará os estudiosos, acreditamos: será o melhor e o mais grato monumento, que se poderá erigir, como sinal do reconhecimento coletivo — ultrapassando o círculo das demonstrações de afeto privado e das fugazes celebrações históricas. Ao temperamento de J. C. Rodrigues — leitor infatigável, sempre estudioso dos nossos fastos — sorriria mais agradavelmente, fugindo de qualquer perpetuação no bronze estatuário, essa singela e significativa homenagem da cultura à sua memória, de grande homem, verdadeiramente ilustre e sábio — no qual habitava um belo espírito, um caráter redimido e purificado, formado longe da pátria, no amôr das nossas tradições e sentindo, por toda a vida adiante, com admirável altanería, as genuínas pulsações da alma brasileira.

## NOTÍCIAS

### INFORMAÇÕES LITERÁRIAS

P. J.

As conferências literárias, após um longo eclipse, voltaram ao cartaz. Nos começos do século, logo que se inaugurou na Avenida o Salão do "Jornal do Comércio", as conferências tiveram grande voga. E o Rio ouviu as vozes mais ilustres: Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, João do Rio, fizeram conferências de que ainda hoje guardamos memória. Depois, por um fenómeno de saturação (os conferencistas — e nem todos com as qualidades daqueles — se multiplicaram tão espantosamente, que acabaram cansando o público...), e elas caíram em absoluto descrédito — e nunca mais no Rio se falou em conferências. Ultimamente, porém, de súbito, as conferências retornaram ao noticiário da imprensa, restauradas no seu prestígio e no seu interesse. Rara é a semana em que não se anunciam seis ou oito, às vezes duas e três no mesmo dia: conferências na Academia, conferências no Pen Club, conferências na A.B.I., conferências no Instituto Brasil-Estados Unidos. Falam Celso Vieira, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Rodrigo Octávio Filho, Carneiro Leão, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Alceu Amoroso Lima, Hermes Lima, Prado Kelly, etc. Conferências por toda parte. E sempre com um público numeroso e interessado. O fato merece registro, porque é sintomático de curiosidade intelectual, de vitalidade literária, de gosto pelas coisas de espírito.

— O sr. Viriato Corrêa, da Academia Brasileira, está escrevendo uma peça histórica, por encomenda do Governo de Minas, para inaugurar um teatro em Belo Horizonte.

— Logo depois de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, o sr. Rodrigo Octávio Filho deu-nos um excelente livro: "Figuras do Império e da República", no qual estuda as personalidades de Barbaena, Mauá, Osório, Tavares Bastos, Prudente de Moraes e Ubaldino do Amaral.

— Reunindo as crônicas de "Janela Aberta", de "A Noite", sobre pessoas e coisas dos Estados Unidos, o sr. Raimundo Magalhães Junior vai dar-nos um livro sobre a vida norte-americana, da mais palpitante atualidade e do mais vivo interesse.



— “Os bandoleiros das caatingas” é o título do livro que sôbre os cangaieiros do Nordeste acaba de publicar o sr. Mesquiades Rocha.

— Estudando longa, minuciosa e inteligentemente a biografia e a história de “Pereira Passos”, o sr. Raymundo de Athayde deu-nos um livro muito interessante, que é em última análise um ato de justiça, porque explica e exalta a glória do reformador do Rio de Janeiro.

— Depois do successo tão justo de “Batí à porta da vida”, dá-nos agora a sra. Tetrá de Teffé o segundo romance: “Destinos do meu Destino”.

— Denomina-se “Construção e consciência” o romance que a sra. Julia de Faria Albuquerque vem de publicar.

— O sr. Reinaldo Moura manda-nos de Porto Alegre um livro de poemas: “Mar do tempo”.

— Ao celebrar o seu jubileu de escritor, o sr. Monteiro Lobato, além da reedição comemorativa de seus livros anteriores, deu-nos um novo livro: “A Barca de Gleyre”, cheio do mais vivo, do mais palpitante interesse.

— Em segunda edição, acabam de aparecer as admiráveis traduções do sr. Guilherme de Almeida — “Poetas de França”.

— Eis uma rara coisa na monotonia da nossa vida literária: o aparecimento de um autêntico romancista novo. Veio da Bahia e lançou-o a Editora Cruzeiro. É o sr. Herberto Sales, cujo romance, fixando a vida dos garimpos baianos, se chama — “Cascalho”.

— O sr. José Osório de Oliveira acaba de prestar mais um serviço à literatura brasileira, publicando em Lisboa, na “Coleção Cruzeiro do Sul”, uma significativa coletânea de “Contos Brasileiros”, com uma nota biobibliográfica sôbre cada autor.

— Com a sua melhor ternura, em que se misturam admiração e amor, a sra. Leontina Licínio Cardoso fez uma excelente biografia de “Licínio Cardoso”, dando-nos uma síntese do seu pensamento, da sua obra, da sua vida.

— A Livraria José Olímpio Editora acaba de reeditar, num belo volume, o livro do Coronel Lima Figueiredo: “Grandes soldados do Brasil”.

— Com a sua infatigável atividade, tão intensa e tão brilhante, o sr. Pedro Calmon, da Academia Brasileira, vem de publicar mais um livro: “Estados Unidos de leste e oeste”.

— O sr. Sílvio Rabelo publicou, na Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio Editora, um “Itinerário de Sílvio Romero”.

— Do sr. Vivaldo Coaracy vem de surgir um livro sôbre a nossa cidade: “O Rio de Janeiro no século 17”.

— “O negro e o garimpo em Minas Gerais” é o título do livro, que appareceu em edição da Livraria José Olímpio, do sr. Aires Mota Machado Filho.

— O sr. Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira, vem de dar-nos um livro, sob todos os aspectos primoroso: “Flôres das Flôres do Mal de Charles Baudelaire” (Edição José Olímpio).

— A Sociedade Felipe de Oliveira dedicou o último volume do seu Boletim — “Lanterna Verde” (n. 8) aos escritores e poetas do Rio Grande do Sul, e fez com isto obra digna de irrestrito louvor, porque pôs o Brasil em contato com os valores mais marcantes da literatura gaúcha do momento.

— Após um silêncio que vai longo, o romancista Graciliano Ramos publicará este ano um livro: o primeiro volume das suas “Memórias” (Infância).

— Para sair na Coleção Documentos Brasileiros, o sr. Nelson Werneck Soré entregou ao editor José Olímpio os originaes do seu novo livro de ensaios de interpretação sociológica e histórica do Brasil: “Formação da sociedade Brasileira”.

— Após um longo hiato de silêncio o sr. Théo-Filho retornou à actividade literária, publicando um novo livro: “Romance tropical”, Edição Epasa.

— O poeta mineiro Bueno de Rivera acaba de publicar — Edição José Olímpio — um belo, um delicioso livro de poemas — “Mundo submerso”.

— O sr. Josué Montello publicou mais um livro: “Histórias da vida literária” — coletânea de artigos e estudos.

— Reunindo em pequeno volume suas notas de antropologia social sobre o Rio Grande do Sul, o sr. Thales de Azevedo, deu-nos um ensaio sob o título de “Gaúchos”, com prefácio do sr. Gilberto Freyre.

— Edição Pongetti, a sra. Flavia da Silveira Lobo publicou uma novela — “Maria da Penha” em que fixa a vida dos morros do Rio.

— De volta da Europa, o sr. Osório Dutra deu-nos mais um livro de poemas — “Mundo sem alma”, e já tem outro no prélo.

— O sr. Hélio Viana deu-nos recentemente uma oportuna e bem feita biografia de “Mathias de Albuquerque”, edição do D.I.P.

— “Visões da China” é o título do livro de impressões de viagem que vem de dar a publicidade o sr. Labiano Salgado dos Santos, em edição de Zélio Valverde.

— Do sr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), da Academia Brasileira, tivemos recentemente um livro de ensaios da mais palpitante actualidade: “A Igreja e o novo mundo”.

— “Edméa” é o nome do romance que a sra. Lourdes G. Silva acaba de dar a lume.

— Edição “Nosso Livro Editora”, acabam de sair livros novos: um é o do sr. Gastão Pereira da Silva — “Os bichos amam assim”; e o outro é o célebre romance de Manoel Antonio de Almeida — “Memórias de um sargento de milícias”.

— Depois do sucesso do seu primeiro romance: “Babel”, o sr. Claudio de Araujo Lima, autor também de um curioso ensaio sobre Stefan Zweig, dá-nos agora mais um romance, que confirma sua vocação de romancista e consolida seu prestígio de escritor: “Bruxa”.

— Mais um livro de pesquisa folclórica acaba de publicar o sr. Joaquim Ribeiro: “Folc-lóre Brasileiro”.

## REVISTA BRASILEIRA

Colaboram neste número os Srs.:

*Povina Cavalcanti* — N. em Alagôas, em 1899. Bacharel em Direito. Antigo deputado estadual e jornalista. Advogado. Publicou: “Acendedor de lampêões”, “Telhado de vidro”, “Candeia de azeite”, “Ausência de poesia”. Res. rua Itaipú n. 20, Rio.

*Eugenio Gomes* — N. na Bahia, em 1897. Publicou: “Moena” (poemas), “D. D. Lawrence e outros” (ensaio de literatura inglesa contemporânea), “Influências inglesas em Machado de Assis”. Res. rua Pinheiro Machado n. 89 — Rio.

*Mário Camarinha da Silva* — N. no Rio de Janeiro, em 1918. Formado pela Faculdade de Filosofia do Distrito Federal. Professor de Literatura Espanhola nas Faculdades Católicas e na Faculdade das Ursulinas. Publicou: “As origens do romance brasileiro”. Res. Rio.

*Ciro V. da Cunha* — N. em São Paulo, em 1897. Doutor em medicina. Antigo catedrático da Escola Normal “Pedro II”, de Vitória. Publicou: “De como se deve combater o alcoolismo no Brasil”, “Contra o alcoolismo”, “Álcool e amamentação”, “Espera inútil” (versos), etc. Res. rua Haddock Lobo número 379, Rio.

*Arthur Cesar Ferreira dos Reis* — N. em Manaus, em 1906. Bacharel em Direito. Funcionário federal e professor secundário. Ex professor da Faculdade de Direito de Manaus. Membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou: “História do Amazonas”, “Política de Portugal no vale amazônico”, “D. Romualdo de Souza Coelho”, “Lobo d’Almada”, etc. Res. Av. Nazaré n. 499, Belém.

*Luiz Viana Filho* — N. na Bahia, em 1908. Bacharel em Direito. Antigo Deputado federal. Professor da Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia de Letras da Bahia. Publicou: "Direitos do empregado do comércio", em colaboração; "A vida de Ruy Barbosa"; "A sabinada"; "A língua do Brasil". Res. rua Princesa Leopoldina n. 31, Salvador.

*Alphonsus de Guimaraens Filho* — N. em Minas Gerais, em 1918. Bacharel em Direito. Publicou: "Lume de Estrêlas" (versos), 1940, prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras e prêmio de literatura da Fundação Graça Aranha. Res. rua Tomé de Souza n. 56, Belo Horizonte.

*Martins Napoleão* — N. em Piauí, em 1903. Bacharel em Direito. Professor do Ginásio de Terezina. Presidente da Academia Piauiense de Letras. Publicou: "Copa de Ébano", "Caminhos da Vida e da Morte", poesias. Res. em Terezina, Piauí.

*Paulo Mendes Campos* — N. em Belo Horizonte, em 1922. Acadêmico de Direito. Res. Belo Horizonte.

*Oscar Mendes* — N. em Recife, em 1902. Bacharel em Direito. Professor da Faculdade de Filosofia da Faculdade de Minas Gerais. Publicou: "Quem foi Pedro II", "A alma dos livros" (ensaios de crítica); "Papini, Pirandello e outros", e várias traduções. É diretor do "O Diário" de Belo Horizonte. Res. rua Santa Catarina n. 1455, Belo Horizonte.

*José Vieira* — N. na Paraíba. Bacharel em Direito. Publicou: "A cadeia velha", "Sol de Portugal", e os romances: "Ladrão de Moços", "O livro de Tilda", "O Bota-abaixo", "Espelho de casados" e "Romance da solteira". Res. rua Almirante Tamandaré n. 7, Rio.

*Arthur Ramos* — N. em Alagôas, em 1903. Doutor em medicina. Professor na Faculdade de Medicina da Bahia, na Universidade do Brasil e na antiga Universidade do Distrito Federal. Publicou: "O negro brasileiro", "O folclore negro no Brasil", "Esculturas negras no Novo Mundo", etc. Res. Av. Atlântica n. 212, Rio.

*J. Etienne Filho* — N. em Minas Gerais, em 1918. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Redator-chefe de "Mensagem". No prélo: "Ronda noturna" (versos) e "A face perdida" (contos). Res. em Belo Horizonte.

*Francisco Venâncio Filho* — N. no Estado do Rio, em 1894. Engenheiro civil. Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal. Publicou: "Euclides da Cunha e seus amigos", "A glória de Euclides da Cunha", "Euclides da Cunha" (notas bibliográficas, publicação da Academia), "Qual o melhor meio de divulgar o ensino primário" (1.º Prêmio "Francisco Alves", da Academia). "Educar-se para educar", "Notas sobre educação", etc. Residência rua Senador Vergueiro n. 52, Rio.

*Sandoval Lage* — Redator de "O Estado do Pará", Res. em Belém do Pará.

*Herman Lima* — N. no Ceará, em 1897. Doutor em Medicina. Funcionário do Ministério da Fazenda. Publicou: "Tigipió" (contos) premiado pela Academia; "Garimpos" (romance), menção honrosa da Academia; "Na ilha de John Bull"; "Outros céus, outros mares", premiado pela Academia. Residência rua Perí n. 48, Rio.

*Ayres da Matta Machado Filho* — N. em Minas Gerais, em 1909. Membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos. Catedrático de filologia românica na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e de língua portuguesa na Faculdade de Filosofia Santa Maria. Publicou: "Educação dos Cegos no Brasil", "Escrever certo", "Problemas da Língua", "O negro e o garimpo em Minas Gerais", várias traduções. Res. Belo Horizonte.

*A. Tenório d'Albuquerque* (Araçá Suzano T. d'A.) — N. no Rio de Janeiro, em 1889. Professor em vários colégios. Publicou: "A Alemanha" (impressões de viagem), "O vocabulário de Camilo", "A evolução das palavras" (3.º Prêmio Francisco Alves, da Academia Brasileira); "Contradições de Ruy", "Escândalos do Morro Velho", "Atentados contra o Brasil", "Atentados à gramática", etc. Res. rua Tomás Gonzaga n. 295, Belo Horizonte.

*Cláudio Ganns* — N. no Rio de Janeiro, em 1896. Bacharel em Direito. Membro do Instituto Histórico. Jornalista. Publicou: "Autobiografia de Mauá" (com prefácio e notas). "Proclamação da maioria", "Andrés Lamas no Brasil". Res. Av. Beira Mar n. 226, Rio.

*Noraldino Lima* — N. em Minas Gerais. Diplomado em ciências e letras, Farmácia e Direito. Membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do de Ouro Preto. Antigo deputado estadual e federal. Secretário do Estado de Minas Gerais e jornalista. Publicou: "Albores", "Meridianas" e "Vesperais" (versos); "No vale das maravilhas", "Raul Soares", "Elogio dos mortos", "Momento pedagógico", "Pela educação" e "O café na economia nacional". Res. rua Visconde de Pirajá n. 451, Rio.

*Peregrino Junior* (*João Peregrino da Rocha Fagundes Junior*) — N. em Natal (Rio Grande do Norte), em 1902. Doutor em medicina. Assistente e docente da Faculdade Nacional de Medicina e da Faculdade Fluminense de Medicina. Publicou: "Vida fútil", "Jardim da Melancolia", "Um drama no seringal", "Passanga" (Prêmio da Academia Brasileira), "Doença e constituição de Machado de Assis", etc. Res. rua Barão de Jaguaribe n. 55, Rio.

*Oswaldo Melo Braga de Oliveira* — N. no Distrito Federal, em 1901. Professor do C.T.A. da Prefeitura. Do Instituto Histórico de Sergipe; da Aca-



demia Fluminense de Letras. Publicou: "As edições de Marília de Dirceu", "Joaquim Nabuco", "A educação bibliográfica", "Os mestres da língua: João Ribeiro e Carlos Góis", etc. Res. rua Agenor Moreira n. 54, Rio.

## REVISTA DAS REVISTAS

*American Literature* — Ns. 1 e 2 — Março e Maio de 1944. (Oxford University Press).

Excelente publicação da Duke University Press encerra artigos relacionados com a literatura norte-americana. A par de uma bem feita bibliografia e crítica de obras aparecidas recentemente, apresenta a indicação da matéria contida nos periódicos correntes.

O número de Março contém: "Painters and painting in the writings of F. Hopkinson Smith", de *Theodore Hornberger*; "William Cox: Author of *Crayon Sketches*", de *Hendall B. Taft*; "Another Source for Poe's Narrative of Arthur Gordon Pym", de *Keith Huntress*; Notes and Queries, etc.

O de Maio apresenta o sumário seguinte: "Maxwell Anderson's Dramatic Theory", de *Allan G. Halline*; "John Dickinson on Church and State", de *Richard J. Hooker*; "An Evaluation of Therean's Poetry", de *Henry W. Wells*; "Orestes Brownson's Visit to New Orleans in 185", de *Dagmar Renshaw Le Breton*; "Hart Crane's Bridge to Cathay", de *Hyatt Home Waggoner*; e "Unpublished Letters of Bret Harte", de *Bradford A. Booth*.

*Revista de la Biblioteca Nacional* — Buenos Aires, t. X, n. 29.

Publicação do Ministério da Justiça e Instrução Pública da República Argentina, dividida em três partes. A primeira contém um estudo sobre o arquivo do General Tomás Guido e sua correspondência com D. Mariano Lozano. A segunda parte, "Sección Colonial", consta de trabalhos em publicação seriada: "Matéria médica misionera", de *Pedro Montenegro*; "Memórias curiosas" o "Diario", de Juan Manuel Beruti e "Libro de matrícula de estudantes de los Reales estudios del Colegio de San Carlos de Buenos Aires, 1773-1818".

Finalmente, a terceira parte, "Sección Internacional", encerra: "Sucesos del Perú", do arquivo de Félix Frias; "Reclamaciones francesas — El caso de la "Jeanne Aurélie" e a "Relación histórica de las misiones diplomáticas argentinas. Embajadas y Legaciones", de Abelardo Arenas Fraga (1923-1937).

Várias estampas, reproduzindo plantas indígenas, ilustram o texto.

*Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos* — Porto Alegre — Vol. III.

Publicado com grande atraso contém: "Memória sobre o pôrto de S. Pedro do Rio Grande do Sul — 1798", pelo *Conde de Liniers* e "Contribuições para a bibliografia de José da Silva Pais, o fundador do Rio Grande", notas do dr. *Artur da Mota Alves*.

Ademais, reproduz a "Indole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Império do Brasil" com um suplemento: Notícias e indicações para emigrantes que se destinam à província brasileira do Rio Grande do Sul. Marberg, Livraria da Universidade de Elwert. 1853", obra raríssima, que saiu anônima, hoje em poder da "Biblioteca Rio-Grandense". Pertenceu a Alfredo de Carvalho, que atribuiu sua autoria ao major Fedor von Lemmers-Danforth. Aparece, hoje, traduzida pelo general Bertholdo Klinger, com prefácio e notas do coronel Francisco de Paula Cidade.

Parece-nos que o primeiro tradutor da "A Legião Teuto-brasileira de 1851", foi Alfredo de Carvalho. Eduardo Tavares inclue-na entre os numerosos trabalhos, históricos, geográficos e etnográficos do bibliógrafo pernambucano. Na "Biblioteca Exótico-Brasileira" (Vol. I, pg. 51, n. 92), há a descrição desse manuscrito, ainda inédito, que forma um volume in-4º, contendo 77 folhas, com um prefácio de Sílvio Cravo e outro de Alfredo de Carvalho.

*America Indigena* — Vol. IV, Mexico, Enero, 1944, n. 1.

Por mais de uma vez temos mostrado as excelências desse órgão trimestral do Instituto Indigenista Interamericano.

O presente número se apresenta com sumário digno de ser transcrito pelo interesse que desperta, para estudo de problemas que de perto nos dizem respeito: "Editorial — Urge elevar el poder adquisitivo de los indigenas"; "Problemas indigenistas no Brasil", por *Herbert Baldus*; "La capacidad de aprendizaje de los Tarascos", por *J. Peinado Altable*; "Acercas del problema indigena en Hispano-américa", por *Jorge A. Vivó*; "On dual organization in South America", por *C. Levy Strauss*; "Conceptos fundamentales sobre educación del indio", por *Emílio Barrantes*; "O problema de civilização dos índios no Brasil. VI", por *A. Botelho de Magalhães*; "Bases para um estudio geográfico de la alimentación en México", por *Alfredo Ramos Espinosa*; "Nuevo significado del maestro rural", por *Emílio Vásquez*.

Gravuras em madeira, de Gustavo Savin, fotografias e notas bibliográficas, finais, completam os estudos e informações sobre o problema indio nas Américas.

Dentre os trabalhos publicados nesse número o do sr Herbert Baldus merece menção especial. Depois de várias considerações em torno das condições de vida das várias tribos, o sr. Baldus demonstra que o contacto do indio com a nossa civilização traz mil perigos para a saúde dos índios e para a harmonia da sua cultura.

É uma das principais finalidades do trabalho etnológico suavizar o choque causado pelo encontro de grupos humanos de cultura, apenas diferentes e não superiores ou inferiores.

O papel do etnólogo é da mais alta responsabilidade, dependendo d'ele — e unicamente d'ele — a sorte de povos inteiros. Por isso necessita ter conhecimentos que só podem ser adquiridos com a dedicação exclusiva ao estudo etnológico e não o podem substituir funcionários administrativos, e outras pessoas com ocupações semelhantes, que lhes não permitem entregar-se, de corpo e

alma, a uma especialização científica. O etnólogo resolve teoricamente o que eles têm de pôr em prática.

*Revista de la Universidad Nacional de Córdoba* — Año 31, n. 2, 1944.

Revista que abrange todos os assuntos universitários, tratados superiormente por eminentes professores, publica longo estudo da autoria do sr. Lázaro Fleury, sobre as "Tradiciones, leyendas, apuntes gramaticales y vocabulario de la zona pampa-araucana". São dados colhidos de fontes atuais, na região compreendida entre os rios Colorado e Chico e a cordilheira dos Andes.

Outro trabalho a destacar é o de divulgação da obra científica de Lucas Kraglievich e da transcendência de suas investigações geo-paleontológicas, pelo sr. Rodolfo Parodi Bustos.

*Revista (trimestral) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Vols. 182 e 183 — 1944.

Como sempre, esta Revista, de grandes tradições, encerra nas suas páginas trabalhos de interesse para a vida histórica do Brasil.

O vol. 182 traz um trabalho original do sr. Alcindo Sodré, sobre "*Solano Lopez, Imperador*"; transcrições do sr. José Carlos de Macedo Soares (*Dona Leonor e os casos de Misericórdia*), do sr. Homero Veteri Lafronde (*Fronteras do Brasil no Regime Colonial*) e discursos de Manoel Cícero Peregrino da Silva; crítica de livros de Virgílio Correia, Feijó Bittencourt, Hélio Viana e Pedro Calmon e longos estudos bio-bibliográficos sobre os sócios do Instituto, por Maria Carolina Max-Fleuiss. Abrem o volume páginas de saudade dos srs. José Carlos de Macedo Soares e Virgílio Correia, que recordam a figura do saudoso Max Fleuiss, secretário perpétuo do Instituto Histórico.

O volume 183 publicou 194 páginas de "Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Ticunas", por Frei Fidelis de Alviano, com prefácio de Plínio Ayrosa.

"Os Jesuitas contra a invasão holandesa", da autoria do Padre Serafim Leite que, em estilo incisivo, historia a ação dos jesuitas na expulsão dos invasores holandeses de Pernambuco em 1630.

O sr. J. C. de Carvalho Mourão em sua conferência sobre "O dia Pan-Americano", mostra a significação, as causas, evoluções e destino do pan-americanismo.

Mais dois estudos ilustram as belas páginas desta Revista: "O centenário de Martim Francisco", conferência do ministro *A. de Souza Costa* e "Sabóu" (*Visconde de Sabóia*), por Luís Filipe Vieira Souto.

*Boletim do Museu Nacional* — Nova série — Rio de Janeiro.

Bem feito, bem impresso em excelente papel *couché*, que se presta para magníficas reproduções de fotografias, o *Boletim*, nesta nova fase, é publicado em secções.

Dado o seu caráter extremamente especializado, limitamo-nos a reproduzir os títulos dos estudos — muitos deles acompanhados da versão inglesa, e, todos, com bibliografia do assunto.

A parte relativa à zoologia abrange o período compreendido entre 19 de fevereiro de 1944 a 30 de junho do mesmo ano (ns. 15 a 22) e contém: "Observações sobre batráquios com desenvolvimento direto", de *Berta Lutz*; "*Libellulidae* coligidos em Ilha Séca (Estado de S. Paulo), Salobra e Edoquena (Est. de Mato Grosso) pela Comissão científica do Instituto Osvaldo Cruz", de *Newton Dias dos Santos*; "Biologia e taxinomia de *Zachaenus Parvulus*", de *Berta Lutz*; "Lista de aves colecionadas em Pedra Branca...", de *Herbert Franzoni Berta*; "Um Pigidídeo do Alto Amazonas" e "Nova espécie para o gênero *Stegophilus* Reinhardt, 1858", de *Paulo de Miranda Ribeiro*; "Sobre a espécie *Callionima pan* (Cramer, 1779)", de *José Oiticica Filho*; "Estudo limnológico e biológico das lagoas da região litorânea sal-vio-grandense", de *Jay R. Trever*.

Na secção *Botânica* apareceu, apenas, o n. 1 (maio de 1944), encerrando o trabalho "*Regoniaceae* do herbanário do Museu Nacional, do Rio de Janeiro", da autoria de *C. A. Brade*.

*Vozes de Petrópolis* — Revista católica de cultura. 1944. Julho-Agosto.

Nesse número, o sr. Mesquita Pimentel continua a série de artigos sobre os falsos profetas, traçando diretrizes que convém ao católico para, de acordo com a doutrina que professe, melhor julgar as obras e os autores literários que se lhe oferecer ao exame.

A sra. Carolina Nabuco descreve os monumentos vicentinos — as manifestações de caridade de São Vicente de Paulo que, na frase de Voltaire, é o modelo dos fundadores por deixar após si monumentos muito mais úteis do que os legados por seu soberano, Luís XIV.

Os srs. Mário Portal e Alexandre Correia comemoram o tricentenário do Padre Manuel Bernardes e o sr. Valter Gary Kempf demonstra que a etnologia, especialmente no seu estado atual, — pois ainda se limita, de preferência, ao estudo dos povos primitivos —, deve, em parte, o seu desenvolvimento aos apóstolos da fé cristã e realça a contribuição franciscana para o conhecimento da tribo dos Mundurucús.

O sr. Roosevelt Veloso discute a debatida teoria psicanalítica de Freud. O sr. cônego Luís Castanho de Almeida descreve a sua viagem ao Paraná e o sr. cônego Xavier Pedrosa, a propósito do livro "*História da Guerra de Pernambuco*", de Diogo Lopes de Santiago, tece observações sobre o domínio holandês no Brasil.

## ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Em sessão de 27 de julho, o sr. Presidente comunicou o falecimento, no dia anterior, do acadêmico Clóvis Beviláqua, ocupante da cadeira n. 14. Falaram sobre o extinto os srs. Levi Carneiro, Pedro Calmon e Ademar Tavares. O sr. Presidente declarou aberta a inscrição de candidatos à cadeira vaga.

— Em sessão de 6 de setembro, o sr. Presidente comunicou o falecimento, ocorrido no dia 3, do acadêmico Alcides Maya, ocupante da cadeira n. 4, sobre quem falaram os srs. Antônio Austregésilo, Ataulpho de Paiva, Celso Vieira, José Carlos de Macedo Soares e Clementino Fraga.

Ficou desde logo aberta a inscrição para preencher a vaga resultante.

— Em sessão de 10 de agosto, procedeu-se à eleição para a cadeira número 35, vaga por morte de Rodrigo Octávio. Foi eleito o sr. Rodrigo Octávio Filho, em 1.º escrutínio, por 19 votos.

Foi também votado o sr. Roberto Simonsen, que obteve 15 votos.

Os srs. Povina Cavalcanti e Afonso Carvalho retiraram suas candidaturas.

O sr. Presidente designou o sr. Pedro Calmon para receber o novo acadêmico eleito, sr. Rodrigo Octávio Filho.

— Realizou-se, em 21 de setembro, a eleição para a vaga de Pereira da Silva. Como da primeira vez, nenhum dos candidatos logrou, nos quatro escrutínios realizados, a maioria absoluta de votos exigida pelo Regimento, sendo, imediatamente, reaberta a inscrição para preencher a mesma vaga.

— Em 9 de agosto se realizou a sessão pública comemorativa de Paul Verlaine. Falaram os acadêmicos srs. Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Barroso e Luís Edmundo.

— Aos 16 de setembro se realizou a primeira conferência da série sobre Anatole France. Falou o sr. Celso Vieira sobre o tema "Cepticismo e beleza em Anatole France".

— Foi aprovado o parecer da Comissão, composta dos srs. Leví Carneiro, relator, Serafim Leite e Oliveira Viana, relativo ao "Prêmio Joaquim Nabuco", de 1943, que recusou o mesmo prêmio a todos os concorrentes. Também foi aprovado o parecer da mesma Comissão, que desatendeu ao pedido de reconsideração de um dos concorrentes.

— Em sessão de 13 de julho, o sr. Ademar Tavares fez o necrológico do sr. João Pereira de Castro Pinto.

O sr. Presidente referiu-se ao falecimento de José Fernandes de Matos, proprietário da Livraria Quaresma, desta Capital.

Também, o sr. Viriato Correia, em sessão de 3 de agosto, fez o necrológico do poeta maranhense Inácio Raposo.

Ainda o sr. Viriato Correia se referiu à morte de Godofredo Viana e o sr. Roquette-Pinto à de Edmundo Lins.

— O sr. Cláudio de Sousa faz o necrológico do poeta José de Freitas Guimarães, um dos fundadores da Academia Paulista de Letras.

— Por indicações do sr. Aloysio de Castro, foi nomeada uma comissão para estudar a fixação dos nomes geográficos e convidando o poeta argentino, sr. Pedro Miguel Obligado, a visitar o Brasil.



— Foram recebidos pela Academia, em sessão de 6 de julho, os srs. Ragnar Kumlin, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Suécia, Martin Rogberg, crítico literário e de artes plásticas do *Svenka Dagbladet*, de Estocolmo, Albino Sousa Cruz, Jaime Cortezão e Armando Vieira de Castro. Os visitantes suecos foram saudados pelo sr. Miguel Osório de Almeida. O sr. Ataulpho de Paiva saudou o sr. Albino Souza Cruz, que fôra agradecer à Academia o seu apóio ao Gabinete Português de Leitura.

— Também foram recebidos na sessão de 7 de agôsto, os srs. Max Enríquez Ureña, Embaixador da República Dominicana, Henrique Perdigão e Charles Lyon Chandler — saudados, respectivamente, pelos srs. Leví Carneiro, José Carlos de Macedo Soares e Pedro Calmon.

— A Academia recebeu, em sessão de 14 de setembro, os srs. Blanco-Fombona, escritor venezuelano, acompanhado pelo Sr. Embaixador da Venezuela. Saudou-o o sr. Leví Carneiro, tendo respondido a essa saudação o sr. Blanco-Fombona.

— À sessão de 31 de agôsto compareceu o sr. Getulio Vargas, pela primeira vez depois de empossado.